

RESUMO

Este estudo trata da análise da agricultura familiar e camponesa no município de Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha – MG, e sua relação com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e como este programa tem promovido o desenvolvimento rural sustentável dos agricultores familiares nas unidades estudadas. Foi realizada a análise de uma amostragem aleatória, utilizando aplicação de entrevistas em campo, dados da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, no período de 2000 a 2006, um questionário com perguntas semi-estruturadas e diretas, e dados do Banco do Nordeste e Banco do Brasil, com valores de financiamentos do PRONAF relacionados às famílias amostradas.

A bibliografia, dividida em três grupos, tratou do Vale do Jequitinhonha e Minas Novas, formação geo-histórica e sócio-econômica; outra do conceitual e teórico-metodológico e estudos teóricos; e, discussões sobre políticas públicas e PRONAF. O embasamento teórico sustentou-se nos trabalhos de Chayanov e Lamarche, que explicitam a organização interna das unidades familiares e sua reprodução, bem como aspectos de relação com o mercado; tais referenciais teóricos responderam satisfatoriamente ao perfil do agricultor familiar pesquisado.

Os dados levantados abrangeram aspectos que ressaltam as práticas agrícolas, sócio-ambientais e econômicas desenvolvidas pelos agricultores; também utilizou-se os critérios de enquadramento no PRONAF, baseados em questões tais como a organização da estrutura fundiária do município, o uso da terra e estratégias produtivas, organização do trabalho, condições sócio-econômicas das famílias e da infra-estrutura das propriedades, o nível de participação na formação do capital humano e social, a organização dos grupos produtivos aspectos da migração sazonal.

Ressalta-se o importante papel da mulher não apenas por uma questão de gênero, mas pela valiosa contribuição na auto-suficiência alimentar e no desenvolvimento da manutenção da estrutura e modo de exploração família, bem como na reprodução dos valores camponeses.

Outro aspecto da pesquisa refere-se à migração sazonal como endemia social, alternativas futuras e estratégias das unidades de produção familiar camponesa, num esforço para encontrar indicadores capazes de responder às demandas necessárias para se construir um projeto de desenvolvimento rural sustentável.

Como resultados da pesquisa, destacam-se a identificação do perfil do agricultor familiar do espaço estudado, a organização e as estratégias de manutenção e reprodução camponesa, as expectativas futuras da família, uma avaliação do Pronaf pelos agricultores e alguns indicadores que respondem à questão da migração sazonal e outros elementos para se construir um projeto de desenvolvimento rural sustentável e participativo.

ABSTRACT

This study treats of the analysis of the agriculture family farmer in the municipal district of Minas Novas-MG and your relationship with the Program of Invigoration National of the Family Agriculture - PRONAF and as this program it has been promoting the family farmers' maintainable rural development.

The bibliography treated of historical and geographical and socioeconomic aspects, of the theoretical of the farmers and of the family agriculture and discussions on public politics and PRONAF. The theoretical it was based on Chayanov and Lamarche, about the organization of the productive units and your reproduction, the relationship with the market and other referring ones to the researched family farmer's profile. The analysis of a sampling was accomplished, using application of questionnaires and interviews in field and of public institutions that act in the region.

The data lifted aspects of the agricultural practices, socioambientais and economical developed, based on the structure agrarian, the use of the soil and productive strategies, organization of the work, socioeconomic conditions of the families and of the infrastructure of the productive units.

The woman's important paper, your contribution in the alimentary self-sufficiency is pointed out and in the development of the maintenance of the structure and way of exploration family, and in the values farmers' reproduction. Still, he/she refers to the seasonal migration, the future alternatives and strategies relative farmer, in an effort to find indicative capable to answer ace necessary demands to build a project of maintainable rural development.

As results obtained by the research, they stand out the identification of the family farmer's profile in your several peculiarities, your organization and the maintenance strategies and reproduction farmer, the future expectations of the family, in the vision father and children, an evaluation of Pronaf for the farmers and some indicative that answer to the subject of the seasonal migration and other elements to build a project of maintainable rural development and participial.

INTRODUÇÃO

Os estudos dos camponeses do Vale do Jequitinhonha consideram sua inserção atual no mercado como uma continuidade do passado, identificado como uma história de isolamento e estagnação desde o século XIX. Não discutindo a questão como um processo, que se altera ao longo do curso histórico em períodos de expansão e declínio econômico.

Em Minas Novas-MG a produção camponesa está voltada principalmente para o auto-consumo. Esta característica é tão importante para os camponeses, quanto o acesso a terra, a organização em unidades familiares de produção e consumo, a cultura tradicional associada ao modo de vida das comunidades rurais e a sua sujeição a poderes exteriores.

A evolução dos processos e consolidação de um modelo de agricultor familiar conduziu o estudo a analisar estes atores sociais que apresentam características de camponês e de agricultor familiar periférico a consolidado e de transição, fase de passagem para um estágio de inserção em um sistema mercantil simples a outros níveis mais abrangentes. Tal perfil atende às condições para enquadramento no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, conforme as normas do programa.

Os conceitos de CHAYANOV (1974), em sua Teoria da Organização da Unidade Econômica Camponesa e os estudos de LAMARCHE (1993), tendo como referência a unidade de produção familiar, centraram-se na visão de um agricultor familiar camponês, que procura a manutenção através da satisfação das necessidades da família, evoluindo para um modelo de agricultor familiar, mesmo que ainda periférico, mas que busca sua inserção a diferentes mercados (mesmo que sem submeter a este), a possibilidade de melhoria nas condições da exploração do estabelecimento, da renda e qualidade de vida.

Nesta pesquisa buscou-se estudar a produção familiar, estabelecendo um elo entre as abordagens teóricas e a realidade local, através da identificação e caracterização das relações de trabalho, produção, consumo e necessidades da família, da reprodução dos valores camponeses, bem como as suas inserções em diferentes níveis socioeconômicos.

Para a pesquisa, o município de Minas Novas foi dividido em três regiões: Fanado, Capivari e Setúbal. Por se tratar de regiões com combinações agrícolas voltadas para a agricultura de subsistência e multifuncionais, como o artesanato e outros estabelecimentos em transição para o acesso a mercados abrangentes, estas se caracterizam por diferentes condições espaciais, naturais e sociais; quanto aos aspectos naturais, observou-se: região do Fanado, caracterizada por vegetação de campo, campo cerrado, de tensão ecológica e de transição para semi-árido, e pela inexistência de cursos de água perenes; regiões do

Setúbal e Médio Capivari, caracterizada por vegetação de cerrado com cursos de água intermitente e, região do Capivari (região das nascentes), caracterizada por vegetação de cerrado/resquícios de remanescente de mata atlântica e com corpos d'água com maior regularidade, conforme o Mapa 1 – Base para o Estudo da Agricultura Familiar e do PRONAF no Município de Minas Novas – MG - BR.

Por décadas diversos projetos assistiram os municípios do Vale do Jequitinhonha, sendo propostos diversos modelos de regionalizações para execução de políticas de governos, sendo que Minas Novas sempre esteve presente nestes arranjos territoriais propostos para a região. Com a maioria absoluta da população no meio rural, a relação rural-urbano mantém-se, independente dos fenômenos sociais e migratórios ou do agravamento das questões climáticas, além de ser tradicionalmente agrícola, com história e experiência de agricultura camponesa e familiar de subsistência.

A escolha do tema e da área se justificou pela importância da agricultura familiar camponesa, a ausência de avaliação do PRONAF em regiões deprimidas, a necessidade de uma avaliação criteriosa dos resultados do PRONAF enquanto proposta de política pública destinada aos agricultores familiares. Ressalta-se também, como razão das escolhas, o fato de que por alguns anos o autor ter vivido e trabalhado nesta região, com conhecimento dos processos locais e vivência com agricultores familiares camponeses.

Além destes aspectos, Minas Novas foi um dos municípios de Minas Gerais a receber o PRONAF Infra-estrutura e Serviços em 1997; nos dias atuais aplica todas as linhas e modalidades de crédito e participa do Projeto de Desenvolvimento Territorial, com recursos do PRONAF. A área é representativa como amostragem para outras regiões, aqui considerada como “*locus*” de um modelo de agricultor familiar camponês e já apresenta uma história de dez anos de PRONAF, o que provocou o início de um novo processo político; possuindo elementos, experiência e indicativos para uma avaliação da atuação deste programa que foi criado para o fortalecimento da agricultura familiar, dando-a um tratamento diferenciado das demais categorias produtivas, considerando as suas especificidades.

A pesquisa estudou a Ação do Estado, através do PRONAF, enquanto política pública e analisou se tem identificado melhoria nas condições de vida e renda dos agricultores familiares de Minas Novas-MG; levantou alguns aspectos geo-históricos da formação camponesa, identificando o perfil de agricultor da atualidade; promoveram-se estudos e compreensões sobre o PRONAF, identificando possíveis alterações ocorridas como produtos da intervenção do Estado e influências na redução das desigualdades socioeconômicas; investigou grupos de agricultores familiares, considerando sua situação

anterior e posterior ao PRONAF, com ênfase na inserção no mercado e o ambiente criado para oportunizar a implantação de outros projetos de desenvolvimento da agricultura familiar como modelo possível para regiões diferenciadas; e, identificou as possíveis modificações ambientais surgidas durante o processo de intervenção do PRONAF na área estudada.

As perguntas norteadoras levantadas para desenvolver a pesquisa e considerando os objetivos propostos foram as seguintes:

Após inúmeros projetos desenvolvidos no Vale do Jequitinhonha e especificamente, no município de Minas Novas, como tem sido a atuação do PRONAF diante das reais demandas e necessidades do agricultor familiar ou é apenas uma demanda de crédito?

As modificações decorrentes do Projeto PRONAF foram pontuais e localizadas ou contribuíram para um desenvolvimento rural sustentável na área estudada?

As hipóteses selecionadas como norteadoras do trabalho da pesquisa foram:

As intervenções dos Governos no Vale do Jequitinhonha, não foram capazes de se constituírem como políticas de Estado, voltadas para o desenvolvimento da região;

Espacialmente, o perfil do agricultor familiar camponês da área de estudo formou-se em decorrência da história da ocupação do espaço, da intervenção do Estado e de uma reordenação decorrente da introdução das culturas econômicas do eucalipto e café;

Socioeconomicamente, o perfil do agricultor familiar camponês da área de estudo difere-se entre si de acordo com as condições ambientais em que se encontram, sendo o maior ou menor acesso a água o diferencial;

Politicamente, o perfil do agricultor familiar camponês da área de estudo está em processo de inserção como público-alvo de várias políticas públicas, cujo êxito depende do grau de organização do capital social;

A escolha de estratégias e sistemas produtivos adotadas pelo agricultor familiar, oportunizadas pela ação do Estado e de Organizações não governamentais levam a melhoria de qualidade de vida do agricultor familiar na área estudada;

A migração sazonal, fenômeno endêmico na área de estudo e que afeta diretamente as unidades familiares, apresenta a tendência de “colapso” com o retorno dos migrantes às áreas de origem; considerando as condições fundiárias e climáticas existentes, prevê-se um choque inevitável quando no retorno do contingente de desocupados das regiões de destino;

O PRONAF, enquanto política pública tem sido exclusivamente política de crédito voltado para atividades produtivas, desconsiderando o seu objetivo principal que é o fortalecimento da agricultura familiar e a melhoria de qualidade de vida, renda, produção e novas oportunidades.

Mapa 1

CAPÍTULO 1 - UMA ABORDAGEM GEO-HISTÓRICA DA ÁREA DE ESTUDO

A história de formação do Brasil rural apresenta diferenças em relação a de outros países, ao mesmo tempo em que se assemelha com a dos países em desenvolvimento da América Latina. De acordo com Wanderley (1998), vale lembrar as funções específicas assumidas historicamente pelas cidades, a vinculação da agricultura de origem colonial e a possibilidade de disseminação da população pelos territórios, para compreender a especificidade brasileira no que se refere à composição das sociedades locais, às relações campo/cidade e naquilo que se diz respeito ao que é “agricultura” e o que é “rural”. No caso do Brasil, o rural foi historicamente percebido como um:

“espaço diferenciado”, que corresponde a formas sociais distintas: as grandes propriedades rurais, os pequenos aglomerados e povoados e padrões culturais específicos. Esses espaços, juntamente com as pequenas cidades do interior, tiveram um importante papel na história do povoamento brasileiro, como “pontos de apoio da civilização” (WANDERLEY, 1999:18).

A região do atual estado de Minas Gerais se inseriu na economia colonial mais tardiamente, o que se deu em fins do século XVII e início do século XVIII, principalmente em decorrência da mineração do ouro e do diamante. Destaca-se que antes das atividades mineradoras, na bacia do São Francisco, surgiram os primeiros currais e roças, como um prolongamento da pecuária nordestina, e também nos caminhos do sul, abertos pelos bandeirantes paulistas (MULS, 1990:95).

Conforme Furtado (1986) até a descoberta do ouro, no final do século XVII a base econômica da colônia era ligada a um número pequeno de grandes empresas, engenhos de açúcar, atraindo alguns poucos migrantes de poucas posses. A partir da emergência da economia mineira, este quadro mudou, e um novo ciclo migratório europeu totalmente novo surgiu. Devido às características da economia mineira, pessoas menos abastadas passaram a ter novas possibilidades, pois não se exploravam grandes minas, mas sim o ouro de aluvião, acumulado no fundo de rios.

A notícia da descoberta do ouro provocou um intenso fluxo migratório para o Brasil no correr do século XVIII. Aproximadamente quarenta por cento da população portuguesa vieram para o Brasil, fazendo Portugal criar mecanismos para dificultar o fluxo migratório. Acredita-se que a população colonial de origem européia multiplicou dez vezes no século da

mineração. Estima-se que a população no Brasil era de 100.000 habitantes em 1600, 300.000 em 1700 e 3.250.000 em 1800 (MIRANDA, 1988:31).

Salienta-se que embora o esgotamento das minas de ouro e diamantes tenha levado à estagnação e desorganização em algumas regiões, em outras a estagnação durou pouco. No Sul de Minas, o crescimento dos mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro estimulou a agropecuária local. Enquanto ao Norte predominavam grandes latifúndios.

“Num primeiro momento, dá-se a ocupação do médio Paraopeba, dos sertões do rio Pará e do Alto São Francisco. Com as ordens de abertura da Picada de Goiás (1737), alcança-se o Sul da Comarca de Paracatu. Nessas regiões as atividades criatórias (gado bovino e cavalar) se tornaram predominantes, embora as roças também estejam presentes. (...) Num segundo momento, o deslocamento toma a direção do Vale do Jequitinhonha. Ao longo do Rio Jequitinhonha, de Vila do Príncipe a Minas Novas, na vastíssima Comarca do Serro Frio planta-se também o milho, a mandioca, o feijão, o fumo, a cana-de-açúcar de açúcar e o algodão (sendo este um de seus principais produtos), cria-se gado, fabricam-se queijos, rapadura, tecidos e cachaça”. (MULS, 1990:98).

Já no século XIX, descendentes de escravos e comerciantes fixaram-se então nas áreas de caminho das minas ou em suas áreas marginais, ocupando terrenos férteis à beira de rios e córregos, dando origem a uma estrutura fundiária parecida com a atual. Observou-se neste momento a passagem pela configuração de um campesinato com características próprias, matriz do perfil de agricultor camponês familiar dos dias atuais. Nesse momento a “brecha camponesa” se fortalece nas áreas marginais das regiões mineradoras, grandes latifúndios e outras mais longínquas, ocupadas por homens livres ou “forros”, assumindo a condição primitiva de unidade familiar de subsistência.

Tal fenômeno foi observado nos estudos históricos de ocupação do Vale do Jequitinhonha, principalmente na porção intermediária entre o Alto e Médio, onde se localiza o atual município de Minas Novas, objeto do presente estudo, observado pelo importante contingente de famílias negras no meio rural e de comunidades remanescentes de quilombo.

1.1 - Formação Geo-histórica: Vale do Jequitinhonha e Minas Novas

Segundo estudos do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES (1987:17), antes da chegada dos primeiros “homens brancos” ao Vale do Jequitinhonha a região era ocupada por vários agrupamentos indígenas, pertencentes majoritariamente a grupos étnicos, com várias divisões e subdivisões, integrantes de famílias etnolingüísticas incluídas no tronco *macro-jê*, como os *botocudos* e *maxacalis*. Outros grupos indígenas pertencentes ao tronco *tupi* – família *tupi-guarani*, como os *tupiniquins* provavelmente fizeram incursões em algumas áreas do Vale do Jequitinhonha, ao longo dos grandes rios, a partir de seus domínios territoriais.

Os registros dão conta de que já no século XVI as primeiras expedições portuguesas a se embrenharem em território mineiro, partindo da Bahia, entraram o interior pelo Jequitinhonha, a procura de riquezas minerais, podendo citar a de Espinosa – Navarro de 1553-54, a de Fernandes Tourinho de 1573 e, mais tarde, a de Antônio Dias Adorno. Estes primeiros colonizadores enfrentaram muitas condições adversas como doenças, a hostilidade dos indígenas, as dificuldades naturais, etc. Embora pareçam não ter conseguido grandes sucessos em seus intentos, essas expedições deixaram alguns conhecimentos preliminares da região e a lenda de grandes riquezas a serem exploradas (VIANA, 1935:89).

Segundo Ribeiro (1993), nos séculos seguintes, a região foi ocupada a partir de três frentes distintas: a “baiana”, que dirigiu para o sertão do Vale; “paulista” que penetrou a região das minas; e, “militar”, responsável pela colonização do médio Jequitinhonha. A primeira iniciada já no final do século XVII, a partir dos sertões da Bahia, através do rio São Francisco, vai se dar pela expansão das fazendas de gado, na parte noroeste da região do Jequitinhonha, primeiro atingindo o vale do Rio Pardo.

Ainda, de acordo com Ribeiro (1993), a citação sugere uma ocupação anterior dessa região por membros das classes populares, produzindo o clássico processo de colonização no interior, em que a apropriação da terra pelas classes dominantes era em geral, precedida pelo desbravamento promovido por posseiros de várias origens sociais.

Para povoar o território os detentores “mandavam escravos seus e colonos lusitanos a estabelecer fazendas de lavoura e de criação em lugares apropriados, por ventura, acompanhados de padres encarregados da catechese do gentio.” (VASCONCELOS, *apud* VIANA, 1935:72). Muitas pessoas vieram “habitar aquelas sertões, tornando-se de simples agregados ou foreiros que eram, em proprietários e fundadores de fazendas, núcleos

originários de povoados, arraiaes e villas, chefes de família, cujos nomes muitos, ainda hoje, se conservam” (VIANA, 1935:79).

Os viajantes estrangeiros que passaram pela região no início do século XIX, chamaram-na de Sertão ou Deserto, porque “as fazendas são raras e miseráveis, mas em compensação, pelo tamanho dos currais, supunham serem numerosos os rebanhos, embora não possam ser considerados sinais de riquezas, devido às dificuldades de comunicação” (D’ORBIGNY, 1976:102). “Os proprietários dessas fazendolas ocupam-se quase exclusivamente da criação de gado”, embora também se “dedicassem ao garimpo, contavam com a mão-de-obra da família para o trabalho nas lavouras de subsistência e na criação, sendo raros os escravos negros” (SPIX, 1981:79). De acordo com SAINT-HILAIRE:

“colonos existem que, só possuindo dois escravos, tem, no entanto, várias milhares de cabeça de gado. Em geral, não se gosta de confiar funções de vaqueiro a escravos, porque os que as exercem vivem ordinariamente longe das vistas do senhor. Os vaqueiros são muito comumente os próprios filhos do proprietário, ou então homens livres a quem se dá o terço do produto do rebanho. Queixam-se da pouca fidelidade dos que são encarregados de tratar do gado”. (SAINT-HILAIRE *apud* MACHADO, 2000:31).

Saint-Hilaire chama atenção para o fato de que além de pobres, os habitantes do sertão eram vistos como homens de costumes simples, porém hospitaleiros, embora indolentes e passionais, especialmente nos crimes. A população era composta de mulatos, na quarta ou quinta geração de mestiços de negros com índios ou com europeus.

A segunda frente de colonização do Jequitinhonha veio do sentido sul, dentro do processo de ocupação promovido pelas bandeiras dos paulistas, que penetraram o território mineiro em busca de metais e pedras preciosas. Já no final do século XVII, foram descobertas as minas de ouro do Serro Frio, marcando o início da mineração na região do Jequitinhonha e dando origem logo a seguir, às diversas povoações.

Em 1727, partindo do Arraial de Rio Manso, atual município de Couto de Magalhães de Minas-MG, a bandeira de Sebastião Leme do Prado, encontrou ouro no ribeirão Bom Sucesso, próximo à sua foz com o rio Fanado, onde surgiu um núcleo minerador, com a descoberta de grandes quantidades de ouro “à flor da terra”, que já em 1730, se tornava a *Vila de Nossa Senhora do Bonsucesso das Minas Novas do Arassuai* e Sede do Termo que abrangia toda a região norte-nordeste da província de Minas. Em 1840, o município passou a ser denominado com o nome de Minas Novas, dominando um amplo território.

A Sede do município de Minas Novas se assenta às margens do rio Fanado¹, daí, desde os tempos coloniais, a importância desse rio na vida das populações, como fonte de água e de riquezas, de tradições, de religiosidade, a ponto de seus habitantes serem denominados de “*fanadeiros*”. Em meados do século XIX, a economia sofreu um “esfriamento”, em consequência da crise da atividade mineradora, acrescida posteriormente, pelos impactos da Abolição da escravidão e Proclamação da República.

Ressalta-se que Leme do Prado organizou sua bandeira às custas do Governador da Capitania de Minas, com todas as formalidades legais, tendo inclusive o Governador D. Lourenço de Almeida lhe concedido provisão de Guarda-mor das terras minerais que viesse a descobrir; assim, as terras circunvizinhas ao córrego Bonsucesso foram repartidas entre a gente que compunha a bandeira e outras pessoas que, de imediato, acorreram ao novo descoberto.

Partindo da gênese da história do Jequitinhonha, ainda no Século XVIII, o Governador da Capitania de Minas Gerais estimulou o empreendimento de novos descobertos auríferos, seja porque assim determinavam os ambiciosos ministros de Portugal, seja porque o esgotamento das minas já era previsto dada a avalanche de mineradores que as exploravam e assim surgiram, dentre outros, as lavras de Minas Novas.

Ressalta-se é que na época os irmãos Domingos e Francisco Dias do Prado, primos de Sebastião Leme do Prado e liderados por Brás Esteves, mineravam na região de Itacambira e sul da Bahia. Consta que aí cometeram crimes e se tornaram temidos; avisados da viagem de Sebastião Leme a Itacambira, “saíram-lhe ao encontro, duas léguas antes do arraial de Santo Antônio, acompanhados de grande multidão, em ar de cortesia, mas na realidade a efeito de o impressionarem com tamanho aparato” (MACHADO, 2000:34).

Nessa ocasião, estava em Itacambira o Padre Honorato, em nome do Arcebispado da Bahia. Com grande poder de persuasão sugeriu a Leme do Prado a manifestar os descobertos à Bahia. O Guarda-mor mostrou-se convencido pelos argumentos dos primeiros padres e informou ao vice-rei não só as minas de Itacambira, mas também as do Bom Sucesso e Araçuaí, as mesmas que já repartira em nome do Governo de Minas.

D. Lourenço reclamou ao governo da Coroa sua reintegração na posse das Minas Novas, mas Sua Majestade houve por bem, em 21 de maio de 1.729, anexar toda a região ao Governo da Bahia, tendo ficado subordinada à Ouvidoria de Serro do Frio apenas no tocante ao judicial. Esta circunstância, somada ao fato de terem todas as paróquias do

¹ O nome Fanado, originalmente significa murcho ou falhado, pois neste curso o ouro era em menor quantidade e em aluviões não contínuos, ao contrário do Bonsucesso que se referia a uma área de maior concentração aurífera.

nordeste mineiro ficado sujeitas ao Arcebispado da Bahia até 1.864, quando se criou o Bispado de Diamantina (MACHADO, 2000:39).

A mineração em Minas Novas prosperava e o ouro produzido era crescente. O arraial crescia e vinha gente de várias partes, principalmente da Bahia. Logo se ergueu uma capela, dedicada a São Pedro, o padroeiro do lugar. Menos de dois anos após o descobrimento, já se estimava 40000 habitantes, entre brancos e negros (PEREIRA, 1969:34).

O Conde de Sabugosa, criou em oito de dezembro de 1729 a 3.^a Companhia de Dragões, para atuar na repressão ao contrabando de ouro de Minas Novas. Essa companhia teria sido instalada em Alto dos Bois (atual Angelândia). Todavia, era quase impossível uma tropa de oitenta soldados policiar toda extensão do território de Minas Novas, que abrangia o nordeste e parte do norte de Minas Gerais, chegando a medir cerca de 900 quilômetros de comprimento por 540 quilômetros de largura (MACHADO, 2000:41).

De acordo com alguns estudiosos (MACHADO, 2000; PEREIRA, 1969; RIBEIRO, 1993), abrangeria hoje mais de 100 municípios, em pontos extremos que iam do município de Senador Modestino Gonçalves e Espinosa, de Água Boa a Salto da Divisa e de Ubaí a Serra dos Aimorés. Se delimitado num mapa esta área, tem-se uma porção correspondente a 140.692 Km², um quarto do território mineiro, o que corresponde ao tamanho do estado do Ceará. Minas Novas formava uma província à parte e não oficializada – “*Termo Especial*”. Os viajantes do início do século XIX, SAINT-HILAIRE e SPIX e MARTIUS, referiam-se à Vila de Minas Novas como sendo a provável capital de toda essa porção do território mineiro.

Já em 1854, cogitou-se a criação de uma nova província, que compreenderia a comarca de São Mateus, no Espírito Santo, as de Caravelas e Porto Seguro na Bahia, a de Jequitinhonha e parte das de Serro e São Francisco, em Minas Gerais. A província chamaria Santa Cruz, Mucuri ou Porto Seguro. Teófilo Otoni, político mineiro da época, imaginava Filadélfia, atual Teófilo Otoni, como capital. A idéia haveria de ter prosperado, se a Companhia do Mucuri também tivesse alcançado o êxito projetado pelo seu idealizador (MACHADO, 2000:43).

Para facilitar a “*quintagem*” do ouro extraído em Minas Novas, criou-se em 1729 a Casa de Fundição, que começou a funcionar em 1730. Vários funcionários bem remunerados passaram a residir no arraial, conferindo-lhe rapidamente um caráter urbano. Em 02 de outubro de 1730, foi instalada solenemente pelo Ouvidor de Serro do Frio a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, tendo sido eleitos os primeiros vereadores, Presidente da Câmara e Juizes Ordinários. Através do Decreto Régio de 13 de maio de 1757, a Vila de Minas Novas retornou-se à jurisdição de Serro do Frio. O

Ouvidor de Jacobina ainda insistiu em manter jurisdição sobre as Minas Novas, mas foi duramente repreendido pelo Rei (PEREIRA, 1969:38).

VIANA (1935) defende a tese de terem sido bandeirantes baianos os descobridores de grande parte de Minas Gerais; de fato, as primeiras incursões do grande território de Minas Novas foram feitas por sertanistas baianos, haja vista que, por exemplo,

“se Leolino Mariz agia em nome do vice-rei, radicado na Bahia, se as Minas Novas e os caminhos do São Francisco foram desbravados pelos baianos, procede a tese de quantos afirmam terem sido aqueles os descobridores de grande parte do território mineiro e suas riquezas” (VIANNA, 1935:78).

Salvo o caso da dependência de Minas Novas ao Serro, o fato é que esse “*Termo*” se consolidou a célula “*mater*” dos principais povoamentos do Jequitinhonha, cujos desdobramentos deram origem à maioria das cidades do Vale. Data também do início do século XVIII a descoberta de diamantes no *Arraial do Tejuco*, atual município de Diamantina. A importância dos descobertos fez a coroa portuguesa criar a Intendência dos Diamantes em 1734, que delimitava o distrito e criava uma administração própria, com um rígido controle e uma lei específica para o Distrito: *O Livro da Capa Verde*.

Para se ter idéia da importância da mineração na região, é citado em dois exemplos: entre meados de 1730-31, fundiram-se nas *Minas Novas do Arassuai* 216 arrobas de ouro, que somado ao contrabando poderiam atingir mil arrobas (PEREIRA, 1969:37). JARDIM (1974:57), afirma que no período de 1728-1801, foram extraídos cerca de três milhões de quilates de diamantes, em terras brasileiras, sendo a quase totalidade no Jequitinhonha.

1.2 – A Ocupação Camponesa na perspectiva Geo-Histórica

Na região das Minas Novas, boa parte da população se dividia entre o trabalho na lavoura durante o período chuvoso e o garimpo no período da seca, quando esta atividade é facilitada pelo menor volume dos rios e córregos. Essa combinação lavoura-garimpo aparece em relatos dos viajantes estrangeiros como Saint-Hilaire, Spix e Martius, que percorreram a região no século XIX; tal combinação ocorreu até recentemente, embora com muito menos freqüência, devido à escassez do ouro. Com a diminuição das áreas de mais fácil extração, devido as dificuldade de acesso á água para lavagem dos cascalhos, a produção mineradora caiu e a agricultura absorveu a população que concentrava na área. Costa Filho que estudou a produção de cana-de-açúcar em Minas Gerais afirma que a maioria dos estabelecimentos:

“possuía conjuntamente roças e lavras; eram essas fazendas, simultaneamente, de agricultura e mineração. A essas fazendas que possuíam minas e lavouras ou criações chamamos fazendas mistas. (...) Digna de citação entre outras, era a fazenda de Bonifácio Pereira Veloso, sita no Ribeirão do Itanguá, na Comarca de Serro Frio, Termo de Minas Novas. (...) Havia na fazenda lavras e gados, o que mostra que era uma típica fazenda mista, isto é, era ao mesmo tempo agrícola e mineral ou agropecuário-industrial” (COSTA FILHO, 1963:162)

De acordo com Ribeiro (1993), a partir do final do século XVIII, além do cultivo de milho, feijão e cana-de-açúcar, se expande a lavoura do algodão na região de Minas Novas-MG que, favorecido pelas condições do solo e clima, ganhou fama pela qualidade. Além da comercialização em rama, o algodão era também utilizado para fabricação local de tecidos, cobertas, toalhas, etc., que podiam ser consumidos ou exportados para outras regiões. A Coroa Portuguesa impôs no final do século XVIII, medidas voltadas para restringir as manufaturas de algodão em toda a Colônia, limitando-as apenas aos tecidos grossos usados para o vestuário de escravos e enfardamento, visando direcionar a atividade da província para a mineração, bem como proteger suas próprias exportações de manufatura.

Além das proximidades de Minas Novas, o algodão era cultivado no médio Jequitinhonha. Nesta área, que constitui a terceira frente de ocupação do Vale, realizada a partir da instalação de postos militares no início do século XIX, que deram origem a várias cidades da região: *São Miguel, Vigia, Água Branca e Salto Grande*, atuais municípios de Jequitinhonha, Almenara, Joáima e Salto da Divisa (PEREIRA, 1969:44).

A instalação dos quartéis visava “domesticar” os temidos botocudos, impedir o garimpo e os contrabandos de ouro e diamantes. Após a ocupação militar sucedeu a

concessão de terras na margem do rio a colonos vindos das povoações próximas do *Termo de Minas Novas*, que recebiam áreas de meia légua quadrada (aproximadamente 900 hectares), isentas de impostos por dez anos. Assim, a área produtora de algodão estendia-se desde as proximidades de Minas Novas até em torno do quartel de *São Miguel*, tendo o centro comercial *São Domingos*, atual município de Virgem da Lapa (PEREIRA, 1968:46).

De acordo com SPIX e MARTIUS (1981), próximo à cidade de Araçuaí as povoações eram habitadas por lavradores em sua maioria mulatos, que se dirigiam para o núcleo somente aos domingos e dias santos. “Além do algodão, criavam algumas poucas cabeças de gado e porcos em maior quantidade, plantavam roças de subsistência, cuja venda eventual de algumas sobras permitia o abastecimento das vizinhanças, que ficava prejudicado em períodos de seca, elevando os preços dos produtos” (SPIX e MARTIUS, 1981:69 *apud* PEREIRA, 1969:49).

Em geral, conforme PEREIRA (1969), apenas algumas fazendas, associadas aos engenhos, empregavam um número mais significativo de escravos, mas a grande maioria dos lavradores contava apenas com um ou outro e mais certamente com a mão-de-obra familiar, ou ainda, na região ocupada mais recentemente, com o trabalho de alguns índios, inclusive botocudos, que se ofereciam em troca de víveres ou pequenos presentes.

Essa população que habitava extensas terras, que podiam chegar até oito léguas quadradas (aproximadamente 230.000 hectares), dimensões consideradas necessárias à agricultura itinerante e predatória, segundo SAINT-HILAIRE, não pode ser definida nem pela riqueza, nem pela miséria. Pelos seus hábitos simples, foram considerados por SPIX (1981:62) como mais assemelhados “aos sertanejos do que aos dos habitantes cultos de São João d El-rei, Vila Rica e Tejuco” e SAINT-HILAIRE (1975 *apud* PEREIRA, 1969:46) também os comparou, pelo acanhamento, aos camponeses franceses.

As narrativas históricas sobre o Jequitinhonha em geral se interrompem no final do período da mineração ou fazem breves menções a alguns aspectos isolados de períodos seguintes, para retomar seu curso apenas nos anos 1960-70, quando o isolamento do Vale é interrompido pela invasão das reflorestadoras e da cafeicultura. É preciso ter cuidado para não se cair na simplificação histórica, ao considerar que o Vale permaneceu isolado e adormecido por mais de um século, de modo análogia à obra literária “*Cem anos de solidão*”, de Gabriel Garcia Marques, quando descreve a lendária região do “*Macondo*”. No entanto, outros registros trazem à tona uma dinâmica de ocupação territorial, de fundamental importância para compreensão do movimento e configuração camponesa no espaço estudado, principalmente as novas relações e fluxos comerciais que foram se constituindo.

Em meados do século XIX, além do tradicional trânsito comercial com Diamantina, uma rota mais significativa foi se abrindo na medida em que se desenvolvia a navegação do Jequitinhonha, possibilitada pela consolidação do processo colonizador de sua porção oriental. Os antigos quartéis de beira do Jequitinhonha e outras povoações cresceram como entrepostos comerciais que ligavam o norte de Minas e o sul da Bahia.

“A cidade de Aracuai era um grande entreposto de comércio. De todos os municípios vizinhos, num raio de mais de 50 léguas, convergiam para ali as tropas. A mata do Peçanha mandava-lhe o toucinho, a carne de porco e o café; Minas Novas, o açúcar; Serro e Ferros, os seus cereais e o café; S. João Batista, o ferro; e todo o norte de Minas, suas variadas produções: os Municípios de Aracuai e Salinas forneciam o gado e a carne-sêca” (PEREIRA, 1969:82).

De acordo com COSTA FILHO (1963), já em 1874, parte do açúcar e doces consumidos na Colônia Filadélfia, atual município de Teófilo Otoni, era:

“procedentes da cidade de Minas Novas, arraial da Chapada e Sucuriú. Desde o final do século anterior e durante todo o século XIX, a região de Minas Novas parece ter tido grande destaque na produção e comercialização de rapadura, açúcar e aguardente. Em 1808, os vários tipos de engenho de cana de Minas Novas e Paracatú alcançavam mais de 156, enquanto em levantamento de 1854, só o município de Minas Novas possuía 246 engenhos que correspondiam a cerca de 7% do total pesquisado na província” (COSTA FILHO, 1963:70).

De acordo com Ribeiro (1993), no caso de Minas Novas, engenhos eram pequenas “*engenhocas*”, não se comparando aos da Bahia, que se formavam como grandes estabelecimentos voltados para a exportação. Mas, por outro lado, não só na região de Minas Novas, muitas são as referências à comercialização de subprodutos da cana-de-açúcar com outras partes da província, durante o século XIX (COSTA FILHO, 1963:71).

Estas informações revelam que algumas áreas do Jequitinhonha, no final do século XIX se caracterizavam por um lado, pela presença de uma economia familiar camponesa, evidenciada pelo grande número de lavradores e por uma pequena mão-de-obra cativa. Mas por outro lado, há indícios de algumas fazendas, onde se concentrava mão-de-obra escrava; tais fazendas indicam que além das trocas comerciais dessas áreas do Jequitinhonha com as regiões vizinhas, a economia regional tinha certo dinamismo, ou caso contrário, aquela mão-de-obra já teria sido vendida para outras regiões, tendo-se em vista que a importação de escravos já se encontrava proibida desde 1850.

Conforme Ribeiro (1993) a economia do Vale apresentou momentos de expansão e crises, ligados em grande parte ao comércio com as regiões vizinhas. Em 1910, com o declínio da navegação do Jequitinhonha, como a rota comercial já estava em processo avançado, determinando um novo rearranjo da economia regional, a pecuária de corte ia substituindo a lavoura de cereais, principalmente na região dos antigos quartéis (região do médio Jequitinhonha), iam sendo abertas fazendas de gado.

“Ao tempo, ainda havia muita facilidade em se formar fazenda. As terras eram quase de graça, sobretudo as mais afastadas do rio grande ou dos córregos principais. Em 1920, para melhor precisar quase tudo ainda era mata. [Alguns fazendeiros] compreenderam que aquelas terras, então sem valor, no futuro, teriam preço e despertaria interesse. Previdentes e confiantes reservaram para si e para os seus, áreas maiores, quando ninguém as queria ou por elas se interessavam” (SOL, apud RIBEIRO, 1993:106).

As fazendas também se formavam à custa das áreas de posse aberta para criação de gado nos antigos sistemas “de meio” ou “de sorte” (uma cria por quatro), onde, como explica Frei Tetteroo OFM, vigário de São João da Vigia (atual município de Almenara):

“sem garantia alguma por parte do Governo, pelas benfeitorias do lugar que abriu, cedo ou tarde verá o pobre seu terreno ocupado por outro mais favorecido da fortuna, sem compensação alguma ou recebendo o que o outro lhe quizer dar. Porque o Governo, para inibir a destruição das mattas, mui justamente considera intrusos os que se apoderam dos terrenos devolutos, sem terem satisfeito as formalidades prescriptas pela Secretaria de Agricultura” (TETTEROO, apud RIBEIRO, 1993:109-110).

A pecuária não prosperou só na parte oriental do Jequitinhonha, mas em torno de Araçuaí e Salinas, que diante da deficiência das estradas, viam no gado a única mercadoria que se auto-transportava e conseguia alcançar mercados mais distantes. Nas décadas seguintes, começaram a ser abertas algumas das estradas pioneiras do Vale do Jequitinhonha, que até então, praticamente só possuía caminhos de gado e tropas por onde escoava sua produção.

Na primeira metade do século XX, as fazendas do Vale, não se dedicavam exclusivamente à pecuária, em geral se combinava com a produção agrícola, havendo áreas, como a de Minas Novas, em que ambas as atividades possuíam igual importância. Assim, as áreas de lavoura que cultivavam, visavam não só garantir o abastecimento da família do seu proprietário e dos trabalhadores, mas também à comercialização.

No Jequitinhonha, se constituiu um campesinato que girava em torno das fazendas e que em grande parte era o responsável pela produção agrícola. Este campesinato estabelecia com as fazendas um conjunto de diferentes relações de produção e de acesso a terra. Ribeiro (1993) chama atenção o fato de muitos migrantes baianos fugindo da seca e ex-escravos, libertos a partir da segunda metade do século XIX e depois da Abolição, em 1888. MOURA (1980) faz uma observação sobre a questão:

“há indícios técnicos bastante interessantes que permitem diferenciar os pequenos produtores dos agregados: são muito comuns os brancos e pardos claros entre os primeiros, muito comuns os negros entre os segundos. Até que ponto essa mostra impressionista ainda pode estar referida a homens livres que, a partir da decadência do ciclo do ouro, conseguiram ter acesso ao controle autônomo de uma pequena parcela de terra e escravos, posteriormente ex-escravos que permaneceram no interior das fazendas” (MOURA, 1980:52).

Antigos posseiros, expulsos de suas terras por fazendeiros ao “abraçar” novas áreas, como descreve Frei Tetteroo (citado por RIBEIRO, 1993) e índios e seus descendentes, expulsos de suas terras, formaram um contingente de trabalhadores “despossuídos”, que encontravam na agregação nas fazendas o único jeito de acesso à terra.

“O agregado, trabalhador permanente que se define pelo direito de moradia na propriedade, tradicionalmente constituiu a principal mão-de-obra para os serviços da fazenda, não só na lavoura, mas ainda os relacionados com os pastos, com o beneficiamento e o reparo das instalações (currais, cercas, etc.). Remunerado quase exclusivamente pelo seu próprio trabalho – cujo produto amiúde é obrigado a partilhar com o fazendeiro, na base da 'meia' ou da 'terça' – tudo o que recebe sob forma monetária é um pagamento irrisório, constituído por sua roça de subsistência. Tais diárias, porém, normalmente equivalem à metade do que ganha o 'camarada' contratado fora da fazenda” (TETTEROO, apud RIBEIRO, 1993:71).

Embora possuíssem algumas características em comum, o agregado distinguia-se do parceiro pela localização da moradia, que no caso deste último não ficava dentro da área da fazenda. A posse de um pequeno pedaço de terra, às vezes um simples lote, onde está situada sua casa e um quintal, que embora fosse insuficiente para garantir a sua “despesa”², assegura ao parceiro uma autonomia maior em relação ao fazendeiro que a do agregado, que se encontra na condição de estar sempre à disposição do patrão.

² O termo despesa designa fundamentalmente os gêneros de primeira necessidade componentes da alimentação da população rural pobre, e que provém, em parte, da roça e do quintal do pequeno produtor, e em parte da compra no comércio: feijão, milho ou fubá, arroz, farinha de mandioca, açúcar, sal e querosene (MOURA, 1980:51).

Além de “*tocar roças*” nas fazendas, os parceiros e posseiros vizinhos, que possuíam lavouras apenas em suas terras, costumavam trabalhar como “camaradas” nas fazendas, recebendo pela “diária ou por empreitada”. Esse recurso era uma forma de complementar a renda familiar, que não era suprida apenas pela produção agropecuária desenvolvida na unidade, seja para consumo imediato ou para a venda.

Uma outra estratégia adotada por alguns membros das famílias era a busca de trabalho fora da região, utilizada principalmente por camponeses com pouca terra, ou pelos mais jovens, quando precisavam adquirir dinheiro para os difíceis períodos de seca, para a compra de terra, para o pagamento de uma dívida ou para o casamento. Através da migração “os camponeses mais pobres, buscavam uma via de emancipação frente ao poder dos fazendeiros do Vale do Jequitinhonha, a quem tinham que se submeter para conseguir trabalho que assegurasse a sua sobrevivência” (AMARAL, 1988:81).

A migração temporária é um fenômeno antigo no Jequitinhonha, sendo detectada a ocorrência de fluxos migratórios de trabalhadores do Jequitinhonha já no final do século XIX, rumo a São Paulo, Zona da Mata Mineira, Espírito Santo e até para o Paraguai. Essas migrações recebiam protesto dos fazendeiros, que viam nelas uma perda de braços da região e até de políticos mineiros que reclamavam que “Minas perdia substância” ao não conter o esvaziamento da mão-de-obra em direção a outras regiões do país.

Os “chapadeiros”, trabalhadores de Minas Novas, que se dirigiam tanto para os cafezais de São Paulo, cuja finalidade era a de empreitadas para as roças e trabalhos da lavoura, provavelmente são os precursores da migração temporária no Jequitinhonha. Tal fenômeno é observado também em outras áreas do Vale, onde os migrantes recebiam a denominação de “*são-pauleiros*”. (AMARAL, 1988:82).

No entanto, se havia uma parte importante do campesinato, que mantinha com as fazendas relações de dependência e submissão, um outro contingente de camponeses do Vale possuía em relação àquelas grandes propriedades uma autonomia bastante significativa. Esses agricultores foram chamados de “independentes”³ por MOURA (1980), que destacou que essa categoria de agricultor aparece como grande ausente, havendo uma vinculação tanto do agregado e do parceiro, como de posseiro e do pequeno proprietário às fazendas da região. Talvez essa sua posição possa ser explicada pelo fato de considerar que só excepcionalmente se encontram agricultores familiares com estabelecimentos que

³ Produtores independentes foi um termo utilizado por MOURA (1980) para alguns agricultores que “não dependiam do trabalho fora de seus sítios para complementarem o consumo doméstico” AMARAL (1988:74), utilizando basicamente a mão-de-obra familiar e dispondo de terras e recursos suficientes para assegurar uma produção que lhes permitisse abastecer sua “despensa” e uma sobra, a ser vendida. Por essa condição, que lhes davam prestígio social, os camponeses do Vale, especialmente, aqueles mais vinculados à fazenda, tinham no agricultor independente um modelo desejado.

excedem aquele limite inferior a dez hectares, o que certamente exclui boa parte dos agricultores “independentes”, que em geral se situam na faixa de cinquenta e cem hectares.

Percebeu-se que entre os produtores mais abastados alguns se tornavam comerciantes e possuidores de tropas, que se constituíam no principal meio de transporte da produção de toda região, tanto para camponeses, como fazendeiros. De acordo com Ribeiro (1993), as tropas de Minas Novas se dirigiam para os principais centros de comércio das regiões vizinhas, principalmente Montes Claros, Diamantina e Teófilo Otoni e para cidades baianas próximas. Outro fluxo das tropas, com rotas mais curtas, era para Araçuaí e as estações da Ferrovia Bahia e Minas, sendo que para todos os destinos se levava “açúcar sujo”⁴, aguardente, rapadura e doces, toucinho, farinha, algodão e feijão e traziam sal, querosene, farinha de trigo, bebidas cerveja, tecidos, ferragens e armarinhos.

Os comerciantes “*tropeiros*”, por possuírem o único meio de alcançar as regiões distantes ou o transporte para as cidades próximas, monopolizavam a comercialização da produção agrícola e um conjunto de relações sociais entre as comunidades locais; estabelecendo com os camponeses, relações que iam além do aspecto mercantil, estendendo a outras de ordem sociais, de compadrios e políticas. Aqueles comerciantes se constituíram muitas vezes, em lideranças locais importantes. A essa realidade do Jequitinhonha, observa-se o que Abramovay refere-se sobre as sociedades camponesas:

“uma das características centrais das sociedades camponesas é a formação localizada de monopólios na compra e venda de produtos. Isso significa que a integração dos camponeses ao mercado realiza-se em condições tais que, permanentemente, existe a influência individual de certos agentes econômicos sobre a formação dos preços. (...). Aqui muito mais importante que a capacidade competitiva típica em uma estrutura concorrencial de mercado, é a formação da cadeia de patronagem, clientelismo e dependência em que a reprodução camponesa se apóia” (ABRAMOVAY, 1992:117-118).

Percebe-se até aqui, que o camponês foi sendo moldado ao longo da história das Minas Gerais e do Jequitinhonha, o que permitiu sua ocupação espacial, mesmo diante de estruturas que desfavorecia a ocupação da terra por indivíduos de pouca condição e posse.

⁴ No Vale do Jequitinhonha, chama-se de açúcar “sujo” o produto artesanal fabricado de forma rudimentar com o uso de “barrileiro” (utensílio de bambu, semelhante a um balaio trançado), de cor mais amarelada, diferente do açúcar industrial cuja coloração é cristalina. Recentemente esse açúcar vem sendo substituído pelo açúcar mascavo, onde os agricultores utilizam as mesmas instalações e estruturas de fabricação da rapadura.

1.3 - Ações do Estado no Vale do Jequitinhonha e Intervenções na Estrutura Agrária

De acordo com Ribeiro (2000), nos séculos XIX e XX a história do Nordeste de Minas Gerais é prejudicada pela sua posição geográfica, cujas características possibilitaram que fosse confundido como Norte, Nordeste e Leste mineiros. Viveu, como outras zonas do estado, um processo lento de expansão econômica, constituindo um “*crescimento inadequado*”. No cenário de Minas Gerais da passagem dos séculos XIX para XX, quando associado ao Leste, o Nordeste era concebido como uma vasta fronteira; quando associado ao Norte era tido como uma zona de pecuária atrasada e pouca expressão econômica, mas na maioria das vezes, como uma região estagnada ou desqualificada, do ponto de vista tecnológico e outros aspectos da modernidade da época.

A ação governamental no Vale estabeleceu, a partir da década de 1950, para efeito de planejamento, os limites da Macro-Região Jequitinhonha, desconsiderando as formas já instituídas de organização regional, contribuindo para o ‘*isolamento e estagnação*’ da região.

Diante da distância e ausência do Estado, em alguns momentos até ocorreram idéias separatistas da região em relação a Minas. De acordo John Wirth, viajante inglês da década de 1890, em sua obra “O fiel da balança”, diversas cidades entraram em auto proclamada contenda, inclusive Minas Novas, que construiu um Palácio do Governo⁵.



Foto 1: Casarão de Minas Novas

Fonte: Pesquisa de Campo, Minas Novas, 2006.

⁵ O “casarão” ou “sobradão”, um dos acervos de Minas Novas é um edifício barroco, com 8 portas e 56 janelas. Construído em 1821, é um exemplo da arquitetura colonial de Minas Gerais. Já foi utilizado como o Fórum da comarca. Quando se cogitou a criação da Província de Minas Novas, pelo projeto de lei apresentado à Assembléia Geral do Império em 22 de agosto de 1856, foi indicado para ser a sede do governo. O projeto de lei previa que a província deveria ser formada pelas comarcas de Porto Seguro e Caravelas, na Província da Bahia, e de Jequitinhonha, em Minas Gerais, além da Vila do Fanado, que seria a capital.

No início do século XX, embora os governos estivessem ausentes do campo, isso não impedia que regiões encontrassem seu próprio caminho, e inventassem seu destino com iniciativas locais. Muitas iniciativas ao “*largo do Estado*” e conduzido por cidadãos que explicaram boa parte dos negócios públicos e privados, permitindo a concretização de propósitos comunitários e deram à região parte de sua história. Na ausência de contatos com centros políticos ou econômicos de vulto, a região guiava-se e criava pequenos mercados que se bastavam em quase tudo, alguns locais progrediram muito, outros menos, mas, sempre longe da ação de governos e sob a batuta do poder local (RIBEIRO, 2000).

A visão governamental sempre trabalhou a idéia que o Jequitinhonha sempre foi uma região estagnada e isolada; argumentando que tal imagem foi construída pela própria política pública, onde a ação do Estado desde então, baseava-se na idéia de que a estagnação da região precisaria ser rompida pela sua integração ao desenvolvimento nacional, com amplo apoio de políticas públicas (CODEVALE, 1991; Fundação João Pinheiro, 2000).

Algumas cidades desenvolveram forte sentimento de localidade e pertencimento, manifestado em costumes, modos de vestir, falar, arrear, festejar e comer. Observa-se este localismo nas anotações de viajantes comerciais e memórias de começos do século XX: os viajantes zelavam pelos tratos particulares dos lugares e enfatizaram as suas peculiaridades e convívios. “Nas cartas o viajante Martelli comentava características: doces de Minas Novas, arreios de São Domingos, prostitutas do Araçuaí, as palestras em Teófilo Otoni, o lustro social de São Miguel” (RIBEIRO, 2000).

A partir dos anos 1950, o Vale passou por transformações significativas, associadas ao processo de desenvolvimento capitalista. A integração do Jequitinhonha a um mercado que se ampliava continuamente se favoreceu pelo processo de industrialização ocorrido em outras regiões e pela abertura e melhoria das condições de transporte. Esse processo facilitou o acesso de produtos regionais, especialmente o gado, a mercados mais distantes, e possibilitou a entrada nos mercados do Jequitinhonha, de produtos agrícolas, que concorriam com a produção local. O Diagnóstico da CODEVALE já assinalava que:

“a BR-116 veio facilitar grandemente a importação de gêneros alimentícios da zona da Mata, onde pequenos e médios atacadistas (por sinal em pequeno número) se abastecem de gêneros alimentícios importados em grande escala de grandes atacadistas de Muriaé ou mesmo de Teófilo Otoni, na zona do Urucuia. Também o Estado da Bahia (Vitória da Conquista, Salvador) abastece aos mercados do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte caracteriza-se como importante centro abastecedor do Alto Jequitinhonha, via Diamantina” (CODEVALE, 1967:55).

A observação nos dados do IBGE, para o período de 1920 a 1985, em relação à produção agropecuária, percebe-se que o Vale apresentava em geral produtividades inferiores ao resto do estado, para vários produtos agrícolas como o algodão, arroz, feijão, mandioca e milho, nas décadas de 1950-60. Diante do processo de modernização agrícola, que se iniciava em outras regiões, a produtividade menor do Jequitinhonha também indicava dificuldades da sua agricultura, em grande parte baseada na produção camponesa, em competir nos mercados vizinhos com os produtos de outras regiões; mesmo com a baixa produtividade a produção gerava excedente pelo fato de se cultivar áreas maiores nas unidades familiares.

Minas Novas teve um relativo acréscimo da produção algodoeira entre 1940-50 e mesmo entre 1950-60, garantido não por grandes lavouras, mas pela soma da produção de diversos estabelecimentos, que pode ser em parte associada à tecelagem doméstica e em parte ao fornecimento para indústrias de tecidos das regiões de Diamantina e Teófilo Otoni.

No período 1970-85, as taxas de crescimento da produção na região, eram ligeiramente superiores às do estado, para alguns produtos como algodão, feijão, milho, bovinos, farinha e aguardente. Esse crescimento sugere por um lado, uma recuperação em relação ao período declinante anterior e por outro lado, uma adaptação da economia local a novos padrões de mercado, facilitada pela melhoria das condições de transporte e comercialização, possivelmente apoiada nas mudanças econômicas associadas à expansão da pecuária, da implantação do reflorestamento e da cafeicultura.

O milho e o feijão eram culturas tradicionais das unidades familiares e a área em estudo possui quase totalidade dos estabelecimentos envolvidos na sua produção. O feijão sempre apresentou maior importância, inclusive como produto para comercialização. VOLL (1985) destaca a significação do feijão para a produção camponesa do Vale: “outro produto importante é o feijão, que compõe a dieta alimentar e representa uma boa alternativa para a comercialização” (VOLL, 1985:49). O milho, mais sujeito às estiagens, devido ao seu ciclo mais longo, tem sua produção mais associada ao consumo na própria unidade pela família e principalmente, para a alimentação das criações de suínos e aves.

A criação de suínos e bovinos era importante para as unidades familiares, representando uma espécie de reserva de valor para os momentos de maior necessidade de recursos financeiros. Os primeiros eram criados nas unidades familiares, principalmente em Minas Novas e Araçuaí, onde a comercialização do toucinho era tradicional, inclusive para exportação a outras cidades, como Teófilo Otoni e Diamantina. A atividade apresentava crescimento bem menor, com decréscimo do rebanho, provavelmente fruto da concorrência

com a produção industrial de derivados. O rebanho bovino representava uma das atividades que não possuía taxas de crescimento significativas, apresentando pequena oscilação em comparação com as do estado, revelando-se com as tendências da pecuária no resto do Estado (IBGE, 1989:255).

A cana-de-açúcar e a mandioca, além do seu uso na alimentação da família e como ração para as criações, eram empregados também em termos de produção camponesa, para o beneficiamento em pequenas fabriquetas, onde se retiravam vários subprodutos em geral, destinados à comercialização. Tratava-se de uma atividade importante do período da seca, quando devido a restrições climáticas, diminui o trabalho na lavoura. Com a diminuição do uso do açúcar sujo, a produção de cana-de-açúcar dirige-se para a fabricação de cachaça e rapadura, cujo consumo desta última tem sido basicamente a nível local de mercado curto, enquanto a cachaça tem um mercado mais regionalizado e apresentou nas últimas décadas um crescimento significativo em termos de produção e consumo.

A mandioca era usada para a fabricação da farinha, e polvilho, produzidos em equipamentos rústicos, fabricados com matéria prima e mão-de-obra local e instalados em construções próximas às moradias, as “chamadas tendas de farinha”⁶. Ainda hoje parte destes equipamentos é movida pela força humana, exigindo grande esforço físico, mas vêm sendo substituídos por motores elétricos. No entanto, o “saber fazer” ainda predomina na produção, mantendo-se artesanal no momento em que é torrada em fornos de pedra e o “ponto” ideal ajusta-se ao sabor diferenciado⁷. A farinha de mandioca e a de milho sempre foi importantes produtos na alimentação das unidades camponesas.

A cana-de-açúcar, embora bastante generalizada nas unidades familiares, possui menor número de unidades de beneficiamento em comparação com a mandioca, devido ao custo de seus equipamentos e das construções correspondentes; por outro lado, qualquer uma das modalidades de beneficiamento de mandioca ou da cana, exige disponibilidade de mão-de-obra e de animais de carga.

A propriedade de engenhos para fabricação de açúcar, rapadura e cachaça se limitavam aos agricultores mais capitalizados, principalmente quando os engenhos de pau, foram sendo substituídos pelos de ferro e movidos a motores, que exigem maiores recursos para a sua aquisição. Daí serem mais freqüentes para os agricultores camponeses, no caso da cana-de-açúcar, a utilização dos engenhos e fabriquetas dos vizinhos, através do sistema

⁶ Chama-se de tenda os galpões de beneficiamento coletivos de mandioca e cana-de-açúcar. No caso das tendas de farinha, ficou mais evidenciado o termo após a implantação do projeto MG II na década de 1980, onde várias destas unidades foram construídas no município de Minas Novas.

⁷ O “saber fazer” do artesanato da alimentação como patrimônio foi estudado por TUBALDINI (2006), sobre a produção artesanal da cachaça em Ouro Preto/MG e a Aguardente do medronho no Algarve-Portugal.

de meia, terça ou outras formas de aluguel daqueles equipamentos, ou utilização de unidades coletivas. Dentre os subprodutos da cana-de-açúcar, o açúcar era o mais importante no início do século passado, especialmente em Minas Novas, que possuía tradição de comercialização com outras regiões.

Alguns autores destacam a questão da expropriação como um marco mais importante das transformações recentes no Vale do Jequitinhonha, com resultados significativos para o campesinato da região:

“As mudanças econômicas ora em curso no Vale do Jequitinhonha caracterizam-se, de maneira marcante a partir da década de 60, por dois fatos simultâneos e complementares que devem ser vistos como marcos cheios de significação. Trata-se de impor bases diretamente capitalistas ao uso da terra, valendo-se de relações não especificamente capitalistas, excluindo frações camponesas da roça e da morada permanente” (MOURA, 1988:7).

“A velocidade de penetração de novas atividades econômicas atraídas para a Região, modificaram a antiga estrutura. Além disso, as transformações no quadro da estrutura agrária e fundiária da região nos últimos anos, gestaram mecanismos que modificaram a dinâmica populacional” (MEDEIROS SILVA, 1986:197).

“A população vê-se incluída numa economia de mercado competitiva que rompe com o equilíbrio econômico anterior. A 'fartura' de sua produção – mesmo nos períodos não afetados pela seca – não lhe parece mais para manter o novo equilíbrio. Depende-se de níveis cada vez mais altos de produção e consumo. Esta situação expressa um processo de transformação que se apresenta na consciência do lavrador como uma necessidade crescente de dinheiro” (AMARAL, 1988:144).

Segundo Graziano (1983), MEDEIROS SILVA (1986) e VOLL (1985) em trabalhos acadêmicos, há uma constante associação entre aquele longo período dos séculos XIX e XX com uma situação de estagnação e isolamento:

“De meados do século XIX em diante parece haver um refluxo no domínio territorial dos coronéis; inaugurando um segundo momento nessas relações (entre fazendeiros e camponeses). As fazendas entram em estagnação econômica e liberam áreas para a produção camponesa” (GRAZIANO, 1983:87).

“Assim o Vale entra gradativamente na fase de estagnação e depressão econômico-social e só nos anos 60 são tomadas as primeiras medidas governamentais, objetivando desenvolver e integrar a Área ao resto do País” (MEDEIROS SILVA, 1986:196).

“A decadência das atividades econômicas para a exportação de ouro e algodão principalmente, resultou na desagregação da sociedade local, com a involução dos núcleos urbanos, isolamento dos povoados, declínio das vias de comunicação com o mundo exterior e a criação de uma estrutura agrícola que

possibilitasse a auto-manutenção da região – a agricultura de subsistência” (VOLL, 1985:15).

“As condições de vida dos grupos camponeses sempre foram muito difíceis, tanto em relação às condições sociais de vida. (...) Um viver rústico, socialmente isolado, (...)” (GRAZIANO, 1983:89).

A expansão do mercado e da industrialização da agricultura significou a entrada de novos itens de consumo para a família camponesa, substituindo alguns bens que antes produziam, ou introduzindo novas necessidades, desde a aquisição de insumos agrícolas, sementes e formicidas, até produtos industrializados como roupas e macarrão, por exemplo.

De acordo com Ribeiro (1993), o processo de expropriação dos camponeses que ocorreu do final da década de 1960 até a de 1970, agravou o quadro de dificuldades da produção camponesa. A implantação do reflorestamento e de projetos agrícolas a partir de incentivos do Estado aumentou as pressões sobre a terra, como principal fator de produção no campo, com resultados negativos para a economia camponesa.

Em meados dos anos 1960, o primeiro Diagnóstico realizado pela CODEVALE, afirmou que “o Vale do Jequitinhonha é uma das regiões mais pobres de todo o Estado, apesar das possibilidades em recursos naturais que apresenta” (CODEVALE: 1967:66).

Nos anos 70, o II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social - PMDES, define um quadro ainda mais grave para o Vale no contexto Estadual, onde “a região VII [Vale do Jequitinhonha] é caracterizada como 'área problema' em Minas Gerais, 'bolsão de pobreza' do Estado mineiro” (CODEVALE, 1978:4). Diagnósticos realizados pela Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN e pela Fundação João Pinheiro - FJP, na década de 1980, indicam que a região ganha condição de problema nacional,

“o Vale do Jequitinhonha é considerado um dos maiores bolsões de pobreza absoluta e relativa do país e vem sofrendo, em anos recentes, maior penetração do capitalismo, com transformações em sua estrutura produtiva, que se refletem no comportamento das variáveis demográficas e de emprego” (SEPLAN, 1980:2)

‘O Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, permanece ostentando índices de pobreza dos mais elevados do País, (...) o Vale tem sido caracterizado como região deprimida onde prevalecem elevados índices de pobreza, miséria, desnutrição, analfabetismo, elevados níveis de desemprego e subemprego, infra-estrutura sócio-econômica precária na quase totalidade dos municípios, etc. ’ (FJP, 1988:39).

A visão “poética” sobre a região deu espaço a uma “onda modernizadora” que dominava o país e atingiu o Vale e as regiões vizinhas, com as quais tinha mais contato. Ao serem criadas melhores vias de comunicação e acesso à região, se estreitaram às relações com Belo Horizonte e outros centros, o Jequitinhonha passa a ser estudado e analisado sob a ótica de modernização dos anos 1950-60. Mas, quanto mais avançava o “progresso” na região, mais se conhecia os sinais de sua pobreza, resultando assim, em maiores demandas dos políticos locais junto ao Estado para corrigir esses desequilíbrio e desigualdades. As visões diferentes sobre a região tinham pontos em comum (RIBEIRO, 1993):

“Em um século aquela região se povoou e se civilizou até o ponto em que se acha, entregue aos seus próprios recursos, quase sem auxílio e proteção dos poderes públicos” (PEREIRA, 1969:112).

“O homem do Jequitinhonha, relegado ao abandono durante décadas, encontra-se, agora, em condições de exigir a sua própria redenção. Muita coisa há que se fazer por ele e por sua terra” (CODEVALE, 1967:2).

“Assim, dada a situação de extrema pobreza, acentuada pelo pequeno acesso que a região tem tido aos recursos e vantagens decorrentes do crescimento estadual e o reduzido poder de influência sobre seu próprio futuro, é necessária a intervenção governamental como forma de reverter o quadro de estagnação”. (FJP, 1988:1).

A ausência da ação do Estado certamente não se atribuía à falta de representação política, pois desde o Império a região sempre possuiu parlamentares a nível provincial ou estadual e nacional. A partir de 1971, a região diminuiu sua representação até se tornar sub-representada. De acordo com CÉSAR JÚNIOR (1978:39), a representação política do Vale sempre teve predominância governista, primeiro com o PSD e com a ARENA, respectivamente nos períodos anteriores e posteriores a 1964; portanto, o abandono do Vale, não se explicava pela falta de parlamentares que representasse a região, ou pela sua vinculação partidária oposicionista, que dificultaria a obtenção de benefícios, junto aos governos estaduais ou federais.

A atuação dos governos estadual e federal na região durante este período não se estruturou em termos de planos ou programas regionais específicos, mas sobre ações isoladas localizadas nos municípios da região, dentro de atividades básicas do Estado, como saúde, educação e estradas. As administrações municipais assumiam significativa parte dos serviços públicos básicos, enquanto as entidades de caráter beneficente atuavam especialmente nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Em 1960, atendendo aos deputados do Vale, o Presidente Juscelino Kubitschek, criou o Grupo de Trabalho do Vale do Jequitinhonha, pelo Decreto nº. 47.788, de 10/01/60, com a função de estudar a economia da região e propor as medidas necessárias ao seu desenvolvimento. A criação do veio para compensar a exclusão da região na área de atuação da SUDENE, criada um ano antes, e que havia sofrido a oposição de políticos nordestinos (BADARÓ, *apud* RIBEIRO, 1993). No entanto, embora tenha iniciado suas atividades, esse Grupo de Trabalho não alcançou maiores êxitos por várias dificuldades, especialmente à falta de recursos financeiros (JARDIM, 1974:61).

Em 1964 a Emenda nº. 9, de 27/02/64, à Constituição Estadual, que propunha a criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – CODEVALE, que seguia o paradigma das agências de desenvolvimento regional, surgido com a Tennessee Vales Authority – TVA, dos Estados Unidos e se destinava:

“Elaborar e executar, pelo prazo de vinte anos, o plano de desenvolvimento sócio-econômico do Vale do Jequitinhonha mineiro, recebendo (...) anualmente, quantia nunca inferior a 0,5% (meio por cento) da arrecadação estadual, para a execução deste objetivo” (Lei Constitucional nº. 12, de 06/10/64).

Ao lado de uma nova divisão geográfica do Estado e com o processo de criação da CODEVALE, foi promovida uma nova identidade regional, o vale do Jequitinhonha, que substituiu regionalismos anteriores de delimitações genéricas como o Nordeste e o Norte de Minas. Esta nova identidade foi construída sob a sombra da carência, do abandono e do subdesenvolvimento, conforme a região foi vista a partir do final dos anos 1950, quando outros centros do estado descobriram o Vale, até então vinculado às regiões limítrofes.

A partir de 1974 a CODEVALE passa a atuar dentro de uma linha de planejamento global, sob a influência do Plano Nacional de Desenvolvimento – PND e do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social – PMDES. A definição do Jequitinhonha como uma região de planejamento público, no início dos anos 1960 e a sua caracterização como “área problema”, marcada pela “pobreza absoluta” e pela “estagnação secular”, constituindo como justificativa para as ações que o Estado implantava. MOURA observa que:

“A insistência com que a questão social do Vale do Jequitinhonha é centralizada na elevação dos níveis de renda evidencia como uma aliança entre rótulos e números quer imputar atributos negativos a uma sociedade, tais como ausência de atividade econômica significativa, fraco dinamismo dos atores envolvidos, tradicionalismo, de modo que a expansão de atividades fundadas no lucro capitalista se torne o remédio par excellence para o desenvolvimento, trazendo enfim, vida para onde existem apenas um povo moribundo e uma terra agonizante” (MOURA, 1988:5).

A maioria dos planos se enquadravam na linha dos PDRIs, em voga nos anos 1970-80 no Brasil, e se propunham a integrar as ações de diferentes organismos estatais e privados, bem como, envolver as comunidades rurais na solução de seus problemas. Os PDRIs implantados no Vale se destinaram aos municípios onde havia uma forte presença de agricultores com estabelecimentos de até cem hectares, que de acordo com estes programas, constituíam seus principais beneficiários.

Muitos dos benefícios dos programas ficaram restritos aos agricultores que possuíam mais terra e recursos financeiros, tinham melhores condições de adotarem as propostas da assistência técnica ou na tomada de financiamentos, ao mesmo tempo, em que eram os únicos que possuíam alguma produção a ser comercializada, ou que usavam equipamentos motorizados de uso comunitário para o beneficiamento dos produtos agrícolas. A maioria dos agricultores camponeses contava apenas com algumas ações assistencialistas, como a distribuição de cestas básicas e melhorias nos serviços de saúde, educação, estradas, equipamentos comunitários, etc; embora não deixassem de acompanhar muitas atividades da assistência técnica (VOLL, 1985:17).

Destaca-se que dentro do planejamento estatal, o Jequitinhonha passou a ser tratado como uma “região”, nos discursos dos representantes do Estado que antes se referiam ao Norte de Minas para designar a porção compreendida entre as regiões Norte-Nordeste de Minas, a “*calha esquecida*”⁸ ganhou uma identidade própria. Já no último quartel do século XX, um Diagnóstico do BDMG, sobre o futuro de desenvolvimento de Minas Gerais, foi um dos primeiros a tratar o Vale como região problema e bolsão de miséria, alimentando a idéia da necessidade da execução de “*grandes projetos*” para o resgate do Vale do Jequitinhonha.

Em seguida vinham orientações para cada região, as do Vale mencionadas aqui de forma sintética. Para a Região Jequitinhonha, eram previstos a criação de empregos e melhoria da produtividade por pessoa seriam as principais prioridades da Região. Tais objetivos poderiam ser atingidos, em parte, pela exploração mais racional da agricultura, da pecuária e pelo aproveitamento dos recursos minerais existentes, como o berilo, o tântalo, a grafite, as pedras preciosas e semi-preciosas. A região reclamava também pelo reflorestamento, que poderia desempenhar importante papel no seu desenvolvimento. Com tudo isso previa o primeiro Programa Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social - I PMDES que a emigração continuaria, em vista às más condições de vida prevalentes na

⁸ Neste trabalho denomina-se “calha esquecida” os municípios localizados na porção central da bacia do rio Jequitinhonha, excetuando-se aqueles polarizados por Diamantina, Montes Claros e Teófilo Otoni.

região, traduzidas pelo desemprego, falta de saneamento, de educação, de saúde, entre outros fatores perversos.

Coerente com os diagnósticos, a estratégia central da maioria dos programas estavam voltada para atacar a “escassez e necessidade de água”, a partir da construção de barragens para irrigação e energia, que ao lado, de projetos de ampliação e melhoria das estradas, da comunicação e de geração e distribuição de energia, “destinam-se a criar condições de atratividade a investimentos privados, indispensáveis à libertação do Vale da condição de atraso e pobreza crônicos”. (FJP, 2000:23).

Em Minas Novas, implantou-se uma outra atividade econômica, o reflorestamento de eucalipto, que destinava a atender as metas planejadas dentro do Segundo Programa Nacional de Desenvolvimento - II PND de crescimento da siderúrgica e de papel e celulose. Com incentivo do Estado, através do Instituto Brasileiro de Café - IBC implantou-se uma moderna cafeicultura, liderada por fazendeiros da região e por empresários do Sul de Minas, Paraná e São Paulo, que se beneficiaram dos baixos preços das terras e da mão-de-obra. Esta atividade teve como pólo a cidade de Capelinha, atingindo apenas uma parte do município de Minas Novas, nas terras altas das regiões do Capivari e Setúbal.

A introdução do reflorestamento e cafeicultura fomentou o processo de integração ao mercado de âmbito nacional, vez que diminuiu as chances dos camponeses de garantirem seu acesso a terra. Os conflitos fundiários surgiram não só com fazendeiros e empresas, mas também entre camponeses, como um claro sintoma da limitação crescente da oferta desse fator de produção na região.

Com a cafeicultura e eucalipto resultaram em modificação da estrutura agrária na região, que se deu de forma diferente. O reflorestamento implicou num grande aumento da área total dos estabelecimentos com mais de cem hectares. Porém este crescimento praticamente, não se processou sobre as *terras das grotas*⁹, onde se localizam as pequenas propriedades, de até cinquenta hectares, cuja área total continuou mantendo o mesmo ritmo, em relação aos anos anteriores.

As reflorestadoras ocuparam as “*chapadas*”¹⁰, áreas favoráveis à mecanização; estas terras em geral, não dispunham de documentação de propriedades e foram consideradas

⁹ Terras das grotas é uma denominação para as áreas localizadas no fundo dos vales.

¹⁰ As chapadas são extensos planaltos, geralmente cobertas por vegetação de cerrado, com terrenos de escassa fertilidade. As grotas são as vertentes das chapadas, cujo fundo correm as águas de córregos e rios: a fertilidade da terra tende a ser crescente quanto mais próxima do fundo dos vales, que quase sempre, também, são cobertas por vegetação de porte elevado, bosques, que os moradores chamam de “capões”. Estes geralmente indicam terras muito boas para lavouras, e são preferidos para serem derrubados com o propósito de “botar roçados” (RIBEIRO e GALIZONI, 2000).

como terras devolutas, concedidas pelo Estado para exploração por mais de vinte anos pelas empresas, que também adquiriram e “grilaram”¹¹ outras áreas.

Mesmo que a introdução do eucalipto não tenha significado a expropriação dos camponeses de suas áreas tradicionais de cultivo, comprometeu algumas das suas estratégias de reprodução, já que estes utilizavam em comum as chapadas, para criação de gado extensivo, para a retirada de lenha e outras formas de extrativismo, gerando, conflitos possessórios, muitas vezes marcados pela violência (RIBEIRO, 1993:78).

A necessidade de renda monetária e a grande oferta de empregos no momento da implantação do reflorestamento demandavam grande quantidade de mão-de-obra, incentivando o abandono da terra por muitos agricultores e o seu deslocamento para as cidades e povoados da região, que experimentaram um processo rápido de crescimento populacional. A partir dos anos 1980, com o ritmo de crescimento menor das áreas de eucalipto, diminuiu a demanda por mão-de-obra para esse setor, ao mesmo tempo em que se agravaram as condições de exploração dos trabalhadores, marcada pelo desrespeito à legislação trabalhista, especialmente quando as empresas substituíam a contratação direta pelos empreiteiros; essas condições impulsionaram a organização e a luta sindical dos assalariados das empresas de reflorestamento em algumas cidades, inclusive com o surgimento das primeiras greves e sindicatos rurais na região.

Segundo MOURA (1988:46), os fazendeiros passaram a “impor” aos seus agregados e parceiros no uso da terra, “obrigando-os” a abandonar as fazendas, e vezes, imprimiam maior exploração sobre seu trabalho. Essas restrições incluíam a proibição de plantios que não fossem anuais, que eram realizadas em áreas onde se desejava formar novas pastagens, ou seja, o camponês roçava a área, plantava sua lavoura e em seguida formava o pasto, sendo obrigado no próximo ano repetir a mesma operação em outra parte, caso conseguisse nova área com algum fazendeiro. A perda das chapadas e da possibilidade de fazer roças nas terras da fazenda, limitaram ainda mais as estratégias camponesas de reprodução, especialmente no que se refere à produção de bens para o auto-consumo, estreitando a dependência com o mercado para obtenção de produtos básicos e, aumentando a necessidade de renda monetária.

Conforme Ribeiro (1993), para fazer frente a essa questão, duas alternativas principais se apresentavam: a melhoria das condições de produção, visando uma melhor inserção no mercado, ou a venda da força de trabalho. Na primeira alternativa, os agricultores “independentes” tinham certamente, mais condições de sucesso, modernizando,

¹¹ Grilar é o ato em que indivíduos ou empresas apossam-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade.

ainda que de forma bastante limitada, algumas esferas de sua produção, através da introdução de algumas tecnologias e técnicas de produção diferentes dos meios tradicionais, tais como o uso de sementes selecionadas, emprego de alguns defensivos, especialmente formicidas, preparo da terra com implementos de tração animal, beneficiamento da produção, individual ou comunitária, e até mesmo no uso de corretivos e fertilizantes químicos.

Programas governamentais para os agricultores contribuíram na medida em que facilitaram a assistência técnica e o uso de insumos, como possibilidades de modernização agrícola. Mas se permitiam ganhos de produção, também representava um aumento da necessidade de renda monetária para a aquisição de insumos ou pagamento de crédito, provocando uma maior dependência dos produtores do mercado e conseqüentemente, dos riscos de suas flutuações de preços. Esta questão torna-se problemática onde o mercado ainda é marcado pelo monopólio de alguns comerciantes locais, cujas relações com os agricultores se definem mais pelos laços pessoais do que pela lógica mercantil.

“Os mecanismos de mercado, característicos da vida camponesa, alimentam-se assim, na maior parte dos casos, da pobreza dos agricultores, tanto quanto sua reprodução miserável conta com as estruturas imperfeitas pelas quais seus produtos se tornam mercadorias. Isto é tanto mais verdadeiro quanto mais os mercados imperfeitos convivem ao lado de mecanismos mercantis nacionalmente e internacionalmente integrados” (ABRAMOVAY, 1992:123).

A necessidade de renda monetária forçou alguns grupos camponeses a buscarem a especialização em determinadas atividades com condições de competir neste mercado mais ampliado. A expansão recente da apicultura, da produção de açúcar mascavo e do artesanato na região parece ser um exemplo típico desta nova estratégia camponesa no mercado, à medida que especializou algumas comunidades rurais, na produção destinada ao consumo nos grandes centros urbanos.

Ocorreu a especialização de comunidades rurais ou até de sub-regiões, em um ou outro produto agrícola, destinado à comercialização, cuja escolha pode seguir uma tradição local, ou representar uma adaptação às condições do mercado, seja das cidades próximas, seja de regiões mais distantes. Cabe frisar que essa especialização não representou o abandono da policultura, necessária para garantir os variados itens do abastecimento doméstico e de mercados próximos, que se mantinham como uma estratégia camponesa.

Problemas de comercialização da produção, secas que afetavam as colheitas, levaram muitos agricultores mais abastados para condições econômicas próximas às da grande maioria dos camponeses, que não dispoñdo de terra e recursos financeiros

suficientes, são obrigados a vender sua força de trabalho para completar partes consideráveis de sua renda familiar.

Os baixos valores das diárias pagas na região, por médios produtores, limitavam bastante a venda da força de trabalho do camponês, que variando de uma área para outra, podia ser adotada apenas por aqueles com menores oportunidades de trabalho - agregados, mulheres, crianças, os mais velhos, etc. O trabalho nas empresas de reflorestamento, que a princípio, se apresentava como alternativa importante para a obtenção de renda monetária, passou a ter uma oferta de emprego bastante limitada.

Percebeu-se que ao longo dos anos do século XX, de acordo com os dados do IBGE, um aumento no número de estabelecimentos, resultado da dinâmica ocupacional e fracionamento da terra, de maneira lenta e gradual. No entanto, em termos percentuais, verificou-se que o crescimento de estabelecimentos de até 100 hectares contrapõe aos com área superior a 100 hectares, que concentra grandes áreas em poucos estabelecimentos. De outro lado, ao analisar os dados do INCRA/2004, a mesma tendência é verificada, com culturas econômicas como o eucalipto e o café já implantados.

Tabela 1

Distribuição dos Estabelecimentos Agropecuários em Nº, Área Minas Novas-MG – 2004 – Em %				
TAMANHO DA PROPRIEDADE	N.º.	% PROPRIEDADE	ÁREA (HA)	% ÁREA
ATÉ 50 HÁ	3.902	97,04	34.644	38,06
50 A 200 HÁ	99	1,21	9.201	10,11
200 A 500 HÁ	11	0,69	3.926	4,31
500 A 1000	5	0,59	1.549	1,70
ACIMA DE 1000	4	0,47	41.689	45,82
TOTAL	4.021	100,0	91.009	100

Fontes: INCRA - Cadastro de Registro de Imóveis Rurais, 2004 (Organizado pelo Autor).

Ao analisar os dados do INCRA por extrato de área na Tabela 1, constatou-se que os imóveis rurais de até 50 ha representam 97,04% das propriedades, mas ocupando apenas 38.06% da área total das propriedades, onde se encontram as unidades de produção familiar camponesas. Os imóveis rurais com 51 a 200 há, indicam uma agricultura familiar em processo de inserção ao sistema mercantil simples e representam 1,21% das propriedades

no município, ocupando 10,11% da área total das propriedades. Enquanto, 0,69% dos imóveis dos agricultores consolidados, ocupam 4,31% das áreas de 201 até 500 ha. De outro lado, 0,59% dos imóveis, com área de 500 a 1000 há, ocupam 1,70% de toda área, representado por grandes empreendimentos agrícolas, principalmente a cultura do café. E, finalmente, 0,47% dos imóveis rurais acima de 1000 ha ocupam 45,82% de toda área do município, provavelmente representados pela monocultura do eucalipto.

Esta estrutura fundiária, principalmente as áreas até 50 ha, referem-se às unidades de produção familiares camponesas de que trata a análise desta pesquisa. Estas unidades estão sendo comprimidas e reduzidas de tal forma que os espaços têm sido limitados e incapazes de garantir o sustento de muitas famílias que são obrigadas a buscar estratégias fora de suas comunidades e da região, através do trabalho temporário e sazonal.

A migração era uma alternativa importante para a população camponesa masculina rural do Jequitinhonha. De um lado, a migração definitiva de alguns membros da família para outras regiões, tem sido uma estratégia importante para garantir a permanência de outros, pois evita subdivisão acentuada das unidades de produção familiar, que inviabilizaria a sua reprodução como camponeses. De outro lado, a migração sazonal se tornou uma das principais fontes de renda monetária para importante parcela de famílias camponesas.

A expansão da cultura da cana-de-açúcar em São Paulo, a partir da década de 1970 e a melhoria dos transportes, consolidou um fluxo migratório, da região de Minas Novas-MG¹², para a região canavieira de Ribeirão Preto-SP. Essa sazonalidade é favorecida pelo calendário agrícola, não havendo coincidência entre o período da safra da cana-de-açúcar na região de destino (de abril a outubro) e o do plantio das culturas anuais na região de origem (de outubro a março), permitindo a combinação das duas atividades, uma gera renda monetária e outra que produz alimentos para o consumo doméstico (MARTINS, 1986:49).

Paralelo a este fluxo migratório agrícola, existe outros para os grandes centros urbanos, principalmente para a construção civil em São Paulo, Piracicaba, Campinas e São José do Rio Preto. Várias áreas do Sudeste Brasileiro se utilizam do Jequitinhonha como uma fonte de mão-de-obra, onde os “*gatos*”¹³ agenciam a contratação de trabalhadores para regiões distantes. A diferença de maior ou menor sucesso do trabalho migrante, muitas vezes está na possibilidade de dispor os recursos e contatos nas regiões de destino, que permitam a busca de emprego sem depender da intermediação dos agenciadores.

¹² Região de Minas Novas é espacialmente definida neste trabalho pelos municípios de Berilo, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Minas Novas, Turmalina e Veredinha.

¹³ “*Gatos*” é uma denominação utilizada para os agenciadores de mão-de-obra para as usinas canavieiras de São Paulo.

Em geral, a migração envolve jovens solteiros ou chefes de família que buscam uma oportunidade de trabalho e renda fora da região ou melhoria das suas condições de reprodução como camponês, no momento em que passam da adolescência para a vida adulta, quase fase obrigatória entre a vida junto dos pais e a constituição de uma nova família, que dá ao camponês uma dimensão mais ampla à medida que lhe permite sair dos limites da sua comunidade e da região, para conhecer o mundo maior que envolve o seu.

De acordo com AMARAL (1988), novos elementos contribuíram para enfraquecer o poder das antigas elites, a oferta de trabalho nas reflorestadoras diluiu o monopólio que os fazendeiros possuíam, abrindo brechas para o camponês buscar saída frente à dominação tradicional. Nesse processo, criam-se outros laços de dependência e subordinação, das próprias reflorestadoras e dos comerciantes locais e agenciadores, que através do empréstimo de dinheiro ou da venda no fiado, asseguravam a sobrevivência de muitas famílias em momentos mais difíceis.

Tal situação se alterou desde que o Estado, a partir da última década do século XX, intensificou ações de intervenção com programas de política compensatória; onde muitas famílias passaram a receber “Bolsa Família”, “Bolsa Escola” e outras transferências de renda, o que por efeito “*folgou*” os migrantes do envio de recursos para manutenção das famílias que deixaram pra trás. O mesmo observa-se com o caso da previdência rural, que tem mudado sobremaneira o perfil de inúmeras famílias camponesas que passam cada vez mais depender do salário dos pais ou de avós aposentados que se tornam arrimo dos que ainda não se inseriram nos processos produtivos externos. O fator previdência tem sido decisivo, inclusive, na tomada de decisão das famílias, até mesmo na opção de migrar ou não, considerando que esta é um indicativo de decisão do futuro da família.

CAPÍTULO 2 - ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

2.1 Agricultura Camponesa e Familiar: Bases Teóricas e Marco Conceitual

No Brasil, a presença de camponeses é mais comum do que se imagina, pois esta categoria ocupa e caracteriza inúmeras unidades de produção à medida que o grupo doméstico, compreendido no sentido amplo ao da família, como sendo todas as pessoas que moram e trabalham no mesmo estabelecimento para o sustento do grupo.

Para realizar a pesquisa, foi necessário estabelecer do ponto de vista teórico alguns conceitos importantes, dentre os quais compreender a definição de “agricultura familiar” e “campeinato”, vez que são termos usados em estudos sobre a produção familiar e nos discursos quando se trata de política pública para esta categoria; e, que devido às suas semelhanças, apresentam características distintas, provocando interpretações equivocadas. Muitos autores trataram da caracterização do camponês, seja na Antropologia, na Sociologia, na Economia, sendo que cada ciência apresenta um enfoque diferenciado. Contudo, este não foi o objetivo principal da pesquisa, mas permitir uma melhor compreensão do que é a agricultura familiar camponesa.

O entendimento do camponês, do pequeno produtor familiar tem sido objeto de estudos de vários autores nas ciências sociais e na geografia agrária. Objetiva-se com esta revisão, apresentar os principais enfoques sobre a produção familiar, abordadas por autores de linhas de pensamento distintas, que procuraram através dos estudos, prever ou interagir o passado com o presente e futuro. Apesar da persistência de uma variedade de opiniões, há um ponto central, que é dar importância a um grupo social, por vezes esquecido funcionalmente pela sociedade capitalista na qual se inserem.

2.1.1 Conceitos de Camponês e Agricultor Familiar

Segundo TEPICHIT (1973), o camponês constitui um modo de produção particular, que não gera uma formação econômica e, por isso, se adapta às regras do sistema econômico, consegue manter seus princípios, numa “*simbiose*” entre empresas agrícolas e família. Caracteriza-se pelo caráter familiar, na necessidade e decisões da família; relação entre fatores de produção, com a intensificação do trabalho em função da escassez da terra

para o sustento familiar; e, relação entre economia camponesa e mercado, sendo parcialmente mercantil; relação entre trabalho e renda, onde o trabalho familiar atende as necessidades da família.

Em MENDRAS (1976), o capitalismo e socialismo estendem a denominação sobre os camponeses que nunca desaparecem. Por camponês entende a família, que conta braços que trabalham e bocas que tem de alimentar; grupo doméstico, cuja organização econômica e social determina uma autonomia relativa frente a sociedade que o domina, e permite suas originalidades. As relações econômicas com esta sociedade se mantêm, garantindo uma autarquia relativa, na qual não se distingue produção e consumo.

Segundo WANDERLEY (1996:2) “a agricultura camponesa tradicional seria uma das formas sociais de agricultura familiar”, uma vez que ela está baseada na propriedade, trabalho e família. Além disso, o campesinato possui particularidades que o diferencia dentro do conjunto maior da agricultura familiar, e que estariam ligadas não apenas aos objetivos da atividade econômica, mas também as experiências de sociabilidade e a forma de sua inserção na sociedade global. Entretanto, as atividades dentro da propriedade não estariam ligadas apenas ao objetivo de sobrevivência no presente, mas as relações no interior da família camponesa buscam também o sustento das futuras gerações.

“Um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho (...) são fortemente orientadas por este objetivo a médio e longo prazo, da sucessão entre gerações”. (WANDERLEY, 1996:3)

SILVA (1999) caracteriza o camponês pela utilização do trabalho familiar. A família equivale à unidade de produção, a posse dos instrumentos de trabalho, a produção direta de meios necessários à subsistência, seja produzindo alimentos para auto-consumo ou para venda e não é fundamental a posse jurídica da propriedade, mas sim posse da terra, seja como parceiro, arrendatário ou proprietário. Já MOURA (1980), coloca que:

“O fato de o camponês controlar terra no capitalismo sem ser possuidor de capital, na acepção marxista da palavra. O fato de o camponês ser uma espécie de ponto de discórdia sobre a natureza de classe das revoluções que implantaram ou derrubaram historicamente a ordem burguesa. O fato de o camponês trabalhar com a ajuda da família, à qual não remunera segundo a ótica capitalista; isso num mundo marcado pelo contrato individual de trabalho, pelo pagamento em salário das tarefas

desempenhadas. O fato de o camponês lutar por formas culturais e sociais próprias de organização, sem ser ou poder se concretizar como outro povo ou outra cultura, estranhando, mais do que recusando a sociedade abrangente que o contém e circunda” (MOURA, 1980:8).

Neste sentido, de acordo com a autora, o camponês é um trabalhador que desenvolve seu trabalho envolvendo-se diretamente com a natureza. Ressalta que o campesinato é sempre o “lado oprimido” das sociedades de base capitalista; sua subordinação aos donos da terra e do poder permanece ao longo do tempo e em qualquer lugar. Os donos da terra e do poder extraem do camponês diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho, renda em dinheiro.

Moura faz a diferenciação entre mercado e lugar de mercado. O lugar de mercado é vital para a existência do camponês, pois é onde ele adquire mercadorias, recebe informações sobre a comunidade e a vida pública e ainda ocorrem vendas para os intermediários, que repassarão os produtos para os consumidores, geralmente urbanos, a preços mais elevados. O *mercado*, na concepção moderna e capitalista, transcende a realidade física do dinheiro como mediador privilegiado das transações mercantis. A terra e o camponês são colocados como mercadoria, revolucionando a existência do campesinato. Existem várias definições de camponês e que o caracterizam:

“Cultivador de pequenas extensões de terras, as quais controlam diretamente com a família onde tem controle direto sobre a terra que habita e produz também chamado de camponês parcelar. 2. Cultivador que trabalha a terra, opondo-se àquele que dirige o empreendimento rural – a família trabalha a terra e transfere os excedentes para aqueles que não trabalham. 3. Aqueles que residem e trabalham para o sustento em terras livres – devolutas – são denominados posseiros” (MOURA, 1980:12).

O conceito de camponês é repleto de conteúdos culturais. O campesinato é constituído de cultivadores que se definem em oposição à cidade, que os subordina. Entretanto, nas cidades estão também, além de uma casta rica ou de dominantes, os serviços domésticos, os proletários, os servidores públicos e os desempregados. Assim, não são as cidades que definem os campos e seus habitantes como seus opositores, mas sim o Estado, que impõe leis e impostos, “garantindo o fluxo contínuo e estável das rendas camponesas às classes rurais e urbanas com poder econômico” (MOURA, 1980:14).

Moura destaca que, na teoria de Chayanov, a idéia de sacrifício envolve todo o trabalho de camponês e ocupa lugar central na compreensão para esse autor. Entre os atores da área de estudo, observou-se que o trabalho na terra é tido como tarefa difícil, tendo casos em que os pais não desejam a continuidade desse trabalho pelos filhos,

rompendo com a idéia, tão freqüente na literatura sobre o assunto, do apego a terra pelos agricultores. Por outro lado, o trabalho na terra vem representando cada vez mais uma profissão, um modo de sobrevivência, um tipo de trabalho entre outros, no meio rural.

A manutenção do camponês é viabilizada pelo próprio sistema capitalista, pelas formas de organização das sociedades, do trabalho e da apropriação das terras. Falar em *recriação, em redefinição e em diversificação* do campesinato é mais provável do que prever sua extinção. Isso porque em toda evolução e revolução da sociedade o camponês foi capaz de se adaptar e de ser adaptado, de transformar e de ser transformado; diferenciou-se internamente, mas conseguiu permanecer intocável. O camponês está à disposição do capitalismo e da reprodução do capital. A terra não é reproduzível como as máquinas, o número de trabalhadores e os lucros, mas o camponês permanece nela, sem que a lógica do capitalismo demande sua completa expropriação (MOURA, 1980:17).

2.1.2 Chayanov e a Teoria dos Sistemas não Capitalistas

Alexandre Von Chayanov (1888-1930), economista russo, publicou seu estudo sobre a economia camponesa em 1925, desconhecido até 1966, quando foi traduzido para o inglês por Daniel Thomer sob o título "On the theory of no capitalist economic systems". Para este estudo, utilizou-se a tradução "*La organizacion de la unidade econômica campesina*" da Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.

A teoria da organização da unidade econômica camponesa de Chayanov, associadas aos trabalhos de Lamarche, centra na visão de um camponês familiar que procura a manutenção de sua família através da satisfação de suas necessidades e sua evolução para um modelo de agricultor familiar, ainda periférico, que busca na sua inserção o mercado a possibilidade de crescimento. Os agricultores de Minas Novas-MG apresentam situações diferenciadas, mas mantêm algumas características do camponês chayanoviano.

A teoria de Chayanov serviu de base teórica para análises de autores como TEPICHT (1973), MENDRAS (1976), MOURA (1980) e outros, tendo em comum à percepção de permanência do camponês, enquanto grupo social. Este grupo de camponeses contrapõe-se a outro que, engendrado na teoria marxista, não admite que o camponês ainda resista no tempo e no espaço das sociedades atuais.

Segundo CHAYANOV (1974), algumas observações foram muito importantes para se estabelecer a teoria camponesa:

- *o tradicionalismo*, referindo-se a resistência a mudanças. No caso dos agricultores de Minas Novas-MG essa característica pode ser observada nos grupos com maiores características marcantes de camponeses, os que aqui denominamos de agricultores familiares periféricos. De acordo com MENDRAS (1976:201), “o fato de as sociedades camponesas serem tradicionais e de viverem sob os costumes e rotina não as impede, no entanto, de receber e de adaptar as inovações que pouco a pouco induzem as mudanças”.

- *o arrendamento*, para fugir de uma situação de desemprego, o camponês paga alto preço pelo aluguel da terra, não considerando o preço de sua mão-de-obra, e da família gerando a *renda do consumidor*. Em Minas Novas-MG não é comum o arrendamento da terra, mas diversos tipos de parcerias, “meação ou terça”¹⁴, ocupando a família no trabalho da exploração da terra de terceiros e muitas vezes utilizando o sistema de “troca de dia” entre vizinhos e outros familiares, mão-de-obra como capital sem uso de moeda ou produtos de valor de troca, como uma alternativa de ampliar a área de produção da unidade familiar.

- *Mais trabalho*: as famílias escolhem culturas diversas, onde empregam a mão-de-obra, ocupando toda a família. No caso de Minas Novas-MG, os agricultores familiares e camponeses têm na policultura a alternativa de manutenção da unidade de produção. No entanto, parte dos agricultores camponeses tem se especializado na produção de alguns itens que tem sido o “carro chefe” do acesso destas famílias ao mercado de “caminho curto”, quando seus produtos são comercializados além da feira livre.

- *Atividades artesanais e comerciais*: em Minas Novas-MG são marcantes e tradicionais as atividades artesanais, principalmente o artesanato da rapadura, da cachaça, “açúcar sujo” e mascavo, da farinha de mandioca e goma (polvilho), farinha de milho, queijo e doces de leite, e do artesanato de utensílios de argila e outras peças como flores, casinhas, bonecas, sendo presente ainda o artesanato de palha de milho e de couro com a fabricação de caixas e tambores pelas famílias de agricultores camponeses e artesãos.

- *Mão-de-obra temporária*: Na área do estudo a saída de grande parte da mão-de-obra masculina para trabalhos agrícolas e não agrícolas fora do estabelecimento e da região, através de um fluxo migratório sazonal para o trabalho nas usinas canavieiras do estado de São Paulo.

¹⁴ No sistema de parceria de “meação”, o dono da terra dá a área de plantio preparada e insumos e o parceiro ou “meeiro” entra com toda mão-de-obra, recebendo ambos 50% da produção. No caso da “terça”, o dono da terra entrega o parceiro apenas a terra, recebendo deste a terça parte da produção.

- *Força de trabalho da família camponesa*: a produção agrícola do camponês tem relação direta com o número de pessoas que trabalham. A composição mulheres, homens e crianças e o tamanho da família são as condições que determinam sua força de trabalho e consequentemente a produção.

Chayanov formulou sua teoria considerando a produção familiar como o centro da economia camponesa para a satisfação das suas necessidades e a manutenção do equilíbrio trabalho-consumo. Essa categoria de agricultores é específica e rege-se por “leis próprias,” não se enquadrando no capitalismo, pois não exige lucro, salário ou renda, nos moldes capitalistas. Mas os agricultores produzem os valores de uso e, quando necessitam, vendem parte do que é produzido na unidade familiar para satisfação das necessidades.

Ao tratar a questão do modo de produção familiar, Chayanov aborda a exploração camponesa a uma situação próxima ao de sistema econômico, voltada para a subsistência ou não. O que era previsto por Marx como categoria em direção ao desaparecimento, resistiu ao tempo e às diferentes ideologias, conforme a teoria de Chayanov.

Portanto, buscou-se estudar a produção familiar, estabelecendo um elo entre a abordagem de CHAYANOV (1974), LAMARCHE (1993) e a realidade local dos agricultores familiares e camponeses de Minas Novas-MG, através da identificação e caracterização das relações de trabalho-produção-consumo para obtenção das necessidades da família e a reprodução do modelo de seus valores camponeses.

2.2 Visões Teóricas Clássicas Sobre o Campesinato e Agricultura Familiar

Para Tepicht, seguidor da linha marxista, o modo de produção camponesa, não é gerador de uma formação particular, ele se incrusta dentro de uma serie de formações, se adapta a isso e interioriza, à sua maneira, as leis econômicas de cada uma e marca ao mesmo tempo, mais ou menos cada uma delas; parece que é aí que reside o segredo de sua surpreendente longevidade. Portanto, a exploração camponesa, onde ocorrem as produções agrícolas, é capaz de se adaptar a situações e leis econômicas diferentes, sendo esse o motivo de sua resistência ao longo do tempo.

Marx, ao contrário de Tepicht, anunciava a decomposição do campesinato. Para ele a economia camponesa era visto como uma pequena produção mercantil, cuja única diferenciação se dava na comercialização: a produção camponesa é comercializada somente em parte; contudo, a economia mercantil é o embrião da produção capitalista e a

produção camponesa é pré-capitalista, apesar de ter tido seu apogeu de desenvolvimento após a vitória do capitalismo sobre o feudalismo.

Tepicht caracteriza o modelo da economia camponesa em quatro pontos:

- O caráter familiar da produção camponesa representa a simbiose entre a empresa agrícola e o “casal”. É uma unidade em que o sustento provém da propriedade através de uma atividade econômica doméstica, em que a família é a única força de trabalho. Tal característica é o ponto inicial de qualquer definição de agricultura familiar. A comunidade em que a unidade está inserida assume, em relação à economia familiar, o papel de protetora. Os mercados das comunidades relacionam-se com os mercados exteriores à comunidade, podendo ser locais ou regionais, através das famílias dominantes, o que MENDRAS (1976:202) chama de “notáveis”.

Tepicht chama atenção para duas características distintas da economia familiar. A primeira é um forte individualismo com relação ao exterior e, a segunda, é a rigurosidade de uma coletividade interna, que denomina de “*individualidade coletiva*”. As observações da pesquisa confirmam em Minas Novas, tais características de algumas comunidades rurais. Existe uma hierarquia bem definida entre cada uma delas, vêem-se diferenciações, apontadas pelos agricultores, entre uma comunidade e outra do município, sendo algumas consideradas mais ricas, mais influentes politicamente ou mais bem informadas que as outras. Mesmo assim, aquilo que é exterior ao meio rural é visto com reservas por todos.

- O desenvolvimento da economia familiar e sua “modernização”, alarga seu caráter mercantil; essa mudança estende-se à família, que passa a se nuclear. A união da família, que antes era um dos traços mais marcantes da economia camponesa, depois das mudanças, torna-se um dos fatores de sua inevitável dissolução.

Essa característica, apontada por Tepicht como um dos fatores para dissolução da estrutura familiar camponesa, não se verifica entre os agricultores familiares aqui estudados. Decorrente das limitações ao acesso à terra, essa estrutura nuclear da família se alargou, sendo comum no campo várias famílias, do mesmo grupo familiar, residindo em uma mesma propriedade, trabalhando juntas na terra, em parceria.

- *A relação entre os fatores de produção* varia na agricultura que se encontra em vias de industrialização. Tepicht apontou a crescente substituição do *fator capital* pelo *fator trabalho* verificado pelo aumento da demanda pelos serviços mecanizados de preparo de solos. Outra substituição apontada é do *fator terra* pelo *fator capital*, através de adubos, corretivos de solo e todas as outras maneiras de crescimento do produto agrícola por unidade de superfície.

No caso de Minas Novas-MG, não tanto por considerar o preparo do solo como uma técnica recomendável, mas como racionalização do trabalho e da mão-de-obra. No caso da substituição do trabalho e da terra pelo capital, na área estudada, não se registrou esta situação na agricultura familiar e camponesa.

- *As relações da economia camponesa com o mercado* podem ser de dois tipos: o primeiro refere-se à compra dos meios de produção pelo camponês, e o segundo, mais intenso, trata da venda de seus produtos. A economia camponesa mostra-se parcialmente mercantil, quando sua produção é direcionada para o mercado.

Para Chayanov, não se pode analisar o campesinato sob o olhar capitalista, pela ciência que se desenvolveu a partir de seu advento. Isso porque a produção camponesa é anterior ao sistema capitalista, concordando com Marx em *O Capital*, pois se a exploração camponesa tiver o fator terra escasso, o trabalho será intensificado e aumentará a renda por unidade de trabalho para que o camponês possa arcar com as necessidades da família.

A abordagem Chayanoviana, que trata a situação demográfica como fator objetivo de manutenção da economia camponesa, considera que a relação entre homens e superfície alimentadora é uma determinante geral da existência da economia camponesa, já que essa última dispõe habitualmente de pouca terra por família e as oscilações aí têm um limite restrito. Entende-se, assim, a existência de uma relação entre o número de bocas a alimentar e de braços para trabalhar em cada unidade familiar de produção.

Essa característica pode ser ressaltada entre os agricultores da pesquisa, através de dados que demonstram que a quantidade de trabalho realizado relaciona-se com do tamanho das áreas plantadas e da faixa etária dos membros da família. Entretanto, há uma característica presente no espaço rural que deve ser evidenciada: os agricultores familiares camponeses cada vez menos têm na agricultura a única fonte de renda. A renda oriunda fora da propriedade no orçamento familiar é relevante para eles, introduzindo nos espaços rurais novas formas de atividade: pluriatividade; e novas funções: multifuncionalidade, destacando que as pessoas são pluriativas e o espaço rural é multifuncional. (TUBALDINI, 2006:42).

A unidade camponesa conta com as “forças marginais” ou “*não transferíveis*”, idosos crianças e mulheres, para os trabalhos nos quintais, galinheiros e hortas, que asseguram a sua subsistência. Para Tepicht, nesse “*trabalho marginal*” estão culturas que necessitam de grande quantidade de trabalho, os produtos que permitem uma longa cadeia de “transformação” no local ou uma indústria caseira.

Chayanov apresenta a produção camponesa como um “*continuum*”, onde cada unidade sucessiva de trabalho não se distingue qualitativamente da precedente, a não ser do

ponto de vista do próprio camponês; ela é sempre mais padecimento e menos útil” (TEPICHT, 1973:66). Para ele, a produção camponesa é um trabalho composto pelo menos de duas partes qualitativamente diferentes: o caráter de seus produtos e a remuneração do trabalho embutida nos preços desses produtos; assim, o campesinato é um modo de produção à parte, que parece buscar todo crescimento possível do ganho, independentemente do esforço a fornecer em contrapartida.

O autor faz ainda um paralelo entre o trabalho operário e o camponês de acordo com a lógica do mercado. No caso do camponês, está inserido em um produto e o trabalhador tem uma renda pessoal, conjunta com a família; o número de horas de trabalho é recompensado por um valor mínimo e ainda adota uma atitude que se poderia traduzir em: “tempo livre, tempo perdido”. É o caso dos dias de chuva, quando não podem executar serviços na roça, mas fazem trabalhos dentro de casa, nos paióis e ou na “casa de despejo”.

Para Mendras, a família é uma instituição importante, sendo suas virtudes valorizadas e defendidas, em alguns casos até com violência. A sociedade camponesa possui duas características que inicialmente parecem antagônicas: o senso de hospitalidade e a rejeição ao que vem “de fora”. Os integrantes do grupo sempre se afirmam contra os que estão fora, se protegendo do que é externo; isso não significa que um elemento de fora seja mal recebido nas comunidades, ao contrário, recebem bom tratamento, mas com reservas.

Essas características, apontadas como presentes nas sociedades camponesas são identificadas nas comunidades estudadas, elas explicam porque várias políticas elaboradas pelo Estado, e mesmo as ações locais, tiveram pouco êxito com os agricultores camponeses. São políticas que vêm do exterior dessas sociedades e, caso não exista identificação com o que elas propõem, não produzem os efeitos satisfatórios e esperados.

O campesinato representa uma homogeneidade cultural que a comunidade quer preservar, mesmo que esta tenha se tornado, para alguns membros, apenas o local de “residência de trabalhadores”. Há uma ideologia igualitária que procura preservar a comunidade como uma grande família. Os laços de parceria e solidariedade são facilmente percebidos entre os agricultores, através dos mutirões, troca de serviço e até mesmo nos casamentos entre membros pertencentes ao meio rural, sendo às vezes considerada estranha à união com pessoas “forasteiras”¹⁵.

¹⁵ Chama-se de “forasteiros” os indivíduos alheios à comunidade, de origem fora da região. Muitas vezes esses indivíduos são recebidos com reserva até que se saibam as verdadeiras intenções de sua chegada à comunidade.

O tradicionalismo das sociedades camponesas não impede a adoção de inovações¹⁶ que melhorem sua qualidade de vida e seu trabalho. Essa característica demonstra que as mudanças ocorrem nessas sociedades, mas de uma forma mais lenta. As mudanças não devem alterar o equilíbrio entre os aspectos econômico e social. As experiências são feitas com convicção, com poucas possibilidades de perder. As mudanças de crença e de valores religiosos se fazem às vezes mais rapidamente que as mudanças técnicas mínimas.

Historicamente, as revoluções agrícolas reduzem os agricultores familiares à condição de assalariados ou diaristas, sendo estes os primeiros a migrarem para as cidades. À época da implantação do eucalipto e café em Minas Novas-MG, muitos agricultores perderam ou venderam suas terras devido ao aumento dos preços e aos juros da poupança, assumindo a condição de trabalhador de outros agricultores ou somando-se ao contingente da periferia das cidades mais próximas, como é o caso de Capelinha que abriga muitas famílias de ex-agricultores de Minas Novas.

A organização dos agricultores familiares e camponeses em associações e conselhos tem se traduzido em escolhas de orientações políticas e ideológicas de seus membros, vez que a política agrícola não é apenas técnica e econômica, mas essencialmente política. A história agrária de Minas Novas-MG mostra que a organização dos produtores rurais em associações rurais introduziu novas lideranças locais.

Observa-se a presença de indivíduos que se destacam dentro da comunidade na comercialização de gêneros produzidos por seus membros, bem como na condução de mudanças, com forte liderança que extrapola a própria comunidade. Esses elementos têm um papel fundamental na organização dos produtores familiares em associações, contribuindo para o acesso aos técnicos e extensionistas, sendo na maioria das vezes, pioneiros na introdução de inovações. Muitos destes indivíduos se destacam como lideranças importantes nas comunidades, extrapolando, em alguns casos, para uma liderança política, como se percebeu na área de estudo.

Segundo MENDRAS (1976:244), referindo-se aos camponeses, a economia rural, organizada em grupos domésticos, tem uma enorme capacidade de adaptação; acomoda-se a todos os tipos de condições naturais, é capaz de assimilar novidades técnicas sociais e reconstitui-se de calamidades com uma força de expansão demográfica e dinamismo produtivo; foi dessa sociedade que emergiu a sociedade industrial, de onde encontrou condições para nascer e expandir.

¹⁶ As inovações referem-se ao uso de instrumentos e técnicas modernas destinadas à melhoria das condições da produção, sem descartar o uso de alternativas de cultivo e manejo sem o uso de tecnologias de fora da realidade da unidade familiar.

2.3 A Base de Lamarche

O conceito de agricultor utilizado neste trabalho, considerando os agricultores do município de Minas Novas-MG baseia-se também nas análises de Lamarche. Segundo ele, a exploração familiar *corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família* (LAMARCHE, 1993:15). É importante a distinção entre de exploração familiar e exploração camponesa realizada pelo autor.

Na busca de entendimento mais acertado sobre a organização familiar no campo hoje, Lamarche procurou conciliar os conceitos de grandes estudiosos do passado a uma realidade por ele percebida atualmente. O autor prefere tratar do assunto denominando este tipo de organização como exploração familiar. Seu trabalho buscou seguir um esquema de análise mais amplo amparado em exemplos que afirmassem sua hipótese principal e ao mesmo tempo delimitassem seu objeto de estudo:

“O que determina o caráter de toda a agricultura são as condições gerais em que está organizada a produção, e somente nos limites desta cabe falar de grande produção agrícola ou de empresa e de pequena produção agrícola” (LAMARCHE, 1993:15).

Segundo Lamarche, as características de um *“explorador familiar”* o fazem confundir-se com o de *“explorador camponês”*. Porém analisando-se em termos econômicos, estabeleceu diferenciações e parâmetros que individualizam a exploração camponesa e a exploração familiar, portanto, toda exploração camponesa é familiar.

O camponês trabalha necessariamente com sua família, estabelecendo laços com a terra, pois é dela que retira o sustento da família; seja como for, o camponês tem no trabalho familiar a base da exploração do estabelecimento. Ao mesmo tempo conclui que nem todas as explorações familiares são camponesas, ou seja, não podem estar compreendidas num mesmo modelo, visto que há explorações familiares que não agregam características camponesas e há uma dimensão sociológica que leva em consideração as relações entre a exploração camponesa, a sociedade local e a sociedade como um todo. Portanto:

“a exploração familiar, (Aqui entendida como camponesa, que resguarda uma dimensão sociológica.) é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio. Ao valor atribuído a cada um desses elementos dependerão suas características, suas exigências e seu futuro” (LAMARCHE, 1993:22).

As características do modelo de produção camponês são, segundo Chayanov, citado por LAMARCHE (1993), definidas por: existir uma inter-relação entre a organização da produção e o consumo; o trabalho é familiar e não segue a lógica capitalista; o seu custo objetivo não é mensurável; e, a produção objetiva valores de uso e não de troca.

De acordo com Lamarche, características das sociedades camponesas introduzem uma dimensão sociológica, que relaciona exploração camponesa, sociedade local e sociedade como um todo, sendo que a sociedade camponesa possui uma autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; a base estrutural desta sociedade é o grupo doméstico; o sistema econômico é de autarquia relativa; a importância dos inter-relacionamentos; e, a importância de uma liderança local que faz a ligação desta sociedade com a sociedade geral.

Entretanto, a ocorrência de um modelo anterior no modelo de exploração familiar é fundamental na análise de Lamarche. A este modelo ele chamou de “Modelo Original”, condição primitiva, em que o produtor trabalha para manter o sustento da família. O autor utiliza a denominação de “Modelo Ideal”, estágio alcançado pelo produtor onde já consegue acumular capital, para designar a imagem que cada produtor projeta para seu futuro, para onde ele direciona suas estratégias e toma suas decisões.

Esse “modelo ideal” não é o mesmo para cada sociedade, podendo cada agricultor ter sua finalidade, que pode ser: o modelo de “empreendimento familiar”, que objetiva uma produção para o mercado, mas o trabalho permanece essencialmente familiar; o “modelo familiar”, que tem como objetivo primordial a reprodução da família e não da unidade de produção; o “modelo subsistência”, cujo fim é apenas a sobrevivência da família; e o “modelo empreendimento agrícola”, que é o anseio de exploradores familiares que buscam uma exploração agrícola organizada, com trabalho assalariado e maximização de lucros.

Um outro modelo também estaria nesse eixo, “o modelo tribal” das sociedades selvagens, que representa quase uma independência da sociedade global. Para o autor, o modelo de subsistência se aproxima deste modelo tribal. A aproximação do explorador do seu “Modelo Ideal” depende da complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou (LAMARCHE, 1993:23).

Na sua análise, o autor considera que todas as escolhas feitas pelos agricultores são em função de seu passado, suas histórias e dos planos que têm para o futuro. Com base no entendimento de Lamarche sobre a exploração familiar, procurou-se estudar o agricultor familiar de Minas Novas-MG, considerando sempre a inexistência de um modelo único que contivesse toda a diversidade da agricultura familiar. “As explorações familiares não

constituem um grupo social homogêneo” (LAMARCHE, 1993:18), no sentido de classe social. A exploração familiar engloba uma diversidade, dividindo-se em diferentes classes, de acordo com as condições de produção, mesmo pertencendo ao mesmo modelo de funcionamento. A capacidade de reprodução da exploração familiar deve ser analisada considerando dois níveis: o modelo de funcionamento no qual está inserida e a classe social a que pertence dentro deste modelo.

Na análise de Lamarche, a agricultura familiar organiza-se em função do seu grau de inserção na economia de mercado, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural. Uma determinada integração no mercado corresponde a uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e representação. Apesar do eixo de análise possuir dois extremos, o autor afirma que esses não representam um determinismo, as explorações familiares não se encontram relacionadas a uma evolução histórica. O estabelecimento familiar não pode ser definido dentro de um modelo específico, como a exploração camponesa e a pequena produção.

As explorações familiares são aquelas capazes de adaptação às novas situações políticas, socioculturais, sociopolíticas e climáticas. Os produtores muito dependentes do Modelo Original, com dificuldade de inserir novas técnicas, e os produtores que, ao contrário, perderam sua ligação sociocultural e, se fixaram muito próximos ao Modelo Ideal têm dificuldades de se manterem após mudanças.

Assim, o autor formula a hipótese de que, nas sociedades dominadas pela economia de mercado, a proximidade dos estabelecimentos aos modelos extremos dificulta sua capacidade de reprodução. Essas considerações são relevantes para localizar a posição que a exploração familiar ocupa e determinar as possibilidades de sua manutenção e as condições de seu desenvolvimento para cada sociedade.

“Ao buscar atingir o ‘modelo ideal’ os agricultores lançam mão de “estratégias familiares”, que tem como principal enfoque; a estruturação familiar, a educação e o futuro dos filhos. Estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração” (LAMARCHE, 1993:25).

Os projetos dos agricultores para seus filhos, muitas vezes refletem a percepção que os pais têm da sociedade em que vivem e mais especificamente, da visão das perspectivas do estabelecimento agrícola e o futuro das coletividades onde moram. Assim, se os pais planejam que os filhos tenham uma outra profissão ou migrem para outras localidades, pode parecer que vida no meio rural apresente algum tipo de problema. Diversos fatores em

conjunto contribuem para a formulação das estratégias de encaminhamento dos filhos, como o tamanho da família, se a questão financeira impede ou se torna uma barreira para o crescimento social dos filhos, ou ao contrario, se a saída do filho faz parte de uma estratégia de disseminação do “capital” da família em outras terras.

Em alguns casos mesmo com todas as diversidades, “um futuro incerto no meio rural pode ser preferido às incertezas ainda mais ameaçadoras do êxodo; a fidelidade obstinada a uma terra e à perenidade do patrimônio pode superar qualquer consideração a respeito do bem-estar dos filhos” (LAMARCHE, 1998:120). Dentro das estratégias pode ocorrer sobre diferentes graus: a patrilocalidade, onde os pais desejam que filhos, mesmo que em casas separadas, permaneçam no estabelecimento; a exolocalidade, quando os pais desejam que os filhos mantenham distancia do domicilio paterno; e, a exolocalidade longínqua, quando os pais aceitam certo nível de emigração fora do município. Dentro deste contexto, Lamarche coloca alguns modelos de estratégias dos pais a respeito ao futuro dos filhos, sendo ruralista, patrimonial, de promoção social e tradicionalista.

*“Estratégia ruralista, quando o mais importante para os pais é a fixação dos filhos no campo, independente de suas aspirações profissionais;
Estratégia patrimonial, quando o objetivo principal é o de manter os filhos homens no estabelecimento paterno;
Estratégia de promoção social, quando o objetivo é fazer com que os filhos atinjam uma promoção social através da educação, principalmente superior;
Estratégia tradicionalista, quando se limita a resolver através do casamento, o problema das filhas” (LAMARCHE, 1998:120-121).*

2.3.1 As lógicas de Lamarche para a Produção da Unidade familiar: Quatro Modelos Teóricos

O conceito de lógicas produtivas, desenvolvido por Lamarche é também utilizado como auxílio ao entendimento dos processos de transformação da agricultura campesina e familiar do município de Minas Novas-MG. Conforme o autor, as lógicas produtivas podem ser definidas de várias formas, dependendo dos critérios escolhidos. Por outro lado, ao se estabelecerem critérios metodológicos, tem-se uma imagem incompleta e parcial da realidade. A parcialidade na análise da produção agrícola se justifica, de acordo com Lamarche, pelo fato de ser essa produção bastante complexa.

“Um estabelecimento agrícola é um objeto social que não pode ser compreendido apenas pela economia, pela agronomia ou pela sociologia” (LAMARCHE, 1998:62). Desta forma, os critérios de observação devem levar em conta diversas áreas que compõem a produção, obrigando-nos a tentar uma síntese de várias realidades.

A análise de Lamarche foi organizada em torno de um eixo, o grau de integração da unidade de produção à economia de mercado. Essa integração é concebida em sentido absoluto, ao mesmo tempo nos planos técnico-econômico, físico-ambiental e sociocultural. A cada grau de integração com o mercado, têm-se uma correspondente relação com a sociedade de consumo, o modo de vida e um sistema de valores e de representação específica. Assim, a análise das lógicas de funcionamento leva em conta, ao mesmo tempo, o nível familiar nos comportamentos (fatores familiares) e o grau de dependência do estabelecimento (fatores de dependência). Isso mostra que cada produtor deve evoluir:

“Num contexto natural e sociopolítico particular e mais ou menos propício à realização de seus projetos. Sua existência depende então dos meios que tem para gerir essas três exigências: o apego a seus valores tradicionais, o projeto que ele tem para si próprio e para sua família e as limitações ligadas a seu ambiente imediato (meio natural, condições econômicas, sociais e políticas)” (LAMARCHE, 1998:62).

O modo de funcionamento de um estabelecimento rural pode ser determinado, portanto, por laços entre os fatores familiares e os fatores de dependência. O papel da família na organização da produção não é sempre o mesmo, existindo diversas situações. Dessa forma, admitem-se várias lógicas familiares de funcionamento.

Na pesquisa, Lamarche escolheu três temas para determinar o grau de intensidade das lógicas familiares: a terra, o trabalho e a reprodução do estabelecimento. Para cada um dos temas ele criou *variáveis sintéticas*, de forma a poder confrontar situações concretas do estabelecimento com opiniões a respeito do tema.

- A terra, para se entender a relação intrínseca do produtor com a terra. A terra representa um patrimônio da família e um instrumento de trabalho. “A interpretação interativa dessas três variáveis sintéticas permitiu criar um indicador pertinente da relação dos produtores com sua terra” (LAMARCHE, 1998:64). Alguns valores e atitudes presentes nos agricultores de Minas Novas-MG são indicadores dessa relação com a terra.

- O trabalho e a organização do trabalho como centro das análises. Para estabelecer uma relação entre trabalho e família nas unidades de produção familiar foi levantada a questão da opinião sobre a importância da família para o êxito do estabelecimento.

- A reprodução do estabelecimento: “a preocupação é avaliar as funções familiares na reprodução do estabelecimento e as estratégias implantadas para satisfazê-las” (LAMARCHE, 1998:64). Na pesquisa, a criação de uma variável relacionou-se os dados sobre a situação profissional dos filhos, os desejos dos pais de que eles permaneçam ou não no trabalho agrícola, os destinos que seriam dados para os investimentos (melhoria na estrutura da produção, na qualidade de vida ou no futuro dos filhos). O peso da família em cada uma das variáveis sintéticas foi codificado em três posições, muito familiar, medianamente familiar e pouco familiar.

Outro conceito desenvolvido por Lamarche foi o grau de dependência. Existem vários parâmetros para se analisar a dependência. O autor priorizou três que considerou importantes, as dependências tecnológicas, a financeira e a de mercado. Na dependência tecnológica: as técnicas de produção utilizadas são variadas. Um sistema de produção intensivo utiliza as técnicas mais modernas, o que leva

“o produtor a uma maior dependência externa; dependência tecnológica, pois estas técnicas, cada vez mais sofisticadas, precisam da assistência quase permanente de especialistas; dependência financeira, pois estas novas práticas levam geralmente a custos de produção adicionais; e dependência comercial com a generalização dos contratos de produção” (LAMARCHE, 1998:65).

Na dependência financeira, dependendo do grau de intensificação do sistema de produção, as necessidades financeiras e a disponibilidade de financiamento variam, colocando os agricultores mais ou menos dependentes. A variável “leva em conta dados tais como o recurso ao empréstimo, o grau de endividamento e a importância que os produtores dão à utilização do crédito para permitir seu desenvolvimento” (LAMARCHE, 1998:66).

Na dependência do mercado, o indicador do grau de dependência dos agricultores em relação ao mercado surge do resultado da combinação de duas variáveis sintéticas, uma medindo a dependência alimentar e a outra a relevância da produção agrícola vendida. A dependência dos produtores com relação ao mercado aponta para a participação destes na sociedade de consumo.

Os indicadores foram construídos em três posições, em muito dependente, medianamente dependente e pouco dependente. Segundo LAMARCHE, a correspondência entre o grau de dependência e as lógicas familiares define quatro tipos de relações e quatro modelos de funcionamento, sendo:

I. No modelo empresa as relações de produção são pouco familiares e muito dependentes.

- Sistema pouco familiar: a utilização do trabalho familiar com relação ao trabalho total representa muito pouco. O apego à propriedade é menos importante que nos outros modelos, sendo considerável a utilização do arrendamento, já que a terra é um bem como qualquer outro.

- Sistema dependente: os produtores desse modelo utilizam sistema de produção intensivo, o que representa dependência tanto tecnológica quanto financeira ou comercial. Utilizam empréstimos e produzem exclusivamente para o mercado através de cooperativas ou firmas privadas. Sua lógica de funcionamento é a venda, buscando faturamento.

“A propriedade fundiária familiar e o apego a esta propriedade são menos importantes (...) A exploração da terra diretamente pelo proprietário não é a única possível (...) o arrendamento ocupa um espaço não-desprezível (...) esse grupo está pouco ligado à noção de patrimônio familiar. A terra se compra e se vende, como qualquer outro bem (...). O trabalho familiar resume-se ao trabalho do responsável pelo estabelecimento (...) utiliza regularmente uma força de trabalho externa (...) o estabelecimento é pensado como uma empresa tem como objetivos produzir para vender e realizar, senão um lucro (...)” (LAMARCH, 1998:69-70).

II. O modelo empresa familiar diferencia-se do modelo empresa pela importância da família. O trabalho se organiza em função da mão-de-obra familiar, o patrimônio é familiar e o futuro da unidade é pensado em termos de reprodução familiar, entretanto, é muito dependente do exterior. O trabalho é tido em termos de salário e a produção em termos de renda agrícola.

“A organização do trabalho estrutura-se principalmente em torno de uma mão-de-obra familiar, o patrimônio é uma noção exclusivamente familiar e o futuro da unidade de produção é pensado em termos de reprodução familiar” (LAMARCH, 1998:70).

III. No modelo de agricultura camponesa ou de subsistência, “há forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior” (LAMARCHE, 1998:70). As técnicas de produção são tradicionais; a quantidade produzida é baixa e voltada para a satisfação das necessidades familiares. A distinção entre unidades de produção camponesa e de subsistência deve ser entendida a partir dos sistemas de valores e de representação, “composto por estabelecimento que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais, o objetivo primeiro aqui é satisfazer as necessidades familiares” (LAMARCHE, 1998:70).

IV. O modelo de agricultura familiar moderna caracteriza-se pela “busca de uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção e, de outro, na busca de maior autonomia possível” (LAMARCHE, 1998:71). Trata-se de unidades de produção cujo modo de funcionamento libertou das limitações materiais, morais, ideológicas e das dependências técnicas e econômicas, sendo um modelo bastante original de agricultura familiar.

“Esse modelo representa um modo de funcionamento que teria se libertado, ao mesmo tempo, das limitações familiares materiais, mas principalmente morais e ideológicas, e das dependências técnico-econômicas” (LAMARCHE, 1998:71).

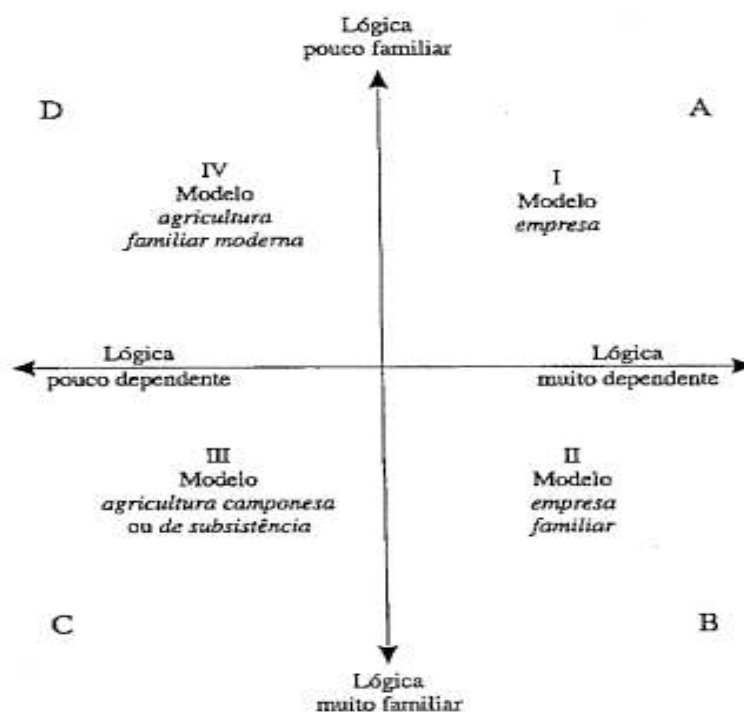


Figura 1: Representação gráfica dos modelos produtivos. (LAMARCHE, 1998:68).

Os modelos não representam nenhuma realidade, são modelos puros em direção aos quais há uma tendência e correspondem, aos modelos ideais, com os quais todo produtor deseja ser identificado. Os modelos propostos por Lamarche, no estudo do município de Minas Novas-MG, foram utilizados como auxílio na caracterização e processo de transformação da agricultura camponesa em familiar, buscando não enquadrá-los em quaisquer modelos teóricos.

No caso de Minas Novas-MG, admite-se que a dinâmica das unidades de produção familiares caracterizam-se por uma tendência de evolução do modelo camponês em direção ao modelo agricultura familiar (de periférico para familiar de transição, estágio anterior ao modelo consolidado), particularmente, no caso dos “*agricultores independentes*”, estes procuram sair de sua autárcia e integrar-se mais efetivamente na economia de mercado “mercados curtos”, com a introdução ou desenvolvimento de produções comercializadas, ao mesmo tempo em que preservam certa independência em relação ao exterior.

Em relação ao camponês e agricultor familiar da área estudada, indicativos apontam que o paradigma deste ator social, apresenta características marcantes do camponês, ainda demonstrando alta capacidade de reprodução de seus valores, significações e simbologias; sem, no entanto, comprometer a evolução e inserção nos diferentes níveis, evidenciados pelo vislumbre e possibilidade do acesso a mercados locais e regionais, capacidade de organização, busca constante em saber e participar dos projetos que o tem como beneficiário principal. Nesta fase, os indivíduos estudados entendem a sua importância, que vai além de um produtor de alimentos, mas como um ator social importante.

Tais abordagens sobre o indivíduo central da pesquisa, sua família e seus processos, associados à sua prática na unidade de produção econômica, evidencia o que nos enunciam Chayanov e Lamarche, oportunizou uma análise e aplicação capazes de responder às perguntas que a pesquisa requer.

2.4 Debates Recentes sobre Camponeses e Agricultores Familiares

Desde o final do Século XX observa-se que diversas organizações sociais, principalmente de trabalhadores rurais, já tinham nos discursos as categorias de camponês e agricultor familiar. Para a compreensão do projeto político dos que reivindicam por um modelo de desenvolvimento rural para o país é necessário associar alguns conceitos aos seus discursos e projetos. O que se observa é que agricultura camponesa e familiar, mais do que categorias sociológicas, têm uma forte conotação política e de disputas por projetos de desenvolvimento rural e que envolvem relações de poder.

Remontam da década de 1920, as contribuições de Chayanov, que lançou as bases teóricas neste debate. Sua tese contribuiu para a compreensão do funcionamento das unidades de produção familiar e da unidade de produção capitalista. No desenvolvimento do capitalismo a implantação de novas técnicas na agricultura e o desenvolvimento das

comunidades rurais levou à organização de dois tipos de unidades familiares dedicadas a produção rural, tipos estes que tinham pontos similares, porém distintos.

Para ABRAMOVAY (1992:145), há uma ambigüidade quando se trata da noção de unidade familiar. O termo se confunde com pequena produção, produção de baixa renda e agricultura camponesa, esquecendo-se que seus fundamentos estão no dinamismo econômico, na capacidade de inovação técnica e nas formas sociais que se adaptam ao tempo e espaço sem perder laços tradicionais. Agricultura camponesa e familiar funda-se na relação entre propriedade e mão-de-obra familiar. Persistindo na tentativa de diferenciá-las, se junta o fato de que é própria da agricultura familiar a integração com o mercado e com as políticas governamentais. Tal característica torna a agricultura familiar capaz de adotar “técnicas” da “modernização conservadora”, que se aprofundou no Brasil na década de 1960, que possibilitam o controle do poder global e mercantil sobre o lugar e o poder local.

O que vale refletir são as noções de campesinato e agricultura familiar para subsidiar a compreensão dos projetos políticos de desenvolvimento rural em disputa no Brasil desde o final do século XX. Pode-se afirmar que os camponeses se constituem em atores sociais e têm um projeto para o desenvolvimento rural. Havendo projeto político baseado na agricultura camponesa, haverá pouca diferença do projeto de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar (MOREIRA, 2003:33).

A produção conceitual sobre a agricultura familiar pelo Governo Federal se deu a partir de 1995 e foi o suporte à elaboração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e para atender a cooperações estabelecidas com o Food Agriculture Organization – FAO, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Foi na década de 1990 que a noção de agricultura familiar tornou-se referência importante nos estudos da questão agrária brasileira. Neste contexto, defende-se que o agricultor que utiliza os instrumentos técnicos e está integrado ao mercado não é camponês, mas sim um agricultor familiar. Neste momento cria-se a expressão agricultura patronal. FERNANDES (2001), referindo-se à noção de agricultura familiar afirma que:

“De fato, essas idéias representam uma mudança, pois reconhece a inerência do trabalho familiar no desenvolvimento do capitalismo. É um avanço em relação à visão de que somente as relações capitalistas predominariam na agricultura. Mas é um atraso, ao entender que esteja somente nas políticas formuladas pelo Estado a garantia de uma integração entre o trabalho familiar e relações capitalistas, desconsiderando a essencialidade da luta contra o capital” (FERNANDES, 2001:16).

Campesinato e agricultura familiar são categorias que sustentam o discurso e os projetos políticos dos atores sociais que lutam pela ocupação dos espaços. Espacialização e o uso território é o que desafia a agricultura camponesa e a familiar, pois, para os camponeses e suas organizações aí está incluída a luta contra o capital, quando representa ameaça aos modelos de sobrevivência e sustentabilidade do próprio modelo familiar camponês, fazendo-se necessário, para alguns, que se façam amplas mudanças na sociedade e alteração na atual estrutura capitalista de organização da produção (MOREIRA, 2003:35). O que caracteriza a agricultura familiar são as relações sociais de produção no interior da unidade familiar.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2000:14), a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais:

- a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados, são realizadas por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento.
- a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família.
- a família tem na propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra), sendo esta propriedade transmitida, em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade, no interior da própria família.

O Projeto BRA/98/012 “Agricultura Familiar no Contexto do Desenvolvimento Sustentável” constituiu-se em um dos projetos de cooperação do PRONAF, coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR. O INCRA por sua vez estabeleceu convênio para a cooperação técnica com a FAO entre 1996 e 1999. Este Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA realizou estudos baseados na metodologia de sistemas agrários desenvolvidos pela escola francesa de estudos agrários. Para o Convênio FAO/INCRA estes estudos “(...) vem permitindo uma melhor compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares e dos assentamentos, assim como dos sistemas de produção por ele adotados nas diversas regiões do país” (FAO/INCRA, 2001:21).

Segundo o MDA (2000:13), o debate sobre os conceitos e a importância relativa da “agricultura familiar” tem sido intenso, gerando inúmeras concepções, interpretações, discussões e propostas, originadas de diferentes entidades representativas dos “pequenos agricultores”, dos intelectuais que estudam a área rural e dos técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro.

No Documento Referencial do PRONAF, “Pode-se intervir objetivamente na estrutura da Agricultura brasileira considerando dois modelos gerais: o modelo patronal e o modelo

da agricultura familiar” (PRONAF, 1996:4). As características que comporta cada um são marcantes e permitem uma distinção estrutural e do funcionamento, a saber:

Quadro 1
Características dos Modelos Patronal e Familiar

MODELO PATRONAL	MODELO FAMILIAR
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelo agricultor e sua família.
Ênfase na especialização.	Ênfase na diversificação.
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
Trabalho assalariado predominante.	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas à eliminação de decisões “de terreno” e “de momento”.	As decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade no processo produtivo.

Fonte: PRONAF, Documento Referencial (FAO/INCRA, 1996).

Ao identificar estes modelos, o Documento FAO/INCRA, aborda outras modalidades a eles inerentes, sendo três para o modelo patronal e três para o modelo familiar, como podemos observar:

Quadro 2
Características da Agricultura Patronal e Familiar

Modelo	Modalidades	Características
Agricultura Familiar	Agricultura Familiar Consolidada.	Integração ao mercado, acesso a inovações tecnológicas e políticas públicas, maioria funcionando em padrões empresariais.
	Agricultura Familiar de Transição.	Acesso parcial à tecnologia e ao mercado, sem acesso à maioria das políticas públicas e programas governamentais, não consolidados
	Agricultura Familiar Periférica.	Inadequação em termos de infra-estrutura, dependentes de programas de reforma agrária, crédito, pesquisa, assistência técnica
Agricultura Patronal	Agribusiness.	Integração vertical das atividades no agro-industrial Agroindústria com gestão empresarial.
	Agricultura patronal de base empresarial.	Uso intensivo de tecnologias, alta produtividade, gestão empresarial.
	Agricultura patronal de base fundiária.	Latifúndio, gestão não empresarial, agropecuária extensiva e nem sempre produtiva, tendo a terra como capital principal.

Fonte: MDA/SAF. PRONAF. Documento Referencial, 1996.

Nota-se que há uma forte conotação político-econômica e vinculação ao modelo capitalista, quando as abordagens do Estado sobre a agricultura familiar abordam aspectos relativos às questões agro-industriais e empresariais, o uso da tecnologia e acesso ao mercado como fatores de definição desta categoria produtiva. Não se percebe nesta visão o reconhecimento da categoria camponesa, salvo nos casos de agricultores assentados da reforma agrária, para as políticas públicas. Igualmente, seguindo a lógica do discurso do Estado, faz-se necessário melhor compreender quem são os atores da Agricultura Periférica. Conforme estas conceituações colocadas, percebe em Minas Novas-MG que o perfil do agricultor é predominantemente camponês e familiar periférico, sendo que em algumas comunidades, principalmente nas quilombolas e em outras mais distantes da zona urbana, existem fortes indícios da presença de famílias em estágio de indigência rural, longe até mesmo do acesso aos instrumentos que caracterizam os periféricos, colocando-se numa posição *marginal-periférica*.

Para delimitar o sistema familiar¹⁷, a Secretaria da Agricultura Familiar - SAF usou dados do Censo Agropecuário de 1995-96 do IBGE, no intuito de construir um “novo retrato da agricultura familiar”. Por estes dados, consta-se que no Brasil existiam 4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares, sendo que as unidades familiares ocupavam 30,2% desta área, mesmo representando 85,2% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros (MOREIRA, 2003:38).

De outro lado, a agricultura patronal ocupava 67,9% da área total e representava apenas 11,4% dos estabelecimentos rurais. A quantidade de estabelecimentos na categoria familiar era mais de sete vezes maior que o número da categoria patronal. A quantidade de terras ocupadas pela categoria patronal era duas vezes das ocupadas pela familiar, conforme se observa na Tabela abaixo:

Tabela 2
Total dos Estabelecimentos e Área por Categorias Familiar e Patronal, no Brasil (2000)

CATEGORIAS	Estabelecimentos Totais	% Estabelecimentos sobre o total	Área Total (mil há)	Área Total (%)
FAMILIAR	4.139.369	85,2	107.768	30,5
PATRONAL	554.501	11,4	240.042	67,9
OUTROS (*)	165.994	3,4	5.801	1,6
TOTAL	4.859.864	100,0	353.611	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE. Documento Novo Retrato da Agricultura Familiar (MDA/SAF, 2000).

¹⁷ Sistema familiar é caracterizado pelas unidades que atendiam simultaneamente às condições: a) a direção do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado. Adicionalmente, foi elaborada uma área máxima regional como limite para a área total dos estabelecimentos familiares (MDA, 2000:18).

O Censo Agropecuário 1995-96 revelou várias condições que permitiram identificar o perfil da agricultura familiar no Brasil. Três delas podem ser destacadas, a primeira é a condição dos agricultores em relação ao uso da terra, a segunda: a estrutura fundiária, e a terceira: o pessoal ocupado. A observação destes fatores permite compreender a ocupação dos espaços por tipos de uso, conforme podemos observar a situação do Brasil e da região Sudeste em relação às demais regiões do país.

Para a SAF, os dados do Censo Agropecuário 1995/96 demonstram que não é apenas a propriedade da terra o único elemento a ser considerado para a chamada “reestruturação fundiária do Brasil” (BRASIL, 2000:26). Também deve ser verificado o tamanho das propriedades dos agricultores familiares. “... muitos possuem menos de 5 ha, o que, na maioria dos casos, inviabiliza sua sustentabilidade econômica...”. Os dados do Censo Agropecuário revelaram que, no Brasil, 94,55% dos Estabelecimentos no modelo de agricultura familiar têm área menor que 100 há, e 39,8% das propriedades dos agricultores familiares têm menos de 5,0 ha. Este índice chega a 39,12% na área da pesquisa.

Os dados revelam o fenômeno da “minifundização” da agricultura familiar, e com forte tendência que estes números sejam da agricultura familiar periférica. Como pôde ser constatado, tal fenômeno é marcante em Minas Novas-MG, onde o processo de minifundização já chega a um estágio de quase “quintalização”, em decorrência das inúmeras divisões e subdivisões das unidades familiares por herança e/ou casamento dos filhos. De acordo com o MDA, este é um modelo periférico de agricultura familiar caracterizado como estabelecimentos “inadequados em termos de infra-estrutura, dependentes de programas de reforma agrária crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural e comercialização”. (BRASIL, 2000:28).

Segundo dados da SAF, a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural: “Mesmo dispondo de apenas 30% da área, é responsável por 76,9% do pessoal ocupado. Dos 17,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, 13.780.201 estão na agricultura familiar”. (BRASIL, 2000:28). Gerar trabalho e renda é um objetivo estratégico das propostas do Governo para a agricultura familiar. O número de pessoas ocupadas por unidade de área na agricultura familiar é superior ao que se verifica na agricultura patronal. Nesta, são necessários em média 67,5 ha para ocupar uma pessoa, enquanto na agricultura familiar esta média é de apenas 7,8 ha. A agricultura familiar gera ocupação utilizando 8,6 vezes menos terra que a patronal.

Considerando a característica da agricultura familiar camponesa da área estudada, procurou-se compreender os diferentes tipos de estabelecimentos e propriedades, para fins

de classificação e possível enquadramento da agricultura familiar camponesa. O Estatuto da Terra, de 1964, classificou em tipos os diferentes modelos de ocupação do espaço agrário rural. Tal classificação, como se pode verificar no Quadro abaixo, permite a compreensão dos espaços possíveis e adequados aptos à ocupação camponesa, da agricultura familiar e de outros moldes de empreendimentos rurais.

Quadro 3
Tipos de Propriedade da Terra no Brasil Segundo o Estatuto da Terra

Tipo de Propriedade	Características
Minifúndio	Propriedade de tamanho menor que o necessário para o sustento e o progresso de uma família.
Módulo Rural ¹⁸	Área mínima de terra necessária para uma família sustentar-se e progredir econômica e socialmente, e cujo tamanho é estabelecido por critérios técnicos.
Empresa Rural	Propriedade que não excede o equivalente a 600 vezes o módulo da região e que é explorada racionalmente ocupando mais de 50% da área total agricultável.
Latifúndio por exploração	Propriedade rural que não excede o tamanho admitido como máximo (o da empresa rural), mas é mantida inexplorável em seu todo.
Latifúndio por extensão	Propriedade que, independentemente do seu grau de utilização, ultrapassa 600 vezes o módulo regional.

Fonte: Estatuto da Terra, 1964.

Com a promulgação da Constituição de 1988, foi sancionada a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que deu nova classificação às propriedades, sendo:

- minifúndio: dimensão menor que o módulo rural fixado para o município;
- pequena propriedade: dimensão entre 1 a 4 módulos rurais;
- média propriedade: dimensão entre 5 a 15 módulos rurais; e,
- grande propriedade: dimensão superior a 15 módulos rurais.

O conhecimento da questão agrária torna-se de grande valia, pois ele, muitas vezes, é determinante para compreensão de como tem sido a dinâmica da ocupação dos espaços e a configuração populacional e produtiva da agricultura familiar e seus diversos movimentos sócios econômicos e fluxos migratórios, dentre outros.

De acordo com RICCI (2004:49), de 1960 a 1980, aproximadamente 28 milhões de brasileiros deixaram o campo, população equivalente à população da Argentina nos anos 1980. A mudança do padrão tecnológico, o aumento da competitividade, a política de crédito

¹⁸ O tamanho do módulo rural varia de acordo com a região, podendo variar no intervalo de 5 a 115 hectares.

rural e a diminuição da ocupação da mão-de-obra rural constituíram alguns dos possíveis fatores que impulsionaram essa migração.

Mesmo diante desta situação, a importância da agricultura familiar é comprovada pela sua participação na produção nacional de alimentos. O Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO revelou que o conjunto das unidades familiares é responsável por 40,0% do Valor Bruto da Produção - VBP total da agropecuária brasileira. Das unidades familiares são produzidos 24,0% do VBP total da pecuária de corte, 52,0% da pecuária de leite, 58,0% dos suínos e 40,0% das aves e ovos. Em relação a culturas temporárias e permanentes, produz 33,0% do algodão, 31,0% do arroz, 72,0% da cebola, 67,0% do feijão, 97,0% do fumo, 84,0% da mandioca, 49,0% do milho, 32,0% da soja e 46,0% do trigo, 58,0% da banana, 27,0% da laranja, 47,0% da uva, 25,0% do café e 10,0% do VBP da cana-de-açúcar (SAF/MDA, 2006).

De acordo com TUBALDINI (2006), além da expressividade econômica, a agricultura familiar e camponesa traz valores e saberes locais, associados à preservação das tradições e do patrimônio cultural, que conferem especificidades à categoria e contribuem para a composição e expressão da identidade dos territórios por ela ocupados.

“No tocante às respostas que a agricultura, pelo seu caráter multifuncional, pode dar ao interesse geral do território e dos seus habitantes, toca uma série de pontos essenciais para o desenvolvimento das zonas rurais: preservação da vida rural e da qualidade da vida nas zonas rurais, preservação e valorização dos recursos naturais e do patrimônio local, etc”. (TUBALDINI, 2006:47).

Segundo a autora, é preciso “procurar com persistência, o ponto de equilíbrio entre agricultura e produção, e agricultura e proteção, num quadro de ordenamento do território que determinará a ambas os requisitos do seu funcionamento” (TUBALDINI, 2006:42).

Os avanços de algumas políticas públicas dos últimos anos, com grande tendência de se consolidarem como participativas levaram as organizações e representações dos agricultores familiares a intensificarem o debate sobre a importância da agricultura familiar para a economia do país, fazendo com que mais do que “políticas de governos”, estas se convertam em “Política de Estado”, com reivindicações que esta categoria produtiva fosse legalmente reconhecida como um “eixo estruturante” para o Estado e as políticas públicas.

Tal conjuntura fez com que a agricultura familiar assumisse uma postura mais ativa diante das questões a ela apresentada. Ocorreu um intenso processo de organização e mobilização dos atores sociais, no sentido de sensibilizar a sociedade e o governo em torno

de um conjunto de propostas de políticas públicas participativas e de uma agenda de reivindicações que incluísse o reconhecimento da categoria como segmento produtivo, facilitasse o acesso à terra, ao crédito rural, à assistência técnica, ou seja, uma política diferenciada para a agricultura familiar. Era preciso reconhecer a agricultura familiar como um instrumento fundamental do desenvolvimento rural e parte importante do desenvolvimento econômico que o país persegue ao longo de sua história.

Após muitas manifestações, como conquistas decorrentes das mobilizações, destacaram-se a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, como uma instância de “Estado” destinado às políticas para agricultura familiar e reforma agrária, a criação e implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, para atenderem às especificidades da agricultura familiar, com ênfase nos jovens, mulheres, indígenas e quilombolas; e, mais recentemente, a criação da Lei da Agricultura Familiar.

Este conjunto de ações permitiu que a agricultura familiar se inserisse na proposta do desenvolvimento rural de forma integrada, contribuindo com suas experiências enfrentamento às adversidades e assumindo os desafios da formulação e gestão de políticas públicas, respeitando as especificidades locais e outras peculiaridades desta categoria produtiva e cultural.

Após dez anos do início da implantação do PRONAF, o MDA, por iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, elaborou uma proposta de projeto de lei que dispunha sobre a política de desenvolvimento rural sustentável, onde a agricultura familiar fosse reconhecida oficialmente como uma categoria econômica e produtiva.

A Lei N.º. 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”, estabeleceu os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, atendendo a uma antiga reivindicação, reconhecem a Agricultura Familiar como categoria produtiva, uma conquista dos agricultores familiares. De acordo com a nova lei, “a formulação, gestão e execução da Política Nacional da agricultura familiar serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implantação, com a política agrícola e com as políticas voltadas para a reforma agrária”.

Para as políticas públicas, esta lei considera agricultor familiar àquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente às condições: não detenha, a

qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais¹⁹; que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; que tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e, que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Estabelece, ainda, orientações para a Política Nacional da Agricultura Familiar, que deverá observar os princípios da descentralização, sustentabilidade ambiental, social e econômica, equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia, bem como a participação dos agricultores familiares na formulação e implantação da política nacional da agricultura familiar.

Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as áreas de crédito e fundo de aval, infra-estrutura e serviços, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, comercialização, seguro, habitação, legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária, cooperativismo e associativismo, educação, capacitação e profissionalização; negócios e serviços rurais não agrícolas, e, agro-industrialização.

Com este novo e importante instrumento, espera-se que o Estado e a sociedade, além de reconhecer oficialmente a importância da agricultura familiar, também garantam a possibilidade de constituição dos elementos necessários à participação democrática e cidadã na construção dos processos de desenvolvimento rural, pelos agricultores familiares e camponeses, sustentada no princípio da “subsidiariedade”²⁰.

¹⁹ Não se aplicando quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

²⁰ De acordo com TUBALDINI (2006:55), “este princípio jurídico implica que uma autoridade superior não possa nem deva agir a menos que um objetivo não possa ser concretizado, de modo satisfatório, a um nível mais elevado”, respeitando as decisões acordadas por instâncias da base da organização. O princípio da subsidiariedade foi um dos grandes princípios de orientação da ação estrutural da formação da Comunidade Econômica Européia e foi uma das decisões do Tratado de Maastricht.

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A proposta de embasamento teórico-metodológico utilizado nas análises baseou-se nos trabalhos de CHAYANOV (1974) e LAMARCHE (1993), o que permitiu identificar a organização interna das unidades produtivas familiares e sua reprodução, bem como aspectos de relação com o mercado e demais inserções, considerando que tais referenciais teóricos responderam satisfatoriamente ao perfil do agricultor da área de estudo.

A pesquisa teve como suporte a observação e conhecimento da área de campo, própria do método de observação e qualitativo utilizado pela Geografia, porém, os processos de transformações sociais dialéticos também se fazem presentes, no decorrer da metodologia que norteou a pesquisa, quando se procurou analisar os processos de transformação geohistórica pelos qual o espaço e os camponeses estudados perpassam. Tais processos vão modificar o modo de produção e socioculturalmente dos agricultores camponeses - de manejos simples e rústicos para os manejos da agricultura convencional; com o uso de máquinas e adubos químicos, tornando-os mais próximos de agricultores familiares consolidados segundo a FAO/INCRA (1996:23) e modernos com lógicas dependente do trabalho, segundo Lamarche (1993:64).

A escolha de trabalhar com informações qualitativas adicionando dados quantitativos permitiram diagnosticar a realidade estudada, extrapolando-se para a relação desses agricultores com suas famílias e o mercado local/externo e o PRONAF.

O espaço foi a base referencial utilizado para a análise geográfica e para localizar, caracterizar e diagnosticar socioeconômica e sociocultural os sujeitos da pesquisa, através de suas estruturas organizacionais, seus valores de vida, suas buscas e perspectivas futuras, enquanto agricultores familiares, de reprodução e manutenção no espaço estudado.

3.1 Etapas Metodológicas

A metodologia seguiu fases distintas, onde se procurou alcançar os resultados de forma mais direta e concisa com os objetivos estabelecidos. A bibliografia pesquisada foi dividida em três grupos, sendo que o primeiro tratava de estudos e diagnósticos históricos e sócios econômicos de formação histórica da região, a ação do Estado, a dinâmica econômica e a configuração do modelo de agricultor da região pesquisada, com ênfase na ocupação do espaço.

O segundo referiu-se aos estudos teóricos que tratam da formação do campesinato e da agricultura familiar, analisando as visões clássicas sobre a questão camponesa e as discussões recentes sobre a agricultura familiar. Na revisão bibliográfica, procurou-se abordar estudiosos como CHAYANOV, MARX, MENDRAS, TEPICHIT e outros como ABRAMOVAY, GRAZIANO e MOURA, mas optando-se por uma análise que contivessem os elementos teóricos de CHAYANOV e LAMARCHE, os quais foram considerados básicos para a pesquisa, diante do conhecimento do ator social pesquisado, o primeiro por caracterizar bem as unidades familiares e o segundo por avançar no entendimento do camponês na direção de agricultor familiar com vistas à inserção no mercado.

O terceiro grupo de bibliografia tratou de discussões referentes às políticas públicas, do PRONAF e a inserção da agricultura familiar no mercado e as políticas sociais compensatórias do Estado. A participação das organizações de base²¹ nos processos de elaboração de propostas de políticas públicas tem um suporte para exercitar atingir os princípios da “participação democrática”, necessários para se consolidar a cidadania dos agricultores camponeses e familiares.

Para o levantamento e processamento de dados, ou seja, para a execução da pesquisa propriamente dita, foram utilizadas as seguintes categorias de coletas de dados pertinentes ao trabalho geográfico: coleta e análise de documentos administrativos; obtenção de dados por entrevistas, visitas e observação direta e sistemática. Os instrumentos de trabalho dos dados e informações qualitativas utilizados na pesquisa, foram a construção de mapas, com bases cartográficas do IBGE, uso de fotografias, tabelas, gráficos e quadros.

De acordo com a EMATER-MG, escritório local de Minas Novas estima-se 4.500 agricultores familiares município. Esses agricultores estão agrupados em comunidades e organizados em associações comunitárias, independente de terem sido beneficiados ou não pelas linhas de crédito e outras ações do PRONAF. Do total de agricultores do município, 792 têm DAP homologadas junto ao MDA, no entanto são aproximadamente 1.200 cadastradas no sistema de Informações da Emater de Minas Novas até maio de 2006, para realizar propostas de financiamentos PRONAF.

Na busca em identificar o perfil dos agricultores familiares, optou-se, no primeiro momento, em resgatar os dados existentes nas DAPs emitidas pela EMATER-MG para o período de 2000 a 2006, do total de 792 DAPs, localizadas no arquivo do Escritório da EMATER de Minas Novas –MG e disponíveis no site do PRONAF²².

²¹ Às organizações de base referem-se as associações, sindicatos e conselhos de desenvolvimento rural.

²² Site da Secretária de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário: <http://www.pronaf.gov.br>

As informações utilizadas das DAP foram as seguintes:

Família: nome, documentação, escolaridade, estado civil do titular e cônjuge e regime de casamento, local de residência, e, número de pessoas residentes no estabelecimento;

Caracterização socioeconômica do agricultor familiar: se pertence a alguma organização social, condições de posse e uso da terra, atividades principais, área do estabelecimento, composição da renda bruta familiar anual de enquadramento (renda obtida da produção agropecuária, benefícios previdenciários, excluídos os programas sociais), percentual da renda bruta familiar anual proveniente das atividades desenvolvidas no estabelecimento, força de trabalho utilizada além da familiar;

Informações complementares: se é beneficiário de algum programa de reforma agrária, a destinação do crédito, se já teve algum crédito anterior do PRONAF e se sim em qual grupo, número de imóveis explorados, denominação do imóvel principal (localização e área total) e nome e CPF do proprietário do imóvel (quando posseiro ou comodatário).

Num segundo momento da pesquisa, optou-se por trabalhar com dados de coleta direta no campo, que requereu uma amostragem de unidades de produção familiares significativas em relação ao total de agricultores e abrangendo espaço estudado.

3.2 A Amostragem

A obtenção dos dados de coleta direta em campo para a pesquisa, requereram uma amostragem obtida entre as 792 DAPs emitidas pela EMATER de Minas Novas, para realização de Financiamentos do PRONAF pelos agricultores familiares. Do conjunto das 792 DAPs, sorteou-se 72, significando 9,09% do total da amostra, usando para o sorteio o método de amostragem sistemática, “na escolha aleatória da primeira unidade amostral e seleção das unidades subseqüentes através de um intervalo uniforme, constante e pré-estabelecido” (Gerardi e Silva, 1981:14). O resultado do sorteio demonstrou uma boa distribuição espacial, abrangendo um número significativo de comunidades rurais do espaço estudado. Ressalta-se que o objetivo eram 10% da amostra, mas as DAPs Mulher e Jovem sorteadas aleatoriamente, da mesma família foram incorporadas como parte da mesma unidade de produção familiar.

Para a coleta de dados foi organizado e aplicado um questionário, (Anexo) com perguntas diretas e semi-estruturadas, através de entrevistas para coleta de dados nas unidades de produção familiares. O questionário abrangeu os seguintes itens:

I – Identificação e Caracterização do Agricultor e da Unidade de Produção:

- Identificação do Agricultor e estado civil: casado, solteiro ou viúvo;
- Composição da família: idade;
- Família /membros: moradores dentro e fora da propriedade;

II – Identificação e Caracterização da Unidade de Produção:

- Situação jurídica do estabelecimento: proprietário, arrendatário, parceiro, posseiro ou outro;
- Acesso à terra: herança, compra, troca ou ocupação;
- Tempo que reside na propriedade e quem foram os antecessores;
- Área total da propriedade, Registro/Título de propriedade;
- Uso da terra: produtos agrícolas, pecuários e beneficiamentos;
- Técnicas de produção: preparo do solo, plantio e tratos culturais e manejo de animais.

III – Estrutura e Organização do Trabalho Familiar:

- Trabalho da família na propriedade;
- Trabalho fora da propriedade ou trabalho temporário (migração);
- Comercialização dos produtos e renda familiar;
- Trabalho da família fora da propriedade.

IV – Aspectos Sociais e Estratégias Familiares:

- Moradia: conservação, tipo, energia elétrica, água consumida, eletrodomésticos;
- Membros residentes na propriedade;
- Preocupação com o futuro;
- Sociabilidade Social e participa de alguma associação.

V – Informações sobre o PRONAF.

VI – Informações sobre a migração Sazonal.

Para obter a amostragem proposta e atingir todas as unidades de produção amostradas, entrevistando os agricultores sorteados, a pesquisa de campo contou com a colaboração da EMATER-MG, através da equipe local, da qual este autor faz parte, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDRS e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Minas Novas.

Dentre os agricultores entrevistados, identificou-se e agrupou aqueles que foram conselheiros do CMDRS na ocasião da implantação do PRONAF Infra-estrutura, bem como aqueles que atualmente são líderes comunitários e que participam tanto do CMDRS como conselheiros e outras modalidades institucionalizadas de organização, como as associações, confederações e demais conselhos. Este agrupamento permitiu uma compreensão política e histórica do PRONAF na área estudada, bem do entendimento e participação dos agricultores nos processos de transformações recentes da agricultura na área estudada.

O trabalho de campo realizou-se em três etapas, tendo como ponto de referência o ano agrícola, de 2005/2006, iniciando no período das águas em outubro estendendo-se até o

início da seca em março de 2007. O período das águas é importante na coleta de dados, pois, neste período encontram-se nas unidades de produção, os atores sociais que são também, migrantes sazonais. As informações sobre a migração sazonal, foram importantes para a compreensão de como se dá a utilização da mão-de-obra da família, dentro e fora da unidade de produção.

Espacialmente, a amostragem distribuiu-se nas regiões Fanado, Capivari e Setúbal, conforme o Mapa 2: Distribuição das Bacias Hidrográficas do Município de Minas Novas – MG - BR.

Na região do Fanado, os agricultores da pesquisa residem ou têm suas unidades de produção nas localidades de Bananal, Bemposta, Bentinho, Bonsucesso, os Buritis Boa Vista, Paraíso e Valverde, Córrego Maurício, Currealinho, Fanado Acima, Inácio Félix, Lambari, Macuco, Manoel Luiz, Mata Dois, Pinheiro, Pinheiro e Rocinha. Na região do Capivari, refere-se às localidades de Araújo, Capivari Contendas, Carvalhaes, Contendas, Paudóleo, Ribeirão da Folha, Ribeirão do Meio, Ribeirão dos Santos, Santiago, São José do Capivari, São Pedro do Alagadiço e Quilombo. No Setúbal, as localidades de Beira do Setúbal, Cachoeira do Ribeirão da Folha, Córrego Seco, Estiva-Campos, Faz. Fabrica, Indaiá de Baixo, Mangabeira, Mata Pequena, Mato Grande, Palmital, Pindaíba, Pedra Preta e Serra, conforme se pode verificar no Mapa 3: Distribuição das Comunidades Rurais Estudadas – Minas Novas – MG - BR.

Da coleta de dados, resultou o segundo banco de dados construído através de 72 questionários, em entrevista com perguntas diretas e semi-estruturadas, conforme o Mapa 4: Distribuição das Unidades de Produção Familiares amostradas – Minas Novas – MG - BR.

A divisão das comunidades por bacias hidrográficas obedeceu a critérios puramente metodológicos, não aprofundando as questões inerentes à bacia hidrográfica, pois o foco refere-se às questões internas das unidades de produção familiares, dentro de uma visão de organização coletiva, em nível de comunidades²³ rurais. A utilização de bacia hidrográfica como referência não teve a intenção de adotar o determinismo geográfico, onde as questões naturais condicionam o comportamento dos atores sociais estudados, muito antes pelo contrário, a observação da pesquisa identificou como fato relevante a capacidade de adaptação dos agricultores às diferentes condições naturais postas.

²³ O termo comunidade no trabalho é para referir-se às redes de famílias de agricultores localizados numa área comum, como dentro de um vale, ao longo de um córrego ou de outra referência natural, econômica e de relações sociais. Sua organização intensificou no início dos anos de 1980, na área estudada, quando a igreja católica criou as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Estas “comunidades” congregam-se entre si em torno da religiosidade (festas, novenas e quermesses), cultura (festas tradicionais e folclóricas) ou economia (unidades coletivas de produção), fortalecendo os laços familiares e de vizinhança.

Mapa 2

Mapa 3

Mapa 4

CAPÍTULO 4 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

4.1 Aspectos Naturais e Sociais

O Município de Minas Novas, assim como o Vale do Jequitinhonha, é fruto de um processo de ocupação onde a atividade extrativa mineral se deu de forma intensa até quase o esgotamento. A atividade econômica remanescente foi uma agricultura sustentada principalmente na exploração de cana-de-açúcar, milho, feijão, arroz e mandioca, bovinocultura mista e criação de pequenos animais. Não fugindo ao modelo da agricultura tradicional, o município testemunhou momentos de crescimento e/ou encolhimento da atividade agrícola. Aliados às alterações históricas as condições climáticas e naturais e da organização fundiária, todos os setores colocaram-se à frente do desafio de reverter a situação, propondo questões que poderão vir a ser alternativas face à realidade configurada.

O município situa-se na faixa intermediária entre as regiões administrativas do alto e médio do Vale do Jequitinhonha, à Nordeste do Estado de Minas Gerais. A sede municipal encontra-se nas coordenadas geográficas: Latitude 17° 22' S e Longitude 42° 59' W. Possui atualmente uma área total de 1.810,772 km², representadas cartograficamente nas folhas topográficas Minas Novas (SE-23-X-D-II), Jenipapo (SE-23-X-D-III), Malacacheta (SE-23-X-D-IV) e Capelinha (SE-23-X-D-V), na escala 1:100.000 (IBGE/1991). Faz divisa com os municípios de Angelândia, Capelinha, Chapada do Norte, Leme do Prado, Novo Cruzeiro, Setubinha e Turmalina. As principais vias de acesso e que ligam Minas Novas à capital do estado e outros municípios são as rodovias BR-040, BR-135, BR-259, MG-308 e MG-114.

A sede localiza-se a 548 km de Belo Horizonte, na Mesorregião Jequitinhonha e Microrregião Capelinha. A divisão municipal é formada por 05 distritos, 14 povoados e 122 pequenas localidades; estas comunidades situam-se ao longo de uma rede hídrica formada pelas bacias hidrográficas dos rios Araçuaí, Fanado, Capivari e Setúbal, divisão natural utilizada na pesquisa para fins didáticos de configuração espacial.

Na geologia do município, ocorrem unidades litoestratigráficas do neoproterozóico constituídas por rochas das Formações Salinas, Capelinha e seqüências do Grupo Macaúbas. Na borda leste do município ocorre um pequeno corpo de metaultramafito Córrego do Rubinho constituído de tremolita, xisto, anatofilita-dolomita-talco – (cromita) xisto. As coberturas detríticas, em parte colúvio-eluviais e ocorrência eventual de lateritas, ocupam de uma forma geral as cotas mais elevadas e recobrem parte das seqüências mencionadas (CPRM, 2005 *apud* Lima, 2006:17).

A geomorfologia do município é marcada por chapadas nas áreas de relevo mais elevado, típicas do Alto Jequitinhonha, que se caracterizam por apresentarem topos nivelados e pela desagregação de sedimentos detrítico-lateríticos cenozóicos. Tal fragmentação ocorre devido à intensa dissecação que elaborou os modelados adjacentes. Quanto às coberturas, elas são constituídas por aluviões e secundariamente coluviões, sendo estes predominantemente arenosos, com níveis de cascalhos, seixos e fragmentos de quartzo. A manutenção da topografia plana deve-se, principalmente, pela ocorrência de concreções ferruginosas. As áreas de menor altimetria encontram-se nas vertentes das chapadas, apresentando maior declividade e constituindo vales onde é possível encontrar a presença de água geralmente em pequenos córregos, sendo em sua maioria intermitentes (IBGE, 1997 *apud* Lima, 2006:19).

A sede do município se encontra a uma altitude média de 750 m, sendo o ponto culminante 1.210 m de altitude na divisa de Minas Novas e Setubinha. Quanto aos solos, predomina os latossolos e presença de cambissolos, sendo os Latossolos Vermelho Amarelo o mais encontrado, facilmente erodíveis, com média fertilidade e baixos teores de cálcio, fósforo e matéria orgânica. No fundo dos vales encontram-se áreas de boa fertilidade com depósitos sedimentares e alto teor de matéria orgânica. A topografia apresenta-se em 10,0% áreas planas, 30,0% ondulado e 60,0% montanhoso (EMATER-MG, 2005).

O município apresenta uma vegetação bastante variada, sendo predominante o cerrado, encontrado principalmente nas vertentes e vales, entre as grotas e as chapadas, ocorrendo também matas de galerias ao longo dos cursos d'água. Os topos das chapadas eram recobertos por cerrado e campo-cerrado. Nas porções ao norte do município é comum encontrar formações de matas secas, de tensão ecológica e transição para caatinga. Encontra-se também remanescentes de Mata Atlântica, principalmente na região das nascentes do rio Capivari a nordeste (IBGE, 1997).

Os recursos minerais principais são cianita, feldspato, calcário, grafita, ouro, granito, cristais, gemas (turmalina, águas marinhas) e argila utilizada para fabricação de tijolos e telhas para construção civil e para um artesanato típico de painéis, bonecas, flores e adereços de barro, que tem conquistado importantes mercados (EMATER-MG, 2005).

A temperatura média do município é de 23,8°, variando entre 16,3° C e 29,8° C e o índice pluviométrico médio é de 946,6 mm anuais, média dos últimos dez anos, com chuvas concentradas no período de novembro a março, com ciclos irregulares e concentrados. O excedente hídrico enquadra-se na faixa de 0 a 500 mm durante 1 a 4 meses, e deficiência

hídrica na faixa de 0 a 600 mm durante 1 a 8 meses. O clima é do tipo mesotérmico, caracterizado como transição para o semi-árido (EMATER, 2005; IBGE, 1997).

O município apresenta uma densidade demográfica de 16,75 hab/km², o que reflete a ocupação rarefeita, inclusive no meio rural, onde vive a maior parte da população. De acordo o IBGE (2000) a população total do município é de 30.646, sendo 7.730 habitantes na área urbana e 22.916 na área rural incluído os distritos e pequenos povoados. A população rural representa 74,77% do contingente do município, como se verifica na Tabela abaixo. Essa ocupação rarefeita, possivelmente, se deve às características socioeconômicas e naturais, marcadas por uma ocupação histórica do espaço e pelas condições hídricas.

Tabela 3
População segundo a Situação de Domicílio de Minas Novas - 1991 e 2000

	1991	2000
População Total	29.395	30.646
Pop. Urbana	6.010	7.730
Pop. Rural	23.385	22.916
Taxa de Urbanização	20,45%	25,22%

Fonte: IBGE (2000).

No período 1991-2000, a população de Minas Novas teve uma taxa média de crescimento anual de 0,48%, passando de 29.395 em 1991 para 30.646 em 2000. A taxa de urbanização cresceu 23,37%, passando de 20,45% em 1991 para 25,22% em 2000. Em 2000, a população do município representava 0,17% da população do Estado, e 0,02% da população do País (FJP, 2002).

Ressalta-se que a população é, em geral, jovem, uma vez que mais de 50% da população tem entre 0 e 19 anos e apenas cerca 11% têm mais de 50 anos. Os outros 39% da população dividem-se de forma relativamente equilibrada nas faixas etárias entre 20 e 49 anos de idade, conforme se pode observar na tabela 4. Minas Novas destaca-se pela população de crianças e adolescentes; a população idosa apresenta-se distribuída também de forma equilibrada, sendo proporcionalmente maior em relação aos municípios da região, conforme dados do Censo do IBGE e comparações realizadas na microrregião.

Tabela 4
Estrutura Etária da População de Minas Novas - 1991 e 2000

	1991	2000
Menos de 15 anos	13.452	12.290
15 a 64 anos	14.989	17.112
65 anos e mais	954	1.244
Razão de Dependência	96,1%	79,1%

Fonte: IBGE (2000); FJP (2002).

Em relação à longevidade, mortalidade e fecundidade, o quadro abaixo apresenta uma comparação entre os anos de 1991 e 2000; neste período, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 1,04%, passando de 38,54 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 38,14 em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 2,16 anos, passando de 64,95 anos em 1991 para 67,11 anos em 2000.

Tabela 5
Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Minas Novas - 1991 e 2000

	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	38,5	38,1
Esperança de vida ao nascer	65,0	67,1
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	4,9	4,8

Fonte: IBGE (2000); FJP (2002).

Em relação à educação, o perfil sociocultural da população encontra-se marcado pela ocorrência de analfabetismo, sobretudo entre os chefes de família, e pelo reduzido número médio de anos de estudo, indicadores que afetam a organização social da região, fortemente marcado pela grande riqueza e diversidade de manifestações culturais, religiosas e pelo vigor das suas entidades e associações comunitárias.

Tabela 6
Nível Educacional da População Jovem (abaixo de 25 anos)– Minas Novas - 1991 e 2000

Faixa Etária	Taxa de Analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	49,6	15,6	NA	NA	NA	NA	66,2	95,0
10 a 14	33,4	5,5	84,5	59,8	NA	NA	72,7	95,4
15 a 17	34,5	3,4	74,4	23,1	98,5	82,3	38,5	73,1
18 a 24	39,0	11,3	69,8	37,8	89,6	77,1	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (FJP, 2002).

Tabela 7
Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) – MINAS Novas – 1991 e 2000

	1991	2000
Taxa de analfabetismo	61,1	47,8
% com menos de 4 anos de estudo	81,6	75,0
% com menos de 8 anos de estudo	93,2	89,7
% com menos de 4 anos de estudo	1,7	2,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (FJP, 2002).

Os percentuais de população jovem com menos de quatro anos de estudo, entretanto, ainda se situam em patamares elevados para os jovens entre 18 e 24 anos. O maior contingente de alunos concentra-se no ensino fundamental, principalmente na 1ª a 4ª séries; contando com um total de 9.837 alunos, distribuídos em uma densa rede de escolas municipais e estaduais, de todas as séries do ensino fundamental e médio.

Se a queda na taxa de analfabetismo observada e a conseqüente melhoria nos níveis de educação são atribuídas, em grande parte, ao aumento do número de instituições de ensino que atendem as comunidades, pode-se atribuir este movimento às escolas da rede pública, estadual e municipal, pois não há presença do ensino particular no município. As tabelas 6 e 7 ilustram parcialmente essas afirmações. Observa-se um alto índice de analfabetismo na população adulta, o que requer uma atenção especial para atendimento a este público através de programas especiais.

Em relação à renda do município, apesar da pobreza ter diminuído a situação ainda é grave. Segundo os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 64,0% da população possui renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo. Se, por um lado, nota-se uma pequena retração da pobreza, em termos absolutos, por outro, percebe-se uma crescente situação de desigualdade social.

Tabela 8
Indicadores de Pobreza, Desigualdade e Renda da População – Minas Novas - 1991 e 2000

	1991	2000
Renda per capita Média (R\$)	52,7	81,8
Proporção de Pobres (%)	79,5	64,0
Índice de Gini	0,53	0,55

Fonte: IBGE, 2006 www.ibge.gov.br

A renda per capita média do município cresceu 55,24%, passando de R\$ 52,70 em 1991 para R\$ 81,80 em 2000. A pobreza, medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000, diminuiu 19,51%; passando de 79,5% em 1991 para 64,0% em 2000. A desigualdade cresceu, considerando que o Índice de Gini passou de 0,53 em 1991 para 0,55 em 2000; aumentando a concentração em 3,77% no período. Ressalta-se que o Gini mede a concentração e varia de 0 a 1,0; quanto mais próximo de 1,0 maior a concentração.

Quanto ao acesso a bens de consumo a outros serviços básicos pela população do município, a tabela 9 apresenta a evolução destas alterações; o que está diretamente ligada e dependente à questão da renda e da distribuição desta ao longo da última década do século passado.

Tabela 9
População com Acesso a Serviços Básicos e Bens de consumo - Minas Novas – 1991 e 2000 - em %

	1991	2000
Água encanada	18,3	45,8
Energia elétrica	29,7	46,4
Coleta de lixo*	36,7	86,2
Geladeira	10,7	29,1
Televisão	11,7	32,5
Telefone	0,4	3,3
Computador	Não Disponível	1,1

*somente os domicílios urbanos.

Fonte: IBGE (2000); Atlas do Desenvolvimento Humano (FJP, 2002).

De outro lado, os indicadores de vulnerabilidade familiar e social e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH apresentam alterações ao longo do período comparativo nesta pesquisa, como se percebe na tabela 10.

Tabela 10
Indicadores de Vulnerabilidade Familiar e Índice de Desenvolvimento Humano – Minas Novas – 1991-2000

	1991	2000
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	Não Disponível	0,3
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	34,5	2,9
% de crianças em famílias com renda inferior à 1/2 salário mínimo	86,9	74,7
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores	8,4	11,9
Índice de Desenvolvimento Humano	0,525	0,633
Educação	0,474	0,690
Longevidade	0,666	0,702
Renda	0,435	0,508

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (FJP, 2002).

Analisando o período 1991-2000, percebe-se que o IDH de Minas Novas cresceu 20,57%, passando de 0,525 em 1991 para 0,633 em 2000. O que mais contribuiu para este crescimento foi a educação, com 66,5%, seguida pela renda, com 22,5% e pela longevidade, com 11,1%. Neste período, a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH que é de 1,0 foi reduzido em 22,7%.

Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o município, mesmo com o IDH de 0,633, está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Minas Novas ocupa uma posição desconfortável, estando na 4053ª posição, significando que 73,6% dos municípios brasileiros estão em situação melhor e 26,4% dos municípios estão em situação pior ou igual. Em relação aos municípios do Estado, Minas Novas encontra-se em situação semelhante, pois ocupa a 784ª posição, sendo que 91,8% municípios estão em situação melhor e 8,2% dos municípios estão em situação pior ou igual.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, em 2005, estimavam-se em Minas Novas 2.648 famílias pobres, cujo atendimento a estas famílias foi a inclusão aos Programas Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Agente Jovem e Benefício de Prestação Continuada - BPC²⁴. A soma destes programas beneficiou 5.027 famílias no ano de 2005, considerando que existe uma sobreposição de famílias que se beneficiam de mais de um programa. No entanto o número real de beneficiários no período foi de 3.712 famílias, sendo que existiam 4.020 cadastros, um déficit de atendimento de 8,30% de famílias ainda fora dos programas. O quadro 4 apresenta a situação dos programas de transferências de renda do Governo Federal no ano de 2005 para o município de Minas Novas.

Quadro 4
Programas Sociais de Transferências de Renda – Minas Novas - 2005

Bolsa Família			Bolsa Escola		Bolsa Alimentação		Cartão Alimentação	
Famílias	Total (R\$)	% famílias pobres atendidas	Famílias	Total (R\$)	Famílias	Total (R\$)	Famílias	Total (R\$)
2.382	171.900,00	89,94	1.216	31.350,00	1	15,00	26	1.300,00
Auxílio Gás		PETI		Programa Agente Jovem		BPC		
Famílias	Total (R\$)	Famílias	Total (R\$)	Famílias	Total (R\$)	Famílias	Total (R\$)	
1.402	21.030,00	200	22.500,00	50	3.250,00	329	85.859,09	

Fonte: MDS, 2006. Secretaria Municipal de Assistência Social de Minas Novas. (Organizado pelo autor).

²⁴ Programa do Governo Federal, através do MDS, que incorporou aos beneficiários do INSS cuja renda per capita familiar seja inferior a 25% do salário mínimo ou idoso acima de 65 anos ou um deficiente físico, incapacitados para o trabalho. O Programa dá direito a estes membros do recebimento do benefício de um salário mínimo mensal, sem direito de recebimento do 13º ou de repasse a outro membro da família em caso de morte do titular (Secretaria Municipal de Assistência Social de Minas Novas).

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social de Minas Novas, é inegável a melhoria das condições da população mais pobre, principalmente quanto à questão da segurança alimentar, pois raramente se encontram casos de famílias passando fome. No entanto, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os programas sociais de transferência de renda do Governo Federal, somados aos aproximados 5.000 aposentados rurais, têm promovido uma crise nas relações de trabalho e ocupação, pois a mão-de-obra para os trabalhos rurais se tornou escassa e de custo elevado, o que vem afetando diretamente a economia em muitos estabelecimentos rurais, excluída da análise a mão-de-obra familiar nas unidades de produção familiar camponesa.

4.2 Estrutura Agrária do Município de Minas Novas

As terras localizadas no alto das chapadas e pouco alteradas pela ação do homem constituíam em sua maioria em terras devolutas. Muitos agricultores as utilizavam para o recolhimento de lenha, frutos típicos do cerrado e para a criação de gado à larga (pastagem natural). As grotas e vales formados entre as vertentes das chapadas, sempre foram ocupados por agricultores que passaram a praticar em sua maioria, uma agricultura de subsistência, devido principalmente a maior disponibilidade de recursos hídricos. A mata nativa foi retirada, sem respeitar as características dessas terras planas, recortadas por depressões e com vegetação típica de cerrado e veredas, onde se encontram as nascentes de inúmeros cursos d'água e lagoas. Na época, não havia legislação ambiental que regulasse a implantação dessa atividade, o que permitiu a ocorrência de muitos danos ambientais, principalmente pelas empresas reflorestadoras. O uso da terra estava configurado conforme o último Censo agropecuário do IBGE (1996), da forma demonstrada na Tabela 11.

Tabela 11
Grandes Usos da Terra em Minas Novas - 1996

Área total (ha)				
	Lavouras permanentes e temporárias	Pastagens naturais e Artificiais	Matas naturais e plantadas	Lavouras em descanso e produtivas não utilizadas
62.414	8.745	18.838	22.114	7.930
Uso da Terra		Consolidação de usos da terra		
Lavouras + Pastagens	49,6%	Lavouras + Pastagens + Matas e Florestas artificiais	51,0%	
Matas e Florestas artificiais	1,4%	Matas naturais + Terras inaproveitáveis	41,7%	
Matas naturais	34,0%	Terras produtivas não utilizadas	7,3%	
Terras produtivas não utilizadas	7,3%	Terras inaproveitáveis	7,3%	
Terras inaproveitáveis	7,7%			

Fonte: IBGE Censo Agropecuário, 1995-96. Banco de dados agregados – IBGE. (Organizado pelo autor).

Com a implantação do eucalipto em Minas Novas, parte dos agricultores perdeu suas terras ou parte delas, ou viram-se forçados a vendê-las. O gado que antes era criado nas chapadas “à larga”, passou a competir com as áreas cultivadas, ocasionando uma diminuição da renda e conseqüentemente uma diminuição da necessidade de mão-de-obra, gerando desocupação e desemprego, obviamente que uma parte foi empregada pelas reflorestadoras no processo de implantação, no entanto a demanda caiu posteriormente de maneira sensível.

Desde o século XIX o mundo vem sofrendo com o esvaziamento do campo e o crescimento das cidades, devido ao desenvolvimento industrial, a demanda por mão-de-obra nos centros urbanos e a mecanização do campo. No caso do Brasil, este processo foi acentuado após a Segunda Guerra Mundial. Minas Novas viu nos problemas gerados pelo reflorestamento, uma importante contribuição para o êxodo rural já existente, uma vez que a perda das terras e a falta de emprego no campo fizeram com que agricultores se deslocassem para a cidade, muitas vezes indo morar nas periferias, em busca de alternativas de sustento, ou contribuiu para o aumento do fluxo de trabalhadores para outras regiões do Estado em busca do trabalho sazonal.

Além dos problemas socioeconômicos gerados, a questão ambiental também se fez sentir, uma vez que, grandes extensões do cerrado foram desmatadas, afetando a fauna e a questão hídrica em algumas regiões do município. Atualmente o reflorestamento em Minas Novas ocupa 23.679 hectares, ou seja, aproximadamente 14% do município.

O uso da terra, segundo dados do IBGE mostra como se comportam os estabelecimentos rurais quanto ao seu uso e ocupação. Considerando que 41,7% do total dos estabelecimentos estão ocupados por matas naturais e terras inaproveitáveis, mostra a intervenção de políticas agropecuárias na década de 1970, bem como a necessidade de repensá-las a fim de obter um desenvolvimento territorial sustentável no sentido de promover a articulação entre gestão ambiental e política agrária e agrícola. O manejo inadequado do solo pela atividade agropecuária de subsistência provocou, ao longo do tempo, erosões Laminares e voçorocas, e os “peladores”²⁵, que ocupam grandes áreas no município.



Foto 2: Comunidade de Carvalhaes (região do Capivari), onde se vê, na encosta a formação de “peladores”.
Fonte: Pesquisa de Campo, Minas Novas, 2006.

Este manejo, também gera impactos decorrentes da utilização do fogo no preparo da terra, o que ainda é comum na região, sendo uma das principais causas dos incêndios florestais e só traz prejuízos para a terra. Os efeitos para a fauna e flora também são devastadores: o fogo mata espécimes vegetais e animais que habitam a área queimada. Outro dano ambiental da atividade agropecuária que ocorre com frequência decorre do pisoteio do gado nas áreas de nascentes, o que se agrava pelo baixo percentual de nascentes cercadas e protegidas.

²⁵ Os “peladores” nome local para os áreas onde o solo perde toda o revestimento de vegetação e gramíneas; são decorrentes de excesso de uso da terra por pastagens ou atividades agrícolas por períodos prolongados,– e em decorrência do baixo índice pluviométrico não ocorre renovação espontânea das mesmas.

Somam-se à degradação ambiental decorrente das principais atividades econômicas, os impactos de outras atividades geradas pelo uso antrópico, nas áreas urbana e rural, como o lançamento de esgoto e lixo nos cursos d'água, assim como o uso e a ocupação do solo inadequado, gerando erosão, e assoreamento da rede fluvial. Essa situação é agravada pela ausência de sistemas ou estações de tratamento de esgoto, na sede do município e distritos, bem como de local adequado de disposição final de lixo nas áreas rurais. A degradação ambiental prejudicou a quantidade e a qualidade das águas das regiões do Fanado, Capivari e Setúbal, que já sofre um sério déficit hídrico, sendo estimados, atualmente, em torno de dois terços dos córregos secos no período da estiagem, sendo uma das causas prováveis atribuídas é a expansão das culturas de café e eucalipto nas nascentes e áreas de recarga.

4.2.1 Estrutura Fundiária e Produção Agrícola

A estrutura fundiária, quando observada por dados de estabelecimentos do IBGE, mostra o maior número de estabelecimentos entre menos de 1 ha 10 ha ocupando 20,23 ha da terra do município, destes estabelecimentos, têm maior participação em número e área aqueles entre 2 a 10 ha, como se pode verificar no quadro 5. O processo de fragmentação da terra tem se acentuado, constituindo uma estrutura fundiária peculiar com grande número de minifúndios, quando comparada aos dados de imóveis rurais do INCRA.

Quadro 5
Distribuição dos Estabelecimentos de Minas Novas em %, N° e Área, e Uso da Terra - 2004

Estrutura Fundiária					Uso da Terra por tipo de ocupantes		
Tamanho da propriedade	N.º	%	Área	%	Tipo	N.º	%
Menos de 1 há	15	0,37	10	0,01	Proprietários	3.742	93,07
1 a menos de 2 há	210	5,23	267	0,29	Arrendatários	5	0,01
2 a menos de 5 há	1.361	33,84	4.796	5,27	Parceiros	53	1,31
5 a menos de 10 há	1.234	30,69	8.788	9,66	Posseiros	221	5,51
10 a menos de 20 há	721	17,93	9.726	10,69	Outros	0	0
20 a menos de 50 há	359	8,94	11.057	12,15	Total	4.021	100
50 a menos de 100 há	72	1,79	4.988	5,48	Total de Estabelecimentos 4.021		
100 a menos de 200 ha	29	0,72	4.213	4,63			
200 a menos de 500 ha	11	0,27	3.926	4,31			
500 a menos de 1.000 ha	5	0,59	1.549	1,70			
Acima de 100 ha	4	0,47	41.689	45,81			
Total	4.021	100,00	91.009	100,00			

Fontes: INCRA - Cadastro de Registro de Imóveis Rurais, 2004 (organizado pelo autor).

A agricultura familiar é predominante no município, mas caracteriza-se pelo baixo nível tecnológico, agravado pelas duras condições climáticas. De acordo com as observações realizadas até o momento, existem diversas possibilidades para que a agricultura familiar possa melhorar as condições de sustentabilidade para os agricultores. Há uma rede densa de comunidades rurais, muitas das quais organizadas, e de entidades que vêm desenvolvendo iniciativas relevantes e têm contribuído para transformar algumas comunidades, introduzindo novos produtos, novas tecnologias e práticas sustentáveis.

De acordo com o IBGE, os principais produtos agrícolas no município estão dispostos na Quadro 6, sendo que os dados são referentes ao ano de 2003, merecendo destaque a produção de café, mandioca, milho e feijão e ausência de dados sobre produção de cana-de-açúcar.

Quadro 6
Cultivos e Produção em Minas Novas - 2004

Produtos de destaque na produção agrícola municipal (Toneladas)									
Lavouras permanentes					Lavouras temporárias				
Café (sacas)	Banana	Laranja	Marmelo	Maracujá	Mandioca	Milho	Feijão	Tomate	Abacaxi (ud.)
1.720	45	20	14	10	3.780	720	114	10	150.000

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2004).

Quanto aos dados da agropecuária, destacam-se os rebanhos bovinos com 13.350 cabeças, suínos com 6.680 cabeças, galináceos com 91.000 cabeças e eqüinos com 1.690 cabeças. Ainda merece destaque no município a produção de leite calculada em 1.249 mil litros e mel de abelhas em 1.100kg (IBGE, 2003). Observam-se segundos estes dados que poucos produzem leite, e o mel é significativo como alternativa para o produtor familiar, de outras regiões do município onde existe mais água e vegetação com flores ou próximas dos eucaliptos. As informações da EMATER-MG extrapolam os dados do IBGE para o município, conforme se pode verificar no abaixo.

Quadro 7
Cultivos Segundo a Área e a Produção em Minas Novas - 2004

Produto	Área (há)	Produção	Produtividade
Abacaxi	6,0	120,0 t.	20.000,0 kg/ha
Alface	34,0	37,5 t.	1.103,0 kg/ha
Banana (outras)	5,0	75,0 t.	15.000,0 kg/ha
Banana nanica	3,0	60,0 t.	20.000,0 kg/ha
Banana Prata	5,0	75,0 t.	15.000,0 kg/ha
Beterraba	28,0	1.040,0 t.	37.143,0 kg/ha
Café	750,0	18.750,0 sc*	25 sc
Cana-de-açúcar	100,0	600,0 t.	6,0 kg/ha
Cenoura	23,0	705,0 t.	30.652,0 kg/ha
Feijão 1. ^a safra	320,0	128,0 t.	400,0 kg/ha
Feijão 2. ^a safra	100,0	60,0 t.	600,0 kg/ha
Laranja	1,0	1,5 t.	1.500,0 kg/ha
Limão	1,0	12,0 t.	12.000 kg/ha
Mandioca	300,0	3.600 t.	12,0 t/ha
Milho	400,0	400,0 t.	1.000,0 kg/ha
Quiabo	9,0	6,0 t.	667,0 kg/ha
Tangerina	0,5	7,5 t.	15.000 kg/ha
Urucum	1,0	5,0 t.	5,0 kg/ha

Fonte: Dados da Realidade Municipal de Minas Novas (EMATER-MG, 2005). * Sacas de 60 kg beneficiada

Segundo informações do Escritório Local da EMATER em Minas Novas têm sido revistos muitos dos dados utilizados, pois, por muitos anos estes dados vêm sendo estimados e repetidos, sem se avaliar as alterações ocorridas, inclusão de novos produtos e análise da produtividade para algumas culturas, assim como a variação das áreas cultivadas. Tal situação está em fase de mudança, considerando um novo sistema de gerenciamento de informação que vem sendo implantado pela EMATER-MG.

4.3 Aspectos Socioeconômicos do Município de Minas Novas

A economia ficou, durante décadas, restrita às atividades de subsistência, com lavouras temporárias, pecuária e artesanato de cerâmica. A partir do final da década de 1960, com a Lei Nº. 5.106/66 que criou incentivos fiscais para aplicação em projetos florestais, o Governo do Estado incentivou empresas a plantar florestas de eucalipto nas extensas áreas de chapadas, alterando a configuração espacial, sem modificar significativamente as estruturas produtivas e fundiárias predominantes.

O município elaborou em 1997 um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDRS, que se propunha, em sua primeira fase, a minimizar os problemas estruturais mais emergentes, já que a situação é tão complexa que extrapola o prazo de planejamento nele

previsto. Este documento foi uma tentativa de um desenvolvimento sustentável e previa ações integradas nas áreas de agricultura, geração de renda (implantação de culturas perenes, pequenas barragens, pequenas agroindústrias coletivas), educação (agricultura e meio ambiente no currículo escolar rural), saúde (sistema de agentes comunitários de saúde), infra-estrutura (abastecimento de água e eletrificação rural) e operacional/organizacional (assistência técnica, crédito rural, capacitação e pesquisa).

O município conta com 76 escolas de ensino fundamental, 5 escolas de ensino médio e 9 instituições de pré-escola. A cidade não possui instituições de ensino superior regular, mas programas de formação superior da extensão da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG²⁶ e uma instituição de ensino à distância; sendo que as instituições regulares mais próximas estão em Diamantina e Teófilo Otoni. A taxa de alfabetização fica em torno de 72,0% da população, o que corresponde a 22.065 habitantes (IBGE, 2004).

Quanto ao saneamento básico, apenas 11,58% dos domicílios possuem rede de esgoto, 46,48% possuem fossa séptica e a 41,94% não possuem instalações sanitárias. Em relação ao lixo, apenas 24,68% são coletados pelo serviço de limpeza urbana, 75,32% é queimado ou depositado em lotes vagos (CPRM, 2005 *apud* Lima, 2006:23), situação mais grave é identificada nos povoados e comunidades rurais.

O PIB do município situa-se em torno de R\$ 61.179.690,00, sendo o setor de serviços o que possui maior participação, seguidos pelo setor de agropecuária e indústria (IBGE, 2003). De acordo com o Documento Realidade Municipal da EMATER-MG (2005), a população economicamente ativa é de 9.244; sendo 8.673 na agropecuária, 232 na indústria, 237 no comércio, 60 nos transportes e 42 em outros (EMATER, 2005), no entanto a população rural flutuante para as regiões canavieiras e construção civil de grandes centros, no trabalho sazonal, parece não incluir esta estatística.

Algumas iniciativas têm contribuído com a introdução de novas culturas e produtos, com maior densidade de renda, principalmente a apicultura, fruticultura e olericultura, o que tem promovido pequenas mudanças, elevando a renda familiar e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos grupos de produtores beneficiados. Com características qualificadas e uso adequado do crédito rural, principalmente o PRONAF, vem sendo utilizada no sentido de melhorar as condições das famílias rurais.

²⁶ A UEMG é uma Universidade multi campi que só atua como universidade pública em Belo Horizonte. Na região tem como agregada a Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha – FEVALE (Faculdades de Filosofia e Letras de Diamantina).

4.4 Pessoas, Lugares e Processos: Espaço Vivido e o Locus da Pesquisa

Para compreender a agricultura familiar da área de estudo, além das abordagens apresentadas, faz-se necessário a compreensão de todo o processo contemporâneo, a partir da década de 1970, com a introdução das monoculturas do eucalipto e do café, o que configurou sobremaneira os demais processos que tiveram a agricultura familiar o fundamento. O nível de intervenção destas culturas ocorreu de maneira diferente no município, em função das características e configurações apresentadas por cada região, alterando o “*modus vivendi*” e o “*modus operandi*” dos agricultores camponeses familiares.

Neste sentido, procurou-se a ligação da localização da amostragem e das comunidades com a área física, onde se encontram as três regiões do município, cada uma apresentando um conjunto de peculiaridades, as quais se caracterizam: a região do Fanado, de maneira geral, é caracterizada por vegetação de campo, campo cerrado, de tensão ecológica e de transição para semi-árido, caracterizada por cursos de água intermitente; a região do Médio Capivari e Setúbal caracterizam-se por vegetação de cerrado com cursos de água semi-perenes. A região das nascentes do Capivari caracteriza-se por vegetação de cerrado e resquícios de remanescente da mata atlântica e com cursos de água perenes.

A região do Fanado estudada engloba os córregos Batieiro, Maurício, Lagoinha, Bemposta, Cachoeira da Lagoa, cachoeira do Fanado, Cupins, Areão, Córrego da Helena, Brejo, Taquaral, Córrego dos Coqueiros, Palmeiras, Inácio Félix, Manoel Luiz, Mumbuca, Fanha, Buriti, Bentinho, Bonsucesso, Magalhães, Mata Dois, Macuco, Pinheiro e Curralinho.

Esta região está assentada sobre cinco unidades geológicas, sendo Unidade – MS, também é constituída de rochas antigas do embasamento cristalino, da era proterozóica, pertencentes ao super grupo São Francisco - Grupo Macaúbas - Formação Salinas. Esta unidade abrange praticamente toda a região, constituindo-se no seu substrato de base em que sobressaem as rochas, mica xistos, grafita xistos, quartzitos impuros, cálcio-cilicáticos.

As unidades correspondentes aos terrenos mais recentes da região do rio Fanado, pertencentes a era cenozóica, período terciário e quaternário, recobrimdo os terrenos do embasamento cristalino das unidades anteriores. A quarta unidade – SD é constituída de terrenos da Formação São Domingos, composta de sedimentos silto-argilo-arenosos com

níveis conglomeráticos, correspondendo às superfícies de aplainamento, às chapadas²⁷ localizadas na microbacia do Buriti e Bom Sucesso, e nos divisores de regiões situados a leste e a oeste, no limite do médio curso do rio Fanado. A quinta unidade geológica – TQ compõe-se de coberturas detrítico-lateríticas, detríticas e aluvionares que caracterizam as chapadas disseminadas por todo o setor sul e sudoeste do município (PROCITTÁ, 2005).

Percebe-se que as chapadas foram dissecadas ao longo do tempo, fazendo com que aflorassem entre elas o embasamento cristalino sobre a qual elas se formaram. A ocorrência de concreções ferruginosas fez com que ocorressem crostas lateríticas, contribuindo para a manutenção da topografia plana das chapadas. O relevo da região é acidentado em todo o setor sul, com altitudes em torno de 1.200 m; as chapadas estão em altitudes em torno de 860 m a 950 m e ao longo da calha central dos rios, principalmente do Fanado, as altitudes vão diminuindo até atingir em torno de 350 m (EMATER, 2005).

O clima é tropical, com duas estações definidas, chuvosa e seca, com média pluviométrica anual de 1.172 mm nas áreas do Capivari (nascentes) e médias de 946,6 mm nas demais áreas do município e 800 mm na área do baixo Fanado e Capivari, divisa com Chapada do Norte, de acordo com a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE caracteriza o clima semi-árido (EMATER, 2005).

Os solos encontrados na região do Fanado são predominantemente latossolos vermelho-amarelo que se estende por toda área correspondente aos terrenos antigos da Formação Salinas, sendo solos de fertilidade moderada, que sofrem com a retirada da cobertura vegetal, e as restrições hídricas que ocorrem na região; e, o Latossolo vermelho escuro, encontrado em áreas de chapadas, sobretudo, nas micro-bacias Buriti e Bom Sucesso, sendo solos que possuem textura argilosa ou arenosa, de menor fertilidade, onde, desenvolveram-se as extensas faixas de monocultura de eucalipto (PROCITTÁ, 2005).

A vegetação da região do Fanado está enquadrada em quatro grupos de fisionomia: floresta estacional semidecidual, áreas de tensão ecológica, cerrado e veredas. As áreas de tensão ecológica²⁸ correspondem à vegetação predominante na região e aparece em toda a sua área central, notadamente no médio e baixo curso do rio Fanado. O cerrado aparece nas

²⁷ As chapadas são extensos planaltos, geralmente cobertas por vegetação de cerrado, com terrenos de escassa fertilidade. As grotas são as vertentes das chapadas, cujo fundo correm as águas de córregos e rios: a fertilidade da terra tende a ser crescente quanto mais próxima do fundo dos vales, que quase sempre, também, são cobertas por vegetação de porte elevado, bosques, que os moradores chamam de “capões”. Estes geralmente indicam terras muito boas para lavouras, e são preferidos para serem derrubados com o propósito de “botar roçados” (Pereira, 1969; Ribeiro e Galizoni, 2000).

²⁸ As Áreas de Tensão Ecológica são áreas onde a vegetação de duas ou mais regiões fito ecológicas se misturam ou se interpenetram. No Fanado, o contato se dá entre a vegetação de Cerrado e da Floresta Estacional.

áreas de chapadas disseminadas pela região, onde a fertilidade dos solos e a quantidade de chuvas mostram-se menores. Nessa região, a vegetação nativa adaptou-se às condições adversas, apresentando várias fisionomias de cerrado, campo limpo, campo sujo e cerrado *strictu sensu*. Nas chapadas dos córregos Buritis e Bom Sucesso, aparecem “veredas”, com um tipo de vegetação que ocorre em áreas de nascentes, tendo como destaque a presença de solos hidromórficos e de turfa e da presença marcante da palmeira *buriti* nas partes mais alagadas, além de uma densa vegetação herbácea e estratos arbustivos e subarbustivos. Atualmente grande parte dessa região está ocupada pelo reflorestamento de eucalipto (PROCITTÁ, 2005).

A região do Capivari apresenta diferenças marcantes quanto aos aspectos físicos, socioeconômicos e de perfil de agricultor. Na região das nascentes, os agricultores familiares têm na cafeicultura a principal atividade econômica, seja como mão-de-obra de grandes fazendas, seja como cultivador de pequenas áreas, parcialmente integrados ao mercado de café. Enquanto no Médio Capivari, a atividade principal é a produção de leite, onde muitos agricultores estão inserindo-se gradualmente ao mercado, sem no entanto abandonar a policultura. Na área do Baixo Capivari as condições se assemelham às do Fanado.

A região das nascentes do Capivari engloba os córregos Alagadiços, Jacu, Quilombo, Rafael, Sumidouro, Sussuarana, Tiririca e Varão, que ao se encontrarem dão origem ao rio Capivari. Esta porção está localizada nos terrenos antigos da era proterozóica, constituídos das rochas gnaisses e anatexitos, que apresenta um relevo mais acidentado, onde estão as maiores altitudes do município. O clima nessa região é mais ameno, com temperaturas mais baixas. A vegetação predominante nesta região é o cerrado, com faixas de floresta estacional semidecidual, com remanescentes da mata atlântica. Os solos são do grupo-latossolo vermelho-amarelo.

O uso do solo na região é diversificado, estando situada nela as grandes fazendas de café do município e a única Área de Proteção Ambiental - APA homologada do município; além de variadas atividades agrícolas. As culturas de subsistência e a criação de gado estão espalhadas pelas unidades de produção familiares; a cultura mais importante nessa região é o café, que ocupa tanto grandes como pequenas áreas, já que a maioria dos agricultores familiares possui alguns pés de café.

O eucalipto está cada vez mais presente, seja nas fazendas como nas unidades familiares. A EMATER-MG, o Instituto Estadual de Florestas - IEF e o CODEMA têm atuado para evitar danos ambientais nas áreas que devem ser preservadas, no entanto, esta ação

não tem sido suficiente para evitar que inúmeros abusos ambientais sejam cometidos. Nesta porção da região encontra-se com abundância a espécie palmácea conhecida como “Catulé” que produz um palmito de excelente qualidade.

Todas as comunidades desta região dependem intensamente dos serviços de saúde e educação da sede do município, pois a maioria não dispõe desse tipo de serviço; a população depende da cidade para qualquer serviço mais especializado, tanto do comércio, quanto serviços de saúde e educação e atendimento de órgãos públicos estaduais e federais. No entanto, considerando a proximidade com a cidade de Capelinha, o fluxo dessa região para esta cidade se dá com maior intensidade que para a sede de Minas Novas.

Os principais problemas ambientais encontrados nesta região referem-se ao desmatamento para produção de carvão com mata nativa, queimadas, uso de produtos químicos na produção agrícola e florestal, insuficiência de fiscalização pelos órgãos ambientais, a falta de local adequado para a destinação final do lixo. Além desses problemas, ocorre também o barramento de córregos para irrigação de café, provocando a diminuição da vazão à jusante; a construção de estradas vicinais, sem os devidos cuidados, verificando-se que muitas vezes são destruídas no período das chuvas, provocando o assoreamento dos córregos.

Outro problema ambiental que afeta a região é o uso de agrotóxicos nas plantações de café, que apesar de ter diminuído com a legislação ambiental, ainda ocorre. Muitos agricultores desconsideram os efeitos negativos advindos desse uso, o que sugere a necessidade de novas ações orientadas para educação ambiental dos agricultores e fazendas da região. Outro agravante é que a cultura de café vem sendo substituída pelo eucalipto pelas grandes fazendas e por um número crescente de agricultores familiares, uma séria ameaça a um ambiente que a experiência recente demonstrou ser frágil. Constitui ainda como um sério problema ambiental, o grande número de nascentes não preservadas, na única e última fronteira da água de Minas Novas.

Já a área do Médio Capivari abrange uma densa rede hidrográfica constituída pelos córregos Carvalhaes, Contendas, Jacu, Ribeirão dos Santos, Chambá, Aguinhas, Ticoloró, Santana, Araújo, Tapera, Galinheiro, tamanduá, Ribeirão do Meio, Vargem Grande e Bemposta do Imbirucú.

Esta região está localizada nos terrenos antigos do proterozóico da formação salinas, constituída na porção sul de gnaisses e anatexistos que originaram um relevo mais acidentado, com solos latossolos vermelho-amarelos de maior fertilidade. Na porção norte,

os terrenos pertencem a duas unidades geológicas: nas áreas de menor altitude predominam as rochas antigas do proterozóico, formação Salinas, mas constituída de rochas mais diversificadas como mica, xistos, quartzitos impuros, cálcio-silicáticas. Já as chapadas são constituídas de terrenos mais recentes da era cenozóica, com coberturas detrítico-lateríticas e aluvionares em superfície de aplainamento, estando presentes nos alto curso dos córregos. Os solos são o latossolo vermelho-amarelo e a vegetação revela áreas de tensão ecológica do cerrado e mata atlântica (PMMN, 2006:85).

O uso e a ocupação do solo nesta região mostram-se diversificados, pois além da policultura é nesta região que se situa a principal área leiteira do município de Minas Novas, polarizada pela região de Paudolinho. A bovinocultura mista (leite e carne) e policultura estão disseminadas por toda a área, com o cultivo das chamadas "lavouras brancas": feijão, mandioca e milho. Além desses produtos merece destaque o cultivo de cana-de-açúcar, verduras e frutas, que são vendidas na feira de Minas Novas, que acontecem todas as sextas feiras e sábados e para a feira do município de Capelinha.

Neste trecho a vegetação ciliar é rala ou inexistente, pelo desmatamento da faixa de preservação. Estima-se que mais de 50% das nascentes não estão preservadas, sem cercamento ou nenhum outro tipo de proteção, e estão sujeitas ao pisoteio de animais. Além das nascentes, os cursos d'água estão em grande número sem matas ciliares, mesmo na faixa de preservação permanente, devido aos desmatamentos constantes e às insuficiências da fiscalização dos órgãos ambientais competentes que atuam no município.

A região do Setúbal engloba uma rede hidrográfica constituída principalmente pelo Ribeirão da Folha e Ribeirão Tibuna e os córregos Campos, Cedro, Emparedado, Estiva, Mangabeira, Mata Pequena, Mato Grande, Pedra Preta, Rubim, Sutura, Indaiá, Córrego do Ouro, Palmital, Córrego Seco e Urubu.

Esta região, assim como a das nascentes, assentada em terrenos do proterozóico, com rochas de gnaisses e anateixistos, na porção norte. No entanto, na porção sul, as rochas possuem uma composição diferenciada com mica xistos, grafita, quartzitos impuros, e cálcio-silicáticas. O relevo é acidentado nas bordas, onde estão as nascentes dos córregos deste trecho e apresentam altitudes mais baixas nos fundos de vale. Em quase toda extensão da região, a vegetação é de transição, com faixas de tensão ecológica com o predomínio de espécies de cerrado, com exceção do alto curso, onde há a predominância das espécies de mata atlântica, com a fisionomia vegetal de floresta estacional semidecidual. O uso do solo

nesta região é diversificado, com lavouras temporárias de feijão, milho e mandioca; criação de gado; plantação de eucalipto, além do café cultivado na parte alta (PMMN, 2006:87).

Apesar do grande número de comunidades e do intenso uso do solo e da diversidade de atividades que acontecem na região, as condições de acessibilidade são precárias, principalmente no período de chuvas, quando as estradas vicinais ficam intransitáveis. Como principal problema ambiental da região figura-se o desmatamento, com a retirada da mata ciliar, visando a expansão das áreas de culturas e pastagens, que ocupam, com freqüência, a faixa de preservação permanente ao longo dos cursos d'água; a falta de proteção nas nascentes e a falta de fiscalização ambiental.

O conhecimento das peculiaridades e distinções destas regiões se torna de grande valor para a pesquisa. Não se tratando de determinismos, o que se observou é que o perfil das famílias dos agricultores destas regiões é influenciado pelas condições destes ambientes. As condições naturais favoráveis permitem melhores explorações econômicas, sendo configurada de tal maneira, que a região de origem da família define a modalidade de enquadramento no critério de renda utilizado para acesso às linhas de crédito do PRONAF.

4.5 Patrimônio Cultural Urbano

Em relação aos aspectos históricos, do patrimônio e culturais, Minas Novas do teve a sua origem no período colonial, no início do século XVIII; diferentemente de outras cidades do mesmo período, como Diamantina, Serro, Ouro Preto sofreu uma intensa degradação do seu acervo arquitetônico, seja por falta de uma legislação de proteção, pela falta de interesse do poder público e também pela cultura “moderna” de abandono ao velho. Ainda se verificam casas e construções do século XVIII e XIX, contudo, estas se encontram em sua maioria, de forma dispersa, sendo poucas que mantêm sua fachada com traços originais. Alguns casarões e igrejas se encontram em total abandono, inclusive as tombadas pelos Institutos de Patrimônio Histórico do Estado e da União. Da mesma forma, quanto ao calçamento, verifica-se alterações, sendo poucos os calçamento de “lapa” ou “capistranas”²⁹, remanescentes do período colonial, em decorrência das alterações arquitetônicas e urbanísticas que a nova configuração urbana vem assumindo, com novas construções e o aumento do fluxo de veículos.

²⁹ Denominação dada aos tradicionais pavimentos das ruas de cidades coloniais, que eram calçadas com grandes lajes e “lapas” de pedra.

Outro risco que se percebe é que em alguns casos o poder público tem tentado disciplinar novas construções na parte velha e histórica da cidade, contudo, tem ocorrido uma explosão de “falso histórico”, onde se verifica casos de tentativas de manutenção das fachadas nos traços originais, mas acabam por adicionarem elementos que anteriormente não faziam parte do padrão arquitetônico que se pretende preservar.

Mesmo diante de um quadro desfavorável para a preservação do patrimônio histórico, Minas Novas ainda conta com igrejas e casarões típicos, tais como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, da segunda metade do Séc. XVIII, a Igreja São Gonçalo Séc. XVIII, a Igreja São Francisco Séc. XVIII, e a Capela de São Pedro do Fanado, o padroeiro da cidade, todas do século XVIII. Entre as antigas igrejas do município, a Igreja de São José, construída na segunda metade do século XVIII, merece destaque devido a sua singularidade arquitetônica, sendo a única de traçado octogonal do Brasil e atualmente no mundo e que foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 27 de julho de 1967, e, trata-se da mesma planta de uma Igreja templária do mesmo estilo que existiu em Lion, na França.

Outra construção que se destaca na paisagem da cidade é o “Casarão” ou “Sobradão”, edifício barroco de quatro andares, com oito portas e cinquenta e seis janelas. Construído em 1821, é um exemplo da arquitetura colonial de Minas Gerais, sendo considerado um dos primeiros “arranha-céus” do Brasil, possuindo quatro andares em estilo barroco, tendo toda a sua estrutura constituída de madeiras, taipas e paredes de adobe. Atualmente abriga a “Casa da Cultura” e o “Museu do Instituto Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Novas”, tendo também sido tombado pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 25 de setembro de 1959 (PMMN, 2006:11). Observa-se que grande parte do patrimônio remanescente da cidade encontra-se em péssimo estado de conservação, como é o caso do “Solar da Tia Auta” e o “Sobrado de Seu Dário”, da Rua São José, quase em ruínas e ameaçado a cair a qualquer momento.

A atividade do artesanato, principalmente em cerâmica, é uma das marcas do Vale do Jequitinhonha, sendo suas peças muito famosas no Brasil e também no exterior. O artesanato constitui uma importante fonte de renda para inúmeras famílias de agricultores camponeses de Minas Novas. A EMATER-MG, o Banco do Brasil e o SEBRAE oferecem apoio aos artesãos organizados em associações de artesanato em cerâmica, madeira, couro e palha de milho nas comunidades de Coqueiro Campo, Cachoeira do Fanado, Forquilha, Pinheiro e Gravatá, com o intuito de transformar a arte em geração de renda. Existem três associações de artesãos que têm promovido grandes alterações na vida social e econômica

de muitas famílias de agricultores, descobrindo um caminho novo para a pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura familiar.

O município de Minas Novas também se destaca pela existência de diversos grupos folclóricos, como o Grupo de Marujada de Santo Antônio da Bemposta, mais conhecido como Banda de Taquara, Congado de São Benedito e Santa Efigênia e o Grupo de Folia dos Reis do Morro Branco. No entanto, as manifestações de maior expressão de religiosidade e folclore do município são: Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Minas Novas, que acontece desde o século XVIII, nos dias 23, 24 e 25 de junho e festa do Divino Espírito Santo que acontece no mês de junho. Outras festas religiosas importantes ainda podem ser mencionadas, como: Festa de São Pedro Padroeiro em 29 de junho, a festa de São Benedito, a festa de Nossa Senhora da Gruta e a Semana Santa, onde é apresentada toda a tradição cristã em procissões e vigílias, além de cortejos com pompa do século XVIII. Ressalta também a existência de inúmeras peças sacras em ouro e prataria, vestimentas e alfaias, utilizadas durante as comemorações religiosas.

Os bens materiais, do acervo remanescente e os bens imateriais, representados pela cultura e as diversas formas de manifestações folclóricas, religiosas e culturais, associadas aos lugares em potenciais, podem servir de base para um projeto de desenvolvimento do turismo no município, evoluindo para um tipo de turismo rural solidário, com o aproveitamento de unidades de produção familiar com condições de receberem visitantes e tornando uma renda alternativa para os agricultores familiares. De acordo com TUBALDINI,

“nos momentos em que a agricultura como atividade econômica entra em declínio, os movimentos ambientalistas evoluem no sentido de procurar a natureza, o emprego diminui face à utilização de novas tecnologias, a população jovem não encontra motivação para se fixar em ambientes rurais, o turismo aparece como uma atividade multifuncional no espaço rural”
(TUBALDINI, 2006:70).

CAPÍTULO 5 – POLÍTICAS PÚBLICAS E PRONAF: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil, enquanto política pública está associado ao papel exercido pela agricultura familiar, em especial sua inserção socioeconômica. Pode-se afirmar que existem diferentes enfoques a respeito da produção familiar, destacando-se um recente que se originou dos estudos da FAO/INCRA da década de 1990, que buscava inserir a agricultura familiar no mundo agrícola no contexto da reforma agrária e dando destaque à agricultura como indutora do desenvolvimento no espaço rural.

A preocupação com o desenvolvimento rural ganhou destaque, especialmente a partir da década de 1990 no meio acadêmico, na sociedade civil e no estado. Este seria, nos últimos 50 anos, o segundo momento em que a noção de desenvolvimento rural ganha singularidade histórica. “O primeiro teria sido após a Segunda Guerra Mundial, sob o ímpeto da modernidade da agricultura como caminho natural da melhoria das condições de vida da população rural” (NAVARRO, 2002:4). De acordo com Silva,

“define-se o novo rural como constituído de: “uma agropecuária moderna, baseada em commodities e ligada às agroindústrias; atividades de subsistência, que giram em torno da agricultura rudimentar e de criação de pequenos animais, e que é parte excluída do “agribusiness”; atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos do mercado” (SILVA, 1997:11).

De acordo com SILVA (1997:12), uma avaliação dos quatro subconjuntos evidencia que diversos fenômenos que acontecem no meio rural passam a ser identificadas como o “novo rural”. A agricultura moderna integrada ao agronegócio emergiu já na década de 1970. As atividades de subsistência estavam presentes nos limites da fazenda, identificada como complexo rural ainda no período da economia agro-exportadora do final do século XIX e início do século XX. As novas atividades agropecuárias podem ser vistas como um processo de reconversão, visando atender novas demandas dos consumidores urbanos.

5.1 Modernização Conservadora e Antecedentes Históricos ao Pronaf

Na última década do século XX intensificaram-se os debates sobre o desenvolvimento rural no Brasil. Por influência de organismos internacionais e organizações não governamentais passou-se a difundir experiências que se concentravam na busca de soluções a partir da comunidade, significando, inclusive, menor custo social e maior envolvimento dos produtores. O modelo de “participação e parceria” passou a ser incorporados e sugeridos às políticas públicas dos países em desenvolvimento como uma das possíveis alternativas de solução para os problemas sociais. Também, questões relativas à tomada de consciência ambiental, passaram a ocupar um lugar de destaque.

O longo período de crises que caracterizou a década de 1980 tornou imperativo o processo de avaliação e transformação das políticas públicas relacionadas ao meio rural, buscando principalmente recuperar os principais instrumentos de desenvolvimento rural. Uma das conseqüências deste processo é a tendência à mudança do núcleo das atividades para a esfera local e o fortalecimento de iniciativas locais, que favorecem o surgimento e recriação de novas formas de interação e troca entre os diferentes segmentos espaciais e setores de atividade. O processo concentrado e excludente de desenvolvimento da agricultura gerou um padrão de organização política dos grandes empreendimentos agroindustriais que passaram a influenciar sobremaneira a agenda estatal e os serviços públicos do setor (RICCI 2004:48).

Os setores ou complexos eram consideradas como “arenas de decisão” capitalista nas quais eram “geradas” as políticas públicas. Essa abordagem permite chamar atenção para o fato de que a grande maioria destes setores não está regulada apenas por mecanismos de preços e trocas; ao contrário, verifica-se a existência de múltiplos mecanismos de “acordos” ou arranjos entre interesses privados e o Estado, com o propósito de regular transações e trocas. Entre esses mecanismos destacam-se as associações de representação de interesses, que, mediante a autonomia e autoridade dada pelos governos, alcançaram funções de política pública, passando a participar diretamente da administração das políticas, constituindo-se em governo de interesses privados, um tipo de governança setorial privada sancionada e reconhecida publicamente.

“O padrão de agroindustrialização vigente foi denominado de modernização conservadora em virtude do processo altamente excludente do ponto de vista social e depredador da natureza” (RICCI 2004:48). O primeiro aspecto excludente e seletivo do processo de agroindustrialização brasileira vincula-se ao papel predominante das grandes

empresas na apropriação da terra. As propriedades com área superior a 10 mil hectares concentravam-se nas mãos de grandes empreendimentos, como foi o caso do Vale do Jequitinhonha e Minas Novas-MG, na década de 1970, com a expansão do reflorestamento de eucalipto. O segundo aspecto seletivo é a concentração dos insumos modernos em poucos estabelecimentos agrícolas. Para se ter uma idéia, na primeira metade da década de 1980, dois terços das unidades produtivas brasileiras não utilizavam nenhum tipo de adubação. (RICCI, 2004:49).

Ainda, segundo Ricci, entre 1972 e 1978, o índice GINI³⁰ cresceu de 0,837 para 0,849. Em 1970 os menores estabelecimentos rurais ocupavam 3% da área recenseada; em 1980 a área que ocupavam caiu para 2,4%. Em contrapartida, a área ocupada pelos 5% maiores estabelecimentos subiram, no mesmo período, de 67,0% para 69,7%; Ressalta-se que cerca de 28 milhões de brasileiros deixaram o campo entre 1960 e 1980, período da modernização conservadora da agricultura brasileira; Indicativos apontam que os fatores principais do êxodo foram: aumento do valor da terra (em virtude da especulação imobiliária), aumento do padrão tecnológico e competitividade intra-setorial, escassa oferta de financiamento para investimento para os segmentos mais pobres do meio rural, diminuição da ocupação rural, em virtude da mecanização agrícola. A piora nas condições de trabalho dos empregados rurais: em 1980, 31% do total de pessoas ocupadas na agricultura tinham jornada de trabalho de 49 horas por semana, o que não significou ganhar mais; e, a renda anual se concentrou entre 1970 e 1980, os 10% mais ricos no meio rural aumentaram sua participação total da renda de 34,7% para 47,7% (RICCI, 2004:49).

Muitas estratégias governamentais, nos âmbitos estadual e municipal, e como resultado da pressão da sociedade organizada, passou a incluir formas de controle social e de participação dos atores sociais no processo de definição das atividades produtivas, tanto no meio urbano como rural. É neste contexto de mudanças e debates sobre o desenvolvimento rural, que se insere a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995, um dos eixos principais deste estudo.

O Documento Referencial do PRONAF (1996) afirma que a agricultura brasileira tem desempenhado papéis tradicionais e, num novo contexto de desenvolvimento sustentável, ela deve desempenhar novos papéis. Sugere como novos papéis a geração de renda de forma desconcentrada, a segurança alimentar, o uso de fatores de produção sem degradação ambiental (BRASIL, 1996:6).

³⁰ O índice GINI, mede o grau de concentração fundiária e varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior a concentração

Para o MDA, vários fatores afetaram o desempenho da agricultura familiar, sendo que três merecem atenção especial: as políticas públicas, até então não tinham alcançado a maior parcela da agricultura familiar, eram conduzidas de forma centralizada e não consideravam as diferentes realidades culturais, agro-ecológicas e sócio-espaciais; a terra utilizada pelos agricultores familiares, em geral é insuficiente e situa-se em áreas marginais para a produção. Em muitos casos, os agricultores não detêm o título-domínio; a significativa parcela dos agricultores encontra-se isolada e pulverizada no meio rural, o que dificulta sua organização e a sua interação social; e, os agricultores familiares não têm tido acesso à educação formal, o que impede que compreenda a razão de muitos de seus problemas e limita a sua participação nos processos de busca de soluções (BRASIL, 1996:7-8).

5.2 O Pronaf como Estratégia de Desenvolvimento Rural

A partir da Constituição de 1988, conhecida como “Constituição cidadã”, as reivindicações por políticas específicas para a agricultura familiar ganharam evidência, quando o movimento sindical elaborou uma proposta de Lei Agrícola que incluía uma política de crédito voltada para a agricultura familiar. A proposta contemplava não apenas taxas de juros ou preços diferenciados, mas, sobretudo, a garantia de que os agricultores familiares pudessem ter acesso ao sistema bancário, e que encontrassem meios para afirmar sua capacidade produtiva. A Constituição criou Fundos Constitucionais que viriam a aportar financeiramente o PRONAF e outras políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.

Em 1993, movimentos sociais liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG³¹ apresentaram ao governo uma proposta de projeto de crédito subsidiado para os agricultores familiares, onde destacava a necessidade de um programa que contemplasse a diversidade existente no interior deste segmento³².

Em 1994 o Governo Federal, criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP, que consistia em uma linha de crédito cujos critérios de acesso eram restritos aos agricultores familiares, os quais eram classificados a partir do tamanho do estabelecimento e da mão-de-obra utilizada na produção. “O PROVAP teve alcance reduzido, principalmente devido às exigências rigorosas impostas pelas instituições

³¹ A CONTAG organiza anualmente o Grito da Terra Brasil, uma manifestação anual que culmina com negociações de propostas de políticas públicas junto aos governos federais, estaduais e municipais. Este evento pautava-se como uma prioridade para o Governo Federal uma “política diferenciada para a agricultura familiar” (MOREIRA, 2003:58).

³² O agricultor familiar até então era considerado “mini-produtor” para efeito de enquadramento no manual de Crédito Rural. Com isto, além de disputar o crédito com os demais produtores, o agricultor familiar era obrigado a seguir as mesmas rotinas bancárias para obter um empréstimo que tinha o perfil voltado para o grande produtor.

financeiras sobre o público alvo” (CHÉVES, 2002:53). No mesmo ano, um estudo realizado pelo Projeto de Cooperação Técnica FAO/ INCRA, propôs vários instrumentos de políticas para a agricultura familiar, servindo de base para a elaboração do PRONAF em 1995, criado como uma linha de crédito de custeio que destinava recursos para serem aplicados na produção agrícola explorada em regime familiar.

As regras de financiamento foram estabelecidas em 24 de agosto de 1995, pela Resolução nº. 22.191 do Conselho Monetário Nacional e, posteriormente, através do Decreto Presidencial Nº. 946, de 28/06/96, criaram o PRONAF, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e das exigibilidades bancárias (MDA/SAF/2000).

O PRONAF apoiava-se em três aspectos que exprimiam as mudanças que vinham provocando as políticas públicas no país. Primeiro ele correspondia a um novo estilo e a novos objetivos da própria política agrícola. Segundo, os novos objetivos só podiam ser levados à frente a partir de organizações capazes de estabelecer um processo de mobilização local e de colaboração com os poderes públicos. E o terceiro aspecto em que se apoia o PRONAF era a mudança na própria visão que se tinha dos agricultores que ele se propunha beneficiarem. O programa rezava que não era destinado a “pequenos produtores” com expressão econômica praticamente nula, mas a agricultores familiares que têm, ou podem vir a ter, participação nos mercados dinâmicos e nas oportunidades de geração de renda (MA/SDR, 1998).

Tratava-se, de uma tentativa em contrapor-se à visão que foi predominante na história brasileira recente, que considerava que as populações dispersas e as localidades de pequena concentração populacional estavam condenadas à desertificação social, econômica e cultural, enxergando, ao mesmo tempo, a unidade familiar como declinante economicamente. Com base neste raciocínio, este segmento deveria ser objeto de assistência e proteção e não teria condições nem potencialidades para constituir a base de sustentação de um amplo projeto de desenvolvimento. O pressuposto básico do PRONAF, pelo contrário, é o de que existia um potencial de geração de renda, no meio rural e nos pequenos municípios, que não tinha “sido suficientemente valorizado” (CHÉVES, 2002).

Na concepção do Governo, para que isto acontecesse seria necessário criar um ambiente institucional favorável à participação daqueles que sempre estiveram excluídos. As perspectivas de sucesso para uma política agrícola descentralizada seriam tanto maiores quanto mais forte fosse a agricultura familiar e a participação dos agricultores familiares em seu planejamento e sua execução. Não se tratava apenas de transferir responsabilidades

entre esferas administrativas, mas de criar mecanismos institucionais efetivos e transparentes que estimulassem os cidadãos em seus locais de moradia e trabalho, a formularem projetos com repercussão imediata na própria organização de suas atividades econômicas (MA/SDR, 1998). De acordo com informações do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDRS, na primeira fase de execução, os resultados alcançados pelo PRONAF foram tímidos, com baixa aplicação, poucos produtores atendidos; devido aos requisitos para o acesso aos créditos, ocorreu uma grande dificuldade de acesso de obtenção dos recursos.

Em 1996, o PRONAF deixou de ser apenas uma linha de crédito e adquiriu status de programa de governo, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura – SDR/MA. Neste ano passou a integrar o Orçamento Geral da União – OGU, com recursos que deveriam ser aplicados em infra-estrutura rural nos municípios e em capacitação dos produtores rurais familiares. Uma nova resolução do Banco Central provocou mudanças nos procedimentos do programa, no sentido de eliminar alguns empecilhos identificados na primeira experiência.

Neste momento, ampliou-se o público a ser atendido, passando a incluir as associações e cooperativas habilitadas para o repasse dos créditos; ampliando os limites de recursos e ocorrendo uma redução nos encargos, mantendo-se os prazos para a devolução dos empréstimos. Entretanto, a principal mudança observada na nova versão do PRONAF passou a ser nas exigências para a tomada de empréstimos.

Em 1999, por meio da Medida Provisória 911-8 o PRONAF foi transferido para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, antigo Ministério Extraordinário de Política Fundiária. A medida contribuiu para integrar as políticas destinadas ao setor rural e ampliou os benefícios dos “agricultores familiares” provenientes do Programa Nacional de Reforma Agrária, pois para o Governo Federal não fazia sentido diferenciar as famílias assentadas, do segmento da agricultura familiar; neste sentido,

“as intervenções públicas deveriam se dar sobre microrregiões, por meio do emprego articulado de crédito, terra e infra-estrutura, visando alterar as condições existentes em um enfoque mais amplo do que o PRONAF vem aqui tendo nas suas ações, para promover a urbanização do espaço rural através do desenvolvimento local” (MA/SDR, 1999 apud CHÉVES, 2003:54).

5.2.1 Concepção e Operacionalização do Programa

Segundo WANDERLEY (1995:18), embora seja os responsáveis pelo fornecimento de grande parte dos alimentos e de parte significativa da força de trabalho rural e urbana, os agricultores familiares sempre ocuparam um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Com a criação do PRONAF, este segmento recebe pela primeira vez, por parte do governo, um lugar de destaque nos debates, onde o agricultor familiar passa a ter um foro privilegiado no acesso a políticas públicas.

O PRONAF propôs resgatar a importância da agricultura familiar, partindo do reconhecimento de que este setor social sempre esteve à margem das políticas públicas. Foi idealizado para atender aos agricultores familiares brasileiros, que respondiam e respondem por uma significativa parte da produção de alimentos do país, mas que nem sempre eram beneficiados pelas políticas agrícolas tradicionais.

De acordo com estudos realizados pelo INCRA/FAO (2000), a agricultura familiar era a principal responsável pela produção de alimentos para o consumo interno, respondendo pela produção da maior parte da cesta básica, além de ser a principal geradora de ocupação e renda de milhões de famílias no campo.

Pela importância estrutural o PRONAF tornou-se um dos 42 projetos estabelecidos no programa “Brasil em Ação” do Governo Federal, em 1999. A proposta de um programa de fortalecimento da agricultura voltado para as demandas do segmento familiar e sustentado em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores e suas organizações, representou grande avanço em relação às políticas anteriores. Tratava-se de um programa de parceria entre os governos federal, estadual e municipal e a iniciativa privada e seria executado de forma descentralizada. Previa a participação dos parceiros e beneficiários em todas as fases, como programação, execução, recursos financeiros e mobilização de esforços por mais recursos, incluindo o acompanhamento e avaliação da política.

Em um dos pontos principais destacava-se a adoção de formas de gerenciamento e “gestão social”, para promover uma melhor gestão do orçamento público, democratizando o crédito, os serviços de apoio e a infra-estrutura que a economia dos agricultores necessitava para se consolidar e estabilizar. Para tanto, esta forma de gestão era entendida como um instrumento gerencial para aumentar a sintonia entre as ações governamentais e os beneficiários, no contexto específico de cada realidade e do estágio de desenvolvimento humano em que se encontravam.

O que se percebe no documento final do PRONAF é que o surgimento de um programa específico para a agricultura familiar, não representava apenas a vontade expressa do governo de fortalecer este segmento. O enfoque da agricultura familiar estava respaldado no papel que a agricultura deveria desempenhar no novo contexto de desenvolvimento das pessoas, em termos de geração de renda, criação de novas ocupações produtivas no campo, a fim de garantir suficiência, produtividade, qualidade e diversificação voltada para a segurança alimentar, contribuindo para maior competitividade da economia, e o uso de fatores de produção sem degradação ambiental. Destacam-se também fatores tradicionais da contribuição da agricultura para o desenvolvimento como a redução da migração campo-cidade, geração de divisas e contribuir para a redução das desigualdades espaciais e sociais ainda presentes.

Os princípios gerais do programa resumiam em atuação por demanda, descentralização, agilidade e parceria, compunham as bases do exercício da introdução de um novo modelo de relação contratual entre Estado e sociedade civil, via políticas públicas, cujo processo evoluiu em alguns países. Nesta nova configuração de relações observa-se a tendência mundial à descentralização e transferência de responsabilidades das esferas federais para as municipais (diferentes dos processos de “prefeiturização”³³, onde são transferidos apenas os ônus) e estimulando o apoio às demandas locais, o fomento de iniciativas e de compromissos negociados com setores produtivos e representativos não governamentais; e, o apoio a uma nova forma de integração de responsabilidades para o desenvolvimento social e econômico.

Para viabilizar esta nova estratégia, definiu-se uma estrutura para gerenciamento e acompanhamento das ações previstas, através da criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR, Conselhos Estaduais, Conselho Nacional e Secretarias Executivas do PRONAF nos âmbitos dos Estados e da União. A coordenação nacional do programa era realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar – SAF.

A idéia que sustentou a criação do PRONAF foi o reconhecer a capacidade da agricultura familiar em absorver mão-de-obra, transformando-se em alternativa natural, confiável e legítima para combater parte dos problemas sociais provocados pelo desemprego rural e a migração campo-cidade. Nesta lógica, o documento de criação do programa destaca como objetivo geral proporcionar o aumento da produção agrícola, a

³³ O termo “prefeiturização” mencionado refere-se às transferências de responsabilidades por parte dos Governos federal e estadual aos municípios, denominando de municipalização. No entanto, transferem-se responsabilidades para posteriormente discutirem e transferirem os recursos necessários para os fins que se destinam tais responsabilidades.

geração de ocupações produtivas e a melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Os estudos da ocasião já apontavam que a agricultura familiar era a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro. Mesmo dispondo de apenas 30% da área, era responsável por 76,9% do Pessoal Ocupado - PO. Dos 17,3 milhões de postos de trabalho na agricultura brasileira, 13,78 milhões estão empregados na agricultura familiar. Enquanto na região Sul a agricultura familiar ocupa 84,0% da mão-de-obra utilizada na agricultura, no Centro-Oeste ela é responsável por apenas 54,0%. Os estudos FAO/INCRA, somados aos dados do Censo Agropecuário do IBGE 1995/96 contribuíram para se fazer um “Novo retrato da agricultura familiar no Brasil”, considerando como familiares 4.139.369 estabelecimentos rurais (85,2% do total); ocupando uma área de 107,8 milhões de hectares e responsáveis por R\$ 18,1 bilhões do valor bruto da produção total (MDA, 2000:28)

O PRONAF foi concebido para atender ao conjunto dos agricultores familiares, com prioridade, aos segmentos em transição e os periféricos, desde que, o recurso fundiário não representasse fator impeditivo ao seu desenvolvimento. Tal prioridade, embora não se encontrasse explicitado em seus documentos programáticos, tem sido perseguida pelos gestores governamentais, e foi evidenciada principalmente no PRONAF Infra-estrutura, que concedeu prioridade, na seleção dos municípios, aqueles mais pobres de cada unidade da federação, ou seja, àqueles pertencentes ao programa Comunidade Solidária.

A velocidade de transformações da agricultura brasileira tem provocado uma mudança nas condições de um número considerável de agricultores familiares. Assim, muitos dos que agora são considerados consolidados, foram muitos dos que deixaram de ser agricultores em transição, e estes, por sua vez, de alguns periféricos, em decorrência da inserção nas principais cadeias de *commodities* agrícolas, alguns inclusive, deixando de possuir alguns requisitos de enquadramento como agricultor familiar, passando ao nível de empreendedor rural.

Entretanto, a caracterização dos beneficiários feita pelo programa busca situar os parâmetros sociais para a distribuição dos recursos. São considerados agricultores familiares aqueles que exploram a terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros e mais recentemente comodatários. Podem, sem impedimento, contar com os serviços de empregados eventuais ou ajuda de terceiros, residir em aglomerado rural ou próximo e não deter a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais.

5.2.2 Linhas de Ação do Pronaf

5.2.2.1 O Pronaf Infra-estrutura e Serviços

O PRONAF Infra-estrutura e Serviços tinha como objetivo promover investimentos baseados em “compromissos negociados” entre beneficiários, os poderes municipais e estaduais e a sociedade civil organizada, possibilitando a implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar e a ampliação e cobertura de serviços de apoio, a exemplo da pesquisa agropecuária e da assistência técnica e extensão rural. A novidade era um arranjo institucional que procurava garantir a efetiva participação local na escolha e no controle da execução dos projetos.

Os municípios beneficiados com o repasse dos recursos do PRONAF Infra-estrutura e Serviços foram selecionados em dois momentos distintos: o primeiro, em meados de 1996, quando os critérios de seleção foram definidos no âmbito de cada estado e em conjunto com as Federações de Trabalhadores, Secretarias Estaduais de Agricultura e outros colaboradores nos estados. Em geral, os critérios estabelecidos levavam em conta a maior concentração da agricultura familiar, maior nível de organização dos produtores em entidades como sindicatos, associações e cooperativas; menor expressão de atividades econômicas em áreas consideradas “deprimidas”; maior carência em infra-estrutura básica de apoio à agricultura; e, maior necessidade de recuperação de solos, entre outros. Com esses critérios foram selecionados 383 municípios distribuídos em todas as regiões do país, sendo 33 municípios em Minas Gerais, incluindo Minas Novas-MG, área da pesquisa.

O segundo momento de seleção ocorreu em 1996, quando já havia sido criado o Conselho Nacional do PRONAF e foram definidos três critérios básicos: a maior participação de estabelecimentos agropecuários com até 200 hectares no município comparativamente ao estado, maior proporção da população rural comparativamente ao estado e o menor valor da produção agrícola *per capita* em comparação a média estadual. Obedecendo a tais critérios, os municípios contemplados apresentariam, simultaneamente, a distribuição pulverizada, a menor taxa de urbanização e a mais baixa produtividade agrícola no âmbito estadual. Neste momento, foram selecionados mais 617 municípios, somados aos 383 anteriores, contemplavam 1000 municípios até dezembro de 1997 em todo o país.

Só poderiam receber recursos os municípios selecionados anualmente que elaborassem um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR, através de um

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, criado por Decreto ou por Lei. O PMDR do município deveria ajudar na obtenção dos recursos necessários à implantação de ações orientadas para o fortalecimento da agricultura familiar e sua elaboração devia favorecer a participação efetiva dos agricultores familiares, ao nível de suas comunidades. A estrutura do programa estava integrada por instâncias que atuavam nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Assim o CMDR aprovava, em primeira instância, os projetos contidos no PMDR, enviava à Secretaria Executiva Estadual do Conselho Estadual, que recomendava à Secretaria Nacional para a aprovação final dos planos.

Os itens solicitados do apoio do PRONAF Infra-estrutura estavam contidos nos Planos de Trabalho, cujo valor médio era de R\$ 150.000,00. Os recursos eram previstos para quatro anos, perfazendo um montante de R\$ 600.000,00. Estes planos de trabalho serviram para a contratação de recursos via Caixa Econômica Federal, que era o agente financeiro encarregado do repasse aos municípios, do controle da execução dos serviços e da compra dos equipamentos solicitados. Todas as aquisições e obras realizadas com base em recursos desta linha tinham que ser, necessariamente, de uso coletivo. As instalações deveriam ser capazes de aumentar o valor agregado da produção e melhorar as condições de ligação com o mercado, supondo uma organização coletiva que repercutisse sobre o conjunto da vida local.

Segundo o CEDRS, apesar da diversidade dos itens solicitados nos Planos de Trabalho, foi possível identificar, dentre outros, dois padrões básicos:

- Concentração da demanda em poucos itens de infra-estrutura, que se referem fundamentalmente à implantação das condições que permitiriam ao agricultor ampliar sua produção e ligar-se ao mercado: acesso a água e melhoria das estradas eram elementos que apareceram com grande freqüência, sobretudo nos municípios de maior pobreza.
- Grande diversificação dos planos, que incluía pequenas agroindústrias, caminhões, máquinas e implementos de uso comum, mercados municipais, preservação de recursos naturais, reflorestamento e cursos de formação profissional dos agricultores.

De acordo com CHÉVES (2002:76), no caso de Minas Gerais, as ações contempladas nos PMDR dos 97 municípios, no período de 1997 e 1998 foram bastante abrangentes; apesar de uma forte concentração em mecanização agrícola (67), outras ações também merecem destaque: viveiro municipal/comunitário (41); eletrificação rural (34) correção do solo (22); aquisição de insumos (21); agroindústria (18); inseminação artificial (14); tanques de expansão e resfriamento de leite (13); transporte de insumos/escoamento da produção (12) e captação/abastecimento de água (11).

Em 1996, o Governo do Estado de Minas Gerais aderiu oficialmente ao PRONAF, criando o Conselho Estadual, quando se definiu as competências e os membros do CEDRS. Estabeleceu que a operacionalização do programa no estado ficasse a cargo da Secretaria Executiva do Conselho Estadual, sendo seu exercício competência da EMATER-MG.

Segundo o CEDRS, em muitos municípios, a participação dos conselheiros nos processos de tomadas de decisões era limitada, pois, na maioria das vezes, eram os técnicos da Prefeitura ou da EMATER que centralizavam o processo. Da mesma forma, o interesse das representações não ligadas diretamente à agricultura familiar enfraqueceu, pois nas reuniões só tiveram espaço na pauta os assuntos relacionados com a implantação das ações do CMDR, as quais por sua vez limitavam-se às questões da produção, do crédito, da agricultura, deixando num segundo plano a discussão de ações e projetos mais abrangentes que, além de constituir possíveis caminhos para o desenvolvimento integral do município, poderiam estimular a presença e a participação efetiva dos outros representantes.

Em 1997 o Conselho Estadual do PRONAF estabeleceu critérios para a seleção dos novos municípios. Para a nova seleção foram tomados como quesitos quatro critérios básicos e um desempate:

- municípios com população rural superior a 45%.
- existência de escritório da EMATER.
- existência de pelo menos um sindicato, podendo ser patronal ou dos trabalhadores.
- alta concentração de agricultores familiares.
- desempate por prioridade às regiões dos Vale do Jequitinhonha e do Mucuri.

Uma vez identificados os municípios potenciais, iniciou-se o processo de elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural – PMDR, cujo processo foi afetado por dificuldades como a falta de preparo das pessoas envolvidas na elaboração dos planos, as mudanças das normas do programa durante o período de sua elaboração, o desencontro das informações entre as entidades envolvidas e pouca preparação dos funcionários da Caixa Econômica Federal e outras (CHÉVES, 2003:76).

De acordo com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, em Minas Gerais, até meados de 2001, dos 97 municípios beneficiados, dentre eles Minas Novas, 91 ainda não haviam formalizado o 4º contrato e estavam utilizando os recursos correspondentes ao terceiro ano de exercício do PRONAF Infra-estrutura. Seis municípios perderam a sua condição de beneficiários, situação observada até o ano de 2002, quando alguns municípios, em função da mudança de prefeitos, em decorrência das eleições de 2000 e outras

inadimplências³⁴, perderam o controle da execução dos projetos, implicando uma série de problemas junto à Caixa Econômica Federal, que se arrastam até os dias atuais.

Outra importante modalidade foi o PRONAF Capacitação, que visava proporcionar aos agricultores familiares e suas organizações, conhecimentos necessários à elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural – PMDR, conhecimentos, habilidades e tecnologias indispensáveis ao processo de produção, beneficiamento, agro-industrialização e comercialização e intercâmbio e difusão de experiências inovadoras em educação, profissionalização e tecnologias coerentes com as necessidades dos agricultores familiares.

Os beneficiários desta linha eram agricultores familiares e suas organizações, bem como os técnicos que participavam da elaboração, execução e acompanhamento dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural. As ações foram desenvolvidas por intermédio do repasse de recursos pelo MDA às Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, no caso de Minas Gerais à EMATER-MG, que promoveu eventos e cursos de acordo com o levantamento das demandas locais.

5.2.2.2 Pronaf Crédito Rural

Além dos recursos repassados pelo PRONAF Infra-estrutura e Serviços, os municípios selecionados passaram, também, a contar com o financiamento da linha de crédito, custeio e investimento. Considerando que muitos destes municípios eram focos de atenção especial do Programa Comunidade Solidária, como foi o caso de Minas Novas-MG, que tiveram no período de 1996 a 1998, prioridade na implantação de projetos nas áreas de apoio ao ensino fundamental, ao desenvolvimento urbano, redução da mortalidade infantil, geração de emprego e suplementação alimentar.

O PRONAF crédito, por sua vez, visava fornecer apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas pelos agricultores familiares e suas organizações. O objetivo central desta linha de ação era criar mecanismos que encurtassem as distâncias e reforçasse a colaboração e a confiança entre os agricultores familiares e o sistema bancário. O Banco do Brasil era o agente financeiro preferencial no repasse dos recursos para os programas de crédito rural, porém, os financiamentos eram também concedidos por

³⁴ Essa situação de inadimplências ou questões relacionadas às Prefeituras, têm sido frequentemente debatidas pelos CMDRS e movimentos sociais, principalmente pelo fato de muitas ações de políticas públicas destinadas à agricultura familiar ficarem vinculadas às Prefeituras Municipais, que nem sempre têm competência para operacionalizar e fazer gestão dos recursos.

intermédio do Banco do Nordeste do Brasil – BNB³⁵, bancos estaduais e privados, e eram aplicados em investimento e custeio agropecuário.

O público do programa foi definido a partir de uma dupla restrição, de um lado, procurava-se evitar que os recursos do PRONAF beneficiassem a proprietários de terra que mesmo possuindo boas relações com o sistema bancário, entretanto, não eram agricultores familiares; estavam à frente de outros negócios e não tinham na unidade produtiva a agropecuária a sua principal fonte de renda. Por outro lado, restringia-se a participação de agricultores que, dadas às condições de pobreza, não reuniam as condições economicamente sustentáveis (CHÉVES, 2003:62).

No entendimento dos técnicos do programa, o crédito só podia ser destinado a agricultores com condições de obter renda capaz de garantir a manutenção da família e o reembolso do empréstimo. A experiência acumulada durante os anos de funcionamento efetivo desta linha de ação, mostrou que agricultores, até então excluídos do sistema bancário e obrigados a viver da renda obtida fora de suas unidades de produção, conseguiram uma elevação dos ganhos agrícolas, em virtude do acesso ao crédito. Ainda que não seja a maioria, mostram um caminho importante de integração econômica. Esta constatação motivou o surgimento do PRONAF, conhecido como Pronafinho³⁶.

No início, o PRONAF operava através de várias linhas de crédito específicas: Custeio Normal; Rural Rápido, PRONAF Especial (Custeio e Investimento); PRONAF – Investimento Normal – FCO e FNE; PRONAF Agroindústria (Agregar); Micro-crédito NE integrado coletivo (Novo Agricultor Familiar). A evolução das modalidades de financiamento no período 1995-1998³⁷ pode ser observada no Quadro 8.

³⁵ A época da implantação do PRONAF coincide com o início de atuação do Banco do Nordeste e da SUDENE no Vale do Jequitinhonha. Tal coincidência temporal criou um clima favorável às ações deste banco, quando muitos associavam o PRONAF como produto do Banco do Nordeste não de um programa de fortalecimento da agricultura familiar do Governo.

³⁶ O “Pronafinho” foi uma modalidade de micro crédito subsidiado que originaria o atual PRONAF B, voltado para agricultores com potencial de geração de renda na unidade produtiva, mas com resultados econômicos presentes muito baixos.

³⁷ No período 1995/98, os encargos financeiros para o crédito de custeio variaram de 5,75% a 12% ao ano. Os encargos financeiros que incidem sobre o crédito de investimento eram definidos anualmente pela Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP, e previa-se um rebate de 50% sobre os encargos financeiros, quando quitados até o vencimento.

Quadro 8
Evolução do Pronaf Segundo as modalidades e número de contratos em MG - 1995-2000

	1995	1996	1997	1998
Modalidade de Crédito	- Custeio	- Investimento - Custeio	- Especial Custeio; - Investimento; - Custeio.	- Agroindústria; - Agregar; - Especial; - Investimento; - Especial Custeio; - Investimento; - Custeio; - Crédito Rural.
Número de Contratos	32.000	332.828	496.550	709.906

Fonte: MDA/SAF/PRONAF, 2000.

Em 1999 foi realizado um estudo que resultou na tipificação dos agricultores familiares em quatro categorias: A, B, C e D. Como conseqüências de negociações com órgãos setoriais foram ampliadas as modalidades destinados a essas categorias de agricultores familiares. Passaram-se então a considerar como unidade de financiamento a propriedade produtiva familiar, incluindo atividades não agrícolas geradoras de renda rural.

Para o ano agrícola 2006/2007, as linhas e modalidades do PRONAF Crédito são: Grupo A; Grupo B (micro crédito produtivo rural); Grupo C; Grupo D; e Grupo E. além dos Grupos: A/C, Mulher (A, B, A/C, D e E), Agroindústria (A, B, A/C, D e E), Semi-Árido (A, B, A/C, D e E), Florestal (A, B, A/C, D e E), Jovem (A, B, A/C, D e E), para Recuperação de Assentamentos (A) e Agroecologia (C e D). As regras para liberação dos créditos do PRONAF, para custeio e investimento, são definidas anualmente. De acordo com o Plano Safra, além dos agricultores familiares beneficiários do PRONAF, comprovado mediante Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP serão beneficiados os produtores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, que atendem a requisitos gerais e específicos.

No Grupo A, os créditos destinam-se aos agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária; os beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do MDA, que ainda não receberam crédito de investimento no Programa; os agricultores que não foram contemplados com o limite de crédito de investimento no PRONAF do Grupo A; sendo que o segundo crédito é limitado ao valor da diferença entre o valor já financiado e o limite máximo à época da primeira operação. Poderá ter financiamento de até R\$ 16.500,00; até R\$ 1.500,00 para assistência técnica, quando for o caso; Juros de 1,15% ao ano; bônus de adimplência de até 40% sobre cada parcela do principal ou até 45% com ATER; com até 5 anos de carência; e, até 10 anos de prazo. Sua Finalidade é o Investimento em projetos de produção, implantação e modernização das infra-estruturas produtivas; com limite de Crédito

de até R\$ 6.000,00 por beneficiário em única operação; e, juros: 1% ao ano; com prazo até 10 anos, incluídos até 3 (três) anos de carência e assistência técnica obrigatória.

Já a modalidade de PRONAF B é destinada aos agricultores familiares, com renda bruta familiar anual de até R\$ 3.000,00 (excluída a aposentadoria rural); e, no mínimo 30% dessa renda venham da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. Sendo as seguintes as condições: limite de até R\$ 4.000,00 por família beneficiada, independente do número de operações, sendo que cada financiamento não pode ultrapassar o valor de R\$ 1.500,00; o segundo ou demais financiamentos só podem ser realizados se quitado os anteriores; a assistência técnica corresponderá a 3% do valor do financiamento desde que haja concordância explícita do mutuário; Os encargos financeiros são de Juros fixos de 1% ao ano; bônus de adimplência, sendo 25% sobre cada parcela; e, prazo de até 2 anos para pagamento, podendo ser em parcela única ou não.

A modalidade do Grupo C é destinada aos agricultores familiares que explorem parcela na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA; para tanto, o proponente poderá residir na propriedade ou em local próximo; obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 3.000,00 até e R\$ 16.000,00, excluídos os benefícios sociais e aposentadoria rural; no mínimo 60% dessa renda venham da exploração agropecuária; e, tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária.

Para o Custeio do Grupo C, as condições colocadas têm a finalidade e destinação de financiamento para custeio das atividades agropecuárias e não agropecuárias; o Limite mínimo de R\$ 500,00 e máximo de R\$ 3.000,00 por família, podendo ter acesso a mais de uma operação em cada safra, respeitado o limite máximo financiável do grupo. Na apuração do crédito utilizado, considera-se o somatório dos saldos de capital das operações “em ser” de cada ano agrícola; Neste caso os encargos financeiros são: juros fixos de 4% ao ano; bônus de adimplência de R\$ 200,00 desde que as parcelas sejam pagas até o vencimento; e, prazo agrícola de até dois anos e pecuário de até um ano.

Para os investimentos do Grupo C as regras destinam-se ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários; tendo o limite individual mínimo de R\$ 1.500,00 e máximo de R\$ 6.000,00, até três créditos da espécie por beneficiário, consecutivos ou não; e, bônus de adimplência de R\$ 700,00 por beneficiário, distribuído de forma proporcional

sobre cada parcela do financiamento paga até a data do vencimento, observado que o bônus é devido exclusivamente nas 2 (duas) primeiras operações.

Para o Grupo D, os recursos são destinados aos agricultores que utilizem eventualmente trabalho temporário, safrista ou diarista, podendo ter no máximo, até dois empregados fixos; obtenham renda bruta anual familiar de R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00; e, tenham no mínimo 70% dessa renda venham da exploração agropecuária ou não. O custeio para este grupo tem por finalidade o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias. As condições postas são: limite de até R\$ 6.000,00 por beneficiário, em uma única operação por safra.

Para investimento, cuja finalidade é o financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, o limite individual é de R\$ 18.000,00, sendo que da mesma forma que o grupo C, até 35% do valor financiado pode ser para custeio vinculado e associado; quanto aos encargos financeiros, os juros são fixos de 3% ao ano e o prazo de até 8 anos, já incluídos até 5 anos de carência, quando a atividade requerer e o projeto técnico comprovar a necessidade.

A modalidade do Grupo E, é destinado aos agricultores familiares que utilizam eventualmente trabalho temporário, safrista ou diarista, podendo ter no máximo até dois empregados fixos e renda bruta anual familiar entre R\$ 40.000,00 e até R\$ 60.000,00. No caso de custeio, tem como finalidade o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias; com limite de até R\$ 28.000,00 por beneficiário por safra; encargos financeiros, com juros fixos de 7,25% ao ano; e, prazo de até 2 anos, conforme o ciclo da atividade. Para os investimentos deste grupo, as finalidades destinam-se ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários; cujos limites são de R\$ 36.000,00 por beneficiário; os encargos financeiros com juros fixos de 7,25% ao ano; e, prazo de até 8 anos, já incluídos até 5 anos de carência.

A modalidade especial do PRONAF Mulher beneficia as mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas nos grupos A, A/C, B, C, D ou E, independente de sua condição civil; e, tendo como finalidade o atendimento de propostas de créditos de mulher agricultora, segundo o que o projeto técnico ou a proposta de crédito determinar. Os encargos financeiros para esta modalidade são, nos casos, de Grupos A, A/C ou B, 1% ao ano; Grupos C ou D, 3% ao ano; e, Grupo E, 7,25% ao ano;

Ao jovem, filho (a) de agricultores familiares enquadrados nos Grupos "A", "A/C", "B", "C", ou "D" ou "E" do PRONAF, será concedida uma DAP acessória, vinculada a uma DAP

principal, desde que atenda às seguintes exigências: ter idade entre 16 e 25 anos e ter concluído ou estar cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância em escola família agrícola, e que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; ou, ter concluído ou estar cursando o último ano de escolas técnicas agrícolas de nível médio que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; ou, ter participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela SAF.

O limite máximo para o PRONAF Jovem é de R\$ 6.000,00, independente dos definidos para outros financiamentos, observando que só poderá ser concedido um empréstimo para cada beneficiário; e, encargos financeiros com taxa efetiva de juros de 1% ao ano. Ressalta-se que neste caso, o prazo de reembolso é de até 10 anos, incluídos até 5 anos de carência; e, a necessidade de financiamento para mais de um jovem poderá estar contemplada em um mesmo instrumento de crédito, respeitando o limite de financiamento.

Em relação aos grupos beneficiários das ações do programa, chamam-se atenção para o fato de serem agricultores familiares de transição e os periféricos os que representam a maioria dos produtores familiares do país; as análises feitas supõem que este programa pode não passar de mais uma política compensatória, a qual representa uma estratégia política tradicional usada para compensar a ausência de políticas sociais mais efetivas.

As diretrizes e programas propostos no PRONAF, ainda que importantes para o fortalecimento da agricultura familiar, estão sujeitos ao clientelismo uma vez que não estão inseridos e articulados em diretrizes e programas de governo.

As principais barreiras colocadas pela burocracia bancária eram as exigências de garantias dos potenciais tomadores dos empréstimos. Ainda se constata que alguns bancos exigem garantias reais como a hipoteca de imóveis, avalistas e outros procedimentos que muitas vezes excluem posseiros e outros produtores com menor capacidade financeira para participar do projeto. Tais restrições prejudicam sobremaneira os objetivos do programa e o agricultor familiar, principalmente os menos capitalizados, pois a maioria não tem garantias patrimoniais exigidas pelas instituições financeiras.

Outro problema identificado é a demora na liberação dos recursos pelos bancos, que nunca coincide com o anúncio do crédito pelo governo. Além do mais, percebe-se uma morosidade processual dos bancos na liberação dos recursos, depois de todo procedimento efetuado pelos elaboradores, sendo que muitas vezes, o crédito é disponível quando as condições naturais, principalmente o período chuvoso, já passaram, provocando uma sutil exclusão de inúmeros agricultores do processo de acesso ao crédito dito como dele.

5.3 Identidade do Agricultor Familiar para o Pronaf: A DAP

A Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP é um documento público, de fornecimento gratuito, emitida por instituições credenciadas no MDA, como condição indispensável para o acesso ao PRONAF, bem como às políticas para a agricultura familiar. A DAP assume um papel de Carteira de Identidade do agricultor familiar e passaporte para o alcance às diversas políticas públicas que tem no agricultor familiar como o foco.

O MDA, por meio de portaria, dispõe sobre o regulamento e as condições estabelecidas para as operações de crédito de investimento e custeio ao amparo do PRONAF e estabelece condições e procedimentos para emissão da DAP, que é o instrumento que identifica os agricultores familiares aptos a realizarem operações de crédito rural com amparo do PRONAF, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural - MCR, do Banco Central do Brasil. Constitui instrumento obrigatório à formalização de operações de crédito ao amparo do PRONAF, independente dos demais documentos necessários e exigidos pela instituição financeira em obediência à legislação pertinente. Por se tratar de um documento condicionador de acesso a políticas de crédito, a DAP tem um papel jurídico e institucional, apresentando algumas características, tais como:

“unicidade”, onde cada estabelecimento familiar deve ter apenas uma única DAP principal válida; “dupla titularidade”, a partir da comunhão estável, a DAP deve obrigatoriamente identificar o “cabeça” do casal e o respectivo cônjuge; pode ter validade de até seis anos a contar da data de sua emissão; sua origem está vinculada ao município utilizado para residência fixa pelo agricultor familiar e sua família; e, a “gratuidade”, pois as instituições autorizadas a emitirem DAP não podem cobrar quaisquer custas pela sua emissão ou condicionar seu fornecimento a qualquer exigência de reciprocidade, vínculo ou filiação, sob pena de descredenciamento e demais sanções legais (EMATER, 2006).

A unidade familiar, apta ao recebimento da DAP, compreende a unidade que apresenta as mais variadas condições de posse, explorada pelo conjunto da família nuclear (marido ou companheiro, esposa ou companheira, e filhos) e eventuais agregados sob gestão estritamente da família, incluídos os casos em que o empreendimento é explorado por indivíduo sem família.

A Fundação Cultural Palmares poderá emitir DAP principais e acessórias dos Grupos “B”, “C”, “D” e “E” para quilombolas; e, ainda, as DAP especiais, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por quilombolas. No caso de Minas Novas-MG,

mesmo existindo comunidades quilombolas devidamente reconhecidas e certificadas, é a EMATER que emite a DAP para os agricultores familiares quilombolas. Outras entidades podem solicitar autorização para emissão de DAP, circunscritas, exclusivamente, nos municípios de sua área de atuação. Somente o Secretário de Agricultura Familiar pode autorizar novas entidades interessadas a emitirem DAP, sempre que essas atendam aos pré-requisitos legais estabelecidos. Prefeituras Municipais, suas Secretarias e demais órgãos e instituições vinculadas não poderão ser autorizadas a emitir a DAP.

Nos casos de descredenciamento de entidade emissora de DAP, a responsabilidade nos procedimentos de homologação das DAP passa automaticamente às demais entidades credenciadas no município e, na falta dessas entidades, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS deverá indicar a entidade substituta, que por sua vez deverá solicitar seu credenciamento junto à SAF.

As DAP estão sujeitas ao controle social e, para tanto, devem ser homologadas anualmente, observados os procedimentos a serem estabelecidos pela SAF (Manual de Crédito Rural - MCR, do Banco Central do Brasil, 2006).

5.4 Desenvolvimento Territorial: A Nova Vertente de Ação e Implementação do Pronaf

A abordagem territorial aparece como uma possibilidade que permite explicar o papel do contexto e do espaço social como fator de desenvolvimento. Como exemplo de propostas de intervenção em regiões rurais pode-se citar o programa Ligações entre Ações de Desenvolvimento e Economia Rural - LEADER na União Européia, o programa de empoderamento comunitário nos Estados Unidos, os sistemas locais de produção agrícola no Peru e a produção agroecológica de frutas no Chile. No Brasil, o PRONAF Infra-estrutura Serviços constituiu uma iniciativa pioneira de investimento no desenvolvimento sustentável de territórios rurais, tendo o município como unidade de planejamento. A evolução desta atuação foi a mudança do foco para o território, ampliando para um recorte territorial e criando o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No ano de 2003 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tendo como propósito a implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, com foco na abordagem territorial e integração

das políticas públicas, visando a redução das desigualdades sociais e regionais e a geração e distribuição de riquezas com equidade social nos territórios rurais – Tal proposição de desenvolvimento territorial deu origem ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, o qual se apóia num processo de mudança social, política, cultural e institucional, que tem por princípio a inclusão dos atores locais como gestores e sujeitos do desenvolvimento.

Atualmente no país existem 118 territórios rurais oficialmente apoiados pela SDT/MDA, dos quais 11 estão localizados em Minas Gerais (Figura 3). O processo de organização desses territórios foi implantado por diferentes arranjos institucionais e encontra-se em estágios diferenciados de organização e gestão. Por se tratar de uma experiência recente e inovadora, o desenvolvimento desafia os atores locais a promover a inclusão social pelo exercício da cidadania, que envolve a articulação das instituições e das políticas públicas, na busca da dinamização do espaço territorial.

Já em 2003, quando iniciou o processo de formulação das propostas de constituição dos territórios rurais, que substituiu o PRONAF Infra-estrutura e Serviços, o Alto Jequitinhonha foi selecionado para o projeto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com projetos e ações voltadas para a agricultura familiar, com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; o mesmo ocorrendo com as microrregiões do Médio e Baixo Jequitinhonha, em 2004 e 2006, respectivamente.

Considerando o conceito de “território”³⁸, definido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA,

“como um espaço físico, geograficamente definido, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a cultura, a sociedade, a política, as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial, sendo este espaço construído historicamente e socialmente, no qual a eficiência das atividades socioeconômicas esteja intensamente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencerem a este espaço” (MDA, 2003:3).

Na proposta desta nova tentativa de linha de ação do PRONAF, cujo foco municipal foi ampliado para a regional, pressupõem que este “território” seja resultado de uma construção do desenvolvimento, com a integração de atividades, recursos e comunidade,

³⁸ A definição de território se assenta numa definição de um “território administrativo” para fins de políticas públicas do MDA, não se referindo aqui território apenas como categoria geográfica ou outros aspectos ligados às territorialidades.

cuja construção, necessariamente deveria ser iniciada nas bases, comunidades, CMDRS, município; e os instrumentos iniciais seriam os PMDRS e, posteriormente o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

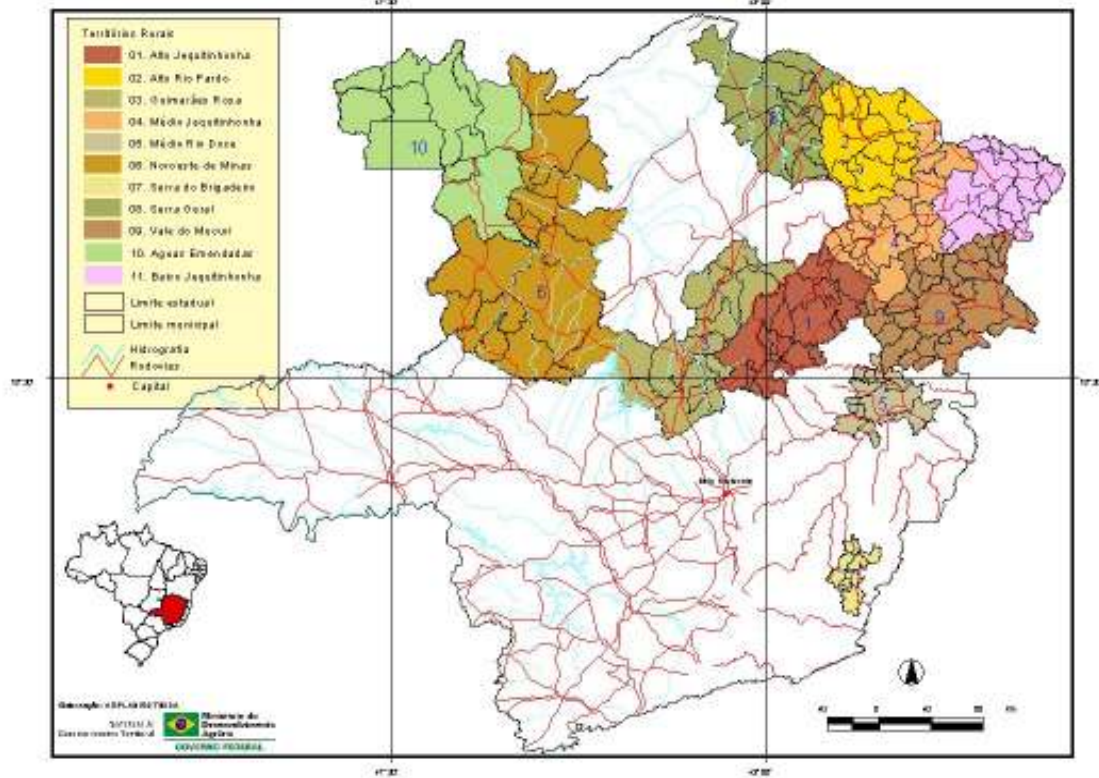
O processo de homologação dos territórios rurais é peculiar em cada estado, mas no geral, apresenta os seguintes passos: o território, após mobilização das comunidades e municípios, elabora uma proposta de reconhecimento e pleiteia junto ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável – CEDRS, que analisa, homologa ou não o território e encaminha seu posicionamento para a SDT/MDA; e, a SDT/MDA analisa os pareceres do CEDRS e, quando deferido, oficializa o apoio ao novo território rural, fazendo gestão junto ao PRONAF para liberação dos recursos para os projetos contidos nos Planos de Trabalho, após assinatura de contratos de repasse das Prefeituras com a Caixa Econômica Federal.

A vivência da construção de processos de desenvolvimento territorial tem sinalizado algumas questões relevantes que devem ser consideradas pelos atores locais: a diversidade de percepções e de interesses dos grupos sociais; as contradições e os conflitos existentes nos territórios; o conhecimento da realidade e das estruturas de poder existente; as diferentes formas de manifestação e participação das organizações existentes; um território pode conter distintos territórios (multiterritorialidade), que se organizam em torno de interesses específicos e estabelecem estratégias próprias de ação; as relações de complementaridade e interdependência entre o rural e o urbano; a construção coletiva do conceito de sustentabilidade; o planejamento de ações coerentes com o modelo de desenvolvimento proposto; a agricultura familiar enquanto protagonista do processo de desenvolvimento, sem “exclusividade” de participação, uma vez que a totalidade do território vai além do rural e engloba outros atores e segmentos além desta categoria; os distintos papéis, responsabilidades e atribuições do município e do território, dos Conselhos Municipais, das institucionalidades de gestão territorial, além das instituições regionais, estaduais e federais; e, a relevância do planejamento participativo na orientação do desenvolvimento territorial (TEIXEIRA *et al*, 2006:21).

No entanto, os primeiros movimentos deste programa têm apresentado indicativos no sentido de se afirmar que inúmeros equívocos têm sido praticados com a proposta de abordagem territorial. As propostas têm sido pouco participativas pelos agricultores familiares e dos seus respectivos conselhos e representações, de maneira efetiva, sendo visível a presença do componente técnico-institucional nas definições do projeto.

Figura 2

Territórios Rurais - Minas Gerais



Fonte: SDT/MDA, 2006.

CAPÍTULO 6 – OS AGRICULTORES FAMILIARES e o PRONAF em MINAS NOVAS-MG

Os estudos dos camponeses do Vale do Jequitinhonha consideram sua inserção atual no mercado como uma continuidade do passado, identificado como uma história de isolamento e estagnação desde o início do século XIX. Não discutindo a questão como um processo, que se altera ao longo do curso histórico em períodos de expansão e declínio econômico. Em Minas Novas-MG, como em outras regiões, a produção camponesa está voltada principalmente para o auto-consumo. Mas é preciso destacar a sua

“integração parcial a mercados incompletos”, ou seja, mercados onde a transformação dos produtos em mercadorias depende de vínculos, em geral personalizados, onde os preços são ditados por condições locais e as alternativas em torno da compra e venda praticamente inexistem”
(ABRAMOVAY, 1992:130).

Esta característica é considerada por Abramovay como tão importante para um conceito de campesinato, quanto o seu acesso a terra, a organização em unidades familiares de produção e consumo, a cultura tradicional associada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais e a sua sujeição a poderes exteriores.

Ao longo dos anos, Minas Novas experimentou diversas formas de relação com o Estado, desde o início da ocupação territorial, com a mineração e posteriormente a agricultura. Nessas trajetórias, encontram-se entrelaçados e em disputa diversos interesses que vão conformando o poder local. Conhecer os diferentes contextos dessa trajetória é fundamental para analisar os dilemas da implantação do modelo inovador de gestão municipal que tem sido recentemente proposto. A eficácia real dos processos de participação ocorre quando há uma interação entre o governo local e a sociedade, cujo resultado é uma expressão peculiar dos interesses e prioridades municipais. O que cabe discutir, portanto, são as formas possíveis dessa interação sob o prisma dos valores democráticos e de cidadania, já incorporadas nas relações mais recentes entre o poder local e o capital social.

Outra característica do poder local é a forte distinção entre lideranças comunitárias, formadas a partir da ação da Igreja, Sindicato, de ONG's e de outros movimentos sociais da sociedade civil, assim como lideranças comunitárias e políticas constituídas através da intervenção de grupos políticos tradicionais existentes.

No caso de Minas Novas, existem dificuldades em ultrapassar os limites de uma liderança comunitária para exercer o papel de liderança política partidária do município, disputando o poder diretamente. Outro tipo de liderança reproduz práticas políticas

tradicionais de arregimentação de apoio e de conquista de votos para outros e para osi mesmo, mediando à distribuição de bens e favores, tipo em extinção, mas ainda presente.

As organizações da sociedade civil em Minas Novas sinalizam a existência de uma cultura de vontade participativa e dinâmica social indispensável ao desenvolvimento sustentável. Contudo, a falta de sensibilidade do poder local para integrar-se ao processo de gestão nas diferentes formas de articulação social, vem enfraquecendo os caminhos de participação e a democratização do poder local.

As experiências de participação na gestão de políticas públicas foram se constituindo no recente período de redemocratização política do Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, quando diversos setores da sociedade movidos por interesses e estratégias específicas, adotaram o discurso democratizante e conduziram a um quase consenso em torno das virtudes da participação e descentralização de poder.

O ano de 1988 representou um divisor de água, para o país, com a Constituição Federal, a “Constituição Cidadã”. A luta pela redemocratização do país, sempre foi bandeira das organizações populares para que houvesse canais permanentes, deliberativos e paritários, que garantissem a presença de diversos segmentos da sociedade civil e do povo nas decisões de seu interesse. Na Assembléia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição hoje em vigor, isto apareceu na forma de *conselhos de políticas públicas*.

A Constituição Federal, portanto, traz a possibilidade de um novo ente, os Colegiados ou Conselhos Municipais, como participe consultivo das ações públicas de educação e saúde, principalmente, mas com extensões possíveis a outros setores. Tal construção de paradigma, colocado para todo o país, parecia desconhecer as realidades regionais, principalmente aquelas onde as elites tradicionais há muito impediam qualquer tipo de manifestação de participação popular nos poderes.

Assim, a gestão de algumas ações participativas, mesmo que desafiantes e lentamente, vem se constituindo em uma revalorização do poder público local, tendo origem em diversas experiências e proposições de desenvolvimento, que combinam a melhoria da qualidade de vida da população com mecanismos de democratização das esferas públicas decisórias sobre políticas e recursos públicos em âmbito local, como alternativas de combate às práticas tradicionais, autoritárias e centralizadoras.

No mesmo ano da promulgação da “Carta Magna” Minas Novas também experimentou um ensaio de ruptura a um modelo secular de poder local; e, viu pela primeira vez a oposição histórica ao tradicional poder local vencer as eleições, após 258 anos de domínio político de um mesmo grupo, cuja história de reprodução das elites locais se

processava, seguindo a cartilha elaborada pelas elites do poder do país. Numa sociedade de anseios e vontades, o processo de redemocratização do país era vivido intensamente pelos movimentos sindicais em disputas acirradas para manter a representação dos trabalhadores no comando político das instituições. Por outro lado, uma força vinha do campo, com um processo de mais de uma década de organização social e comunitária através das Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja católica e do projeto MG II, da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social – SETAS, do Governo Estadual, que fortaleceram os processos de organização comunitária e das lideranças, num sinal claro de que o Estado endossava tal processo, mesmo que fosse apenas através da ação de seus técnicos.

Segundo uma liderança local: “a gente tava tão acostumado ao cabresto que num sabia nem como participar das coisas. Até tinha medo de envolver, por que política era só dos grandes” (Entrevista 21). Um dos primeiros membros do CMDR em entrevista disse que

“Nós da roça, como dizia os pais da gente, era tratado que nem abóbora e maxixe que num precisava cuidar direito, mas dava muito fruto. Os fruto era os voto que sempre ia pros mesmo” (Entrevista 16).

6.1 O Pronaf Infra-estrutura para os Agricultores Estudados de Minas Novas

Os movimentos organizados dos agricultores familiares desempenharam um papel fundamental na elaboração, implantação e controle social, na medida em que buscaram a correção das distorções, uma aplicação mais sensata das demandas orçamentárias e a efetiva implantação dos objetivos previstos pelo PRONAF infra-estrutura e serviços.

No PRONAF Infra-estrutura ficou explícito que só seriam beneficiados com o financiamento os municípios selecionados pelo Conselho Nacional do PRONAF e que manifestassem a vontade para construir um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR coletivo, com os representantes da agricultura familiar e movimentos sociais, sendo necessariamente ter sido aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, criado por Lei.

Do ponto de vista institucional, a proposta de gestão participativa foi apresentada como uma complementação ou mesmo ampliação da democracia representativa, com base em um novo tipo de relação entre Estado e sociedade, que viabiliza a participação direta da população na disputa de interesses e no exercício de práticas de negociação e gestão de

políticas públicas, como foi o caso do PRONAF, principalmente o Infra-estrutura e Serviços municipais³⁹, que assumiu e tomou para si a indução deste jeito novo de construir políticas públicas, mesmo que condicionando transferência de recursos aos poderes locais como garantia de participação das representações dos agricultores familiares e da sociedade civil.

O PRONAF Infra-estrutura tinha como objetivos, promover investimentos baseados em “compromissos negociados” entre beneficiários, os poderes municipais e estaduais e a sociedade civil organizada, possibilitando a implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar e a ampliação e cobertura de serviços de apoio, a exemplo da pesquisa agropecuária e da assistência técnica e extensão rural. A grande novidade estava na montagem institucional que procurava garantir a efetiva participação local na escolha e no controle da execução dos projetos.

Todas as aquisições e obras realizadas com base em recursos do Pronaf Infra-estrutura, tinham que ser, necessariamente, de uso coletivo. As instalações deveriam ser capazes de aumentar o valor agregado da produção agropecuária e melhorar as condições de ligação com o mercado, supondo uma organização coletiva que repercutisse sobre o conjunto da vida local.

Desde a sua institucionalização, em 1996, o PRONAF requeria Planos Municipais de Desenvolvimento Rural – PMDR, que são elaborados e geridos pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR. Os objetivos específicos estavam orientados na negociação de políticas públicas com órgãos setoriais, no financiamento da infra-estrutura e serviços nos municípios, no financiamento da produção da agricultura familiar e na capacitação e profissionalização de agricultores familiares.

Os recursos liberados para Minas Novas-MG no período de 1997 a 2000 foram totalizados em aproximadamente R\$ 600.000,00 para os quatro anos, em parcelas anuais de aproximadamente R\$ 150.000,00, sendo que os recursos referentes ao ano de 2000 tiveram uma demora em serem liberados pela Caixa Econômica Federal - CEF, diante das dificuldades de negociação da prefeitura com o CMDR, ocasião em que se solicitou a intervenção do Conselho Estadual.

O PMDR de Minas Novas foi uma primeira tentativa de um desenvolvimento sustentável e previa ações integradas nas áreas de agricultura e geração de renda, com a implantação de culturas perenes, pequenas barragens, pequenas agroindústrias coletivas; na educação, planejava-se introduzir temas ligados à agricultura e meio ambiente no

³⁹ O apoio financeiro desta linha de beneficiamento do PRONAF para os municípios destinava-se a implantação, ampliação, modernização e realocação de infra-estrutura e serviços necessários para dinamizar o setor produtivo e assegurar a sustentação ao desenvolvimento da agricultura familiar (PRONAF, 2000:8).

currículo escolar rural; a saúde já primava pela implantação de um sistema de agentes comunitários de saúde; em relação à infra-estrutura, destacavam-se projetos de abastecimento de água e eletrificação rural; e, no apoio operacional e Organizacional, o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural, crédito rural, capacitação, pesquisa agrícola e desenvolvimento empresarial.

A proposta levou em conta o desenvolvimento da agricultura familiar e da agroindústria coletiva, mas apresentava reflexos favoráveis nos demais setores econômicos. Neste sentido, a proposta de projetos para o primeiro ano do PMDR foi constituída da seguinte forma:

- abastecimento de água para 3.800 famílias, já que das 4.367 apenas 373 possuíam água suficiente e de boa qualidade;
- eletrificação de 1.900 propriedades rurais, já que das 4.367 apenas 318 eram eletrificadas;
- implantação de 20 viveiros de mudas para a formação de 2.000 pomares domésticos e outros fins, já que existiam indicativos técnicos de que a região é favorável à fruticultura e outras culturas perenes;
- implantação de 30 unidades coletivas de processamento de produtos agrícolas para o beneficiamento de cana-de-açúcar e mandioca;
- construção de 210 pequenas barragens objetivando o armazenamento de água das chuvas para fins rurais;
- introdução de conhecimentos sobre agricultura e meio ambiente no currículo escolar rural de 40 escolas rurais, para a formação escolar compatível com a realidade da agricultura familiar;
- implantação de sistema de agentes comunitários de saúde em 30 comunidades, para promover a saúde e o bem estar das famílias rurais;
- assistência técnica e extensão rural para a maioria dos agricultores familiares, já que o sistema atingia apenas cerca de 10 % destes (PMDR, 1997:9).

O Plano destacava ainda a necessidade de considerar:

- o índice de analfabetismo na zona rural;
- estimular o crédito rural para um maior número de agricultores familiares, com a finalidade de atender às necessidades individuais;
- promover a capacitação de técnicos, lideranças, produtores e administradores para o trabalho com agricultor familiar e suas formas de organização;

- ampliar a pesquisa agrícola direcionada para o agricultor familiar, de forma a criar modelos/sistemas sustentáveis;
- estimular a gestão empresarial para aprimorar a qualidade administrativa no apoio ao desenvolvimento rural (PMDR, 1997:11).

Embora o PMDR tenha sido ambicioso em suas metas, somente os projetos relacionados diretamente com a questão da infra-estrutura e da produção foram aprovados para o financiamento com recursos do PRONAF Infra-estrutura, uma vez que os recursos eram insuficientes. Os demais seriam viabilizados com recursos próprios do município ou de outras fontes dos governos estadual e federal.

As obras de construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água, implantação de viveiros comunitários, implantação de unidades coletivas de processamento de cana-de-açúcar e mandioca e a construção de pequenas barragens de terra atendeu parcialmente as unidades de produção de agricultores familiares camponeses de comunidades das regiões do Fanado, Capivari e Setúbal, atendendo às unidades familiares no ano de 1998.

Observa-se, no entanto, que a implantação de sistemas de abastecimento de água, a construção dos viveiros e a construção de algumas barragens de terra não foram suficientes para responder à demanda por ações de sustentabilidade ambiental, conforme fora documentado no PMDR na dimensão ecologia, que sempre foi um dos eixos do projeto.

A Construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água para as unidades familiares das comunidades buscaram atender a um projeto de perfuração de poços artesianos iniciado pela Prefeitura. Este projeto permitiu, além das comunidades previstas no PMDR, atender a um número maior de famílias, pois em muitos casos a Prefeitura já havia adiantado os serviços com recursos próprios. Foram beneficiadas as comunidades de Buriti Boa Vista, Inácio Félix, Manoel Luiz, Buriti Paraíso, Contendas, Paudóleo, Sabará, Capoeirinha, Angicus, Macaúbas, Oca, Jaboticaba da Forquilha, Pedra Preta, Debaixo da Lapa e Tibuna.

A Implantação de viveiros de mudas destinava à formação de pomares e recuperação de áreas degradadas, matas ciliares e espécies urbanísticas, foram locados próximos aos poços artesianos dos sistemas simplificados de abastecimento⁴⁰ ou junto às pequenas barragens. Os viveiros beneficiaram as comunidades de Angicus, Macuco, Paudóleo,

⁴⁰ Sistemas Simplificados de Abastecimentos de água referem-se apenas à rede de adução e distribuição até um reservatório, quando se trata de captação por poços subterrâneos ou de bombeamento de rios. No caso de captação de nascentes, por gravidade, refere-se ao abastecimento de um reservatório e distribuição domiciliar.

Jaboticaba da Forquilha, Lagoa Grande, Cansanção Severina, Oca/Cruzinha, Cachoeira de Ribeirão da Folha, Buriti Paraíso, Aguinhas e Aleixos, além de ampliar a unidade central de produção de mudas da sede.

No caso da implantação das unidades coletivas de processamento e beneficiamento de cana-de-açúcar e mandioca, no primeiro momento em que o município “ganhou” o projeto, foi tido como a maior vitória após o final do Programa MG II; no entanto, bastou o início da implantação, para explicitarem os jogos de interesse que ia desde a escolha das localidades, os locais de instalação dos equipamentos, o mau planejamento na execução dos serviços e a ineficácia da gestão das unidades. Este eixo beneficiou as comunidades de Angicus e Coqueiro Campo, no processamento de mandioca para fabricação de farinha e polvilho e as comunidades de Santana e Cantinho, com o beneficiamento de cana-de-açúcar para fabricação de rapadura e cachaça.

A construção de pequenas barragens de terra era a oportunidade de dotar algumas áreas de oferta de água para utilização na agricultura e para os animais, ao mesmo tempo em que contribuiria na regularização de nascentes, o que não ocorreu, pois as barragens foram mal situadas e com alto custo de locação dos equipamentos, consumiu todos os recursos na construção de barramentos que não acumularam volumes de água suficiente. Este projeto, embora tenha sido o que gerou maior expectativa atendeu unidades familiares das comunidades de Pinheiro, Macuco, Mata Dois e Curralinho.

O Mapa 5: Distribuição das Comunidades Atendidas pelos Projetos do PRONAF Infra Estrutura – Minas Novas – MG - BR, apresenta a distribuição dos projetos implantados com os recursos do PRONAF Infra-estrutura e Serviços nas comunidades rurais de Minas Novas.

Seguindo a lógica “mecanicista”, característica dos projetos de infra-estrutura do PRONAF, nos anos posteriores os recursos foram complementados com os da Prefeitura, os quais foram utilizados no segundo ano para o financiamento da aquisição de um trator de esteira, destinado exclusivamente para a construção de pequenas barragens de terra nas unidades familiares dos agricultores, destinadas à captação de água de chuvas para utilização em pequenas irrigações e para alimentação dos animais. Estas barraginhas eram locadas em pontos que tinha o objetivo também de fortalecer e alimentar pequenas nascentes. No terceiro ano foi adquirida uma pá retro articulada (retroescavadeira), 01 trator agrícola e uma grade aradora. No quarto ano adquiriram-se dois tratores agrícolas com implementos (arado reversível, sulcador, roto canteirador e carreta).

Mapa 5

A partir das ações do primeiro ano do plano, as propostas que se seguiram referiram-se à aquisição de máquinas, trator de esteira e uma pá retro articulada, numa tentativa de criar uma patrulha mecanizada capaz de atender aos agricultores familiares com infraestrutura hídrica de reserva e acúmulo de água para o consumo animal e para pequenas irrigações. A gestão dos equipamentos era realizada pelo CMDR, que exerceu um poder simbólico importante, o que causou conflitos entre as lideranças políticas locais que não aceitavam essa modalidade compartilhada de decisão.

Todas as obras e serviços estavam contidos no PMDR, até então, uma peça de planejamento do município. O PMDR é um documento oficial do município que possibilita também a obtenção dos recursos necessários a projetos orientados para o fortalecimento da agricultura familiar, inclusive aquelas não contempladas pelo PRONAF e “sua elaboração deve favorecer a participação efetiva dos agricultores familiares, ao nível de suas comunidades” (PRONAF, 1996:15).

A gestão participativa na construção do PMDR, apesar de inovadora, não foi assumida pelas organizações, não teve o apoio necessário para fiscalizar e o efetivo controle social, como estava previamente estabelecido nos objetivos do CMDR, levando conseqüentemente ao quase cancelamento dos convênios do PRONAF. A “prefeiturização” do Conselho e da gestão participativa devido às práticas políticas tradicionais fez com que os atores locais pouco a pouco enfraquecessem seu papel de protagonistas de seus destinos, tornando-se cada dia mais dominado e cada vez menos autônomo.

A participação de setores da sociedade civil nesses Conselhos é concebida como fator determinante para uma eficiente implantação das ações do programa, de acordo com as reais necessidades e interesses desse setor rural, como afirma a instrução normativa do PRONAF: “o programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonista os agricultores familiares e suas organizações” (Brasil, 2000:1). Este programa representava a inclusão do segmento da agricultura familiar na política pública brasileira, até então voltada aos interesses da agricultura patronal.

De acordo com as entrevistas com os agricultores que eram conselheiros na ocasião, o que se observou é que houve uma mobilização, mas de lideranças mais próximas da Prefeitura. Deste modo, a implantação de um modelo inovador de gestão encontra seus limites quando atores políticos se apropriam do discurso da participação para buscar novas formas de legitimação perante a população e para cumprir ritos formais exigidos para o acesso a recursos públicos. Esses limites se referem à fragilidade dos mecanismos de gestão participativa que, na maioria dos casos, dependem do compromisso dos governos

locais e do legislativo com a democratização das políticas públicas, da capacidade de organização da sociedade civil e da existência de uma cultura política participativa.

De acordo com a opinião dos agricultores entrevistados, em relação às obras financiadas pelo PRONAF Infra-estrutura, 54,16% (39) consideram como grande ajuda para a família e a unidade de produção, principalmente as barragens e as unidades de processamento de produtos agrícolas; outros 44,44% (32) não conheciam nenhum dos projetos, e dos 39 que conheciam 26 criticaram os viveiros comunitários que se transformaram em estruturas particulares, já que não houve organização suficiente para que pudessem funcionar, citando: *“muitos inclusive estão abandonados em lugar que não tem água”* (Entrevista 16). Segundo alguns dos agricultores estudados e que exerciam liderança no conselho e que participaram da construção do PMDR disseram que:

“aquele plano era uma esperança que a gente depositava. Ali tava a esperança e muitos desejos dos trabalhadores rurais, pois era a grande oportunidade que a gente tinha de ver projetos que viessem realmente atender a zona rural, principalmente água e energia. Por que tendo esses dois o resto fica mais fácil”. (Entrevista 09)

“Quando nós começamos uma correria pra juntar as lideranças, muitos não acreditavam que as palavras deles valiam para a prefeitura, mas mesmo assim vieram muitos pra participar. Muitos ficaram meio ressabiados com os projeto, mas foi bom e a gente começou a aprender participar.” (Entrevista 30)

No entanto não tem como se negar que o PRONAF provocou a sociedade, as instituições e lideranças para um novo tempo de oportunidade e participação, cujo desafio era romper com práticas que até o momento se reproduzia, onde o agricultor era massa de manobra das instituições públicas, no velho estilo do “sim senhor doutor”. Este paradigma começa a assumir a mudança necessária com o fortalecimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

6.2 Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável: Uma Experiência de Descentralização de Poder para os Agricultores no Pronaf

A constituição de novos arranjos políticos de participação cidadã no Brasil possibilitou uma abertura democrática dos poderes políticos e induziu a formação de grupos, nos quais as pessoas se identificaram e propuseram ações comuns para o desenvolvimento. Os conselhos são espaços de interface entre o Estado e a sociedade. São ligações entre a população e o governo, assumindo a co-gestão das políticas públicas; o poder é partilhado entre os representantes do governo e da sociedade, e todos assumem a tarefa de propor, negociar, decidir, agir e fiscalizar a realização do interesse público.

A origem destas instâncias revela-se graças às pressões dos movimentos sociais, principalmente na década de 1980, diante da insuficiência da democracia representativa parlamentar na organização da política e do Estado como arranjos políticos e democráticos. Desse modo, a partir da Constituição Federal de 1988 foram criados novos canais de participação popular, entre os quais os conselhos, redefinidos como espaços de democracia participativa, e que apareceram na forma de conselhos de políticas públicas.

Descentralizar e democratizar o poder, como parte de um projeto global de democratização do Estado e da sociedade, é uma tarefa política, que implica na existência de um projeto político assumido por atores sociais e uma correlação de forças favoráveis. Diversas visões, concepções e projetos políticos estão presentes e disputam o surgimento e a abrangência da participação e da democracia.

Na realidade, as relações de poder consolidadas no âmbito do município, tendem a negar as condições de autonomia das organizações da sociedade civil, fragilizando os mecanismos de participação ou levando ao funcionamento ocasional dos mesmos, para legitimar decisões tomadas pelo governo, reproduzindo os elementos tradicionais de uma cultura política clientelista e centralizadora, que deturpam a possibilidade de um modelo inovador de gestão participativa, tornando como exemplo os conselhos, como armadilhas representativas, à medida que se transformam em extensões das prefeituras e não em possibilidades de decisão pública dos cidadãos e instituições por eles representadas.

O CMDR de Minas Novas, criado pela Lei 1.017, de 20 de março de 1997, como a primeira experiência de reconhecimento de um Conselho Municipal, de natureza consultiva e de orientação, se propondo ser permanente e de âmbito municipal. Para constituir esta instância, foram nomeados pela Prefeitura Municipal os membros indicados pelos órgãos e entidades representativas do município, convocados para compor o conselho. De acordo

com o artigo da referida Lei, respeitadas as competências do Legislativo Municipal, competiria ao CMDR:

- promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal e órgãos e entidades, públicas ou privadas, voltadas para o desenvolvimento rural;
- apreciar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, e emitir parecer conclusivo atestando a sua viabilidade técnico-financeira, a legitimidade das ações propostas em relação às demandas formuladas pelos agricultores, e recomendando a sua execução;
- apreciar a política de desenvolvimento rural; sugerir políticas e diretrizes às ações do Executivo Municipal no que concerne à produção, à preservação do meio ambiente, ao fomento agropecuário e à organização dos agricultores e à regularidade do abastecimento alimentar do município;
- acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços prestados à população, no tocante ao desenvolvimento rural, pelos órgãos e entidades, públicos ou privados nele envolvidos; Elaborar e aprovar o seu regimento Interno;
- zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo do desenvolvimento rural;
- promover articulações e compatibilizações entre as políticas municipais e as políticas estaduais e federais voltadas para o desenvolvimento rural;
- convocar ordinariamente a cada dois anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, que terá a atribuição de avaliar a situação do desenvolvimento rural e propor diretrizes para o aperfeiçoamento desse sistema e;
- sugerir e propor alterações na Lei (Lei 1.017/97).

As diferenças de participação se concretizam nas diferentes estruturas legais, nas práticas e na cultura das instituições, dos governantes e dos mais diversos grupos sociais envolvidos na construção da democracia participativa. O caráter de legitimidade do Conselho está na sua composição e no estabelecimento de uma paridade que respeite a diversidade de interesses, saberes e opiniões dos participantes, dando uma maior legitimidade ao processo participativo. No caso, do CMDR da Minas Novas-MG, de acordo com o artigo 3.º da referida lei de criação, contava com a seguinte composição:

“Do Governo Municipal: um representante da Secretaria Municipal de Assuntos Rurais e Meio Ambiente; um representante da Secretaria Municipal de Educação; um representante da Secretaria Municipal de Saúde; um representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social; um representante da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; e, dois representantes da Câmara Municipal, devendo observar a proporcionalidade partidária. Dos usuários: Dois representantes de entidade de classe de trabalhadores da área rural; e, três representantes da Confederação das Associações Comunitárias do Município de Minas Novas”. (Lei 1.017/97)

Embora a lei fosse genérica quanto às questões do desenvolvimento rural do município de Minas Novas-MG, a representatividade dos agricultores não se concretizou, pois o recém criado conselho embora tivesse legitimidade, não tinha a representação necessária dos agricultores familiares do município. Um exemplo disso foi a proposta de realização da Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, que nunca aconteceu.

Outro ponto que se observou foi a composição do CMDR, que dos doze membros efetivos, sete eram representantes da Prefeitura e da Câmara, respectivamente com cinco e dois membros; ficando reservado apenas cinco cadeiras a representante de entidades representativas e associações comunitárias rurais. Uma instância que nascia com o intuito de ser participativa incorporava todo o conjunto da estrutura da administração municipal representado pelas suas secretarias.

Passado um período de onze meses, essa lei foi alterada, ampliando o número de membros, garantindo assento à EMATER-MG e instituições como o Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha – CAMPO VALE e Associação Minasnovense de Promoção ao Lavrador e à Infância da Área Rural – AMPLIAR, aumentando a representação dos agricultores familiares, através da Confederação das Associações Comunitárias do Município de Minas Novas – CONFASCOM. Ainda assim, a paridade não estava plenamente atendida, pois na elaboração do PMDR, a participação dos agricultores nos processos de tomadas de decisões foi limitada, pois, na maioria das vezes, eram os técnicos locais, da Prefeitura ou da EMATER, que centralizavam o processo.

A negação da participação é fruto de uma cultura política autoritária e centralizadora. A dependência e submissão relativas aos padrões de gestão tradicionais, tanto na ineficiência das instituições políticas, em dar respostas satisfatórias para melhoria das condições de vida da população, quanto nas regras democráticas manipuladas por governantes ou por grupos no poder que desenvolvem estratégias para o controle político.

Em 2000, após a união política do principal grupo tradicional com a oposição de

esquerda recente, numa aliança “democrática”, as eleições foram vencidas por uma prefeita que teve o apoio da maioria das lideranças rurais. Tão logo passaram as eleições houve uma ruptura entre os grupos que formavam a aliança. Não obstante a discrepância histórica de tal coligação, de acordo com os agricultores estudados, o poder público municipal se comportou de maneira satisfatória, apoiando o CMDRS, respeitando suas propostas e garantindo a participação da sociedade em muitas decisões.

No entanto, segundo algumas lideranças, agricultores e técnicos entrevistados, a Prefeitura iniciou a manipulação de algumas lideranças e dos representantes do CMDR. Existia uma pretensa participação e outras práticas que contrariavam o discurso de uma administração popular; mesmo assim, parece que foi a melhor fase do CMDRS, em termos de funcionamento como coloca um dos agricultores:

“Na minha época tinha muita discussão no atendimento dos pedidos e algumas coisas foram deliberadas. Outras foram deliberadas contra o encaminhamento do conselho e até ferindo as orientações e fiscalização do Conselho Estadual” (Entrevista 11).

Com as eleições de 2004, quando volta ao poder a tradicional elite política, o CMDRS sente o seu maior golpe. A prefeitura desconsidera qualquer tipo de participação popular e em função de conflitos entre os poderes legislativos e executivos do município, onde a presença de vereadores era questionada pelo prefeito, levou a imobilização do conselho até o final de 2006. Este conflito de representantes dos poderes executivo e legislativo foi tido pelos agricultores como a causa principal da Prefeitura se negar a nomear os novos membros do CMDR, justificando a falta de legitimidade dos membros, justificando que os mesmos já não tinham mais mandato.

Ressalta-se que, embora tenha sido solicitada por diversas vezes a presença e intervenção do Conselho Estadual, a pedido da Câmara de Vereadores, do Sindicato dos Trabalhadores e dos próprios membros remanescentes do CMDRS, este agiu de maneira omissa, contrariando as expectativas de socorro dos agricultores familiares e de suas instituições. Segundo alguns membros do conselho, a causa dos conflitos estava ligada à questão da gestão dos equipamentos adquiridos pelo PRONAF Infra-estrutura, um trator de esteira e uma pá carregadeira para construir pequenas “barraginhas de terra”, segundo um deles *“enquanto não existia conselho, a prefeitura usava as máquinas do jeito que queria. Eles estavam com ciúme que o conselho mandava nas máquinas”* (Entrevista 37).

Tal afirmativa demonstra o grau de conflito e a falta de interesse da prefeitura em apoiar o funcionamento do CMDRS; uma vez o CMDR detinha o controle dos equipamentos

para construção das barraginhas, fazendo uma gestão coletiva junto às comunidades. Por outro lado, enquanto o Conselho estava desmobilizado, a Prefeitura usava os equipamentos em diversos serviços urbanos, desconsiderando a necessidade de participar o fato à sociedade e as representações de agricultores familiares.

Não se nega que no período, serviços foram executados pelos equipamentos para os agricultores, porém, sem o devido planejamento e um roteiro racional que beneficiasse o maior número de comunidades. Percebe-se que existe um valor simbólico de poder no uso das máquinas para construção de barragens e estradas, que concede ao gestor ou liderança “poder” para realizar um dos maiores sonhos dos agricultores familiares: água e estrada.

No final de 2006, em função da necessidade de aprovação dos projetos do município para o Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR⁴¹, do Governo do Estado, cujo critério principal é a existência de CMDRS com dois terços de representação dos agricultores familiares, os poderes executivo e legislativo entraram em entendimento e reformularam a Lei do CMDRS, com as novas regras estabelecidas pelo Conselho Estadual. Diante deste fato, a prefeitura nomeou os novos membros, para recomposição do CMDRS de Minas Novas, aguardado desde janeiro de 2005. A ameaça de perda de recursos sensibilizou o poder local que aceitou a tendência do novo paradigma de política pública que se configura, com a participação da sociedade na definição de ações que melhor respondam às reais necessidades dos atores sociais, neste caso, dos agricultores familiares.

A Resolução nº. 48, de 16/09/04, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF atribuiu aos Conselhos de Desenvolvimento Rural nos diferentes níveis de atuação, municipal, regional e estadual. Essa Resolução recomendou que o processo de criação ou reformulação de CDRS deveria contemplar a representatividade, a diversidade e a pluralidade dos atores envolvidos nas diferentes dimensões do desenvolvimento rural sustentável (social, econômica, cultural, política e ambiental), e deveria basear-se numa articulação que proporcionasse as condições indispensáveis à legitimidade na perspectiva da gestão e controle social de políticas públicas.

Dessa forma, foi recomendado que os CMDRS fossem compostos por entidades representativas dos agricultores familiares, de trabalhadores rurais e por entidades da sociedade civil organizada, órgãos do poder público e organizações para-governamentais, comprometidos com agricultura familiar e com o desenvolvimento rural sustentável. O

⁴¹ O PCPR é um programa do Governo de Minas com o Banco Mundial destinado a financiar projetos de infra-estrutura, geração de renda e ações sociais para os municípios do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Estes projetos, obrigatoriamente, só são aprovados após avaliação e aprovação do CMDRS.

CMDRS deveria também contemplar, representantes dos jovens, das mulheres, e, dos quilombolas e dos indígenas existentes no município.

“o CMDRS deve ter, obrigatoriamente, como maioria de seus membros, representantes dos agricultores familiares e trabalhadores assalariados rurais, escolhidos e indicados por suas respectivas comunidades, associações, conselhos de desenvolvimento comunitário, sindicatos e demais grupos associativos. A Presidência do CMDRS será exercida por qualquer um dos membros, eleito pelo Plenário (...)” (MDA/Resolução 48 do CONDRAF).

Em atendimento às orientações do CEDRS, depois de intensas negociações, em 28 de novembro de 2006 a Câmara Municipal, após consenso, aprovou com a Lei 1.532/06 a reformulação do CMDRS de Minas Novas-MG, respeitando a maioria qualificada de dois terços de agricultores familiares e de suas representações. De acordo com a nova lei, ao CMDRS de Minas Novas compete promover:

“o desenvolvimento rural sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação das comunidades rurais na discussão e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDRS, de forma a que este contemple ações de apoio e fomento à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e da reforma agrária, à regularidade da oferta, da distribuição e do consumo de alimentos no município, e à organização dos agricultores familiares, buscando sua promoção social, à geração de ocupações produtivas e à elevação da renda; a execução, a monitoria e a avaliação das ações previstas no plano municipal de desenvolvimento rural sustentável do município, e dos impactos dessas ações, e propor redirecionamento; a formulação e a proposição de políticas públicas municipais voltadas para o desenvolvimento rural sustentável; a inclusão dos objetivos e ações do plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Municipal” (Lei 1.532).

“a articulação com os agentes financeiros com vistas a solucionar dificuldades identificadas e quantificadas, em nível municipal, para concessão de financiamentos à Agricultura Familiar; ações que revitalizem a cultura local; a diversidade e a representação dos diferentes atores sociais do município, no Plenário do Conselho, estimulando a participação de mulheres, jovens, indígenas e quilombolas” (op. cit).

De acordo com um agricultor e conselheiro atual entrevistado, essa Lei parece responder satisfatoriamente àquelas intenções de fortalecer a participação dos agricultores familiares nos processos de desenvolvimento rural. Que na prática possa garantir a efetivação desta participação na elaboração, execução, acompanhamento e controle social das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, com um CMDR forte e representativo.

No resultado geral das entrevistas, 56,94% (41) afirmaram que o Conselho foi e é importante como espaço participativo, para conhecer a realidade e planejar ações comuns e para discutir, decidir e cobrar responsabilidades dos governantes e 43,05% (31) considerou que o CMDR não é eficiente na gestão participativa do PRONAF, pois não teve capacidade decisória e foi desvalorizado pela Prefeitura.

“Agente era participativo. Mas a pior coisa foi ter colocado na presidência do Conselho os secretários de agricultura porque muitas vezes ele desmarcava ou não comparecia nas reuniões, deixava a gente de mãos atadas, sem falar que para muitos era difícil estar nas reuniões e quando chegavam, não havia a reunião por falta de coro ou do presidente. Legalmente o Conselho funcionou como instrumento participativo e deliberativo do PRONAF, mas se não teve continuidade é porque faltou apoio da administração municipal” (Entrevista 13).

“O conselho deveria ter sido mais participativo desde o início até o final. A falta de participação levou o CMDR a ficar fraco, por causa da prefeitura, houve uma descrença muito grande dos conselheiros e numa época ficaram só uns três ou quatro conselheiros reunindo e correndo atrás” (Entrevista 16).

“No caso do PRONAF, o conselho foi sendo desprezado e isso fez com que muitos conselheiros não entendessem a real importância do conselho, achando que era perda de tempo sair da roça e ficar reunindo pra decidir umas coisas e a prefeitura num fazia” (Entrevista 13).

O desafio posto para o CMDRS para o futuro próximo, é de se reestruturar enquanto colegiado dos agricultores familiares do município, sendo garantida a participação, representação e legitimidade; e de fazer em regime de urgência a revisão do Plano de Desenvolvimento Rural, que já completa uma década de vida. Na realidade a avaliação da gestão participativa do PRONAF possibilitou o mapeamento e a reflexão acerca das mudanças do poder local, os dilemas nos novos padrões de relacionamento entre Estado e sociedade civil e o nível de organização e controle social dos sujeitos envolvidos no processo de implantação de políticas públicas e do desenvolvimento rural da área de estudo.

A Constituição Federal reconhece o fundamento da cidadania, ou seja, o direito de ter direitos, rompendo com a concepção de cidadania regulada expressada nas políticas sociais através de relações entre Estado e população, na qual os direitos são vistos como benesse, submetidos ao controle da burocracia que através de normas, estabelece quem tem ou não direito. A participação da população nos processos decisórios confere uma maior probabilidade de justiça com equidade, como preconiza o PRONAF como desafio para os agricultores familiares de Minas Novas-MG e dos demais municípios brasileiros.

6.3 O Pronaf Linha de Crédito e os Agricultores de Minas Novas

Os agricultores familiares Minas Novas, além de terem sido beneficiados com o PRONAF Infra-estrutura e Serviços, também contam com o financiamento da linha de crédito, custeio e investimento. O PRONAF crédito visa fornecer apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas pelos agricultores familiares e suas organizações.

Para compreender o perfil dos agricultores familiares, público alvo do Pronaf, procurou-se analisar as DAPs emitidas e homologadas no período de 2000 a 2006 pela EMATER de Minas Novas. Pelos dados para o período, foram emitidas 792 DAPs para agricultores que procuraram ser beneficiados pelo Pronaf. Pela análise das DAPs, percebeu-se que, quanto ao gênero, 470 (59,34%) foram emitidas para homens e 322 (40,65%) para mulheres, sendo que 57,45% referem-se a homens como primeiro titular, num total de 455. As mulheres representam 32,45%, com 257 DAP emitidas como primeira titular. Outras 80 DAP referem-se aos solteiros (as) separados (as) ou viúvos (as), sendo, respectivamente 33 e 47 as DAP de homens e mulheres como titulares únicos, representando 4,16% e 5,93% do total. Estes dados demonstram que o Pronaf tem tido um crescente acesso por mulheres, não sendo exclusivo dos homens “chefes de família”. A tabela 13 apresenta-se a distribuição de DAP de acordo com as modalidades de enquadramento e acesso ao PRONAF:

Tabela 12
Número e Percentual de DAPs Emitidas por Modalidades de enquadramento no PRONAF

Total de DAP	Modalidade B	Modalidade C	Modalidade D
792	457	270	65
100,0%	57,7%	34,09%	8,20%

Fonte: Escritório Local de EMATER-MG em Minas Novas, 2006. (Organizado pelo autor).

Em relação à escolaridade indicam que dos titulares principais, 5% são analfabetos, 50% são alfabetizados, 40% possuem o primeiro grau incompleto e apenas 5% possuem escolaridade de médio incompleto a completo, sendo que nenhum homem ou titular principal possui curso superior. Contudo, todos os filhos dos agricultores em idade escolar estão matriculados em escolas do município, sendo que em sua maioria já ultrapassaram seus pais em anos de estudo. A prefeitura disponibiliza veículos próprios ou contratados para o transporte escolar gratuito para todo o município, divididos em diferentes linhas. Vale ressaltar que embora haja transporte, a segurança pode ser questionada, uma vez que, os veículos normalmente andam cheios, com muitas crianças tendo que viajar em pé; mas ainda existem situações em que crianças caminham até 2 km para poder ter acesso ao

transporte, o que segundo a Secretaria Municipal de Educação é difícil de resolver, pois os ônibus só chegam até onde as estradas estão em melhores condições.

No caso dos cônjuges, onde as mulheres representam 85,0% como o segundo titular, percebe-se um maior grau de escolaridade; sendo 2,0% de analfabetas, 23,0% de alfabetizadas, 64,0% com o primeiro grau incompleto 11,0% com escolaridade superior ao primeiro grau completo, identificando cinco casos de mulheres com curso superior completo.

Para a pesquisa entrevistou-se 72 famílias de agricultores que têm suas unidades localizadas nas regiões do Capivari, Fanado e Setúbal, Ressalta-se que considerando que a modalidade de enquadramento nos grupos do PRONAF tem o fator renda familiar como o principal quesito, percebe-se em que regiões há uma maior concentração de famílias com menor poder aquisitivo e menor renda; destacando as famílias da região do Fanado como as de menor renda, as do Setúbal com renda intermediária e a do Capivari com um nível maior. Observa-se que a diferença de renda entre as regiões tem como causas prováveis a decorrência das atividades agrícolas desenvolvidas em cada região, bem como a disponibilidade de água, o tipo de solos e o nível de conhecimento técnico nas explorações.

Tabela 13
Agricultores Pesquisados Segundo a Modalidade de Pronaf – Minas Novas – 2006

Área	N.º Agricultores familiares	Modalidade B	Modalidade C	Modalidade D	Recursos não liberados
Fanado	32	16	15	1	1
Capivari	21	3	10	8	6
Setúbal	19	4	11	4	4
Total	72	23	36	13	11

Fonte: Dados consolidados da pesquisa (Organizado pelo autor).

Das DAP extraiu-se a situação jurídica quanto ao estado civil dos titulares principais, sendo que das 792 DAP, 82,0% (650) referem-se aos casados (as) ou/e possuem união estável, 7,0% (55) solteiros (as) ou separados (as) e 11,0% (87) viúvos (as). A média de idade dos entrevistados é de 35 anos, sendo que a faixa etária varia de 22 a 69 anos.

Quanto ao número de filhos por família, a média nas três regiões é de 4,3; sendo 3,5 na região do Capivari; 4,2 na do Fanado e 5,2 na do Setúbal. Observa-se que grande parte dos filhos, mesmo os casados, moram com os pais, próximos à residência paterna ou mais distante, mas dentro do estabelecimento, sendo que a maioria no máximo mora em

comunidades vizinhas, na sede municipal e em municípios vizinhos Essa situação confirma Lamarche (1998), quando aborda que dentro das estratégias pode ocorrer sobre diferentes graus a patrilocalidade, onde os pais desejam que filhos, mesmo que em casas separadas, permaneçam no estabelecimento; a exolocalidade, quando os pais desejam que os filhos mantenham certa distância do domicílio paterno; e, a exolocalidade longínqua, quando os pais aceitam certo nível de emigração fora do município (LAMARCHE, 1998:120-121).

No município, de acordo com as DAP, as áreas dos estabelecimentos variam de 4,84 a 105 há. No entanto 77,77% (56) das áreas dos entrevistados situam-se inferior a 50 ha. Para todos os entrevistados o registro da terra é de fundamental importância para a família, pois é a segurança de moradia e de emprego e garantia de um teto e da continuação da tradição de familiar rural. Já as unidades estudadas, conforme as entrevistas, classificadas pelo tamanho como pequena propriedade para 23,11% (17) e minifúndios para 76,38% (55), sendo que 68,05% dos minifúndios não ultrapassam 20 ha. No entanto, a quase totalidade dos latifúndios junto ao INCRA está registrada ou declarada como de 2,4 ou 4,8 hectares. Com o processo de “minifundização”, percebe-se o acelerado encolhimento das áreas, em função das divisões familiares, por partilha de herança ou decorrente de casamento dos filhos que dão origem a uma nova unidade familiar produtiva.

Quanto à situação jurídica das propriedades, 33,0% são proprietários em situação efetiva ou posse consolidada, com documento em cartório ou em processo de titulação. As outras condições representam juntas 67,0%, entre arrendatários, parceiros, posseiros, comodatário, meeiro e de uso coletivo da família. Destes últimos constatou-se pela amostragem que 12,0% têm documentos registrados; para os outros 88,0% a situação é comprovada apenas com a declaração anual do INCRA. Em 75,0% (54) dos casos a posse ou ocupação se deu por herança e em apenas 25,0% (18) por compra. Analisando as unidades, as propriedades, após a aquisição, aumentaram para 15,27% (11) dos entrevistados e diminuiu para os 84,63% (61), resultado da divisão da terra entre membros da família.

Em relação ao tempo de residência na propriedade ou na comunidade, para 68,06% (49) desde que nasceram e para 19,44% (14) mudaram para o estabelecimento a mais de 10 anos e 12,5% (09) há menos de 10 anos. Quando indagados a quem pertencia o estabelecimento, a situação figurou-se conforme a tabela abaixo.

Tabela 14
Identificação dos Antecessores nas Unidades de Produção – Minas Novas

	N.º	%
Avós e Bisavó	42	58,34
Pais	18	25,0
Outros parentes	6	8,33
Família atual	6	8,33
Total	72	100,00

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Organizado pelo autor.

“que eu me lembro... foi meu avó ... Não! minha bisavó já morava aqui, e oia que eu nasci e cresci aqui e já tem 60 anos. Ah, acho que as terra tá na minha famia pra mais de 90 ano”. (Entrevista 44)

Uma das questões manifestadas e que tem afetado o sentimento dos agricultores é abandono de algumas unidades por famílias que vão morar na cidade. Outros problemas identificados estão: nas dificuldades e problemas com o abastecimento de água de qualidade para consumo; ao transporte, que ainda é uma grande dificuldade já que muitos estabelecimentos estão distantes da estrada principal e que dá acesso à sede dos povoados ou da cidade; a dificuldade do atendimento médico, principalmente em casos de emergência.

“médico não é um problema só dessa comunidade. Se alguém tem um problema de noite, fica difícil. Ou a gente deixa em casa e sai procurando ajuda, ou bota a pessoa no lombo do burro. Não tem telefone pra chama o médico e poucos tem carro, ai já viu no que dá. É muito difícil”. (Entrevista 21)

Outra dificuldade apontada refere-se à renda familiar das unidades de produção. Segundo os questionários, a fonte da renda familiar dos agricultores é muito variável, podendo ter origem em vários lugares, de modo que se complementam.

Tabela 15
Rendimentos das Famílias nas Unidades de Produção Estudadas

% da origem da renda familiar					
Atividade agropecuária	Aposentadoria Pensão	Salários	Benefícios assistenciais do Governo (Bolsas)	Recurso da migração.	Outros
48,2%	38,5%	15,4%	38,5%	33,8%	15,4%

Fonte: Banco de dados consolidados da pesquisa. Organizados pelo autor.

Em relação aos benefícios assistências, o Programa “Bolsa Família” constitui-se como uma importante fonte de renda para os agricultores com filhos de até 14 anos e que estão na escola. O dinheiro obtido com venda dos produtos agrícolas, aposentadorias e pensões representam a principal parte da renda das famílias, sendo que o dinheiro do trabalho sazonal representa importante parcela para 22,22% (16) dos casos estudados.

Os recursos obtidos no trabalho sazonal, “dinheiro de São Paulo”, além de contribuir na manutenção de algumas famílias, são utilizados “na terra”, na compra de móveis, eletrodomésticos, na construção e reformas das casas. A aquisição de terra só vem sendo possível pelo fato de que muitas famílias se mantêm com recursos de programas sociais, o que permite que o migrante reúna mais recursos financeiros. Observou-se que 76,9% das famílias já empregaram dinheiro de fora, oriundo do chefe da família ou dos filhos migrantes.

Tabela 16
Finalidade dos Rendimentos Obtidos com o Trabalho Sazonal nas Unidades

Animais Agricultura	Compra de Móveis	Compra de Eletrodomésticos	Sustento da família	Construção Reforma do imóvel
20%	30%	40%	60%	60%

Fonte: Banco de dados consolidados da pesquisa. Organizados pelo autor.

Um outro aspecto que a pesquisa chama atenção é o que se refere à preocupação com o futuro dos filhos e filhas, sendo que foi possível, em alguns casos, entrevistar pai, mãe e os filhos. Para 87,50% (63) dos pais, o desejo em relação aos filhos é que eles continuem sendo agricultores, com mais recursos para aumentar a terra e “levar pra frente” o nome da família e para as filhas que elas estudem e se casem. Já para 100% das mães, a preocupação é assegurar a segurança da família, a sustentabilidade e manutenção da família unida, para que os filhos e filhas não precisem sair para longe. Para 76% dos filhos, o desejo se expressa em trabalhar, migrar, ganhar dinheiro e tornar-se um produtor maior, inclusive adquirindo mais terras e se tornando independente. Para 90,0% das filhas o desejo é estudar e trabalhar na cidade, ser independente e ter uma vida confortável, principalmente com condições de consumo de produtos e serviços que a roça não oferece, sendo que casamento e filhos não são prioridades. Esses resultados parciais e incompletos não permitem visualizar o futuro, mas apontam possíveis indicativos.

Dentro deste contexto, ressaltam-se os modelos de estratégias dos pais a respeito ao futuro dos filhos, conforme Lamarche, tais como: estratégia ruralista, quando o mais importante para os pais é a fixação dos filhos no campo, independente de suas aspirações

profissionais; estratégia patrimonial, quando o objetivo principal é o de manter os filhos na unidade familiar; estratégia de promoção social, quando o objetivo é fazer com que os filhos atinjam uma promoção social através da educação, principalmente superior; e, estratégia é tradicionalista, quando se limita a resolver através do casamento, o problema das filhas.

Nas entrevistas, direcionadas aos agricultores familiares, a primeira questão foi sobre a opinião em relação aos políticos da região. Na opinião de 75,0% dos entrevistados os políticos atrapalham, mas os órgãos públicos têm um papel importante na organização. Todos informaram que já tiveram benefícios com algum projeto do governo, tendo sido citado o PRONAF para 50% (36), 19,44% (14) pelo Programa Minas Sem Fome, 22,22% (16) pelo o Programa Compra Direta da Agricultura Familiar e o 34,72% (25) pelo Programa Bolsa Família ou outro projeto social do governo.

Quanto ao fato de ter sido beneficiado com projetos de organizações não governamentais, 23,38% (19) foram beneficiados com projetos do Fundo Cristão, 12,50% (9) do projeto do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA e outros 15,27% (11) dos projetos da Articulação do Semi-Árido - ASA com a construção de caixa de captação de água de chuva. Nestes projetos observou-se em campo que os resultados foram bons para as famílias, como colocado pelos agricultores: “não precisar sair pra fora mais, foi o melhor” (Entrevista 46); “melhorou muito e deu pra aumentar o serviço pros filhos” (Entrevista 16).

Quanto ao entendimento do Pronaf, pelos agricultores familiares e camponeses, a pesquisa de campo observou que dos entrevistados de todas as áreas do município, 93,05% (66) interpretam o PRONAF apenas como empréstimos, comparando-o com outras linhas de crédito bancário, inclusive aqueles descontados pelo INSS, consignados em folha de pagamentos destinados aos aposentados; em todos os casos, já ouviram falar no PRONAF e conhecem o programa apenas como oferta de empréstimo para aquisição de bens ou como uma “ajuda as famílias da roça”. Em relação à compreensão da proposta do programa, a quase totalidade compreende o PRONAF como uma ajuda do governo ao pequeno produtor; existe o entendimento que os recursos “e o uso do dinheiro é para aumentar as coisas da família e não para qualquer coisa” (Entrevista 11).

Dos 72 agricultores pesquisados, 84,72% (61) já utilizaram algum empréstimo de banco para a atividade, sendo 64,44% (68) já apresentaram proposta para o PRONAF: 82,35% (56) para o Banco do Nordeste e 17,64% (12) para o Banco do Brasil, e todas as propostas foram elaboradas pela EMATER-MG. Dos 68 que apresentaram proposta ao PRONAF, 86,76% (59) se beneficiou com os recursos, tendo tido o projeto aprovado e recebido o financiamento; dos que não foram beneficiados, três tiveram problemas de CPF

bloqueado em um por estar incluído no SERASA. A totalidade dos 72 conhece outros que já fizeram ou tiveram propostas aprovadas, nas diversas modalidades B, C ou D. Os valores das propostas variam de R\$ 1.000,00 para a modalidade de PRONAF B e R\$ 18.000,00 para o D, sendo que a média é mesmo a modalidade C que permeia o valor de R\$ 6.000,00.

Em relação às aplicações, a bovinocultura, com aquisição de matrizes e desintegradores, construção e reforma de cerca e manejo de pastagens e melhoria de instalações, tem sido a atividade de maior demanda; a questão da água tem assumido o segundo lugar dos pleitos de financiamento, principalmente para construção de reservatórios e aquisição de tubos; em seguida, vem as atividades ligadas a suinocultura, com aquisição de matrizes e melhoria da infra-estrutura de cria e engorda; depois vem as atividades de produção de cachaça com propostas para plantio de cana e aquisição de alambique; seguido do reflorestamento de eucalipto; e, finalmente a aquisição de animal de serviço. A tabela abaixo apresenta os números e os percentuais que cada atividade representa no total de unidades de produção familiares estudadas.

Tabela 17
Número de Unidades de Produção com Financiamento PRONAF por Atividades

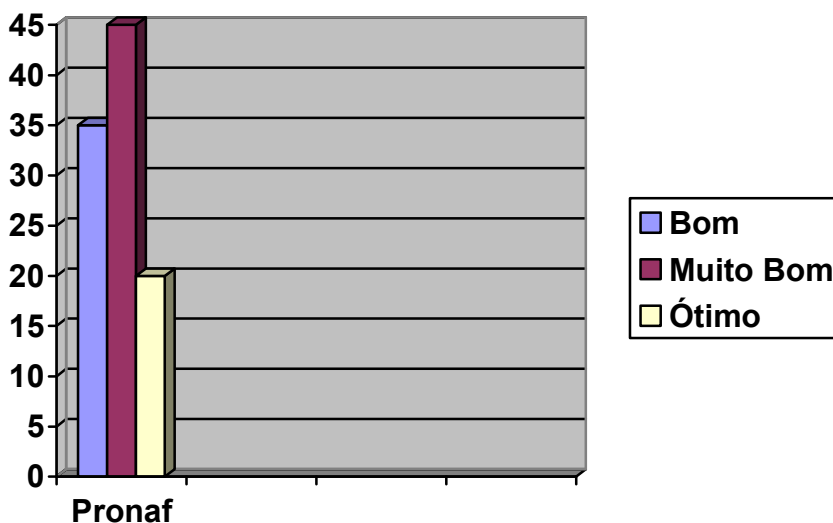
Atividades	Nº Unidades com financiamentos	% das Unidades com financiamentos
Bovinicultura	40	55,55
Água	11	15,27
Suinocultura	8	11,11
Cachaça	7	9,72
Eucalipto	4	5,55
Animal de serviço	2	2,77

Fonte: Dados Consolidados da pesquisa de campo.

Em 95,55% dos casos foi utilizado todo o recurso na atividade proposta. Para 60,00% dos entrevistados, quando perguntado se o recurso tinha sido suficiente ou se complementou com outros, 75,0% destes responderam que no primeiro ano foi suficiente, mas no segundo tiveram que gastar com recursos próprios, inclusive com dificuldade em realizar o programado; já 25,0% disseram que foi suficiente, principalmente por se tratar da aquisição direta de bens (equipamentos ou animais).

Em relação à avaliação do PRONAF pelos agricultores beneficiados, os dados apresentados no gráfico 10 revelam que o percentual variou entre 35,0% para Bom, 45,0% para Muito Bom e 20,0% como ótimo. No geral, todos os agricultores familiares afirmaram que com os recursos recebidos, foi possível atender ao pretendido, sendo que o dinheiro ajudou na questão financeira em momentos de grandes apertos.

Gráfico 1
Avaliação do PRONAF pelos agricultores beneficiados, Minas Novas - 2006



Fonte: Dados Consolidados da pesquisa de campo (Organizados pelo autor).

Observou-se nas entrevistas e trabalho de campo que o que mais dificulta a obtenção do financiamento do Pronaf tem sido a exigência de documentação jurídica da propriedade da terra dos agricultores familiares, pois a maioria deles dependia de contratos e cartórios para se habilitar ao crédito. A crítica mais comum ao PRONAF foi quanto a agilidade do processo, principalmente por parte dos bancos. “Precisa ser mais rápido por parte do banco, quando a gente procura é que tá precisando, se não nem precisava de banco, quase todo mundo que conheço a reclamação é uma só: demorou demais” (Entrevista 18).

O que melhor achou de bom no PRONAF em 80,0% dos entrevistados foi o dinheiro barato e os descontos, em forma de bônus, sendo 25,0% do principal no caso da modalidade B e R\$ 700,00 para o C, quando os contratos são pagos dentro dos prazos estabelecidos. A totalidade faria outra vez ou recomendaria para outros “Pras famílias fracas é como um empurrão” (Entrevista 21) “Sim, com certeza faria de novo. Hoje recebo visita na minha casa pra ver o sucesso das atividades graças ao PRONAF” (Entrevista 17). “A gente tem medo de apertar, mas faria de novo, o sonho de comprar nunca acaba” (Entrevista 36).

Os agricultores demonstraram dificuldade em diferenciar o crédito e a assistência técnica para obtê-lo. No geral, não compreendem o que é extensão rural, tendo inclusive de se desmistificar uma confusão gerada, aonde muitos agricultores vem achando que “a EMATER é o banco que emprestava dinheiro” (Entrevista 04), uma deturpação perigosa para a extensão rural; nenhum dos agricultores estudados não tinham conhecimento que a

assistência técnica gratuita aos agricultores familiares é um direito deles, expressa no Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER; ainda têm nos órgãos públicos instrumento de ajuda e favor do governo.

Outras observações e sugestões a respeito do programa referem-se à necessidade de maior agilidade na liberação dos recursos, a menor exigência dos bancos que ainda continuam exigindo garantias reais ou avalista e implicando a burocracia que só aumenta, enquanto a coordenação nacional do PRONAF tem procurado estabelecer formas e critérios para maior acessibilidade do crédito pelos agricultores familiares. De acordo com alguns agricultores, o cálculo da renda deveria ser diferente, possibilitando-os receber além do limite em operações realizadas em anos diferentes, mesmo que o principal da dívida ainda não tenha sido pago o que facilitaria segundo estes, um fluxo de caixa constante.

O aspecto de gestão dos bancos sobre os recursos do PRONAF tem sido marcante. Primeiro por que os bancos apresentam os recursos do PRONAF como se fosse um produto do próprio banco, portanto, passando a fazer exigências para liberação nos mesmos moldes de outros financiamentos; segundo por que a forma seletiva que em alguns casos o banco atua, principalmente o Banco do Brasil, o agricultor familiar se constrange, principalmente quando da exigência de avalistas ou de outra garantia real; já é tradição a dificuldade de se conseguir avalistas para as operações bancárias; esta prática tem sido facilitada com a formação de grupo para aval solidário, onde um avalia outro, num sistema triangular ou mais abrangente, neste caso não se permitindo o aval cruzado, onde a operação de um garante a do outro. Na opinião de um agricultor “quem manda no pronaf é o gerente dos bancos, eles parecem ser os donos mais que os agricultores e o governo” (Entrevista 58).

Um aspecto importante que vale destacar é o fato de que a totalidade das mulheres entrevistadas que apresentou propostas para recebimento do PRONAF B privilegiou em primeiro lugar a segurança alimentar, a sustentabilidade do estabelecimento e a garantia das condições para manter a família unida; além de que estas mesmas primam pelo uso dos “pequenos valores”, tendo uma capacidade racional de controle de uso dos recursos,

“o dinheiro na mão da mulher rende mais por que nós é zelosa. A gente tá tão acostumada com o pouco que aprendeu a fazer ele render. Jogá fora e desperdiçá num dá. Nós num tá na época de perder trabalho não, inda mais dinheiro de banco ... e o medo de devê ?” (Entrevista 22).

De outro lado, observa-se ainda que a racionalidade do homem no uso e aplicação dos recursos se direciona para ampliar a infra-estrutura e as condições de produção, com vistas a aumentar as áreas de cultivo, garantindo para “os filhos homens” condições de

trabalho, continuação do estabelecimento e da sua reprodução como agricultor, condição que herdou dos pais e avós. A pesquisa procurou investigar os projetos apresentados aos Bancos do Nordeste do Brasil e Banco do Brasil, onde se percebeu a abrangência das linhas de crédito do PRONAF para os agricultores familiares.

De acordo com os dados fornecidos pela Agência de Capelinha-MG, o Banco do Nordeste do Brasil destinou R\$ 1.729.113,65 para a área rural de Minas Novas no período de 2000 a 2006, sendo que R\$ 1.351.435,79 referem-se ao PRONAF, totalizando 78,16% do montante. No entanto este percentual e valor podem aumentar, quando considerado o fato de que algumas operações rurais e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Rural do Nordeste – FNE foram acessados por agricultores familiares em estágios avançados e que, de acordo com o banco, não se enquadravam nas linhas do PRONAF. Tendo sido realizada 1.005 operações e destinação para os grupos B, C e D, sendo 829 operações no grupo B (82,48% do total), 149 do grupo C, 24 do grupo D, 2 PRONAF mulher e 1 PRONAF Floresta.

Quadro 9
Recursos (R\$) liberados pelo Banco do Nordeste para Minas Novas, 2000-05

Ano	PRONAF B		PRONAF C		PRONAF D	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
2000	-	-	54	164.225,06	5	26.797,45
2001	79	39.500,00	6	18.300,00	-	-
2002	207	103.500,00	5	16.300,00	-	-
2003	38	38.000,00	5	16.714,00	-	-
2004	117	117.000,00	1	5.000,00	-	-
2005	109	109.000,00	1	4.060,00	-	-
Total	550	407.000,00	72	224.599,00	5	26.797,45

(*) 2005 refere-se ao período de janeiro a setembro

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, Agência Capelinha-MG, 2007.

Quadro 10
Recursos (R\$) liberados pelo Banco do Nordeste para Minas Novas, 01/11/2004 até 31/12/2006

Tipo	Quant.	Valor
Pronaf B (FNE)	370	370.450,00
Pronaf C	78	354.380,64
Pronaf D	19	170.238,65
Pronaf b (STN)	18	8.014,29
Pronaf Mulher	2	12.638,56
Pronaf Floresta	1	6.000,00
Rural	20	250.891,08
Comercial	1	7.103,98
Total	509	1.179.717,20

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, Agência Capelinha-MG, 2007.

Quadro 11
Recursos (R\$) liberados pelo Banco do Nordeste para Minas Novas, 2006

Linha	Qtde. Operações	Valor Total
Pronaf Floresta	1	6.000,00
Pronaf B	243	243.450
Pronaf C	60	284.238,44
Pronaf D	15	145.441,20
Pronaf Mulher	2	12.638,56
FNE Rural	7	119.682,80
Total	328	811.451,00

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, Agência Capelinha-MG, 2007.

Já o Banco do Brasil, no mesmo período de 2000-06, liberou para as linhas de crédito do PRONAF recursos globais de R\$ 907.206,32, beneficiando 177 famílias dos municípios de Minas Novas, Leme do Prado e Jenipapo de Minas, área de abrangência da Agência de Minas Novas.

De acordo com a referida Agência, destes valores, Minas Novas beneficiou-se com 80,0%, o que ao desmembrar estes valores dos globais a situação passa ser que para os agricultores familiares de Minas Novas o valor de R\$ 742.165,63, beneficiando 156 famílias. Ressalta-se que o Banco do Brasil não trabalha com a linha de crédito do PRONAF B, adotando as demais linhas nas mesmas condições do Banco do Nordeste do Brasil. A EMATER tem feito diversas gestões junto ao Banco do Brasil para que atenda ao PRONAF B, ao menos para as famílias de agricultores que trabalham com artesanato, considerando que no município é desenvolvido o Programa DRS do Banco do Brasil com os artesãos.

Quadro 12
Recursos (R\$) liberados pelo Banco do Brasil de Minas Novas, 2004-2006

Modalidade	Quantidade	Valor	%
Pronaf Grupo C – Custeio	5	6.155,11	0,8462
Pronaf Grupo D – Custeio	1	3.787,67	0,5207
BB Rural Rápido Pronaf Grupo D	12	11.518,96	1,5836
BB Pronaf Investimento Grupo C	99	461.412,08	63,4361
BB Pronaf Investimento Grupo D	23	236.491,22	32,5134
Pronaf Florestal	2	8.000,00	1,0998
Total	142	727.365,04	100,00

Fonte: Banco do Brasil, Agência Minas Novas, 2007.

O montante dos dois bancos soma R\$ 2.093.601,42 totalizando 1.161 operações; estimando-se 747 famílias beneficiadas, considerando que no período apresentado uma mesma família pode ter obtido o pronaf B por mais de uma vez. Observa-se que 71,40% das propostas, totalizando 829, referem-se ao PRONAF B; considerando as condições deste grupo, principalmente no quesito renda familiar, percebe-se um forte indicativo que a maioria dos agricultores familiares ainda se encontra num patamar de camponês.

Observa-se que, embora os agentes financeiros sejam apenas operadores do PRONAF, os bancos ainda o apresentam como mais um produto do banco, desconsiderando que o recurso é parte de um processo de fortalecimento da agricultura familiar. Tal comportamento tem feito que alguns bancos venham exigindo dos agricultores familiares as mesmas condições de outras linhas de crédito convencionais, o que desde o primeiro contato, de acordo com o perfil do agricultor, principalmente os mais descapitalizados e necessitados do crédito, se acanham e mantêm-se distanciados do banco, perdendo a oportunidade de usufruir de uma política pública destinada exclusivamente para ele.

Outros aspectos julgados importantes para esta pesquisa e observados a situações não previstas nas normas do PRONAF: um caso refere-se à vinculação das operações a aquisição de produtos do banco, como seguros; outro aspecto identificado foi a exigência de garantia real ou avalista, embora para o PRONAF este procedimento seja dispensável. Alguns bancos têm adotado tal medida, segundo um funcionário de um banco, ouvido para esta pesquisa, “muito mais que uma garantia real é mais no sentido de uma garantia moral, onde na mesma comunidade um projeto esteja vinculado a outra pessoa como uma forma de melhor fiscalização, não avalistas, mas vigias”; segundo essa opinião, com este procedimento permite-se um maior controle social do projeto e da responsabilidade assumida perante o banco pelos agricultores.

“Se o banco exigir dos pobres o mesmo que exige dos ricos, pronaf pra que? O jeito é amolar o podão e continuar indo pra São Paulo. A gente tá cansado de discurso de um jeito, na hora do vão ver é outra coisa. Nossa terra é péssima mãe e boa madrastra” (Entrevista 46).

Considerando que um dos grandes problemas identificados nos diversos contatos com técnicos e lideranças dos agricultores familiares anteriores, para realização dessa pesquisa, foi a questão da migração, o segundo questionário procurou abordar alguns aspectos julgados pertinentes, principalmente na visão das famílias geradoras da mão-de-obra necessária para alimentação desse processo.

6.4 Estratégias Técnicas de Organização e Mercados Para as Unidades de Produção Familiar Estudadas

As técnicas de manejos usadas pelos agricultores camponeses e familiares, no preparo do solo, para o cultivo da terra são muito simples e rudimentares, na maioria dos casos: 52,77% (38) dos entrevistados, ainda usam a enxada como o principal instrumento de preparo do solo, outros 47,22% (34) disseram preparar o solo com máquinas (tratores) cedida da prefeitura ou alugada para realizar as operações de aração e gradação do solo. Ressalta-se que aqueles que utilizam tratores são muito mais pela racionalidade de substituir dias homens por horas máquina do que pelas vantagens que o preparo mecânico do solo pode oferecer. O aluguel do trator se faz pela Prefeitura de Minas Novas, tendo como custo da hora de trabalho, o valor de R\$ 25,00/h. No entanto, mesmo pagando, conforme dito pelos agricultores, é difícil de obter um trator devido à grande demanda pela máquina. A prática da queimada anual no preparo do solo é atualmente, um manejo quase abandonado pelos agricultores, uma vez que, apenas dois agricultores da pesquisa de campo informaram ter usado a referida prática em sua propriedade. A maioria dos agricultores informou que:

“aqui não usa mais queimá não, os técnicos da EMATER fala muito pros agricultor dos riscos e problema com a queimada. Antes usava muito e a terra ficou ruim e fraca, as vezes com o vento o fogo fica tão forte e a gente tem que correr, atravessá os aceiros, correndo o risco até de sapecá a gente” (Entrevista 03).



Foto 3: Comunidade de Capivari Contendas: preparo de solo com enxada para plantio de batata doce.
Foto 4: Comunidade de Macuco-área do Fanado (preparo de solo com enxada para cultivo de milho).
Fonte: Pesquisa de Campo, Minas Novas, 2006.

Percebe-se, através das entrevistas, que os agricultores estão adquirindo maior conscientização de preservação e estão cientes de que práticas não recomendadas têm comprometido as pequenas áreas de produção. O procedimento de análise de solo só foi identificado em 8,33% (6) dos estabelecimentos localizados na bacia do Capivari próximos às áreas de cultivo de café das grandes fazendas, onde alguns agricultores são influenciados pelas práticas agrícolas das grandes empresas de cultivo de café.

Quanto às técnicas de plantio, 68,05% (59) dos entrevistados utiliza plantadeira-adubadeira do tipo “matraca”, com manejo manual, no entanto de todos os agricultores entrevistados 84,72% (61) ainda plantam sem técnica de curva de nível, tipo “morro a baixo”, justificadas pela facilidade no plantar e capinar, sem levar em conta as perdas de solos durante as chuvas. Outro ponto identificado foi o uso de fertilizantes químicos em 40,27% (29) das unidades, uma proporção alta, porém, apenas dois destes seguiram orientação técnica. Um dado preocupante, conforme observado em campo, tem sido o aumento no uso de defensivos químicos, principalmente inseticidas e fungicidas sem uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI, e sem orientação técnica em todos os casos pesquisados, mais notadamente na região da bacia do Capivari e por agricultores que cultivam café e os que estão iniciando a atividade florestal, com o plantio de áreas de eucalipto.

6.4.1 A Produção Agrícola e Pecuária nas Unidades Familiares

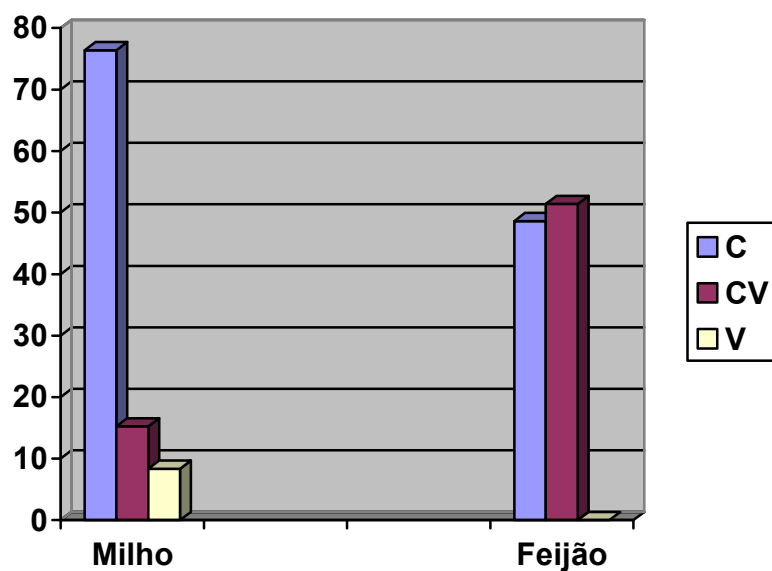
Analisando os produtos agrícolas cultivados, identifica-se o domínio de algumas culturas; entre os grãos, o milho é cultivado por 100,00% dos agricultores familiares camponeses, o feijão é cultivado por 80,55% (58) deles, sejam variedades como o carioca, caxim branco ou preto, roxinho, bico de ouro e rosinha; existindo também as sementes crioulas locais tradicionalmente plantadas como o feijão “catador”, o feijão de corda e o feijão andu (ou guandu). Trata-se de uma tradição local⁴² dos agricultores camponeses o plantio destas sementes e em decorrência disto, tem sido realizado um resgate das sementes “crioulas” pela EMATER, principalmente de feijão e milho, numa tentativa de recuperar e manter o patrimônio genético que está sendo ameaçado pela introdução de variedades exóticas ou outras ditas “melhoradas”; as sementes estão sendo reproduzidas por diversas famílias e comunidades rurais.

⁴² O plantio de sementes crioulas é comum nas comunidades de agricultores camponeses em Minas Novas. No entanto estas sementes têm sido substituídas por sementes híbridas ou de variedades melhoradas geneticamente.



Foto 5: Amostras de sementes “crioulas” resgatadas pelo Escritório da EMATER de Minas Novas.
Fonte: Pesquisa de Campo, Minas Novas, 2006.

Gráfico 2
Finalidade da Produção de Milho e Feijão nas Unidades Familiares
Minas Novas-MG - 2006 – em %



C = Consumo; CV = Consumo e venda; V = Somente venda.
Fonte: Banco de dados da pesquisa (Organizados pelo autor).

Como se observa nos gráficos, da totalidade de unidades de produção familiares que cultivam milho, 76,38% utiliza exclusivamente no consumo interno, na alimentação da família em forma de fubá e farinha de milho e quando verde na confecção de pamonhas, mingaus e angu liso e na alimentação animal, seja diretamente para suínos e aves ou desintegrados e adicionados para bovinos; outros 15,27% das famílias destinam o milho de forma mista para consumo e venda; e, 8,33% produzem milho exclusivamente para venda verde em espigar ou seco debulhado ao longo do ano, depois de armazená-lo em paióis.

Da mesma forma o feijão, das unidades de produção familiares que cultivam este grão, que tem grande importância na família, 48,61% utilizam exclusivamente no consumo interno da família, enquanto 51,39% das famílias destinam o feijão para consumo e venda não registrando nenhum caso de produção exclusivamente para venda. Ressalta-se que estes percentuais referem-se a todas as variedades de feijão cultivadas, inclusive as verdes.

Quanto às frutas, em 91,66% (66) dos estabelecimentos, destacam-se a laranja, banana, limão, manga, tangerina, mamão, maracujá, abacate, abacaxi e outras, ocupando principalmente os quintais, no entrono da casa de moradia. Não foi identificado nos estabelecimentos amostrados, nenhum plantio comercial de maior importância destinada exclusivamente para o mercado, apesar de ter sido objeto de incentivo no município, o plantio de abacaxi se apresenta como uma das alternativas possíveis para o mercado.

As verduras e legumes estão presentes em 100,0% dos estabelecimentos amostrados, em menor ou maior escala, as mulheres camponesas plantam nos quintais como complemento da alimentação. A horticultura aparece em princípio, como atividade da mulher, como parte do seu trabalho no entorno da casa e, posteriormente ganha espaço como complemento de renda para muitas famílias inserindo-se na feira local ou em município do entrono de Minas Novas. Na opinião das famílias *“até que queriam aumentar a horta, mas água mingua quando as plantas mais precisam”* (Entrevista 17).

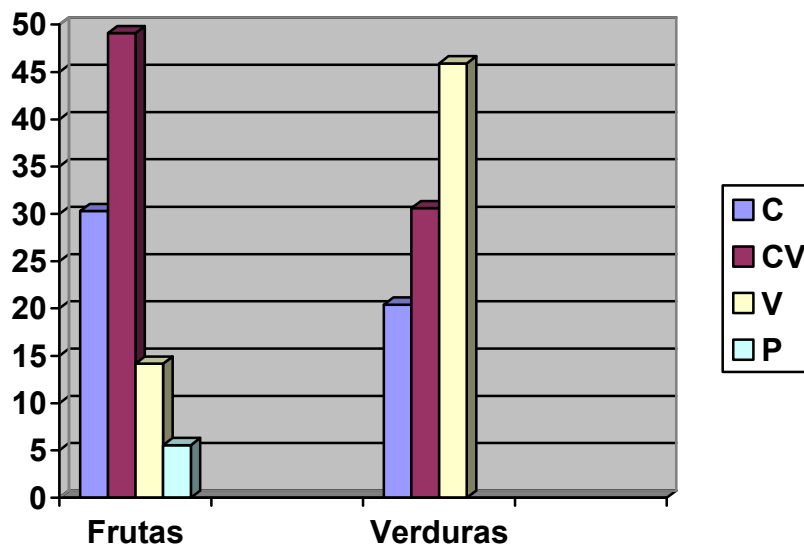
Na “horta” está presente outra tradição de que se valem as mulheres são os “remédios de horta”, em 51,38% (37) dos estabelecimentos visitados, constataram-se diversas espécies de “plantas medicinais” tradicionalmente utilizadas pelas famílias, que demonstram um bom conhecimento sobre seus usos e indicações nas doenças cotidianas.



Foto 6: Horta em unidade familiar na comunidade do Bentinho (região do Fanado).
 Fonte: pesquisa de Campo, Minas Novas, 2006.

Tanto no caso das frutas quanto das verduras, a feira livre do produtor, através do Mercado Municipal de Minas Novas é destino para comercialização de 79,60% (39) dos agricultores estudados, sendo 12,24% (6) e 8,16% (4) destinados às feiras livres dos municípios vizinhos de Capelinha e Chapada do Norte, respectivamente.

Gráfico 3
Finalidade da Produção de Frutas e Verduras nas Unidades Familiares
Minas Novas-MG – 2006 – em %



C = Consumo; CV = Consumo e venda; V = Somente venda; e, P = Processamento (doces).
 Fonte: Banco de dados da pesquisa (Organizados pelo autor).

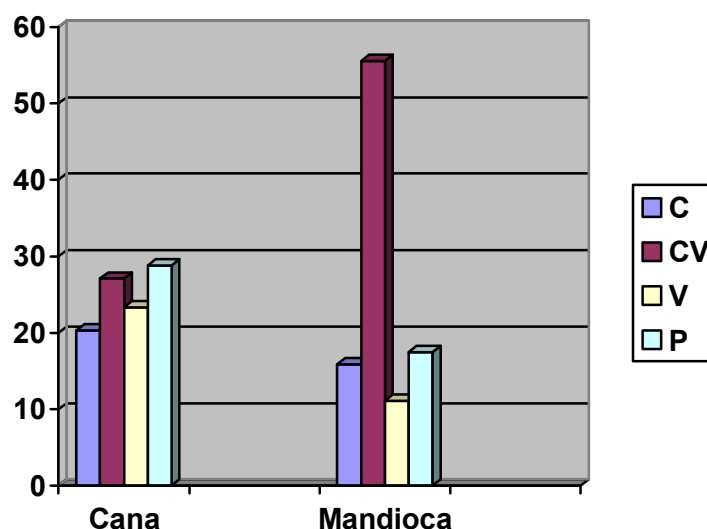
Observa-se nos gráficos que da totalidade de unidades familiares que possuem frutas, 30,30% as utiliza exclusivamente no consumo da família, “in natura” ou em forma de artesanato de doces e compotas; a maioria das famílias, 49,29% destina as frutas para consumo e venda; e, outras 20,41% destinam a venda, sendo 14,66% *in natura* e 5,75% processados em forma de doces. Entre as frutas mais comercializadas *in natura* destacam-se banana e laranja e as processadas destacam-se os doces de laranja, figo e mamão.

Da mesma forma, no caso das verduras e legumes, que representam parte importante da alimentação das famílias, 48,61% cultivam hortas exclusivamente para consumo; 33,34% destinam para consumo e venda e 18,05% que cultivam com o objetivo prioritariamente para a venda.

A mandioca e a cana-de-açúcar representam um papel altamente relevante na produção familiar, sendo encontradas em 87,5% (63) e 81,94% (59) respectivamente nas unidades estudadas, por se tratar de produtos “de reserva”⁴³ e de uso durante todo ano. A mandioca é utilizada como alimento de consumo direto, pelas famílias ou beneficiadas nas “tendas de farinhas”, unidades transformadoras coletivas ou individuais para fabricação de farinha e polvilho (goma). A cana-de-açúcar é transformada por pequenas engenhocas em rapadura e açúcar mascavo ou na garapa para uso direto no preparo do café, conforme um agricultor comenta, mostrando o papel da cana-de-açúcar como alimento para o agricultor familiar: “Meu pai dizia que o agricultor que segura na palha da cana não cai” (Entrevista 28).

⁴³ Produto de reserva no Vale significa uma espécie de “Caderneta de poupança”, onde são cultivados espécies com grande capacidade de resistência à seca e com possibilidade de consumo e processamento durante todo o ano. No caso da mandioca e da cana-de-açúcar, ambas são plantadas no período das chuvas e durante o período da seca podem ser colhidas para alimentação direta ou processadas através de farinha e polvilho, no caso da mandioca e rapadura e cachaça no caso da cana-de-açúcar, além de suplementar a alimentação animal.

Gráfico 4
Finalidade da Produção de Cana-de-açúcar e Mandioca
nas Unidades Familiares - Minas Novas-MG - 2006 – em %



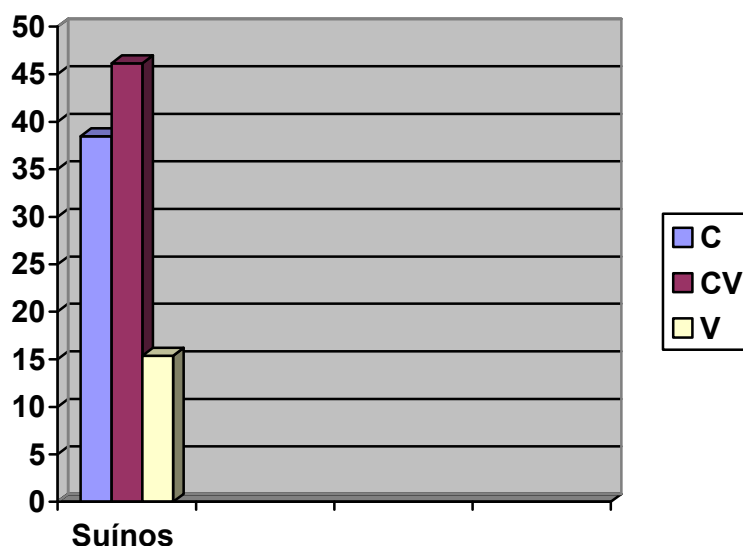
C = Consumo; CV = Consumo e venda; V = Somente venda; e, P = Processamento (Derivados de cana e de mandioca).
 Fonte: Banco de dados da pesquisa (Organizados pelo autor).

A pecuária constitui importante atividade das unidades familiares. Em todos os estabelecimentos se encontram animais, com criações de suínos e aves e a bovinocultura destinada à produção de leite e carne, para consumo e mercado local. Em relação aos animais de serviço, 72,22% (52) dos estabelecimentos estudados os possuem, sendo 75,0% (39) muares e 25% (13) de eqüinos, utilizados na totalidade, para transportar pessoas e cargas. Não se encontrou nas unidades estudadas nenhuma família com criação de cabras ou ovelhas.

Em relação aos pequenos animais, observou-se que em 70,83% (51) das unidades familiares se criam suínos, seja com criação de leitões para venda ou engorda para a produção de carne. As carnes são consumidas logo após o abate dos animais ou são processadas artesanalmente. O toucinho é enrolado em mantas para ser consumido gradativamente, da mesma forma são armazenadas a banha derretida para a confecção de outros alimentos e carne defumada no fogão de lenha em forma de linguiça feitas nas tripas do próprio animal. A forma mais comum de conservação da carne de porco é misturando-a na própria gordura, o que garante conservação por um tempo de até quatro meses e o consumo é realizado gradativamente. Em 38,46% dos casos das unidades pesquisadas a produção de suínos é exclusivamente para o consumo da família. Em outros 46,15% a

destinação é mista, para consumo e venda e em 15,39% são destinados exclusivamente para venda. Os leitões são vendidos geralmente para vizinhos ou sob encomendas, já a carne é vendida nos açougues públicos do Mercado Municipal, sendo que a totalidade das criações, das unidades estudadas, é do tipo caipira, criados em instalações rústicas.

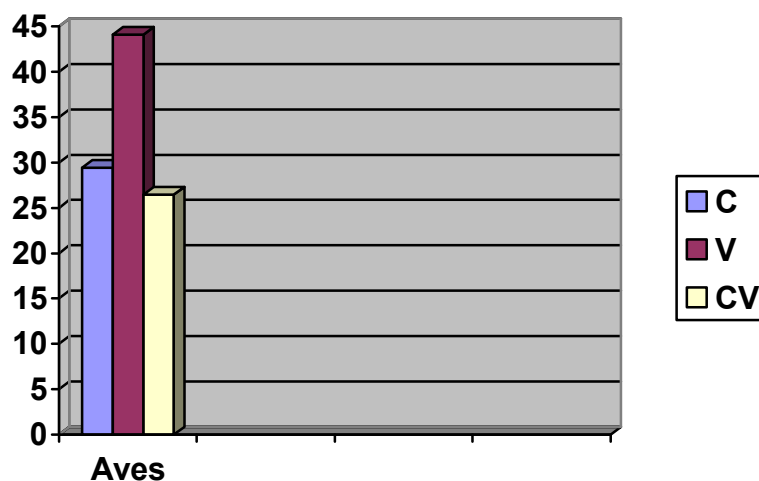
Gráfico 5
Finalidade da Produção de Suínos
nas Unidades Familiares - Minas Novas-MG - 2006 - em %



C = Consumo; CV = Consumo e venda; V = Somente venda.
Fonte: Banco de dados da pesquisa (Organizados pelo autor).

Em relação à criação de aves, em todas as unidades de produção familiares estudadas está presente. No entanto quanto à destinação, 29,42% utilizam exclusivamente para o consumo, 44,11% usam de forma mista para consumo e venda e 26,47% destinam majoritariamente as aves e ovos para a feira livre, sendo 90,0% para o Mercado de Minas Novas e 10% para o mercado de Turmalina. As aves são criadas soltas na maioria dos casos e quando presas, são criadas em galinheiros ou pequenos galpões rústicos e constituem exclusivamente em raças caipiras, com a introdução recente de espécies de exóticas de linhagens francesas. A carne de aves e ovos representa parte importante na alimentação nas unidades camponesas e familiares de Minas Novas-MG.

Gráfico 6
Finalidade da Produção de Aves
nas Unidades Familiares - Minas Novas-MG/2006 – em %



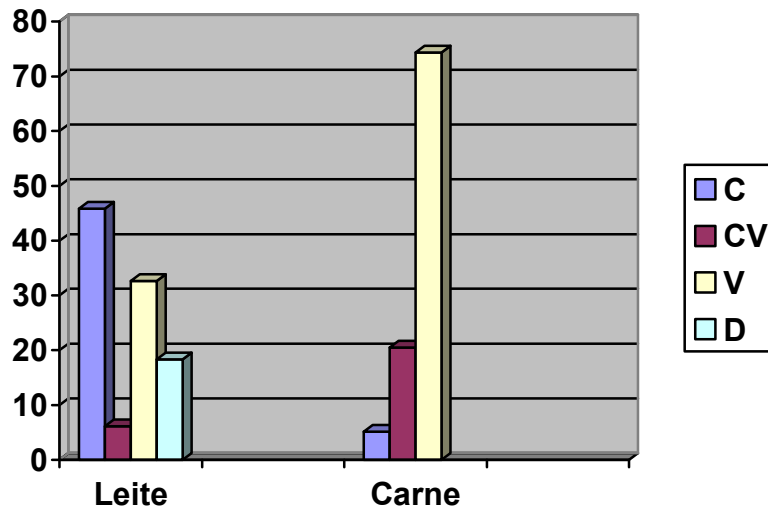
C = Consumo; CV = Consumo e venda; V = Somente venda.
 Fonte: Banco de dados da pesquisa (Organizados pelo autor).

A bovinocultura característica das unidades familiares de Minas Novas-MG é predominantemente mista, considerando que a maioria das famílias possui poucas cabeças para exploração de leite para o consumo familiar, produção de bezerro e de carne na ocasião dos abates. Esta atividade está presente em 76,38% (55) das famílias estudadas que se dedicam a exploração bovina, com maior ênfase na produção de leite e derivados, mas não de forma especializada.

Nas unidades amostradas, 42,85% da produção de leite destinam ao consumo da família, outros 32,67% utilizam tanto para consumo como para venda, enquanto 6,12% exploram e destinam a produção principalmente para venda e, 18,36% para o processamento do leite para a fabricação de queijo ou doces.

Das unidades que se dedicam à exploração mista, mas com ênfase na produção de bovino para corte e bezerros, 5,13% produzem para o consumo da atividade familiar, enquanto e 20,52% exploram e destinam a produção para o consumo e venda e 74,35% das unidades de produção familiares estudadas produzem para atender o mercado, através de venda para os açougues de Minas Novas.

Gráfico 7
Finalidade da Produção Bovina de Leite e Carne
nas Unidades Familiares Minas Novas-MG/2006 – em %



C = Consumo; CV = Consumo e venda; V = Venda; e, P = Processamento.
 No caso do leite, D significa venda em forma de derivados.
 Fonte: Banco de dados da pesquisa (Organizados pelo autor).

A produção de leite e carne está voltada principalmente, para o consumo da família dos agricultores da região do Fanado; no caso dos estabelecimentos das regiões do Capivari e Setúbal, além da porção destinada ao consumo da família, já existe uma oferta mais significativa para o mercado local e de municípios vizinhos, onde muitas famílias já têm a tradição de processar o leite para fabricação de queijo e requeijão moreno, além do mais um grupo de produtores das comunidades do entorno de Paudolinho, na região do Capivari, entregam leite para o laticínio de Turmalina, que instalou um tanque de resfriamento de 2.200 litros, para atender ao Programa Leite pela Vida, do Governo do Estado.

6.4.2 As Indústrias de Transformação Artesanais nas Unidades de Produção

As atividades voltadas à indústria artesanal de transformação de produtos agrícolas em muitos estabelecimentos já são uma forma de agregar valor a algumas culturas e produtos, destacando-se os derivados de cana-de-açúcar, mandioca, leite e frutas. Estes tipos de atividade estão presentes nas três áreas; nas do Capivari e Setúbal, destacam-se os derivados de leite e cana-de-açúcar; já no Fanado a transformação mais importante está com o processamento da cana-de-açúcar e mandioca.

O artesanato de cerâmica é uma atividade multifuncional encontrado na região do Fanado, em comunidades rurais e aglomerados de casas dos distritos onde muitas mulheres e até homens dedicam-se transformação e criação a partir da argila, em potes, jarros, bonecas e flores. As cerâmicas definem nestes locais, a multifuncionalidade do espaço rural, como complemento e até mesmo principal renda de famílias de agricultores-camponeses que residem na comunidade e têm suas unidades de produção no entorno, ou trabalham em parceria em propriedades do entorno. A atividade da mulher como ceramista é tradicional no Vale do Jequitinhonha e o uso dos potes de cerâmica para armazenar água ainda é um hábito nas casas dos agricultores camponese, onde o passado mistura-se com objetos contemporâneos e modernos.



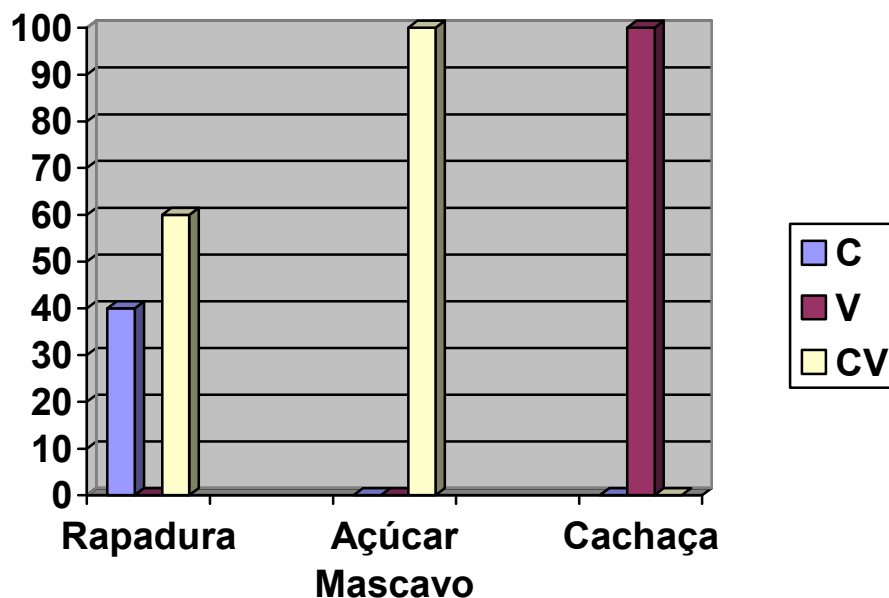
Foto 7: Utensílio de cerâmica para guardar água, “talha” utilizada por família camponesas da comunidade de Pinheiro.
Fonte: pesquisa de Campo, Minas Novas, 2006.

Os gráficos apresentados até aqui mostraram que o percentual dos agricultores estudados, na produção de gêneros agrícolas e da indústria artesanal rural, verificou-se que na maioria dos casos, a produção agrícola é destinada majoritariamente para o consumo familiar. A parcela de famílias que produzem “exclusivamente” para o mercado foi praticamente zero na quase totalidade dos casos estudados. Constata-se ainda, que parte importante das unidades familiares, tem a sua produção voltada para o consumo e para o mercado, sendo que nesta situação a prioridade é o consumo familiar e comercializado apenas o excedente.

Na alimentação das famílias estudadas, os principais produtos adquiridos no mercado urbano identificados foram: arroz, açúcar, café, óleo, macarrão, carne, e produtos de higiene e de limpeza. Em alguns casos raros, das famílias da pesquisa, adquirem os produtos de pequenos animais e derivados como ovos e aves de granjas e até verduras e frutas nos supermercados, demonstrando a ausência da produção em seus estabelecimentos, e, em alguns casos, as famílias vendem produtos de maior valor nutricional para comprar outros de menor valor, como é o caso de venda de verduras e ovos para comprar macarrão e outros.

Quanto ao artesanato de transformação de produtos agrícolas, dos agricultores pesquisados 81,94% (59) cultivam cana-de-açúcar, sendo que 50,85% produzem rapadura, 39,15% produzem cachaça e 10% açúcar mascavo.

Gráfico 8
Finalidade da Produção de Rapadura, Açúcar Mascavo e Cachaça
nas Unidades Familiares Minas Novas-MG - 2006 – em %



C = Consumo; CV = Consumo e venda; V = Venda;
 Nos percentuais considera-se a escolha da situação como principal.
 Fonte: Banco de dados da pesquisa (Organizados pelo autor).



Fotos 8 e 9: Alambique e cultivo de cana-de-açúcar, em unidade familiar de Buriti Boa Vista (região do Fanado).
 Foto 10: Rapadura comercializada na feira livre do mercado Municipal de Minas Novas.
 Fonte: pesquisa de Campo, Minas Novas, 2006.

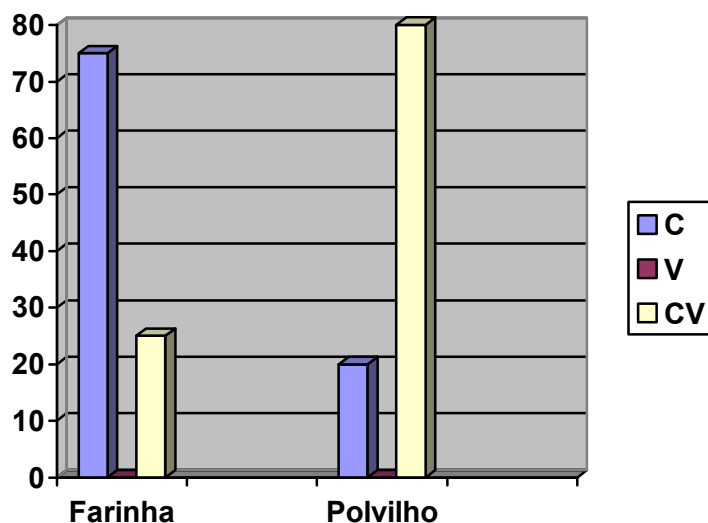
Dos que fabricam rapadura, 40,0% a destinam ao consumo, 60,0% ao consumo e venda e não registrou nenhum caso de produção exclusiva para a venda. Dos que fabricam açúcar mascavo, 100% destinam a produção para o consumo e a venda, não registrando nenhum caso onde a produção seja só para o consumo ou só para venda. No caso da cachaça, 100% dos entrevistados declararam que só produzem para a venda.



Foto 11: Engenho de ferro e “tocado à boi”, em unidade familiar na comunidade de Adrião, na região do Capivari.
 Fonte: pesquisa de Campo, Minas Novas, 2006.

Na exploração da mandioca, seja para consumo direto ou no processamento para obtenção de subprodutos, a cultura está presente em 87,50% (63) das unidades familiares, sendo que 92,06% (58) fabricam farinha e 15,87% (10) também fazem polvilho (goma) para a confecção de biscoitos e outras “quitandas” típicas da área rural de Minas Novas.

Gráfico 9
Finalidade da Produção de Farinha de Mandioca e Polvilho nas Unidades Familiares Minas Novas-MG – 2006 – em %

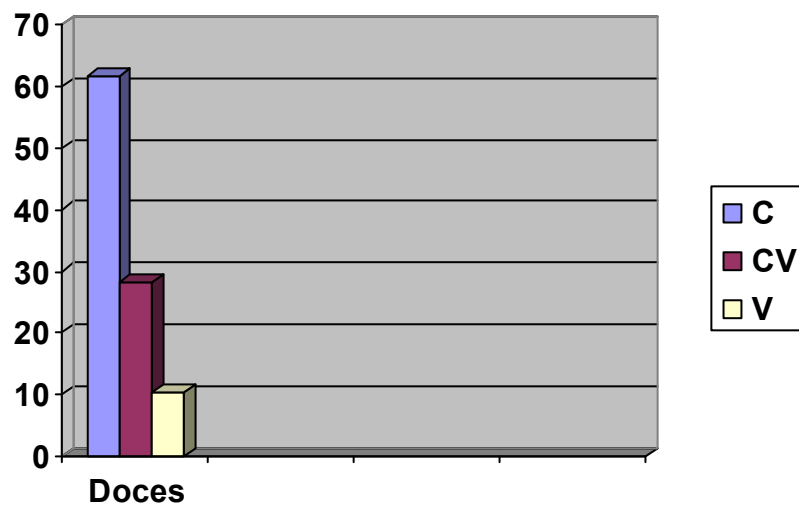


C = Consumo; CV = Consumo e venda; V = Venda;
Nos percentuais considera-se a escolha da situação como principal.
Fonte: Banco de dados da pesquisa (Organizados pelo autor).

As unidades que produzem farinha de mandioca 75,0% a destinam para o consumo, 25% consumo e venda e nenhum caso de destinação exclusiva para a venda. Da mesma forma, o polvilho, sendo que 20% são destinados exclusivamente para o consumo da família e 80% de utilização mista para o consumo e vendam, não se registrando nenhum caso de destinação exclusiva para o consumo.

Outro produto artesanal importante identificado nas unidades de produção familiares pesquisadas foram os doces. Identificou-se em 54,16% (39), das unidades pesquisadas, a produção de doces de leite, de frutas (mamão), leite, cocadas e amendoim (pé de moleque). Quanto a destinação, 61,53% (24) para o consumo, 28,22% (11) para o consumo e venda e 10,25% (4) para venda. As famílias de agricultores que têm tradição na fabricação de doces que são vendidos na feira livre de Minas Novas pertencem às localidades de Buriti Paraíso e Bentinho, na região do Fanado.

Gráfico 10
Finalidade da Produção de Doces
nas Unidades Familiares Minas Novas-MG – 2006 – em %



C = Consumo; CV = Consumo e venda; V = Somente Venda.
Nos percentuais considera-se a escolha da situação como principal.
Fonte: Banco de dados da pesquisa (Organizados pelo autor).

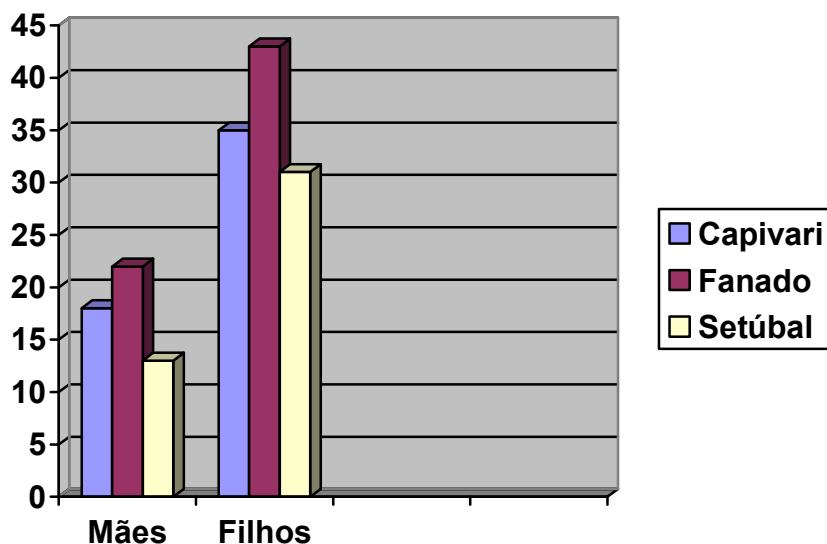


Foto 12: Doces comercializados no Mercado Municipal, da comunidade de Buriti Paraíso (região do Fanado).
Fonte: Pesquisa de Campo, Minas Novas, 2006.

6.5 O Trabalho nas Unidades de Produção Familiares

Ao analisar-se o funcionamento das unidades familiares, percebe-se que o trabalho é responsabilidade da família, sendo o chefe e a esposa os elementos chaves no trabalho interno do estabelecimento e a mão-de-obra dominante. Quanto aos filhos, apenas 37,5% (27) dos entrevistados revelaram poder contar com a ajuda de um ou mais filhos. Tal característica pode ser observada no gráfico abaixo, onde especialmente é marcante nas regiões do Fanado e Setúbal; no caso do Capivari, parcela significativa dos filhos se deslocou para a cidade de Capelinha, em busca de estudo e emprego.

Gráfico 11
Mão-de-obra Familiar Empregada nas Unidades de Produção Familiares
- Minas Novas - 2006 - em %



C = Consumo; CV = Consumo e venda; V = Somente Venda.
Fonte: Banco de dados da pesquisa (Organizados pelo autor).

Das famílias estudadas, 29,17% (21) encontram-se na região do Capivari, 44,44% (32) no Fanado e 26,39% (19) na do Setúbal. Destas unidades familiares, na região do Capivari têm 18 mães e 35 filhos, no Fanado 22 mães e 43 filhos e na região do Setúbal 13 mães e 31 filhos. Constatou-se em campo, quanto a divisão do trabalho da família nos estabelecimentos, que esta faz de forma heterogênea e com grande diversidade, não tendo diferenciação de atividades a serem exercidas pelo pai, mãe ou filho, mas uma complementaridade do uso da mão-de-obra a fim de fazer a unidade familiar funcionar.

A remuneração dos membros da família existe mesmo se ela não se traduz em termos monetários, sob a forma de salários. A resposta de um pequeno torna-se bem esclarecedora a este respeito, “a gente não paga os filhos com salário, mas a gente dá-lhes tudo: comida, roupa, calçados, estudo, remédios, enfim tudo que eles precisam”. (SILVA, 1978:59).

Registra-se que em momentos distintos do ano, muitas famílias têm um grande número de tarefas e de trabalho, situação onde a mão-de-obra da família não perfaz as demandas de serviços e necessidades imediatas do estabelecimento; momento este em que a família insere mais um trabalhador na lida do estabelecimento, por meio de contratação “à dia ou por empreita”, conforme Chayanov “... a relação entre o tamanho da família e o montante de atividade agrícola deve entender-se como uma dependência da área de terra disponível com o tamanho da família e não ao inverso” (CHAYANOV, 1974:66).

Dentre os tipos de relações de trabalho existentes com trabalhadores externos a família merece destaque o sistema de “troca dia”, que consiste na parceria entre vizinhos, sem envolvimento de dinheiro, quando agricultores se revezam entre os estabelecimentos cedendo sua mão-de-obra ou seu dia de trabalho, em momentos de maior serviço.

Quanto às contratações de trabalhadores temporários e fixos, apenas uma unidade de produção familiar possui empregado fixo da comunidade de Santiago, nascentes do Capivari, onde algumas famílias cultivam café. Em 70,83% dos estabelecimentos estudados, de acordo com as necessidades da família, há contratação de trabalho temporário, por diária ou empreita dependendo do serviço. De acordo com CHAYANOV (1974).

“A unidade econômica familiar não recorre a força de trabalho contratada, a composição e o tamanho da família determinam integralmente o montante de força de trabalho, sua composição e o grau de atividade” (CHAYANOV,1974:47).

Na análise dos dados obtidos nas DAPs do período de 2000 a 2006, o trabalho temporário variou, estando presente em 100% das modalidades de PRONAF do grupo D, em 91,67% do grupo C e 45,0% do grupo B, porque neste último é mais comum a “troca de dia”.

Em 87,50% (63) dos casos estudados, os agricultores afirmaram que membros das famílias das comunidades se revezam no trabalho de outros estabelecimentos vizinhos nas épocas de maiores demanda por serviços como capinas, bateção de pasto ou de plantios, com a realização de “marombas”⁴⁴ ou mutirões.

⁴⁴ Maromba é uma prática nas áreas de concentração camponesa; trata-se de um movimento onde os trabalhadores se reúnem nos estabelecimentos de vizinhos e parentes em período de maior aperto de serviço, principalmente capinas e roçado de pasto. Cada trabalhador leva enxada ou foice, recebendo do dono da casa o café “tira jejum”, a comida reforçada e o lanche da tarde. Em contrapartida o dono da casa também participa quando for realizado este mesmo procedimento na casa dos participantes. A maromba é realizada com cantorias e no final do dia é servida uma cachaça para comemorar o sucesso do trabalho.

A organização do trabalho dentro dos estabelecimentos é fundamental para o sustento e manutenção da família, enquanto forma de organização social camponesa. A organização e a força de trabalho estão voltadas em primeiro plano para a manutenção e sustento da família. Num segundo plano, para os agricultores entrevistados, a renda obtida com a venda da força de trabalho sazonal ainda constitui o complemento importante para a manutenção e sustento da família.

Na maioria dos casos, o chefe da família, durante o período de permanência fora da propriedade, seja no corte de cana ou em outras atividades, passa da condição de agricultor familiar camponês à de trabalhador que vende sua força de trabalho como assalariado simples. As particularidades das relações de trabalho vigentes na área de estudo, levam o agricultor a perder parcialmente a condição de camponês puro, uma vez que vão vender as suas forças de trabalho longe da sua terra. Entretanto, a organização da força de trabalho do restante da família mantém-se com características do campesinato, mesmo no período em que o chefe da família está fora. Isso ocorre na medida em que a mulher e filhos mantêm a estrutura organizacional camponesa dentro das propriedades, independentemente do tempo de duração e da renda obtida com o trabalho sazonal; ao assumir toda essa condição a mulher e mãe agricultora familiar assumem a condição de “fiel da balança” nos processos socioeconômicos de manutenção do sistema camponês, enquanto modelo de permanência e garantia dos fluxos de mercado dos produtos, assumidos geralmente pelo pai ou marido.

Os aspectos colocados sobre o tipo de trabalho exercido nas unidades familiares podem ser fixos, temporário local ou temporário sazonal, com direção para fora do município, no estado, e para fora dele. A migração, fenômeno endêmico na área de estudo, ainda⁴⁵ é marcante na vida das famílias dos agricultores camponeses e familiares do município de Minas Novas. Esta sazonalidade dura cerca de oito meses, geralmente de abril a novembro, coincidindo com o período da “seca”. A mão-de-obra ativa masculina sai dos pequenos aglomerados rurais e das unidades de produção familiar, permanecendo somente as mulheres como responsáveis pelas tarefas domésticas e agrícolas, os velhos e crianças.

Uma estratégia adotada pelas Unidades familiares, identificada pela pesquisa, foi a formação de grupos informais ou através de associações comunitárias. Os grupos de produção, formado por agricultores que têm em comum a tradição na fabricação de algum produto, destinado ao consumo da família, processamento ou à venda aos mercados curtos ou em outros níveis regionais. No caso das unidades coletivas de processamento e

⁴⁵ A migração sazonal é um fenômeno antigo no Jequitinhonha, tendo sido marcante na década de 1970, para corte de cana em São Paulo. Apesar de reduzida pela mecanização, ainda está presente na vida dos agricultores familiares camponeses.

beneficiamento de produtos agrícolas, estas têm desempenhado um importante papel como alternativa estratégica para as unidades de produção familiares. Atualmente as ações de desenvolvimento rural em Minas Novas-MG têm sido executadas pelo poder público e por outras iniciativas apoiadas por organizações não governamentais.

O Governo do Estado, através da EMATER e demais instituições públicas, optou por trabalhar com grupos de trabalho e/ou de interesse e associações, porém, apoiando também os grupos informais de agricultores familiares em níveis diferenciados de organização, além do fato de que cada região de grupo de comunidades se caracteriza por explorações agropecuárias específicas, conforme se observa no Mapa 6: Distribuição das Produções Agropecuárias da Agricultura familiar por Grupo de Comunidades – Minas Novas – MG - BR.

“Desde que os camponeses observem a lógica e as vantagens de uma organização de seu trabalho e de sua vida, e que tenham à sua disposição os meios de realizá-la, eles o fazem e mudam muito rapidamente seu modo de ver e de pensar em função dessa lógica nova” (MENDRAS, 1976:198).

Foram identificados Grupos de Trabalho na pesquisa de campo, através do questionário, permitindo que se percebesse o perfil dos entrevistados através de atividades associativas e de produção, quando se constatou que 81,94% (59) das famílias estudadas participam de alguma associação, independente do grupo de trabalho a qual pertence. De acordo com um dos agricultores entrevistados: “associação é bom participar, se a gente tiver fora, quando vier os benefícios, não tem jeito de reclamar o leite derramado. Depois que as associações surgiu, muitas coisas boas vieram juntas” (Entrevista 42).

Segundo com a Secretaria Municipal de Assistência Social, na área de estudo existem 92 associações comunitárias de produtores e de moradores, sendo 87 rurais, dentro de uma rede de 138 localidades, além de uma Confederação de Associações Comunitárias - CONFASCOM, que congrega 42 dessas organizações comunitárias. Os principais grupos de trabalho congregam produção e produtores de apicultura, produção de leite, cana-de-açúcar, mandioca, fruticultura, café, comunidades tradicionais quilombolas, de artesanato com ações que buscam a segurança alimentar; discussão e formação de grupos de trabalho de mulheres, juventude rural, educação ambiental, e de convivência com a seca (água, Cerrado e Semi-árido), todos os casos utilizando a MEXPAR⁴⁶ como referencial metodológico.

⁴⁶ Refere-se à Metodologia Participativa de Extensão Rural Para o Desenvolvimento Sustentável - MEXPAR, desenvolvida pela EMATER-MG, a partir da experiência dos profissionais de extensão rural, tendo como referência a participação dos atores e comunidades na construção do processo de desenvolvimento. A partir da construção de diagnósticos participativos são identificados problemas e potencialidades, uma ampla discussão sobre o futuro dos lugares é iniciada, com o estabelecimento de metas, projetos e resultados, considerando as especificidades de cada local.

Mapa 6

O grupo de apicultura é representado pela Associação dos Apicultores de Minas Novas - AAPIMN, com 51 associados, sendo que 45 são agricultores familiares e 17 destes já foram beneficiados pelo PRONAF, distribuídos por todas as regiões do município. Este grupo tem sido apoiado por diversas instituições de apoio e fomento. Nos últimos anos registram-se projetos do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA, Fundação Banco do Brasil - FBB e do Programa de Desenvolvimento Territorial, para a aquisição de kits de materiais apícolas, colméias, roupas de apicultor, ferramentas, equipamentos e construções de casas de mel para o processamento primário nas comunidades de Santiago, Palmital e na cidade de Minas Novas, com vistas à construção de uma rede de processamento primário que culminará com um entreposto regional de beneficiamento e comercialização de produtos da apicultura na cidade vizinha de Turmalina.

O Grupo de Leite está organizado em quatro regiões, Paudolinho, Baixa Quente, Ribeirão da Folha e na Sede, portanto, em comunidades das três regiões de estudo. Até o final de 2006 apenas o grupo da região de Paudolinho, constituído por 61 agricultores familiares, estava em situação mais avançada em termos de organização, infra-estrutura, mercado e crédito rural, tendo sido instalado um tanque de expansão para armazenamento de 2.200 litros de leite, efetivado um contrato de fornecimento para o laticínio de Turmalina e, sendo que 52 dos produtores, já obtiveram crédito rural do PRONAF, nas modalidades C e D, considerando o quesito renda familiar.

O Grupo de Café, localizado na região da região do Capivari (nascentes) é formado por 51 agricultores familiares, distribuídos pelas localidades de Santiago, Trovoadas, São Pedro do Alagadiço e Quilombo. As unidades de produção familiares nestas regiões são “enclaves agrícolas”⁴⁷ localizadas nas grotas e vales, pois as chapadas estão ocupadas por nove grandes fazendas produtoras de café, eucalipto e de um estabelecimento com cana para produção de cachaça - único do município com registro e marca, junto ao Ministério da Agricultura e Saúde, cuja produção é destinada para redes de supermercado de São Paulo e Rio de Janeiro. Os agricultores familiares desta região se enquadram como C ou D nas modalidades de crédito do PRONAF, considerando a renda familiar bruta anual das famílias.

O grupo da Cana-de-Açúcar, formado por agricultores que fabricam rapadura, açúcar mascavo e de cachaça, estão distribuídos nas três regiões, mas com maior intensidade na região do Fanado. Os agricultores familiares que fabricam açúcar mascavo e rapadura estão organizados em associações trabalhando nas unidades comunitárias de processamento artesanal. As regiões do Fanado e Setúbal destacam-se como produtora de rapadura, e, no

⁴⁷ Termo usado por Tubaldini. In: Relatório de Pós-Doutorado em Desenvolvimento Rural Local. Lisboa (Portugal): UNL, 2006.

caso do açúcar mascavo, um maior volume vem da localidade de Araújo, na do Capivari, sendo crescente a produção deste produto em outras localidades e estabelecimentos dispersos pelas regiões. Estes agricultores e camponeses de rapadura e/ou açúcar mascavo são menos capitalizados que os de cachaça, geralmente na categoria C do PRONAF.

Os produtores de cachaça apresentaram grande resistência para a organização em associações, preferindo manterem-se na clandestinidade com receio que a legalidade traga impostos e fiscalização. Entre estes produtores, apesar de familiares, o perfil é individualista marcado pelo capital onde a competição por preço, lucro e mercado são mais forte que a noção de associativismo. Em 2004 houve uma tentativa de se formar uma cooperativa, que fracassou e que de acordo com os produtores de cachaça entrevistados a causa foi a intervenção mal sucedida da Prefeitura no processo.

Um levantamento realizado pela EMATER identificou cento e três alambiques de produção de cachaça no município. São pequenos engenhos e alambiques artesanais nas unidades familiares e processam, além da cana do proprietário, as dos vizinhos, no sistema de meação; cada estrutura reúne de quatro a sete famílias, com produção total média estimada de 8000 litros anuais de cachaça por alambique.

Já os agricultores que produzem rapadura e/ou açúcar mascavo são menos capitalizados que os de cachaça, geralmente numa média C no PRONAF. As regiões do Fanado e Setúbal destacam-se como produtora de rapadura, e, no caso do açúcar mascavo, um maior volume vem da localidade de Araújo, na região do Capivari, sendo crescente a produção deste produto em outras comunidades e unidades familiares dispersas pelo município. Os produtores de cachaça têm também, já instalados e em funcionamento, uma micro unidade de engarrafamento instalada na sede do município, com recursos do MDA através do programa de desenvolvimento territorial. Os agricultores familiares que trabalham com esta atividade estão na sua maioria, enquadrados no grupo D do PRONAF.

Os Agricultores e produtores de Mandioca não se consolidaram como grupo, salvo os casos de Unidades Comunitárias de Produção de Farinha e Polvilho que são importantes embriões para o fortalecimento deste grupo; em sua maioria são enquadrados no PRONAF B, mas com evoluções importantes para a modalidade C no quesito renda familiar.

Outro importante grupo de interesse que tem ganhado destaque é o grupo das comunidades tradicionais quilombolas. Em Minas Novas-MG, são três as associações reconhecidas como quilombolas, a de Cabeceiras do Ribeirão da Folha (região do Setúbal), a de Quilombo na região de Santiago (na região das nascentes do Capivari) e a de Macuco, que reúne as comunidades de Macuco, Mata Dois, Pinheiro e Gravatá (região do Fanado).

Todas são reconhecidas pela Fundação Palmares, após estudos antropológicos realizados nestas comunidades. São famílias com fortes traços de camponeses e representados por dois grupos, um fortemente caracterizado como um agricultor mais periférico (Macuco e Cabeceiras) e outro em processo de transição de periférico para consolidado (Quilombo), sendo que a maioria público alvo do Grupo B do PRONAF.

Figura 3

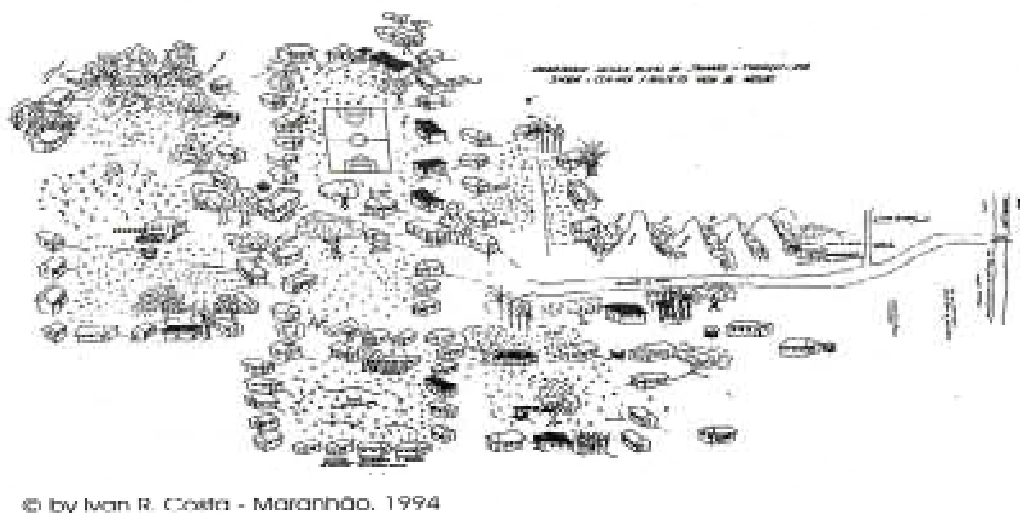


Figura 3: Configuração espacial característica das Comunidades Quilombolas no Brasil.
Fonte: (ANJOS, 1999:36 *apud* LIMA, 2006:30).

Na região quilombola de Macuco, Mata Dois e Pinheiro há predominância de camponeses que têm na policultura a sua atividade agrícola, com destaque para a produção de mandioca para a fabricação de farinha e polvilho que são vendidos na feira livre ou em grupo para mercados institucionais e o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar do Ministério do Desenvolvimento social. O grupo de famílias possui uma unidade de processamento de farinha financiada pelo programa MG II na década de 1980 e ampliada com recursos do Programa Fome Zero, através do CONSEA. Nesta região também é marcante a presença de artesanato de palha de milho, de caixas e tambores feitos com couro de animais e tronco de árvores. São fortes as manifestações folclóricas e artistas das famílias desta região.

Na comunidade de Quilombo, o perfil de agricultor é de camponês. Trata-se de famílias posseiras que ocupam uma área reclamada pela Fundação Pietro Salini, no entanto,

o INCRA já demarcou o assentamento para regularização fundiária. As unidades familiares são de até 30 hectares, onde praticam a policultura e em alguns estabelecimentos o cultivo de café em pequenas áreas. Estão num estágio de periférico a consolidado e inserem-se num sistema mercantil simples, em processo de integração com o mercado de café. Pela proximidade com Capelinha, estas famílias têm neste município o centro dinâmico onde procuram pela maioria dos serviços e para onde levam seus produtos para a feira livre. Na comunidade existe uma tenda de farinha comunitária financiada pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social – SETAS, na década de 1990. Observam-se manifestações artísticas, e folclóricas, com a existência de um grupo de marujada, mas as religiosas são marcantes em todas as famílias.

A comunidade de Cabeceiras, pela localização vive um drama do isolamento da ação política e pública. São agricultores camponeses com pouca terra, tendo a sobrevivência garantida pela venda da mão-de-obra para as fazendas de café e de eucalipto da região. Recentemente foi reconhecida como quilombola, onde se espera atrair uma maior atenção das ações e instituições. Observou-se uma forte manifestação religiosa das famílias, mas há fortes indicativos de pobreza e da necessidade do acesso a serviços básicos. Não se verificou cultivos e produções que ultrapasse a linha da subsistência.

O Grupo de Artesanato concentra dois pólos, um no agrupamento rural de Coqueiro Campo e outro nas comunidades de Forquilha e Cachoeira do Fanado (na área do Fanado), ambos têm associações de artesãos bem organizadas, com experiência na atividade e já integrada a diversos mercados. É constituído por mulheres que residem com suas famílias em casas com quintais onde constroem uma pequena casa de artesanato, o forno para queima das peças de cerâmica, integrado ao forno de assar biscoitos de polvilho, bolos, broas de fubá e a pedra para torrar a farinha, é uma mini-indústria artesanal construída de tijolos e barro, sempre caiada pela argila branca que dá uma sensação de limpeza. Estes grupos receberam em 2006, o apoio de projetos da Fundação Banco do Brasil, tem assessoria do SEBRAE e acompanhamento da EMATER.

Trata-se de agricultores familiar-camponeses pluriativos e que tem no artesanato uma importante fonte de renda e ao longo dos anos, descobriram na argila a única riqueza que sobrava para inúmeras famílias de agricultores excluídas de processos econômicos do Vale; o sentimento, a arte e a criatividade são os tripés deste novo gênero de agricultor familiar, aonde o marido e filhos vão para a lavoura e a mulher e as filhas vão para o barreiro. Os locais de plantios, minifúndios, estão localizados, em enclaves entre as plantações de eucalipto e as áreas de campo de cerrado. De acordo com informações da Secretaria

Municipal de Cultura de Minas Novas, a qualidade de vida destas famílias tem melhorado consideravelmente em decorrência da geração de trabalho e renda, considerando que suas cerâmicas artesanais têm alcançado valores monetários antes não imaginados, e quanto suas ligações com os pequenos valores financiados, através do PRONAF, são famílias que ainda se enquadram no PRONAF B a C.

Nesta mesma lógica, tem-se feito um esforço importante por parte de órgãos públicos e organizações não governamentais no sentido de fortalecer estes grupos como estratégias de fortalecimento e permanência dos agricultores familiares. Outro grupo que tem demandado uma atenção especial das políticas públicas é o de agricultores familiares feirantes, mas que até o momento não encontrou eco nas suas reivindicações.

A feira livre do produtor de Minas Novas constitui-se como o principal meio de comercialização direto ao consumidor por aproximadamente 400 agricultores. O projeto Feirante foi uma ação que desde o ano de 1990 vem trabalhando com os agricultores familiar-camponeses feirantes, onde a Prefeitura participa com o transporte do produtor e sua produção, através de caminhão ou ônibus que passam por várias comunidades para transportar os agricultores feirantes e seus produtos até o mercado. Este transporte é colocado aos sábados, em algumas comunidades ele acontece semanal ou quinzenalmente, dependendo da localização das comunidades dos feirantes.

No entanto percebe-se uma precariedade na exposição dos produtos da feira, sendo que a grande maioria dos feirantes ainda expõe seus produtos no chão da rua, sem cobertura, o que provoca uma má impressão para o consumidor, sendo que as bancas de madeira são limitadas a poucos feirantes. Segundo informações da Secretaria de Assuntos Rurais e meio ambiente da prefeitura Municipal, já existe um projeto para ampliação do Mercado, com mais bancas e balanças a serem implantadas até o final do ano de 2007.



Foto 13: Feira Livre do produtor rural de Minas Novas.
Fonte: Pesquisa de campo, Minas Novas, 2006.

Na feira comercializam-se principalmente frutas e verduras, que predominam em 55,0% dos pontos de venda. Contudo vários outros produtos são comercializados, sendo divididos em seis categorias: produtos da agricultura, cultivados e comercializados com um processamento mínimo, como alface, feijão preto, comum, andu (ou guandu), de corda, favas, mandioca e outros; produtos coletados na natureza e vendidos *in natura*, como pequi, panã, palmito, etc; produtos da indústria doméstica rural, que recebem processamento, como doces (de leite, mamão, amendoim), óleo de pequi, rapadura, geléia de mocotó, corante de urucum, farinha de milho e mandioca, pamonha, cachaça, fumo, etc; além desses produtos, são vendidos também alimentos para consumo imediato, como pamonha, bolos, biscoitos, etc. produtos do artesanato, como peneiras, vassouras, colheres de pau, artesanato ornamental de argila, etc; Carnes de suínos e bovinos e ovos; e, animais vivos.

A principal ação pública de apoio e fortalecimento da feira livre dos agricultores de Minas Novas é o Projeto Feirante. De acordo com a Secretaria de Assuntos Rurais da prefeitura, este projeto iniciou-se na década de 1990, ocasião em que foi realizado um grande levantamento dos feirantes e de comunidades que tinham a tradição de comercializar seus produtos no Mercado municipal. Com este levantamento foi mapeado o perfil dos feirantes por comunidade e por produtos. A principal reivindicação foi pelo transporte dos feirantes até a cidade, ocasião em que a Prefeitura disponibilizou caminhões e ônibus para atender às principais comunidades que possuíam número considerável de agricultores

feirantes. O projeto tinha um agricultor coordenador por comunidade e tinha acompanhamento de um técnico da Prefeitura. Nos anos posteriores houve uma ampliação do projeto com a inclusão de novas comunidades, agricultores e rotas. O projeto, com as mudanças de prefeito, sofreu mudanças e perdeu o controle totalmente. Atualmente a maioria dos feirantes paga por este transporte, as outras ações de acompanhamento foram abolidas pelo município.

Segundo Relatório sobre a feira livre de Minas Novas (UFLA, 2004), aproximadamente 2.000 pessoas comparecem á feira aos sábados, a contagem de presença no mercado indicava um total de 2051 pessoas, sendo 984 homens e 1017 mulheres, foi possível ainda identificar o número de usuários do transporte do projeto feirante, sendo 470 feirantes o número mínimo dos que usa este serviço; afirma-se que se utilizou este mínimo pelo fato de muitos agricultores das adjacências à sede que se deslocam para a feira a pé, de animal e de outros veículos próprios ou particulares.

De acordo com a pesquisa, se considerar Minas Novas um município com 30.646 habitantes (IBGE, 2000), considerando cada família com uma média de cinco membros, chega-se a afirmar que existem 6.129 famílias no município; considerando que a feira 1,5 pessoas/família conclui-se que a feira é freqüentada por membros de 1.367 famílias, rurais e urbanas, o que corresponde a aproximadamente 23% das famílias do município encontrando-se semanalmente no Mercado Municipal. A feira além de se constituir como uma das principais fontes de abastecimento configura-se como um espaço não apenas de trocas, mas também de lazer, um evento social, um dia de encontro e de festa.

Dos entrevistados para esta pesquisa, 52,77% (38) vendem seus produtos na feira, outros 16,66% (12) enviam seus produtos através de outros feirantes, usando parte do espaço da banca e, 30,55% (22) sempre que podem participam da feira como freqüentadores, utilizando o transporte da Prefeitura para resolver outros assuntos na cidade. O perfil dos feirantes, considerando o enquadramento no PRONAF, caracteriza-se entre o B e o C.

Observa-se nos casos das regiões estudadas as famílias inseridas num “sistema mercantil simples” concentram-se nas regiões do Capivari e do Setúbal, com a comercialização dos produtos excedentes; trata-se de um sistema mercantil simples, onde são obtidas pequenas somas que se destinam a adquirir outros produtos que a unidade familiar não é capaz de produzir. Os mercados que absorvem a produção destas unidades de produção familiares encontram-se nas feiras livres dos municípios de Capelinha, Chapada do Norte, Turmalina e Minas Novas. Para a feira de Capelinha são levados café,

farinha de mandioca, polvilho, rapadura, queijo e doce de leite; para Chapada do Norte, verduras e frutas; para Turmalina, farinha de mandioca, frutas, verduras, mel e leite para o laticínio. Já para Minas Novas são encaminhados os produtos e derivados de estabelecimentos de todas as regiões do município.

A pesquisa detectou um fluxo de mercado alternativo pouco conhecido, o envio de gêneros para a região de Ribeirão Preto e São Paulo, onde se encontram várias famílias da região, através da linha de ônibus diário, onde seus passageiros saem abarrotados; tal fluxo foi percebido também no caso das linhas de transporte alternativo através de quatro veículos utilitários que transportam passageiros semanalmente para Ribeirão Preto e outras cidades da região Oeste paulista. Encontrou-se ainda a venda de produtos para outros atravessadores, outros no comércio local e, em alguns casos em mercados institucionais como as escolas estaduais, o caso do leite e para o Programa Compra Direta da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Social, através da Prefeitura. Percebe-se num fluxo endógeno dinâmico, onde os pequenos dinheiros circulam num raio limitado, alimentado um sistema de mercado de “dentro pra dentro”, como fator de equilíbrio para as unidades de produção familiares que se encontra em processo de ensaio para o alcance de mercados de maior abrangência, conforme se verifica no Mapa 7: Fluxo dos Produtos da Agricultura Familiar – Minas Novas – MG - BR.

Na região do Fanado, os agricultores entrevistados residem ou têm suas unidades de produção nas comunidades de Bananal, Bemposta, Bentinho, Bonsucesso, os Buritis Boa Vista, Paraíso e Valverde, Córrego Maurício, Curralinho, Fanado Acima, Inácio Félix, Lambari, Macuco, Manoel Luiz, Mata Dois, Pinheiro, Pinheiro e Rocinha.

Na do rio Capivari, refere-se às localidades de Araújo, Capivari Contendas, Carvalhaes, Contendas, Paudóleo, Ribeirão da Folha, Ribeirão do Meio, Ribeirão dos Santos, Santiago, São José do Capivari, São Pedro do Alagadiço e Quilombo.

Na do Setúbal, as localidades de Beira do Setúbal, Cachoeira do Ribeirão da Folha, Córrego Seco, Estiva-Campos, Faz. Fabrica, Indaiá de Baixo, Mangabeira, Mata Pequena, Mato Grande, Palmital, Pindaíba, Pedra Preta e Serra.

As vias de acesso, que ligam estas comunidades, se encontram em precário de conservação, principalmente os de acesso aos estabelecimentos, com alguns trechos intransitáveis. As estradas principais, nas chapadas estão em melhores condições, graças a parceria do município com uma empresa reflorestadora, pois esses trechos são os que estão juntos às plantações de eucaliptos.

Mapa 7

6.5.1 As Moradias nas Unidades de Produção Familiares

No levantamento da pesquisa de campo observou-se que, em relação às moradias dos agricultores familiares camponeses, a disposição das casas se dá de forma semelhante, dispostas espacialmente de forma aleatória, com a distância entre uma e outra podendo variar de 30 a 400 metros. Nas localidades da região do Fanado observa-se que a topografia é mais acentuada, sendo que a maioria das unidades localiza-se na “alta e média vertente”. Na região do Capivari, há uma variação na ocupação, no caso da região das cabeceiras, onde as áreas são mais planas, as unidades concentram-se na “alta vertente”, no Médio Capivari, variam de “baixa a média vertente”. Já no caso da região do Setúbal variam de média a baixa vertente, considerando que a topografia é variável, com áreas de baixadas e outras de média declividade. Em todos os casos, a localização das moradias têm como referência os cursos d'água e em segundo lugar o acesso por estradas vicinais.

Observou-se que, no geral, as casas são simples, de cinco a nove cômodos, sendo que o mais comum é das residências terem seis. Em todas as moradias o teto é de telhas de cerâmica. Das setenta e duas unidades familiares estudadas 77,77% (56 casas) são de “adobe”⁴⁸ e 22,22% (16 casas) de alvenarias, sendo que 60,0% dos entrevistados disseram terem construído suas casas e 30,0% as reformaram para poder morar e 10,0% já receberam prontas dos pais ou avós. No geral, as casas são bem cuidadas e em bons estados de conservação. Todas possuem banheiros, que podem estar instalados dentro ou fora das casas, de acordo com idade das construções, sendo instalações simples na maioria dos casos. Quanto ao esgoto doméstico, 100% é lançado em fossas comuns; e é comum que a água da cozinha escoe no quintal para molhar as plantas.

Quanto ao abastecimento de água, todas as unidades da região do Capivari, região das cabeceiras são por gravidade; na região do Médio Capivari, 75% dos casos são abastecidos por água de poços artesianos e 25% por captação de nascentes, por gravidade. Nas unidades da região do Fanado 97,22% das residências pesquisadas (70) são abastecidas por poços artesianos e 2,77% (2) por captação direta do rio. No caso da região do Setúbal, 84,72% (61) são abastecidas por poços artesianos e 15,27% (11) por captação direta de nascentes ou rio.

⁴⁸ Adobe é um tipo de material de construção moldado o barro em fôrmas de madeira e secado ao sol. Em alguns locais, além da terra e água utilizam-se capim cortado e esterco bovino fresco como estabilizadores. Depois de amassado, o barro é colocado em uma forma de madeira e colocado ao sol para secagem, para depois serem retirados da forma.

Ressalta-se que em algumas localidades do Fanado, em função do projeto de captação de águas de chuvas, Programa Um milhão de Cisternas⁴⁹, algumas famílias possuem caixa subterrânea onde são adaptados tubos nos telhados para captação de água de chuvas. As pequenas barragens de terra para captação das águas de chuvas, construídas pela prefeitura, através do programa “barraginhas”, parceria da EMBRAPA e FIAT ALLIS, somada àquelas construídas pelos próprios agricultores com trabalho manual de enxada ou utilizando sacos plásticos, tem apresentado-se como importante instrumento de reservação de água para o período de maior estiagem, sendo muito utilizadas para dar de beber aos animais e para pequenas irrigações.



Fotos 14 e 15: Barraginhas e Sistemas de captação de água da Chuva na Comunidade de Macuco.
Fonte: pesquisa de Campo, Minas Novas, 2006.

Tabela 19
Tratamento da Água Consumida nas Unidades de Produção*

Filtrada	Fervida	Filtrada e fervida	Outros	Nenhum tratamento
77,77%	2,77%	4,16%	2,77%	12,5%

* Água para consumo (beber e cozinhar)

Fonte de dados: Dados consolidados das entrevistas.

Quanto ao tratamento do lixo doméstico, considerando as entrevistas, 70,83% (51) dos agricultores disseram queimar o lixo, 6,94% (5) o enterram; outros 22,22% (16) o jogam em valetas ou a céu aberto.

“o negocio do lixo é sério, todo mundo joga lixo em todo canto, até as escolas dá mau exemplo. A daqui mesmo tem um montão de sujeira nos fundos. Como é que os meninos vão aprender ?” (Entrevista 26).

“Se desse um jeito da gente juntar o lixo e levar pro povoado nuns sacos para depois enterrar tudo ou o caminhão pegá, que seria bom” (Entrevista 09)

⁴⁹ Programa destinado ao Semi-árido brasileiro, cuja gestão é da Articulação do Semi Árido – ASA. No caso de Minas Novas, o gestor é o Centro de Assessoria aos Movimentos do Vale do Jequitinhonha – CAMPO VALE.

Observou-se que das 72 unidades de produção familiar estudadas, apenas 3 não possuem energia elétrica; as demais, ou já tinham energia ou foram beneficiadas pelo “Programa Luz Para Todos” do Governo Federal, no período de 2005-06, sendo 48 as famílias atendidas por este programa e 21 que já possuíam energia elétrica. Comparando o acesso a infra-estrutura do município de Minas com as unidades de produção estudadas, as tabelas 20 e 21 demonstram uma situação favorável dos agricultores familiares da pesquisa em relação ao município como um todo.

Tabela 20
População com acesso a bens e serviços básicos – Minas Novas – em %

	1991	2000
Água encanada	18,3	45,8
Energia elétrica	29,7	46,4
Coleta de lixo*	36,7	86,2
Geladeira	10,7	29,1
Televisão	11,7	32,5
Telefone	0,4	3,3
Computador	Não Disponível	1,1

*Apenas os domicílios urbanos.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (FJP, 2002).

Com a energia elétrica nas casas, o acesso a bens de consumo, principalmente eletrodomésticos nos domicílios aumentou consideravelmente segundo os entrevistados, como se pode verificar na tabela. Observou-se em campo que mesmo antes da chegada da energia elétrica às residências, muitas famílias já haviam adquirido alguns eletrodomésticos, com a expectativa de utilização.

Tabela 21
Energia Elétrica nas Unidades de Produção – em %

Ferro Elétrico	Celular	TV	Antena Parabólica	Fogão/gás	Geladeira	Rádio	Som/DVD
20,22% (16)	29,16% (21)	84,72% (61)	12,5% (9)	68,5% (49)	76,38% (55)	100,0% (72)	26,38% (19)

Fonte: Banco de dados consolidados da pesquisa. Organizados pelo autor.

Em todos os casos a energia elétrica foi associada à melhoria das condições de vida, da “esperança” em continuar na roça com os recursos da cidade. De todos os bens, o mais valorizado é o rádio, para os homens e a geladeira para as mulheres, seguindo a televisão para ambos os casos. Tal importância é justificada, no caso dos homens, “*é que o rádio se tem notícias das coisas do lugar, a televisão é boa, mas durante o dia num dá pra assisti e as coisas é mais as de fora.*” (Entrevista 38). No caso da geladeira, a conservação e

aproveitamento dos alimentos melhoraram significativamente, sem prejuízo do modo tradicional de conservar, bem como na qualidade da alimentação da família.

“graças a Deus a luz veio. Agora a gente pode realizar o sonho de beber um suco gelado, ouvir notícias e até luxar com as novelas, igual na cidade” (Entrevista 11)

“a luz só veio este ano, tem uns poucos meses. o que mais faz falta é geladeira e estamos juntando dinheiro pra comprá uma, mas também a comida que nos faz não sobra, é sempre nova. A carne nós guardava na lata de gordura. Com a luz tá muito melhor, agora a gente tem TV, som e luz na casa toda, tá muito bom”. (Entrevista 48)

Todas as famílias possuem fogão a lenha, sendo este o meio principal para o preparo de alimentos, mesmo nas casas onde há o fogão a gás, que geralmente é utilizado apenas para o preparo de pequenas coisas.

Uma importante observação dos espaços das unidades refere-se ao quintal, que assume o meio-termo entre a casa e as “áreas largas”, representam o lugar mais dinâmico da família, depois da cozinha; quintal como o espaço da construção dos primeiros movimentos além lar, microcosmo da produção familiar, onde mora a diversidade, matriz da agricultura, homeopatia, dos ritos e da oração, confirmação da fé e da fuga do vazio que os outros espaços deixaram de ser. É um cantinho especial donde os pensamentos se fazem, os sonhos gestam e os planos futuros se iniciam.

O quintal é a gema, que alimenta e supre as necessidades mais imediatas e as demandas mais próximas, espaço da mulher, da criança e do ancião, enquanto o homem, pai ou filho adulto, dedica-se a conquista de bens em outras terras, migrantes por tradição e vocação. Os seres dos quintais reproduzem sua cultura e modo de vida, que determina seu modo de ser e agir, árdua necessidade e desafio de valorização de permanências face às mudanças, como se as terras do Jequitinhonha fossem veias abertas no coração das gerais.

O último ponto abordado pela pesquisa foi sobre a migração e como este fenômeno é compreendido pelos agricultores familiares. A migração no Vale do Jequitinhonha expulsa grande contingente da população rural economicamente ativa. Segundo estimativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de Minas Novas saem anualmente de 9000 a 12000 migrantes. No entanto, ainda faltam estudos e estatísticas precisas para comprovar os números deste fenômeno social. Para esta pesquisa o único registro oficial encontrado foi

um dado obtido pelo consórcio COSAM⁵⁰, de Ribeirão Preto, que emprega anualmente 3.700 trabalhadores de Minas Novas.

Considerando que as políticas públicas, inclusive o PRONAF, se apresentam como uma possibilidade de conter o êxodo rural e a área da pesquisa tem nessa questão quase como uma “endemia social”, julgou-se importante saber a opinião dos agricultores familiares sobre tal fato; a pesquisa e as questões levaram em conta a opinião de migrantes e não migrantes, vez que o processo de expulsão de mão-de-obra insere-se numa rede, que afeta todo o conjunto e dinâmica sociopolítica e econômica do município.

Em relação aos aspectos da migração sazonal, dos entrevistados, 68% (51) já migraram. Quando adicionado no questionário se algum membro da família migrou, esta porcentagem subiu para 91,66% (66). Do total de entrevistados 16,66% (12) ainda migra anualmente. Na opinião global dos agricultores estudados (72), 91,66 % (66) associa a idéia da migração a de sofrimento, distância da família e ilusão de ganhar dinheiro, acreditando que este fenômeno está para acabar. “O serviço de São Paulo tá com os dias contados. Daqui uns dias num vai poder mais queimar cana e as máquina tá tomando conta do serviço da homaiada. Quem num arrumar um jeito aqui mesmo vai tá perdido” (Entrevista 13).

Na opinião dos agricultores que ainda migram anualmente, sozinhos ou com os filhos, a renda líquida média obtida por mês é variável e depende do trabalhador, hoje a média de renda bruta varia de R\$ 850,00 a R\$ 1.100,00 mensais. As despesas são grandes e dependendo do local pode passar de 60,0% por mês, “chegando ao ponto de sobrar uns 340,00 para o peão”. Tem uns que juntam e sobra no ano, mais ou menos uns três mil, o suficiente pra comprar uma moto e voltá pra casa” (Entrevista 06).

Para entender a questão da renda necessária para não precisar migrar, a maioria absoluta 81,94% (59) afirmaram que dois salários mínimos livres perto da família seriam o suficiente. Quando se questiona se as condições atuais do município são suficientes ou não, para evitar sua saída e o que falta no geral a opinião é que as coisas estão mudando, mas para a maioria sair ainda é uma alternativa, pois trabalhar fora é uma decisão própria que o agricultor pode tomar; já fazer as coisas necessárias aqui está nas mãos de outros. Segundo o ponto de vista destes agricultores, “é preciso mais recursos, principalmente para água, melhoria das estradas e mais dinheiro para projetos produtivos, indústrias e outras melhorias” (Entrevista 32).

⁵⁰ A COSAN é um consórcio de 16 usinas canavieira da região de Ribeirão Preto-SP, que atuam conjuntamente na contratação de mão-de-obra para o trabalho sazonal. Os técnicos deste grupo, geralmente, vão até a origem dos trabalhadores para realizar a seleção e exame médico, dispensando os agenciadores de mão-de-obra conhecidos como “gatos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados da pesquisa de campo, observadas as demais informações contidas nas DAP e as entrevistas com os agricultores de Minas Novas, camponeses e familiares, assim como as lideranças estudadas, permitiu algumas considerações finais para o estudo proposto e realizado.

Ficou evidente a importância que o PRONAF assume para os agricultores familiares estudados, não apenas pelo fato de receberem os recursos, mas por permitir acesso dos agricultores, dos mais simples aos mais abastados, numa política pública adotada exclusivamente para o fortalecimento da agricultura familiar.

Constatou-se ainda, quanto às políticas públicas e ao PRONAF, um aumento na participação dos agricultores familiares nas associações comunitárias, no Sindicato dos Trabalhadores, grupos organizados e no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, fortalecendo o capital social.

Observou-se que o papel da mulher tem sido crescente na busca e acesso ao crédito, principalmente o PRONAF B. De 2000 a 2006 792 famílias obtiveram DAP, sendo que as análises preliminares apontam que deste universo 322 (40,65%) foram para mulheres. Quanto à escolaridade, tanto como primeira ou segunda titular na DAP, as mulheres apresentam um nível superior em relação aos homens em todas as faixas etárias.

Destaca-se que a totalidade das mulheres entrevistadas, agricultoras familiares, privilegiou em primeiro lugar a segurança alimentar, a sustentabilidade do estabelecimento e a garantia das condições para manter a família unida; além de que estas mesmas primam pelo uso dos “pequenos dinheiros”, tendo uma capacidade racional de controle de uso e aplicação dos recursos,

No entanto, de acordo com os dados obtidos nas DAPs, a condição jurídica da posse, no caso da mulher, 78,0% dos casos a proponente é posseira, considerando a não regularização da documentação da terra; e no geral, apenas 40,0% das famílias estudadas, entre homens e mulheres como titulares principais, possuem o registro da terra em Cartório de Imóveis. Em relação ao perfil das famílias, observa-se que as condições naturais, acesso à água mais que do que a disponibilidade de terra tem sido determinante no enquadramento nas linhas de crédito. Tal enquadramento determina os valores a serem obtidos junto aos agentes financeiros, o que se percebem as diferenças apresentadas pelas famílias e unidades de produção localizada nas regiões do Capivari, Fanado e Setúbal, em função das

características de cada uma, pois quanto maior a disponibilidade de água, melhor as condições gerais das famílias.

O trabalho sazonal ainda constitui-se como uma “solução” para muitos agricultores, em resposta a falta de oportunidades de trabalho na região e a pouca rentabilidade de sua produção, que em muitos casos não é suficiente nem mesmo para seu próprio consumo. Para as esposas e filhos que permanecem na propriedade, resta o trabalho, a manutenção da terra e a esperança de que o chefe da família volte para o seio da família com saúde e dinheiro. Para os pais que vêem os filhos seguirem o mesmo caminho da migração resta a “esperança de que o Governo ajude a melhorar as condições de vida na roça” (Entrevista 29), para que eles possam permanecer junto à família, fixar raízes e obter o sustento da sua terra, sem haver a necessidade de sair para vender a sua força de trabalho, correndo todos os tipos e risco.

Concluiu-se pela pesquisa, que um dos desafios colocados ao PRONAF, é o caso dos migrantes. De acordo com técnicos e lideranças, as unidades de produção familiar que têm no “dinheiro de São Paulo” uma parte importante da renda familiar são afetadas no enquadramento da família no programa, que utiliza a renda bruta familiar anual como um dos critérios de enquadramentos.

O aumento de famílias deslocando-se para as áreas marginais da cidade é percebido anualmente, com abandono de inúmeras unidades familiares e esvaziamento de algumas localidades. Localidades que se caracterizava pela presença de agricultores familiares periféricas se esvaziam, presenciando o percurso de muitas famílias para uma situação de quase indigência, onde a sobrevivência no campo é substituída por uma “subvivência” urbana, aumentando as fileiras dos candidatos às políticas compensatórias de governo.

“hoje os filhos num valoriza a terra. A gente vê que o jovem ta é precisando de incentivo. Eles valoriza a migração, farta incentivo do Governo pra eles ficá na terra. Antigamente cada um crescia querendo fazer uma rocinha, criá familia na terra. Hoje a juventude valoriza a mão-de-obra. Se continuá assim, daqui um tempo vai ter só velho cuidando das roça, os moço só que sai pra fora prá trabalhar e quando tão aqui, só quer saber de descansar”. (Entrevista 04)

Merece destaque para os gestores do PRONAF o fato de que 95,0% dos entrevistados só conhecem o PRONAF como crédito bancário, desconhecendo a cadeia de fomento que o programa se propõe, incluindo a assistência técnica, apoio às organizações e

estímulo na conquista de mercado para os produtos da agricultura familiar, bem como outros eixos, além da agricultura produtiva, para fortalecimento das ações de educação, saúde, cultura, meio ambiente e participação política, como meio de fortalecer a cidadania e inclusão.

A melhoria das condições de vida foi identificada em 83,82% dos casos; sendo afirmado que a vida melhorou, de uma maneira geral, depois do PRONAF; tendo influenciado a vida dos agricultores desde os de pequeno porte até os maiores. “o PRONAF deu confiança aos agricultores para ter coragem de procurar o banco sem medo de dever, principalmente pelos descontos e os prazos de pagamento” (Entrevista 48).

Observou-se ainda que com os recursos obtidos nos financiamentos melhorasse muito a condição da família e da unidade de produção, permitindo aumentar a produção, adquirir bens de consumo e serviços antes difíceis de ser adquiridos sem um fomento monetário. O PRONAF permitiu ainda que se destinassem os recursos gerados pelo aumento da produção para aquisição de outras terras, ampliando a unidade produtiva, seja para exploração atual da família ou garantia de instalação futura dos filhos. Verificou-se ainda que com os recursos adquiridos, agricultores que dividem a unidade familiar com a cidade de Minas Novas ou municípios vizinhos, passaram a dedicar mais tempo na exploração da unidade produtiva, permitindo manter os filhos mais jovens estudando na cidade.

Outro indicativo observado, de acordo com os dados da pesquisa, mostra que os agricultores têm conhecimento e interesse por sistemas e alternativas sustentáveis, a partir de ações estruturadas e consistentes das experiências locais. As análises realizadas apontam para o agricultor familiar inseridos nos grupos de trabalho por interesse e produtos do leite, mel, café, cachaça, rapadura e açúcar mascavo, como uma estratégia favorável para a agricultura familiar.

Observou-se também que o PRONAF, não apenas como crédito, tem sido apreendido pelos agricultores familiares camponeses como uma possibilidade de melhoria nas técnicas de exploração, seja na aquisição de novas ferramentas, equipamentos e máquinas, em muitos casos na aquisição de animais para a melhoria do plantel, principalmente matrizes bovina.

A melhoria nas técnicas de exploração, resultado da ação de instituições públicas e de organizações não governamentais tem promovido um novo comportamento dos agricultores no desafio de produzir, organizar-se para conquistar mercados solidários e alternativos, com a correta aplicação do PRONAF e que os recursos monetários sejam o

meio e não o fim, evitando que o crédito rural contribua para o endividamento da família, muitas vezes fazendo com que o agricultor deixe a unidade em busca de alternativas de renda para sanar o crédito.

De outro lado, constatou-se que a melhoria de muitas técnicas de exploração da atividade agrícola adotadas recebe influências dos filhos quando retornam da migração, do que propriamente da assistência técnica disponível para os agricultores, que também se queixam da carência de técnicos para atenderem à demanda dos agricultores.

Ressalta-se que muitos dos antigos produtores “independentes” ou filhos dos “notáveis” (MENDRAS, 1976:202), hoje são os agricultores familiares categorizados no PRONAF D, seja pelo fato de ter recebido as estruturas familiares mais qualificadas, por herança ou casamento, seja pelo fato de terem migrado e acumulado uma quantia de capital monetário suficiente para fortalecer a exploração da unidade familiar, ou aumentado a área do estabelecimento.

Constatou-se que ações das instituições públicas e Ongs, buscando a mudança da mentalidade e o modo de agir do agricultor familiar camponês em relação aos problemas ambientais, estão gerando bons resultados em muitas propriedades, melhor qualidade do solo e aumento da produtividade agrícola e a diminuição de processos erosivos. No entanto, observou-se na pesquisa de campo, agressões ambientais por parte de agricultores familiares, numa pressão constante pela geração de capital monetário, principalmente o carvão de matas nativas que mesmo proibido por lei é vendido ainda clandestinamente por agenciadores de empreiteiras e de outros que possuem pequenas plantações de eucalipto como forma de garantir cobertura parcial das cargas com as guias de fiscalização.

Os agricultores familiares entrevistados, com perfil de liderança nas comunidades e organizações, colocam a necessidade de participarem dos debates de políticas públicas destinadas a eles mesmos, citando: “estamos cansados de ser incluído em projetos que foram pensados pelos lá de cima” (Entrevista 32).

Observou-se que para os agricultores camponeses, a terra não possui valor de troca monetário, mas como valor de uso, meio de trabalho e sustento da família. A terra representa mais do que o meio de produção representa à vida, o futuro dos filhos, a sobrevivência. Observa-se para os agricultores familiares em processo de transição para uma agricultura mercantil, a terra tem valor de troca e comércio, o que diretamente vem influenciando também as demais famílias de agricultores no município de Minas Novas-MG. Na fala do agricultor da região do Fanado, percebe-se como a relação com a terra é

retratada, uma relação forte e afetiva; percebe-se às vezes, que os pais desabafam com tristeza, quando associam os filhos, a terra e migração, com “certa melancolia”:

“A terra é uma coisa sagrada na vida do homem, falo sempre pros meus filhos. É de onde nós tira o sustento, a terra nos dá tudo, dá casa, dá comida. Sem terra o homem num consegue viver, modo tudo vem da terra, esse papel, a caneta do senhor, a comida. A terra é a nossa mãe e temso que vivê em harmonia com ela. Num adianta querer brigar com a terra, com a farta d’água, a gente é que tem que viver em paz com a terra. A vida é difícil mas se nos desanimá as coisas pioram”. (Entrevista 04).

Segundo os dados coletados, observou-se em relação à ocupação da terra, uma tendência de “minifundização”, com a repartição das unidades de produção pelos membros da família, por herança ou casamento, e o pouco interesse por terras “secas”⁵¹ por parte de outros “de fora”, está contribuindo por um modelo diferenciado de campesinato e agricultura familiar quanto à ocupação da terra, onde cada dia cresce o cotidiano de inúmeras famílias que divide a cidade com o estabelecimento rural; no entanto ainda é forte a reprodução de práticas e valores da cultura camponesa, tanto no “*modus vivendi*” quanto no “*modus operandi*”, mesmo que se percebe o aumento da dependência de recursos externos, oriundos dos benefícios sociais e previdenciários somados a outras rendas marginais, como os capitais resultantes da migração sazonal e outros.

Em relação à ocupação do espaço, constatou-se a concentração fundiária no poder de reflorestadoras e cafeicultores, nas chapadas e nas nascentes dos cursos d’água, enquanto nas áreas intermediárias “das grotas”, entre as chapadas, e seus vales, são ocupadas por uma rede de comunidades compostas de agricultores familiares camponeses. Tal ocupação afetou visivelmente o ambiente, cujos efeitos possíveis percebidos foi o desequilíbrio hidrológico e a própria organização espacial que tomou uma nova configuração nos aspectos de uso e troca.

Pode-se concluir através das análises neste trabalho que os agricultores das comunidades rurais de Minas Novas, em sua maioria, se encontram em um nível de organização de trabalho familiar camponês. A subsistência da família vem em primeiro lugar para o agricultor e a força de trabalho dos membros da família constitui-se como condição essencial para que isso ocorra. O resultado monetário é muito pequeno não havendo a intenção clara e objetiva do agricultor buscar lucro (excedente de capital) com a produção. As pequenas somas obtidas no mercado local concentram-se, sobretudo, para a aquisição

⁵¹ Terras secas é uma denominação das famílias da área estudada para os estabelecimentos sem acesso a água.

de produtos destinados à alimentação que não são produzidos nas propriedades como complemento do sustento da família.

Ressalta-se ainda que os recursos oriundos dos benefícios previdenciários da aposentadoria rural, têm influenciado a questão econômica e da produção interna das famílias. “Hoje é bom pra família ter um aposentado em casa, alivia as contas.” (Entrevista 18). Em relação à previdência, pode-se perceber que a questão da possibilidade da aposentadoria rural tem sido fator de decisão na hora de migrar ou não. Quando o agricultor ou o filho não migram, continuam na condição de agricultor e aposenta como trabalhador rural; quando migram, “suja a carteira”, perdendo a condição de se aposentar como agricultor, já que o tempo de registro na carteira de trabalho é sempre menor que o tempo de contribuição exigido pelo Regime Geral da Previdência Social.

Nas entrevistas ficou visível para 80,0% dos agricultores familiares estudados que os benefícios oriundos das políticas sociais compensatórias do governo, “as bolsas”, têm contribuído sobremaneira para a melhoria das condições de moradia e aquisição de bens, principalmente eletrodomésticos, vestuário e material escolar para os filhos, antes impossível apenas com o dinheiro gerado pela família no estabelecimento ou na prestação de serviços como diaristas para outros.

Especialmente, nas regiões do Fanado observou-se que os agricultores estão num nível de campesinato mais acentuado, sendo muito poucos aqueles que vendem algum tipo de produto cultivado, mesmo que seja apenas o excedente. Os agricultores da região das nascentes do Capivari, embora muitas condições sejam semelhantes às outras regiões, o perfil é ascendente para um modelo de explorador consolidado, pois nesta área a atividade principal é a cultura de pequenas áreas de café e que estão integradas ao mercado regional, contudo os traços presente são de camponeses. Por outro lado, nas comunidades das regiões do Médio Capivari e Setúbal, os agricultores estão mais inseridos no sistema mercantil simples, através da venda produção individual ou em grupo; nestas regiões, um maior número de agricultores coloca produtos agrícolas excedentes no mercado local – Feira Livre de Minas Novas, Capelinha, Chapada do Norte e Turmalina, na Compra Direta. Vale destacar que os grupos de apicultura, leite, café, mel e artesanato têm vencido a barreira de colocar seus produtos no mercado de outros municípios.

A coleta e análise dos dados da pesquisa de campo e observações da pesquisa nos permitiram definir quem são os agricultores de Minas Novas. Identificaram-se cinco tipos, sendo os seguintes:

- agricultores camponeses policultores, cuja produção é só para o consumo e satisfação das necessidades, sendo mão-de-obra de outros agricultores familiares;
- agricultores camponeses policultores, que exploram hortaliças, produzem farinha de mandioca ou rapadura e doces, que têm na feira livre e no mercado institucional, importantes alternativas de comercialização do excedente;
- agricultores camponeses policultores, com uma exploração crescente de exploração bovina leiteira e de mel, já vislumbrando um mercado além da feira livre;
- agricultores em situação intermediária entre camponês e familiar que cultivam café em suas unidades, combinadas com o trabalho nas fazendas de café. Aqui, a produção da unidade familiar integra o mercado dos grandes produtores de café, não via mercado, mas de outras relações de uso e de troca, construídas com os administradores das fazendas;
- agricultores familiares produtores de leite, com perfil do capitalista, que utilizam o crédito rural do PRONAF e a melhoria nas técnicas de exploração como um meio de inserção nos mercados locais e regionais.

Além destas características colocadas em relação aos atores sociais estudados e das estruturas organizacionais e produtivas, pode-se concluir que o modelo predominante de tipo de agricultor é o do camponês com uma estrutura familiar organizada. Portanto podemos denominar os agricultores estudados como Agricultores Familiares Camponeses. Contudo, algumas famílias de agricultores estão dando início a um processo de transição, do campesinato do ponto de vista teórico “Chaynoviano”, para uma organização de produção familiar inserida em um sistema mercantil simples, mais aproximado do modelo “Lamarchiano”, ou seja, ele passa a se preocupar não apenas com a subsistência de sua família, mas também em aumentar a sua produção visando o mercado e ampliar sua pequena renda.

Historicamente, os moradores do Vale do Jequitinhonha sofrem com problemas, que vai desde os sociais como a falta de emprego, a falta de investimentos por parte dos governos seja na infra-estrutura, saneamento, escola, na saúde, até os problemas causados por adversidades naturais da região. Somam-se a estas causas as ações governamentais mal planejadas das quais muitas são apenas paliativas, sem planejamento de longo prazo, que busquem uma maior sustentabilidade, de modo a resolver os problemas enfrentados pelos agricultores.

Ficou evidente pela fala dos agricultores estudados que algumas ações do governo acabaram por gerar mais problemas para a região do que benefícios, como o incentivo a monocultura do eucalipto nas áreas de chapadas na década de 1970, que não gerou

empregos suficientes, acarretou na expulsão de muitos agricultores de suas terras, bem como danos ambientais que acabou por agravar a questão da falta de água. Contudo vale ressaltar que de todos os problemas vividos pelos moradores da região, a questão da água ainda está direta ou indiretamente relacionada. A água configura-se como sendo o principal problema apontado pelos agricultores familiares camponeses, porém, a ação de todos os projetos implantados no município está melhorando a qualidade da alimentação das famílias camponesas e a qualidade do alimento colocado por eles na feira urbana.

Alguns projetos e intervenções no Jequitinhonha geraram efeitos adversos, pois o capital que vem para gerar desenvolvimento e inclusão promove maior desigualdade, concentração de renda. O desenvolvimento prometido gerando pobreza e exclusão. Projetos com propostas ambientais altamente agressores.

Ressalta-se, novamente, que uma das principais causas das diferenças organizacionais para a produção, está ligada ao aspecto ambiental da água, maior ou menor disponibilidade. Percebe-se claramente que a maior disponibilidade de água, influencia de maneira importante no perfil da produção, organização e do acesso a um sistema mercantil simples ou qualificado, influenciando até mesmo seu enquadramento no acesso de algumas políticas públicas, como é o caso do PRONAF.

Diante das adversidades, os problemas enfrentados pelos agricultores vêm sendo mitigados por ações de cunho socioeconômico e ambiental. Estas ações, de aplicação de pequenos dinheiros através dos projetos como a Bolsa Família, o PRONAF, a Compra Direta de Agricultura Familiar e o apoio à Feira Livre do Produtor, esforços de governos e atuação de Ongs, constituem-se em ações de economia solidária no município cujos resultados já estão proporcionando melhorias na vida dos agricultores e de suas famílias nas comunidades. O principal entrave ambiental para a produção e diversificação de gêneros alimentícios, como legumes, frutas e verduras estão sendo resolvidos com investimentos e projetos que buscam melhorar a infra-estrutura hídrica, como a construção de barragens. Isso ocorre a medida que com uma maior disponibilidade de reserva de água, o agricultor se permite a gastar uma maior quantidade com a agricultura. Da mesma forma, a maior disponibilidade de recursos disponível para o agricultor familiar camponês com as linhas de crédito do PRONAF, com juros baixos e forma de pagamento facilitada, vem incentivando os agricultores a investirem na produção e na melhoria das propriedades.

Ressalta-se a necessidade de re-elaborar os discursos do PRONAF e atuação dos agentes financeiros. Dois riscos evidenciam-se, um quando um programa de fortalecimento da agricultura familiar destinado e operacionalizado de forma a ser considerado clientelista e

dependente, nos mesmos moldes das políticas compensatórias, das “bolsas de governo”, onde ocorre uma dialética inversa em que a situação desejável é aquela onde o cliente seja público transitório de uma política de Estado permanente, ao invés do que se vê, onde o cliente é permanente de ações de políticas transitórias de governo; entra governo e sai governo, sem que as condições estruturais e não conjunturais sejam modificadas. Outro risco e que merece cuidado refere-se ao crescente nível de endividamento de alguns agricultores familiares; mesmo que seja um crédito subsidiado e facilitado com “bônus”, não é uma dívida com o governo, mas com os bancos. A história recente tem alertado sobre esse risco em regiões deprimidas, onde a natureza não tem sido capaz de responder com a produção econômica aos estímulos financeiros nela aplicados, considerando as condições climáticas e a presença de outras endemias sociais.

Alguns agricultores camponeses familiares de Minas Novas costumam dizer que “agricultor familiar é igual tronco de aroeira, resiste firme e forte ao tempo”. Outros se intitulam como agricultores arrependidos; se plantam e a chuva não vem se arrepende por ter plantado e perdido o pouco que tinha; se não planta, ou planta pouco, e a chuva naquele ano é boa, ele se arrepende por não ter plantado. Mas o agricultor familiar camponês “é antes de tudo um forte”, gente humilde, trabalhadora, religiosa e que não perde a esperança, ao contrário, a cada ano a renova ao ver o primeiro sinal de nuvens de chuva no céu pra molhar a terra e ver brotar as sementes, de grãos e de esperança para os sonhos de dias melhores venham.

Ao contrário do que previam alguns marxistas, a agricultura familiar não está fadada à extinção. Primeiro que não se trata apenas de categoria produtora de alimentos, mas estão embutidos nela outros valores imensuráveis. A agricultura familiar camponesa sobreviverá por que ocupa as trincheiras e os espaços desinteressados do capital do agronegócio ou outras explorações econômicas. Esse modelo surgiu para responder a uma demanda humana e social, capaz de adaptar-se, moldada no sol do dia a dia e construiu estratégias, ora de sobrevivência, ora de “subvivência”, mas resiste, coexistindo com os mais variados paradigmas a ela colocados. Quando a terra é pouca ele é capaz de dividir o pouco e produzir o suficiente; se a água diminui, procura cavar a terra, se não encontra água acha o barro e o transforma em artesanato e arte, mas sempre encontra um jeito.

A expropriação embutida no processo de desenvolvimento do Jequitinhonha, representou muitas vezes, a exclusão do camponês do acesso à terra. No entanto, se perde as chapadas para os eucaliptos, ele resiste nas grotas; se as barragens inundam os “tabuleiros”, os atingidos procuram refazer sua vida nas terras altas. E aí reside outro mito a ser relativizado: a expropriação não significa necessariamente

proletarização, porque o camponês encontra brechas, inventa e reinventa estratégias para se manter como camponês (...) (RIBEIRO, 1993:93).

Percebeu-se em todos os casos, que diversos são os valores das famílias que vivem de um modelo de subsistência rural, destacando-se “*a família, a terra e o nome a ser honrado*”; tais valores se tornam a oração dos que ainda acreditam na terra, fisiocratas e teimoso por natureza, num vai e vem da história assumem-se como agentes de sua própria história.

Finalmente, uma pesquisa, por si só não é capaz de expressar uma realidade, principalmente àquela construída dia a dia, num processo dinâmico de mudanças, cuja velocidade nem sempre é determinada pelos atores que a vivem, mas que dela fazem parte, como é o caso dos agricultores camponeses de Minas Novas.

Uma pesquisa não fecha a possibilidade de continuidade de estudos, ma aponta indicativos, com base nas análises dos dados coletado com fidedignidade de comparações que permitem vislumbrar situações onde as experiências socialmente construídas e o vivido assumem-se como referências para tomadas de decisões, escolhas e desejos.

“Não é dado ao homem ler uma linha no livro do futuro, mas a lição da história, a experiência do passado e a observação do presente nos habitam a fazer conjecturas; Por que as mesmas causas em idênticas circunstâncias produzem os mesmo” (Pereira, 1969: 78).

Que o presente trabalho, incompleto por natureza e por circunstância, não seja apreendido como respostas, mas como indutor de outras perguntas. Quem sabe uma destas perguntas incitadas por este estudo seja capaz de mostrar aos gestores e agricultores familiares que o que se almeja ainda está longe, mas pode-se vislumbrar o que pode ser se os esforços forem de todos, numa sinergia capaz de responder aos verdadeiros anseios da sociedade e dos agricultores familiares, uma realidade nova, onde a autonomia, a participação na elaboração e condução das políticas públicas seja feita de maneira legítima e representada pela voz de quem delas mais precisam. E que a utopia, necessária em todos os processos, seja a efetiva consolidação de uma cidadania plena para todos e que o “desenvolvimento” não seja apenas uma meta, mas caminho novo, seguro e cuidadoso, que mesmo distante, se aproxima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Grupo I – O Vale do Jequitinhonha e Minas Novas: Aspectos Históricos, Geográficos, socioeconômicos e Diagnósticos:

- AMARAL, Leila. *Do Jequitinhonha aos canaviais: em busca do paraíso mineiro* – Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988 (Dissertação de Mestrado);
- Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. *A Luta dos Índios pela Terra* (Contribuição à história indígena de Minas Gerais). Contagem: CEDEFES, 1987;
- CÉSAR JÚNIOR, D. e SANTOS, W. César – *Esplêndidos Frutos de uma Bandeira Venturosa*. Belo Horizonte: Lemi, 1978;
- CODEVALE. *Levantamentos básicos preliminares do Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: 1973;
- _____. *Breve caracterização sócio-econômica do Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: CODEVALE, 1991;
- COSTA FILHO, M. *A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais* – Rio de Janeiro: IAA, 1963;
- CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. *Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea – Diagnóstico do Município de Minas Novas-MG*. Brasília: Ministério das Minas e Energia, 2005;
- D'ORBIGNY, A. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976;
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – *Diagnóstico das condições sócio-econômicas dos municípios mineiros*. Belo Horizonte: FJP, 2000;
- _____. *Minas Gerais e suas regiões de Planejamento: Crescimento populacional e distribuição demográfica*. Belo Horizonte: FJP, 2002;
- _____. *Plano Diretor para o Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: FJP, 1988;
- _____. *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Belo Horizonte: FJP, 2002;
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1986;
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; **DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO JEQUITINHONHA**. Salvador: Ministério do Planejamento, 1ª Divisão de Geociências do Nordeste, 1997;
- IBGE. *Enciclopédia dos Municípios*. Rio de Janeiro: 1959;
- IBGE. *Anuário Brasileiro dos Municípios*. Rio de Janeiro: 1985;
- IBGE. *Censo Agropecuário de 1995-96*. Banco de Dados Agregados. Rio de Janeiro: 2005;
- INCRA. *Cadastro de Registro de Imóveis Rurais*. Belo Horizonte: 2002;
- JARDIM, J.G. *O Vale do Jequitinhonha e sua Riqueza Mineral*. Belo Horizonte: Imp. Oficial, 1974;
- MACHADO, J. Carlos. *Senhora das Graças de Capelinha*. Capelinha, 2000;
- MARX, K. *O Capital. O Processo de Circulação do Capital*. São Paulo: Difel, 1984;
- MEDEIROS SILVA, Napoleão de – *Vale do Jequitinhonha: invasão de capital versus evasão de população*. In: *Indicadores de Conjuntura*. Belo Horizonte, 1986;
- MOURA, M. Maria. *A reprodução do pequeno produtor no vale do Jequitinhonha Mineiro*. Rio de Janeiro: EIA/FGV, 1980 (Dissertação de Mestrado);
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. Editora Atica: São Paulo, 1986.
- MULS, N.C. *A formação da estrutura agrária mineira e a gênese do campesinato*. In: *Análise e Conjuntura*, vol 5., nº. 3, set/dez. Belo Horizonte, 1990;
- PEREIRA, Leopoldo. *O município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969;
- Prefeitura Municipal de Minas Novas. *Atlas Escolar: histórico e geográfico do Município de Minas Novas*. Ed. comemorativa do 275º aniversário. Minas Novas, 2005;

- RIBEIRO, R. F. **Campesinato, resistência e Mudança**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1993. V. 1 (Dissertação de Mestrado);
- RIBEIRO, E. M. & GALIZONI, F. M. **Jequitinhonha–São Paulo–Jequitinhonha: Trabalho urbano e migração de retorno na experiência de lavradores mineiros entre 1960/2000**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2000;
- RIBEIRO, Eduardo M. **A Economia no Varejo: Agricultura, governo e mercados locais no nordeste de Minas Gerais nos começos do século XX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2000;
- SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975;
- SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981;
- VASCONCELOS, Diogo. **História Média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974;
- VIANNA, U. **Bandeiras e Sertanistas Bahianos**. São Paulo: Cia Ed.Nacional, 1935;
- VOLL, Vera L. **Ação do Estado e Produção de subsistência numa Região do Vale do Jequitinhonha**. Piracicaba: ESALQ/USP, 1985 (Dissertação de Mestrado).

Grupo II: Marco Conceitual e Teórico-metodológico

- CHAYANOV, Alexander. V. **La organización de la unidade econômica campesina**. 1ª. Ed. Bueno Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974;
- CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: SILVA, José Graziano. A Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981;
- GERARDI, Lúcia H. O. & SILVA, Bárbara C. N. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: Difel, 1981;
- LAMARCHE, Hughes (coord.) – **A agricultura familiar: comparação internacional**; tradução: Ângela Maria Tijiwa. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993;
- MARTINS, J.S. **Não há terra para se plantar neste verão**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2ª Ed., 1986;
- MARX, K. **El capital**, México: Siglio Veintiuno, Tomo III, livro terceiro, 3ª ed., 1984;
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976;
- MIRANDA, Newton Luiz de – **História / 3 EM. Coleção Soma. V.1** Belo Horizonte, 1988.
- MULS. N.C. **A formação da estrutura agrária mineira e a gênese do campesinato**. Análise e Conjuntura. Belo Horizonte. V.5. n.3. set/dez 1990;
- ROCHA, J.M. **Sustentabilidade da Agricultura Familiar na Alta e Média Bacia Hidrográfica do Rio Pacuí, Montes Claros-MG**. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2001 (Dissertação de Mestrado);
- TEPICHT, J. **Marxismo e agricultura: o camponês polonês**. Paris: Colin, 1973;
- TUBALDINI, M. A. S. **Relatório de Pós-Doutorado em Desenvolvimento Rural Local**. Lisboa (Portugal): UNL, 2006.

Grupo III: Políticas Públicas, PRONAF e Desenvolvimento Rural Sustentável:

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992;
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado, 1998;
- BRASIL, MDA/SAF. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, Documento Referencial. Brasília, 1996;
- BRASIL. MDA/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA, 2000. (Cooperação INCRA/FAO, Cad. 8);
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório sobre o Vale do Jequitinhonha**, 1999;
- CHÉVES, M.L.Z. **Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural: Um espaço para a Mobilização das Capacidades Locais**. Rio de Janeiro: ICHS/UFRJ, 2002 (Tese de Doutorado);
- CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE MINAS NOVAS. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. PRONAF**. Minas Novas, 1998;
- CONSELHO ESTADUAL DO PRONAF/SECRETARIA EXECUTIVA. **Relatório de acompanhamento do PRONAF**. Minas Novas, 2000;

- CONSELHO ESTADUAL DO PRONAF/SEC. EXECUTIVA. Relatório de acompanhamento do PRONAF. Municípios selecionados para o PRONAF Infra-estrutura, Belo Horizonte, 1999;
- EMATER-MG. **Documento Realidade Municipal, 2005**. Escritório Local de Minas Novas;
- LIMA, G. D., **Os Agricultores Camponeses das Comunidades Quilombolas de Macuco e Pinheiros / Minas Novas – MG – Um Estudo de Caso**. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2006 (Monografia de Geografia);
- FAO/INCRA. **O público alvo do crédito rural do PRONAF: estimativas a partir dos dados do IBGE de 1995-96 e 2000**. Brasília, 2001;
- FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília, 1994;
- FERNANDES, Bernardo M. **Espacialização e Territorialização da luta pela Terra: A formação do MST no Estado de São Paulo**. São Paulo: FFLCH/USP, 2000 (Tese de Mestrado);
- Lei 1.017/97. Prefeitura Municipal de Minas Novas. Livro de Leis, 1997;
- Lei 1.532/06. Prefeitura Municipal de Minas Novas. Livro de Leis, 2006;
- MA/SDR/DATER. PRONAF: construindo as instituições do desenvolvimento rural. Brasília, 1998;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA: Resolução 48 do CONDRAF;
- MOREIRA, Crispim. **Território, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural em Municípios do Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2003 (Dissertação de Mestrado);
- NAVARRO, Zander – **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados, v.16 nº 43 USP. São Paulo. Agosto/2002;
- PROCITTÁ. Instituto de Estudos Pró-Cidadania. **Agenda 21: Diagnóstico Sócio Ambiental da Bacia do Rio Fanado. Documento Síntese**. Minas Novas: Procittá, 2006;
- PRONAF/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília: MDA, 1999;
- RICCI, Rudá. **Modernização Conservadora**. Projeto INOVAR. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2004;
- SILVA, José Graziano. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999;
- _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996;
- _____. **Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil**. Natal: SOBER, 1997;
- _____. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo. HUCITEC, 1978;
- TEIXEIRA, A et. all, **Agricultura Familiar na dinâmica territorial** In: Projeto INOVAR. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2006;
- UFLA. **A feira livre de Minas Novas: abastecimento urbano, consumo e renda para a agricultura familiar**. Lavras: UFLA, 2004 (Relatório técnico de pesquisa,);
- WANDERLEY, Maria N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Processos sociais agrários. Caxambu.: XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996;
- _____. **A agricultura Familiar no Brasil: um espaço em construção**. In: Sociologia Rural: Textos. UFLA/FAEPE, 1997;
- _____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Anais SOBER, 2000.

Sites Consultados:

- Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano. www.fjp.mg.gov.br (acessado em 11 de setembro de 2006);
- IBGE. Censo Agropecuário, 1996. www.ibge.gov.br (acessado em 8 de setembro de 2006);
- IBGE. Censo 2000. www.ibge.gov.br (acessado em 8 de setembro de 2006);
- Decreto nº 1.946, de 28 de Junho de 1996. www.planalto.gov.br (acessado em 10/01/2007);
- Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006; www.planalto.gov.br (acessado em 10/01/2007).



Questionário para orientação da entrevista com agricultores familiares para a pesquisa:

AGRICULTURA CAMPONESA/FAMILIAR E AÇÃO DO ESTADO (PRONAF) NO VALE DO JEQUITINHONHA-MG: O CASO DE MINAS NOVAS-MG

I – CARACTERIZAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR E DA UNIDADE PRODUTIVA (Estrutura fundiária)

- 1) Nome do Agricultor (a) Familiar: _____
Comunidade: _____ N°. de Ref.da Amostra: _____
- 2) Estado Civil: Casado () Solteiro () Viúvo () Outro ()
Idade: _____ Localização (coordenadas) Lat _____ Long _____
- 3) Situação jurídica do estabelecimento:
() proprietário () arrendatário () parceiro () posseiro () comodatário () meeiro () uso coletivo (família)
outro: _____
- 4) Como foi o acesso à terra:
() herança ha () compra () Indenização ha () troca ha () ocupação ha () outro ha
- 5) A propriedade, após a aquisição: () aumentou ___ ha () diminuiu ___ ha
- 6) Há quanto tempo reside na propriedade ou na comunidade ? _____
- 7) Quem foram o(s) proprietário(s) mais antigos? () País () Avós () Bisavós () Outros _____
- 8) Área total da propriedade: _____ ha
- 9) Registro/Título de propriedade: () sim () não Qual: _____
- 10) Qual importância o registro tem para a família?
- 11) Quanto de terra tem condições de ser explorada ? _____ ha
Quanto é usada ? _____ c) Por quê? _____ Quanto de terra seria o ideal ? _____
- 12) Possui outra(s) propriedade(s)? () Sim () Não
- 13) Tem filhos(as) casados residindo na propriedade? Sim () Não () Quantos? _____
- 14) O que plantam e vendem é: () junto () individual
- 15) Planta em mais de uma terra? () Sim () Não
- 16) A área de sua plantação é : () Coletiva () Individual () Mista
- 17) Potencialidades naturais: a) Solo: ___ b) relevo: ___ c) Água: ___ d) vegetação: ___
- 18) Localização tendo como referência:
- cidade/povoado: ___ escola: ___ estrada ___ água(nascente): ___ comércio local: ___ outros: ___
- 19) A coisas mudaram ? ___ - Estão melhores para trabalhar ? ___
O lugar, ambiente, paisagem, mudou ? ___ Para melhor ou pior ? ___

II - UTILIZAÇÃO DA TERRA (RELAÇÕES DE USO E TROCA)

1) Produtos agrícolas:

Produto	Área cultivada	Quantidade produzida	DCF ¹	DV ²	Quantidade vendida semana/mês
Cana-de-açúcar					
Feijão					
Culturas tradicionais andu, de corda, etc					
Frutas					
Verduras e legumes					
Mandioca					
Milho					
Outros					

Destinada ao consumo familiar Destinada a venda

2) Produtos pecuários

Animal	Produção	Consumo	venda	Local

3) Criação de animais:

a) Gado: () Sim () Não Para leite ou carne ? Faz o que com o leite ?

b) Se sim, qual tipo? () Leite Nº _____ () Corte Nº _____ () Bezerros Nº _____

c) Alimentação do gado: () Ração () Sal () Pastagem Natural () Pastagem plantada () Outros _____

d) Possui eqüinos? () Cavalo: Nº _____ () Jegue: Nº _____ () Mula: Nº _____

e) Porcos: nº _____ Consumo: _____ Venda: _____ Local: _____

f) Galinhas: nº _____ Produção de ovos: _____ Consumo: _____ Venda: _____ Local: _____

4) Outros beneficiamentos dos produtos:

Produto	Quantidade produzida	Quantidade vendida semana/mês	Produção coletiva	Produção individual
Açúcar mascavo				
Cachaça*				
Doces				
Farinha de mandioca				
Farinha de milho				
Polvilho				
Rapadura				

*Tem engenho e alambique próprio () usa dos vizinhos () comunitário e/ou sociedade

5) Pastagem: Nativa: ___ há; Formada: ___ há; Capineira: ___ ha; Cana forrageira: ___ há

Onde os produtos são vendidos? a) Feira: ___ b) Mercado local: ___ c) mercado institucional: ___ d) outros: ___

6) Quais comida são feitas com os produtos cultivados e da indústria de transformação ? _____

7) Confecção de produtos derivados:

() Queijo () Requeijão () Doce () Outros _____

d) Destino: () Consumo próprio () Venda Onde: _____

e) Quantidade diária: _____ Responsável pela produção _____

8) Que produtos compram na cidade?

- () Carne () Arroz () Feijão () Café () Açúcar
() Óleo () Limpeza () Remédios () Quase tudo
() O que não é produzido na propriedade () Outros _____

III – TÉCNICAS DE PRODUÇÃO

1) **Assistência técnica:** se recebe assistência técnica

Qual órgão? ____ Para que, qual motivo? ____ Quando? ____

Qualidade da assistência: () ótima () boa () média () ruim Como deveria ser? ____

2) **Solo:** Como é feita a preparação do terreno?

- () Manual (enxada) () Tração animal (arado) () Maquinário
() Queimada () Outros _____

1.1) Utilização de trator: () Sim () Não

Faz análise do solo? Ou já fez () sim () não Quando? ____

Faz correção do solo (calcário)? ____ - Usa adubo químico: () sim () não

Por que? ____ qual? ____ quem indicou? ____

quem aplica? ____ quanto? ____

usa agrotóxico? usa proteção para o corpo? ____ o que faz com as embalagens? ____

Usa adubo orgânico/estercos de curral. etc () sim () não por que? ____

3) **Técnicas de plantio:**

a) plantio e curva de nível: () sim () não

b) plantio consorciado: () sim () não - quais? _____

c) repouso de terras:

d) sementes selecionadas: quais: _____

e) irrigação: () sim () não tipo: ____

f) Desde quando usa as técnicas modernas? _____

g) Como era antes? _____

h) quais técnicas antigas preserva?

4) **Tratos culturais:**

a) aração: _____

b) doenças são tratadas com química ou orgânico? _____

c) insumos químicos que usa: _____

5) **Máquinas e Equipamentos:**

Qual e de quem: _____

6) **Criação de animais**

Pecuária: extensiva () intensiva () semi-extensiva ()

Alimentação do gado: () ração () sal () outros

porcos: nº _____ Consumo: _____ venda: _____

galinhas: nº _____ Consumo: _____ venda: _____ outros: _____

IV – ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR

a – Trabalho da família na propriedade:

Pessoa / idade	Tipo de tarefa	Horas/dias	Remuneração

b – Trabalho fora da propriedade (migrante ou outro): onde ? _____

Pessoa/idade	Tempo fora	Tipo de emprego	Quanto ganha	Ajuda na despesa

c – Trabalho Temporário:

Pessoa	serviço	Onde mora	salário	Dias / ano

d – Comercialização:

- a) Quem vende ? _____ b) quando ? _____
 c) quem coloca os preços ? _____ d) o que pesa na hora de fazer o preço ? _____

e – Outra fonte de renda familiar: pessoa, tipo de renda, periodicidade:

Pessoa	Tipo de renda	Periodicidade

1) Família /membros: moradores dentro e fora da propriedade

Pessoas	Idade	sexo	escolaridade	Local de moradia	Religião	Trabalha na propriedade
Pai						
Esposa						
Filho						
Filha						

2) Trabalho da família fora da propriedade:

N.º Membros	Atividade	Temporário	Fixo	Tempo de permanência	Local
Pai					
Filho					
Filha					
Esposa					

* Sazonal ** Perto da propriedade ou região

3) Contrata ajudante em período de muito trabalho? () Sim () Não

4) Foi empregado dinheiro obtido com trabalho sazonal? () Sim () Não Onde: _____

5) Participa da feira livre: () Sim () Não () Para vender () Para comprar () Passeio

6) Comercialização dos produtos: agrícolas, animais, artesanato.

a) Quem faz as vendas? ___ b) Quando? ___ c) Onde? ___ d) Quem coloca os preços? ___

7) A renda da família vem:

- () Lavoura () Comércio local () Alternativos (produtos da industria rural)
 () aposentadoria () Artesanato () Dinheiro de fora
 () Benefícios assistenciais _____ () Outros _____

8) Transporte utilizado: () Veículo próprio () Caminhão/ ônibus feirante () Outros: _____

9) Vai a cidade com que freqüência?

- () Raramente () Um dia na semana () Mais dias na semana () Em dia de feira () Não tem dia certo

V- Aspectos sociais e estratégias familiares

a – moradia

1) Sobre a moradia:

- a) Estado de conservação: () Bom () Regular () Ruim
b) A casa foi: () Construída () Reformada () Alvenaria () pau-a-pique
c) Nº de cômodos: _____ d) Quantas pessoas moram na casa? _____
e) Possui energia elétrica? () Sim () Não

2) A água que utiliza em sua propriedade vem:

- Poço artesiano: () próprio () público cisterna: () próprio () público Encanada: () comunitária
() particular () Ribeirão/rio () nascente () barragem () caixa d'água comunitária

3) A água para consumo: a) Para beber é? Origem: __ () filtrada () fervida () coada () outros: __

b) Fazer comida é? Origem: ____ () filtrada () fervida () coada () outros: ____

c) Tomar banho: Origem: _____ Tratamento: _____

d) Lavar roupa: Origem: _____ Tratamento: _____

e) Animais: Origem: _____ Tratamento: _____

f) Agricultura: Origem: _____ Tratamento: _____

4) Tratamento do lixo doméstico:

- () queimado () serve de alimento para criações () usado como adubo
() enterrado () jogado a céu aberto () jogado em córregos/ rios

5) Na casa há os seguintes eletrodomésticos:

- () Ferro elétrico () Telefone / radio de comunicação () TV
() Antena Parabólica () Fogão a gás () Geladeira Outros: _____

6) Tem feito reformas na casa? () Sim () Não

- () Ampliação da casa () Reboco () Pintura () Troca de piso
() Novas instalações de banheiro Outros: _____

7) Qual a maior dificuldade da vida na roça? (Na comunidade onde reside) _____

8) A comunidade recebe auxílio de algum projeto do Governo? () Sim () Não Quais? ____

b – Membros residentes na propriedade:

Parentesco/sexo	Idade	ocupação	escolaridade	Estudante s/n

c – Preocupação com o futuro:

5) Preocupação com o futuro:

- a) Filhos: ____ b) Filhas: ____ c) herança: quantos, quem ____ d) O que seus filhos querem fazer no futuro? _

d - Sociabilidade Social

a) Participa de alguma associação? _____ b) Qual? _____

c) Participa ativamente? _____ d) Quando? _____

- e) Participa de festas na comunidade, na cidade, em outro local ? ____ f) Quais festas ? ____
- g) Participa de lazer na comunidade ? Qual ? _____
- h) Como mantêm informado dos acontecimentos ? () rádio () TV () vizinho () outros ____
- i) Tem contato com algum político ? Algum deles vem na comunidade ? m) quando ?
- j) a associação tem contato com a prefeitura, Órgãos do Estado, etc...
- 1) Algum membro da família participa de alguma associação? () Sim () Não
Quem ? _____ Ocupa cargo ? _____
- 2) Qual o valor (cultural, sentimental) da terra ? O que a terra é para a família e para os filhos ?
- 4) Mudanças e/ou conservação de hábitos e costumes do passado:
- 6) Religião que faz parte? _____
Tem igreja na comunidade? _____ Quantas vezes se reúnem ? _____

VII – Informações sobre o PRONAF

- 1 – Na sua opinião, qual tem sido a contribuição de políticos, órgãos públicos na região ?
- 2 – Já foi beneficiado com algum projeto do governo ? Qual ?
- 3 – Já foi beneficiado com algum projeto de outra organização (não governo) ? Qual ?
- 4 - Qual resultado esses projetos tiveram para a família ?
- 5 - Já utilizou de algum empréstimo de banco para a atividade ?
- 6 - Conhece ou já ouviu falar no PRONAF ?
- 7 - O que ouviu ?
- 8 - Entendeu a proposta do programa ?
- 9 - Já fez proposta para o PRONAF ?
- 10 - Para qual banco ?
- 11 - Quem fez o projeto ?
- 12 - Já se beneficiou com o PRONAF ? (teve o projeto aprovado/recebeu o recurso)
- 13 - Conhece outros que se beneficiaram ?
- 14 - Qual modalidade utilizou ? B, C ou D ?
- 15 - Quanto de recurso ? Quando ?
- 16 - Aplicou em que ?
- 17 - Utilizou todo recurso na atividade proposta ?
- 18 - O recurso foi suficiente ? Complementou com outros ?
- 19 - Como avalia o resultado ?
- 20 - O PRONAF ajudou em que ?
- 21 - Quem mais ajudou no projeto ?
- 22 - Quem mais dificultou no projeto ?

- 23 - Qual crítica faria ao PRONAF ?
- 24 - O que melhor achou de bom no PRONAF ?
- 25 - Faria outra vez ou recomendaria para outros ? Por que ?
- 26 - Qual a opinião a respeito da EMATER ?
- 27 - A vida melhorou (de uma maneira geral) depois do PRONAF ?

VIII – informações sobre a migração

- 01 – Já migrou ou outro membro da família ?
- 02 - Qual sua opinião sobre a Migração ?
- 03 – Qual a renda líquida média obtida por mês quando migra ?
- 04 – Em sua opinião, qual renda seria necessária para não migrar ?
- 05 – As condições atuais daqui são suficientes ou não para evitar sua saída ? O que falta ?
- 06 – Em sua opinião qual seria alternativa para garantir a permanência dos homens na região ?
- 07 - Outras considerações e observações.

ANEXOS DO IBGE

**DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM NÚMERO E ÁREA
SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - ANOS 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1985
(MINAS NOVAS-MG)**

MINAS NOVAS	1920		1940		1950		1960		1970		1985	
	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA
MENOS DE 100 ha	194	10.707	3.930	64.753	5.438	68.246	9.991	85.668	8.978	99.543	13.351	179.963
ACIMA DE 100 ha	94	29.588	140	29.018	112	28.950	83	21.061	104	32.078	280	135.387
TOTAL	288	40.295	4.070	93.771	5.550	97.196	10.074	106.729	9.082	131.631	13.631	315.350

**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM NÚMERO E ÁREA
SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - ANOS 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1985
(MINAS NOVAS-MG)**

MINAS NOVAS	1920		1940		1950		1960		1970		1985	
	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA
MENOS DE 100 ha	67,4	26,6	96,6	69,1	98,0	70,2	99,2	80,3	98,9	75,6	97,9	57,1
ACIMA DE 100 ha	32,6	73,4	3,4	30,9	2,0	29,8	0,8	19,7	1,1	24,4	2,1	42,9
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

**PRODUÇÃO DE ALGODÃO (T) - QUANTIDADE E VARIAÇÃO POR PERÍODOS
MINAS NOVAS E MINAS GERAIS
ANOS: 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1985**

MUNICÍPIO	1920	1940	1950	1960	1970	1985	1940/20	1950/40	1960/50	1970/60	1985/70
MINAS NOVAS	11	49	273	562	209	295	4,45	5,57	2,06	0,37	1,41
MINAS GERAIS	5.200	26.726	18.787	24.068	37.545	156.605		0,7	1,28	1,56	4,17
% DE MG	4,52	0,53	1,74	2,58	0,66	0,99					

**DO IBGE 4
PRODUÇÃO DE FEIJÃO (T) - QUANTIDADE E VARIAÇÃO POR PERÍODOS
MINAS NOVAS E MINAS GERAIS
ANOS: 1920, 1940, 1960, 1970 E 1985**

MUNICÍPIO	1920	1940	1960	1970	1985	1940/20	1960/40	1970/60	1985/70
MINAS NOVAS	311	314	7.091	1.589	4.672	1,01	22,58	0,22	2,94
MINAS GERAIS	92.914	121.191	222.286	185.194	213.136	1,3	1,83	0,83	1,15
% DE MG	4,19	3,06	7,5	5,16	8,6				

**PRODUÇÃO DE MILHO (T) - QUANTIDADE E VARIAÇÃO POR PERÍODOS
MINAS NOVAS E MINAS GERAIS
ANOS: 1920, 1940, 1960, 1970 e 1985**

MUNICÍPIO	1920	1940	1960	1970	1985	1940/20	1960/40	1970/60	1985/70
MINAS NOVAS	1.480	3.206	26.387	14.468	22.544	2,17	8,23	0,55	1,56
MINAS GERAIS	762.994	1.291.668	1.395.824	1.849.899	2.405.345	1,69	1,08	1,33	1,3
% DE MG	1,58	1,11	3,39	2,17	2,38				

**REBANHO BOVINO (N.º Cabeças) - QUANTIDADE E VARIAÇÃO POR PERÍODOS
MINAS NOVAS e MINAS GERAIS
ANOS: 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1985**

MUNICÍPIO	1920	1940	1950	1960	1970	1985	1940/20	1950/40	1960/50	1970/60	1985/70
MINAS NOVAS	10.200	26.313	26.738	35.236	49.125	81.864	2,58	1,02	1,32	1,39	1,67
MINAS GERAIS	6.875.958	7.768.245	9.790.100	11.963.902	15.140.297	19.983.506	1,13	1,26	1,22	1,27	1,32
% DE MG	4,44	3,19	4,04	3,02	3,11	3,65					

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários, Minas Gerais: 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970.

**REBANHO SUÍNO (N.º Cabeças) - QUANTIDADE E VARIAÇÃO POR PERÍODOS
MINAS NOVAS e MINAS GERAIS
ANOS: 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 E 1985**

MUNICÍPIO	1920	1940	1950	1960	1970	1985	1940/20	1950/40	1960/50	1970/60	1985/70
MINAS NOVAS	11.672	14.409	49.084	56.083	62.904	49.846	1,23	3,41	1,14	1,12	0,79
MINAS GERAIS	4.239.731	2.563.142	3.689.964	3.300.760	3.277.631	3.008.826	0,6	1,44	0,89	0,99	0,92
% DE MG	2,97	2,18	5,4	4,8	5,23	5,06					

**PRODUÇÃO DE FARINHA (T) - QUANTIDADE E VARIAÇÃO POR PERÍODOS
MINAS NOVAS e MINAS GERAIS
ANOS: 1920, 1940, 1960, 1970 E 1985**

MUNICÍPIO	1920	1940	1960	1970	1985	1940/20	1960/40	1970/60	1985/70
MINAS NOVAS	177	539	2.209	2.473	1.229	3,05	4,1	1,12	0,5
MINAS GERAIS	20.845	33.685	50.836	73.160	49.800	1,62	1,51	1,44	0,68
% DE MG	19,77	12,46	28,09	34,68	37,89				

**PRODUÇÃO DE AÇÚCAR (T) - QUANTIDADE E VARIAÇÃO POR PERÍODOS
MINAS NOVAS e MINAS GERAIS
ANOS: 1920, 1940, 1960 e 1970**

MUNICÍPIO	1920	1940	1960	1970	1940/20	1960/40	1970/50
MINAS NOVAS	549	63	89	13	0,11	1,41	0,15
MINAS GERAIS	73.788	25.699	6.345	1.575	0,35	0,25	0,25
% DE MG	2,45	0,41	1,73	0,83			

**PRODUÇÃO DE RAPADURA (T) - QUANTIDADE E VARIAÇÃO POR PERÍODOS
MINAS NOVAS e MINAS GERAIS
ANOS: 1940, 1960, 1970 e 1985**

MUNICÍPIO	1940	1960	1970	1985	1960/40	1970/60	1985/70
MINAS NOVAS	1.306	2.300	4.472	2.453	1,76	1,94	0,55
MINAS GERAIS	93.312	83.453	66.646	27.416	0,89	0,8	0,41
% DE MG	6,11	10,29	15,26	14,91			